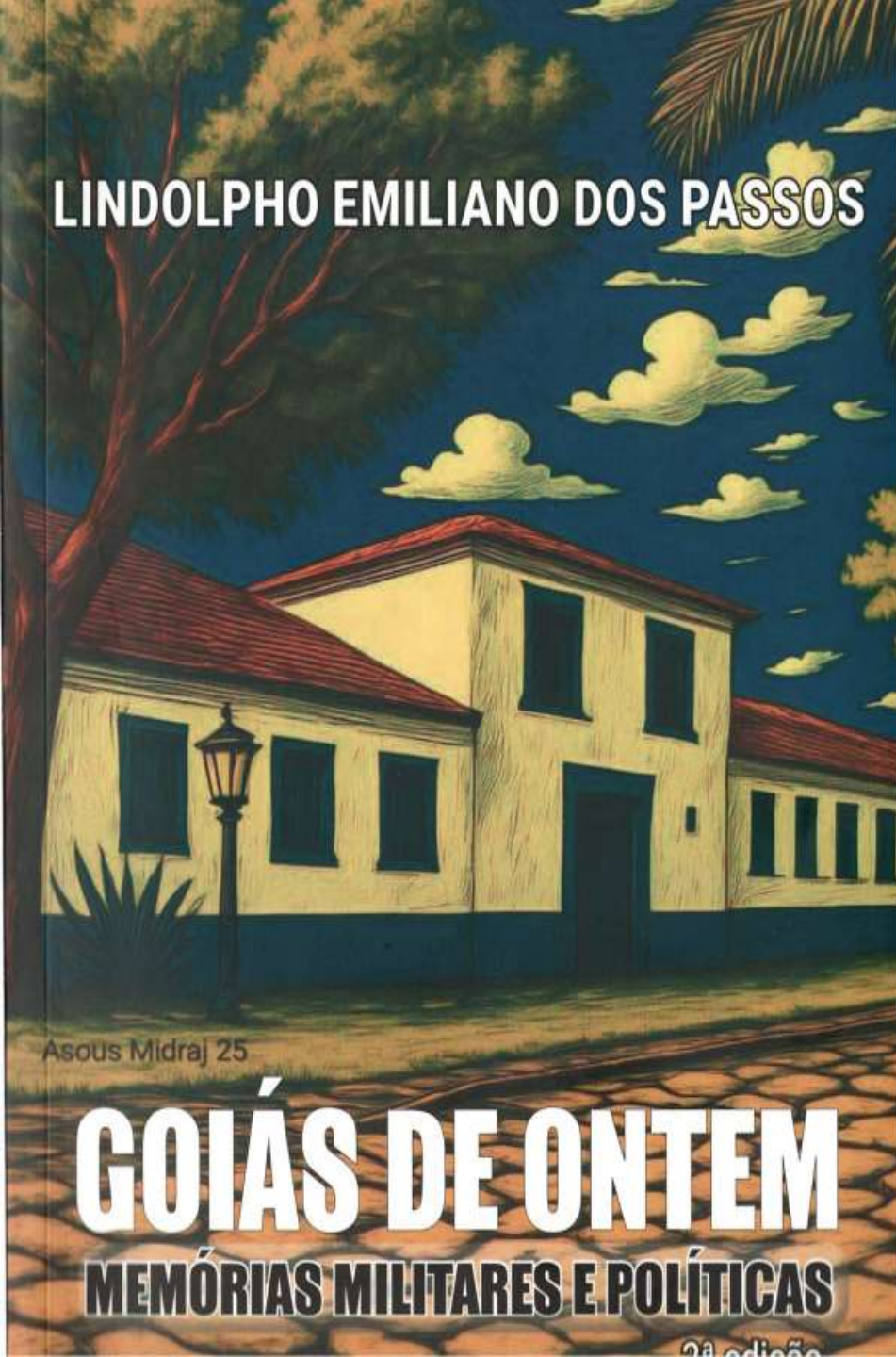




LINDOLPHO EMILIANO DOS PASSOS

Asous Midraj 25

GOIÁS DE ONTEM

MEMÓRIAS MILITARES E POLÍTICAS

2ª edição

Na primeira edição desta obra, nos idos do ano de 1987, foi publicada uma tiragem de menos de quinhentas unidades. Exemplares que se tornaram raros. Hoje, quase quatro décadas depois, a proposta da segunda edição (atualizada e revisada) de: *GOIÁS DE ONTEM – MEMÓRIAS MILITARES E POLÍTICAS*, é tão somente atender as várias manifestações do nosso público interno para a necessidade de preencher uma lacuna de parte da construção da história da nossa instituição que a nova geração desconhece, e, também ocupar espaço nas prateleiras das diversas bibliotecas do nosso e de outros Estados, para o deleite de leitores e historiadores.

Aqui, também, podemos dizer do reconhecimento *in memoriam* do autor, pelos seus feitos históricos e pelas ações heroicas que transformaram e impactaram nossa corporação. É uma forma de valorizar e entender a importância de suas contribuições para a Polícia Militar do Estado de Goiás. Cada conquista, cada ação, representou um avanço e marcou sua época, e veio refletir e contribuir para o que é hoje essa imensa e respeitada Instituição Policial Militar.

Esse resgate da história é fundamental para nossa corporação, pois permite preservar a memória coletiva, fortalecer a identidade e inspirar futuras gerações. Conhecer os feitos daqueles que vieram antes de nós nos ajuda a compreender o contexto em que viveram, aprendendo com seus acertos e erros, e promovendo um sentimento de orgulho e pertencimento. Assim, valorizar a história é investir na construção de um legado sólido e na formação de uma sociedade mais consciente e reconhecida por suas raízes.

Cada vez que leio este livro, sinto uma satisfação enorme de pertencer às fileiras dessa gigante e centenária corporação e sinto, também, a obrigação de agradecer àqueles que foram seu alicerce.

Com gratidão,

Jesus Nunes Viana

Coronel R/R PMGO



ASSOF-GO
#orgulhodesermilitar
GESTÃO CORONEL CARLOS



ISBN: 978-65-987319-8-4





ASSOF-GO

#orgulhodesermilitar
GESTÃO CORONEL CARDOSO

A IMPORTÂNCIA DA ALCAM-ASSOF PARA
OS OFICIAIS, A CULTURA E A SOCIEDADE

A Associação dos Oficiais da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás/ASSOF destaca a relevância da Academia de Letras, Ciências e Artes Militares/ALCAM-ASSOF, instituída durante o 1º Encontro de Oficiais Militares do Centro-Oeste, em Goiânia.

Presidida pelo Coronel Allan Pereira Cardoso, a academia surgiu como um espaço privilegiado para a reflexão intelectual e cultural, a ALCAM-ASSOF reúne oficiais da ativa e da reserva, civis com contribuição ao universo militar, representantes federais, estaduais e até estrangeiros, consolidando-se como polo de referência para escritores e pensadores ligados à área de proteção e de defesa.

A ALCAM-ASSOF, em 2024, foi agraciada internacionalmente com o Prêmio Arcelia Yañiz Vda. de Gutiérrez, concedido pela Academia Mundial de Literatura, História, Arte e Cultura, com sede no México, reafirmando sua influência na América Latina e Caribe.

Composto por uma diretoria experiente – incluindo o secretário-geral Professor Jean Jardim, o primeiro secretário Coronel Reno Julius Mesquita e o Conselho Fiscal formado pelos Coronéis Antônio Moreira Bonfim e Décio Fernandes de Faria, a ALCAM-ASSOF conta ainda com membros ilustres como os Coronéis dos Bombeiros Carlos Borges dos Santos e Tiago

GOIÁS DE ONTEM

MEMÓRIAS MILITARES E POLÍTICAS

LINDOLPHO EMILIANO DOS PASSOS

GOIÁS DE ONTEM

MEMÓRIAS MILITARES E POLÍTICAS

2ª EDIÇÃO

Revisada em conformidade com o Acordo Ortográfico,
vigente no Brasil desde 2009.

Copyright©1986 by Lindolpho Emiliano dos Passos.

Coordenação editorial desta 2ª edição:
ALCAM-ASSOF

Diagramação, revisão e arte-final da capa
Sandra Rosa
srosa900@gmail.com



Fotos:

Telas do artista plástico Octo Marques
e Acervo da família

Capa:

Quartel do 20º Batalhão de Infantaria, Cidade de Goiás
(Foto de Jesus Viana com arte digital de Asous Midraj)

CIP - Brasil – Catalogação na Fonte

Dartony Diocen T. Santos CRB-1 (1ª Região)3294

Passos, Lindolpho Emiliano dos.
Goiás de Ontem – Memórias Militares e Políticas./ Lindolpho
Emiliano dos Passos. 2ª ed. rev. atual. – Goiânia: ALCAM-ASSOF, 2025.

328.: il.

ISBN: 978-65-987319-8-4

1. Literatura. 2. Memórias. 3. Polícia Militar. 4. Política – Goiás.
I. Título.

CDU: 82:94

Índice para catálogo sistemático
CDU: 82:94

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia dos familiares do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
2025

Aos meus diletos filhos: Norton e Leonor de Camargo Passos, razão de ser da minha vida, consagro esta obra como prova de amor paternal.

Ao Dr. Fernando Passos C. de Barros, meu afeiçoado sobrinho, incansável incentivador deste livro, profundo agradecimento do autor.

COMISSÃO DE PUBLICAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos esta importante publicação da **Academia de Letras, Ciências e Artes dos Militares/ALCAM-ASSOF**, produzida sob a forma cooperativa da *Comissão de Publicação da ALCAM-ASSOF*, fruto do compromisso e da dedicação de ilustradores nomes das letras, da educação e das instituições de segurança pública.

Trata-se da primeira publicação do projeto “**Parágrafos da Glória: Resgatando a Memória e o Legado Literário do Oficialato Goiano**”, iniciativa que tem como finalidade especificamente preservar, divulgar e celebrar a produção intelectual e a trajetória cultural dos oficiais de Goiás.

Conta com a contribuição dos seguintes Imortais da ALCAM-ASSOF, cuja trajetória e legado enriquecem significativamente o conteúdo aqui apresentado:

Destacamos ainda o apoio fundamental da **Associação dos Oficiais da Polícia e do Corpo Bombeiros Militar de Goiás/ASSOF**, em parceria com a “*Casa do Saber Coronel Cícero Bueno Brandão*”, espaço dedicado à preservação da memória histórica, ao incentivo à leitura e à valorização do saber do oficialato militar goiano. Sua contribuição para a formação intelectual e cultural local tem sido obrigatória, consolidando-se como um centro de referência para pesquisadores, estudiosos e amantes da cultura do Estado de Goiás.

Que o livro se torne, além de um instrumento de reconhecimento, uma fonte de inspiração para as próximas gerações de oficiais, escritores e estudiosos, mostrando que a vocação das armas pode caminhar lado a lado com a paixão pelas letras e pelo conhecimento. Que cada página aqui registrada ecoe nos quartéis, nas academias e na sociedade como um testemunho vivo do compromisso desses homens e mulheres com a cultura, a educação e o legado histórico que nos definem enquanto povo.

Comissão Editorial da ALCAM-ASSOF

*Professor Dr. Jean Jardim
Coronel PM Reno Julius Mesquita
Coronel PM Décio Fernandes de Faria
Coronel BM Carlos Borges dos Santos
Coronel PM Antonio Moreira Bonfim
Ten Cel BM Thiago Costa Chaves*

APRESENTAÇÃO ALCAM-ASSOF

É com imensa satisfação que apresento ao público leitor a **segunda edição revisada e atualiza** da obra *“Goiás de Ontem – Memórias Militares e Políticas”* (1987, 271 páginas), do ilustre **Coronel Lindolpho Emiliano dos Passos**.

Esta publicação faz parte do projeto editorial *“Parágrafos da Glória: Resgatando a Memória e o Legado Literário do Oficialato Goiano”*, coordenado pelo professor Jean Jardim, historiador, escritor e um dos fundadores da **Academia de Letras, Ciências e Artes Militares de Goiás/ALCAM-ASSOF**. Trata-se de uma iniciativa pioneira que visa valorizar e difundir as produções intelectuais dos oficiais das corporações militares goianas, resgatando memórias, experiências e modelos de gestão aplicados no âmbito da segurança pública e da história institucional.

A obra do oficial **Lindolpho Emiliano dos Passos** surge como um marco fundamental desse acervo. Escrita com o olhar crítico e sensível de quem viveu de perto dos principais eventos políticos e institucionais do Estado de Goiás, especialmente entre o início do século XX e meados do século XX, esta autobiografia revela-se uma fonte privilegiada de informações sobre a formação histórica, militar e política de Goiás.

Narrada em primeira pessoa, a obra se divide em três partes: desde a infância na antiga capital até sua longa trajetória no Exército Brasileiro e, posteriormente, na Polícia Militar de

Goiás. Através de suas lembranças relatadas, Lindolpho teve episódios marcantes, como a transferência do 6º Batalhão de Caçadores para Ipameri, a participação nos combates da Revolução Constitucionalista de 1932, missões como Delegado Especial em municípios como Catalão e Jaraguá, além de revelações inéditas sobre os conflitos internos na corporação e os desafios enfrentados durante a transição da antiga capital para a nova – Goiânia.

Lindolpho Emiliano dos Passos nasceu em 18 de fevereiro de 1900, na antiga capital de Goiás, hoje Vila Boa de Goiás, e faleceu em 21 de maio de 1988, tendo vivido mais de oitenta anos de intensa dedicação ao serviço público. Filho de *Antônio Emiliano dos Passos* e *Cândida Milameixas Passos*, era neto, pelo lado materno, do *Major Antônio Martins Milameixas*, veterano da Guerra do Paraguai, e sobrinho de *Samuel Sabino dos Passos*, comerciante proeminente e primeiro prefeito de Vila Boa após a Revolução de 1930. Sua origem familiar, profundamente enraizada na história local, confere a narrativa um valor histórico e genealógico adicional.

Apesar de pertencer a uma família tradicional, *Lindolpho* teve uma infância e juventude marcadas por uma vida modesta. Seus primeiros anos de estudo passaram no Colégio das Irmãs Dominicanas, mas logo precisou abandonar o ensino formal e recorrer a professores particulares. Aos treze anos, ingressou no Seminário Santa Cruz, em Ouro Fino, onde desenvolveu valores fundamentais como disciplina e senso de dever, características que moldariam sua futura carreira militar.

Em outubro de 1919, aos 19 anos, alistou-se como voluntário no 6º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, aquartelado na antiga capital. Começou ali uma trajetória de mais de trinta anos dedicada às fileiras militares. Promovido sucessivamente, tornou-se cabo, sargento e, finalmente, oficial

da Polícia Militar de Goiás após a Revolução de 1930. Sua passagem do Exército para a PM não foi apenas uma mudança institucional, mas sim uma escolha estratégica num momento de reorganização política e militar do país.

Sua atuação na **Polícia Militar de Goiás** se destacou pela firmeza, compromisso com a ordem e visão crítica dos acontecimentos políticos locais. Em meio a um contexto conturbado, marcado pela dissolução parcial da corporação, reformas e demissões de oficiais, *Lindolpho* assumiu responsabilidades cada vez maiores, inclusive como Delegado Especial em municípios como Catalão e Jaraguá, onde atuou diretamente no controle político e manutenção da ordem pública.

Um dos momentos mais dramáticos descritos na obra é sua participação em eventos relacionados à mudança da sede administrativa do estado para Goiânia. À frente da 1ª Companhia da PM na antiga capital, Lindolpho testemunhou e registrou com riqueza de detalhes os conflitos internos na corporação, os choques entre forças policiais e militares, prisões arbitrárias, assassinatos não solucionados e os esforços para manter a disciplina em tempos de grande instabilidade política.

O livro também destaca o papel do autor como testemunha privilegiada de fatos importantes da história republicana de Goiás, como a eleição para a *Assembleia Nacional Constituinte de 1934*, a luta política em municípios interioranos, e os desdobramentos da intenção comunista de 1935. Além disso, *Lindolpho* relata com autorização e esclarecer as exigências sofridas pelos oficiais da PM diante das políticas constantes do governo estadual, muitas vezes resultantes em promoções baseadas em apadrinhamento e não em mérito profissional.

Ao longo de décadas de serviço, *Lindolpho* ocupou cargos de alta relevância, incluindo o Subcomandante Interino do 1º

Batalhão em Goiânia, Chefe do Estado-Maior da Corporação e comandantes de unidades em diversas regiões do estado, como Rio Verde, Jataí e Pedro Afonso. Sua experiência acumulada permitiu-lhe tecer críticas lúcidas sobre a estrutura da Polícia Militar e o papel do oficialato na manutenção da ordem pública.

Mais do que um mero relato pessoal, *"Goiás de Ontem"* é uma janela aberta para o passado, revelando aspectos muitas vezes negligenciados ou omitidos em outras fontes históricas. É uma obra necessária para pesquisadores, gestores públicos, profissionais de segurança e todos os interessados em compreender as raízes da formação institucional e política de Goiás.

A riqueza da narrativa é ampliada pelas gravuras do artista *Octo Marques*, que retratam ambientes e construções históricas de Goiás, conferindo à obra um valor visual e simbólico adicional. O prefácio assinado pelo historiador **José Dilermando Meireles** oferece ao leitor uma contextualização essencial para compreender o papel de *Lindolpho Emiliano* na história da segurança pública e da política local.

Que esta obra não seja apenas mais um título recuperado do esquecimento, mas sim o marco inaugural de um movimento dedicado a resgatar, valorizar e perpetuar a história, o saber e a tradição literária do oficialato goiano. Que ela sirva como ponte entre o passado e o futuro, incentivando novas pesquisas, reflexões e produções que contribuam para a memória institucional e a identidade intelectual da classe militar no Estado de Goiás.

Coronel PM Allan Pereira Cardoso

Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia e do Corpo Bombeiros Militar de Goiás/ASSOF
Presidente da Academia de Letras, Ciências e Artes Militares – ALCAM-ASSOF

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

Jales Guedes Coelho Mendonça

O precioso livro *Goiás de ontem: memórias militares e políticas* (1987), ora em sua 2ª edição, trata-se de uma autobiografia de Lindolpho Emiliano dos Passos (1900-1988), dividida em três partes. A primeira medeia do nascimento do autor ao seu ingresso no Exército Brasileiro (6º Batalhão de Caçadores – 6º B.C.) em 1919; a segunda descortina os 11 anos de serviços prestados nas Forças Armadas; e a última e mais abrangente aborda os mais de 20 anos (1930-1951) de atuação nos quadros da Polícia Militar de Goiás (PMGO).

As lembranças de Lindolpho perpassam seus estudos no Seminário Santa Cruz, em Ouro Fino, distrito da antiga capital goiana, e no conceituado Lyceu de Goiás, e alcançam seu ingresso no 6º B. C. do Exército, bem como os degraus percorridos na carreira militar destinada aos chamados praças (não-oficiais), desde a promoção para cabo, em 1920, até a de 1º sargento, em 1927. Nesse período, participou de episódios marcantes da história brasileira, notadamente o combate à Coluna Prestes.

Em meados de 1930, o autor recebeu a notícia de sua provável transferência para Cuiabá. A Revolução de 1930, todavia, obstou-a. Isso porque os expurgos sucedidos no

oficialato da Polícia Militar de Goiás restaram preenchidos por alguns quadros oriundos do 6º Batalhão de Caçadores, a exemplo do próprio Lindolpho que, de 1º sargento do Exército, transformou-se em capitão da Polícia Militar. Em outras palavras, migrou de um posto subalterno nas Forças Armadas para o grau de oficial da PMGO.

Nesse posto privilegiado, Lindolpho vivenciou acontecimentos políticos e militares cruciais na década de 1930, a exemplo da Revolução Constitucionalista de 1932, motivo pelo qual suas reminiscências constituem-se numa fonte valiosa para a compreensão da denominada Era Vargas.

Um dos relatos sumamente interessantes refere-se às frequentes designações de oficiais da PMGO para a função de Delegado Especial – posição fundamental no controle político de qualquer município na ocasião –, o que os guindava à condição de *longa manus* do interventor federal. Em tal posição, o autor atuou, nos anos de 1933 e 1935, em Catalão e Jaraguá, conhecendo de perto as entranhas do coronelismo ainda vigente e a feroz luta travada entre os grupos políticos rivais.

Da mesma forma que ocorrera em 1922, com a mudança do 6º B. C. da capital de Goiás para Ipameri, Lindolpho assistiu igualmente à remoção do Batalhão da PMGO de Vila Boa para Goiânia, em 1936, assinalando nas duas oportunidades que ambas as cidades ainda não detinham plenas condições de receber um número tão alto de policiais e agregados.

Outra passagem original do livro encontra-se no capítulo alusivo ao momento em que o autor assume o comando da 1ª Companhia da PMGO na antiga capital, no início de 1936, quando a urbe ainda sediava os poderes Judiciário e Legislativo, mas não mais o Executivo, que se mudara para Goiânia no final do ano anterior.

O denso cenário político da época afigurava-se em um grande desafio a ser superado. “O ambiente era estarrecedor”, rememora o Capitão Lindolpho, descrevendo na sequência um evento não consignado até hoje em outra memória, a saber:

Dentre os muitos atos de violência que se registraram, o assassinato de um humilde lavrador, às caladas da noite, à porta do edifício da Assembleia Legislativa, foi, sem dúvida, o que mais apavorou as famílias goianas que se sentiam desprotegidas e inseguras, em face de tantas maldades. Esse crime ficou impune; a polícia não soube como foi e quem o praticou (Passos, 1987, p. 150).

Outro cadáver do período mudancista é descrito por Lindolpho Emiliano dos Passos e decorre de um sério conflito armado entre os integrantes do Exército e da Polícia Militar de Goiás, em plena praça principal da antiga capital.

Em seguida, a narrativa assinala aspectos pitorescos da viagem empreendida à distante Pedro Afonso, cuja duração alcançou quase um mês. Os percalços do trajeto, por terra e pelos cursos d’água do então extremo-norte de Goiás, é um dos destaques da obra, tanto que o prefaciador, José Dilermando Meireles, na primeira edição, compara o texto às crônicas de Mário Palmério e aos romances de Eli Brásiliense.

Suas críticas ao mecanismo de promoção vigente na PMGO à época emergem, também, das páginas do livro, sobretudo quando alude ter permanecido por longos 14 anos no mesmo posto de capitão, sendo promovido a major apenas em 1944. “Prejudicados uns e passados outros para trás, o beneficiado era sempre um apadrinhado político”, anota com justa revolta.

Por fim, embora *Goiás de ontem: memórias militares e políticas* constitua-se uma fonte privilegiada de informações –

algumas não encontradas em outra publicação –, impressiona o seu quase completo desconhecimento, inclusive entre os estudiosos da História de Goiás. Assim, a presente reedição, oportunamente patrocinada pela Associação dos Oficiais da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás – ASSOF-GO e seus colaboradores, traduz, ao mesmo tempo, uma iniciativa benfazeja em prol da preservação de nosso rico patrimônio cultural quanto um merecido tributo ao autor pelo seu esforço de publicar o primeiro trabalho de memórias militares de Goiás.

Jales Guedes Coelho Mendonça

Promotor de Justiça, Doutor em História – UFG

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – IHGG

Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB

Autor do livro A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança – UFG, 2ª ed., 2018

Membro da Academia Goiana de Letras – AGL

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

A literatura goiana ganha, com *GOIÁS DE ONTEM*, de autoria do Cel. Lindolpho Emiliano dos Passos, uma preciosa contribuição pois, ao que me consta, é o primeiro trabalho de memórias militares escrito em Goiás, por alguém que permaneceu durante mais de trinta anos no serviço ativo dessas funções, escalonando todos os seus degraus, do posto inicial ao mais alto da corporação.

O livro cobre um dos mais fecundos períodos da história de Goiás, ou seja, aquele que medeia entre 1920 e 1950, dentro do qual está inserida a epopeia da criação de Goiânia, com todas as implicações político-militares que esse feito extraordinário despertou e sugeriu.

A figura pendular do político e a fibra inquebrantável do estadista Pedro Ludovico Teixeira, com seu barco mudancista flutuando à flor das águas encapeladas das incompreensões, dos interesses contrariados, dos entrecosques entre os que avançavam e os que resistiam, está presente, de corpo inteiro, nas páginas deste livro.

Homem que, efetivamente, viveu a vida militar em toda a sua intensidade e plenitude, participante ativo das campanhas de 1924, 1930 e 1932, o Cel. Lindolpho pode contar histórias porque tem, realmente, muitas histórias para contar.

Não se trata de um escritor profissional, nem de alguém que se tenha empregado no uso continuado da pena, como meio de expressão. No entanto, o leitor verá que se trata de um narrador nato, com excepcionais habilidades, a ponto de fazer inveja a muitos dos que labutam na seara das letras, sobretudo, de um homem organizado e metuculoso, paciente anotador de fatos, ao longo dos anos, e que agora entrega o produto do seu trabalho ao domínio público.

Filho da velha capital do Estado e pertencente a tradicional família vila-boense, o autor se mostra fiel ao sentimento do seu povo, quanto às naturais reações que nele despertou a mudança da capital. E aí estão, a meu ver, as raízes do seu diálogo, por vezes difícil, com o interventor Pedro Ludovico, relatado em várias passagens deste livro.

Estruturado sob a forma de autobiografia, o livro está dividido em três partes.

Na primeira, o autor fala de sua formação e de seus estudos iniciais, sobretudo, no Seminário de Santa Cruz, em Ouro Fino, aproveitando-se para registrar a memória daquele estabelecimento, que educou e formou várias gerações de goianos ilustres. Nessa parte, descreve, com detalhes de percuciente observador, todo o pomposo e solene ritual litúrgico da velha celebração da Semana Santa em Goiás.

Na segunda parte, narra episódios relacionados com seu ingresso nas fileiras do Exército Nacional. Há, aqui,

registros de significativa importância histórica, como o incêndio da igreja da Boa Morte, na velha Capital, e a transferência da sede do 6º BC para a cidade de Ipameri. Há, também, o relato de muitos fatos pitorescos ligados à vida na caserna, que tornam a leitura sobremodo amena e agradável

A terceira e última parte descreve a carreira policial-militar do autor. Talvez seja essa a parte mais fecunda e interessante da obra. Nela é que está a narrativa da participação da Polícia Militar de Goiás na Revolução Constitucionalista de São Paulo; o relato das intromissões indébitas da política nos organismos policiais da capital e do interior do Estado; a evolução e o aprimoramento organizacional da Polícia goiana; e, finalmente, a descrição detalhada que, por si só, valeria o livro, de uma expedição de ida e volta, quase épica, de Goiânia a Pedro Afonso, no extremo-norte do Estado, com o já folclórico roteiro, cheio de percalços, dos precários transportes rodoviários da época, e da aventureira navegação sobre as águas do caudaloso Rio Tocantins, prenhe de surpresas, mas carregada de poesia e encantamento, que segura o leitor, tal como as crônicas de Mário Palmério, em *Vila dos Confins*, ou as narrativas de Eli Brásiliense, em seus romances, que têm por cenário o Norte Goiano.

Não nos podemos esquecer de que o autor é soldado e, como tal, não dispensa a precisão de datas e horários, como se estivesse a escrever um diário de campanha. Mas esse é o seu sinete, a sua marca registrada, o seu sinal público, por assim dizer, com o qual o leitor deverá habituar-se, para apreciar o livro em sua plenitude.

A minha opinião é a de que o Cel. Lindolpho Emiliano dos Passos produziu trabalho útil e amadurecido e, por essa razão, antevejo o seu êxito, como coroamento do grande esforço realizado por um homem que escreve o seu primeiro livro já depois dos oitenta anos de idade, deixando, além de tudo, um edificante exemplo para a sua geração.

Brasília, janeiro de 1986.

José Dilermando Meireles

Academia de Letras e Artes do Planalto – ALAP
Academia Goiana de Letras – AGL

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO 1

NASCIMENTO, INFÂNCIA E JUVENTUDE	29
ASPECTOS DA IGREJA DE OURO FINO	34
PEDREIRA DE SÃO SEBASTIÃO	35
UMA EXCURSÃO A PÉ – ENCONTRO COM O BISPO	36
UM BONECO MISTERIOSO	38
ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO	39
TÉRMINO DAS FÉRIAS	40
OS FUNERAIS DE MEU AVÔ	42

CAPÍTULO 2

SEMANA SANTA.....	45
FESTAS LITÚRGICAS DA SEMANA SANTA	47
I - Domingo de Ramos	47
II - Ofício de Trevas.....	48
III - Quinta-Feira Santa	49
IV - Sexta-feira da Paixão	50
V - Sábado Santo	50
VI - Domingo da Ressurreição	51
RETORNO AO SEMINÁRIO	51
OCORRÊNCIAS FINAIS.....	52
FIM DO ANO LETIVO.....	53
REABERTURA DO SEMINÁRIO	53

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 1

INGRESSO NA CARREIRA MILITAR	57
O INCÊNDIO DA IGREJA DE N. SRA. DA BOA MORTE	60

CAPÍTULO 2

MUDANÇA DO 6º BATALHÃO DE CAÇADORES PARA IPAMERI	63
A CIDADE DE IPAMERI	66
PRISÃO DE UM CAPITÃO	67
OS BORDÉIS B1, B2 E B3 - "AS MARIPOSAS"	68
APERTURAS DE UM SARGENTO	69
MEU CAVALO, SARGENTO!	70
PRENÚNCIO AZARENTO	73
MALANDRAGEM DE UM SARGENTO	74

CAPÍTULO 3

NA COMPANHIA ISOLADA DO 6º BATALHÃO DE CAÇADORES	77
--	----

CAPÍTULO 4

RETORNO ÀS ATIVIDADES DE INSTRUTOR MILITAR	87
--	----

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO 1

VIDA POLICIAL MILITAR	95
-----------------------------	----

CAPÍTULO 2

UMA DILIGÊNCIA POLICIAL	99
-------------------------------	----

CAPÍTULO 3

A POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO (1932)	107
BATISMO DE FOGO	115
OCUPAÇÃO DA CIDADE DE SANTANA DO PARANAÍBA, EM MATO GROSSO	116
COMBATE EM QUITÉRIA - 1ª FASE	121
COMBATE EM QUITÉRIA - 2ª FASE	128
OCUPAÇÃO DA FAZENDA BEIJA-FLOR	133
COMBATE NO RIO SUCURIÚ	133
OCUPAÇÃO DA CIDADE DE TRÊS LAGOAS	140
DISSOLUÇÃO DAS FORÇAS GOIANAS, RETORNO A GOIÁS	142
DEPOIS DA LUTA, A DECEPÇÃO	144

CAPÍTULO 4

OCORRÊNCIAS POLICIAIS - DELEGACIA DE CATALÃO	147
--	-----

CAPÍTULO 5

DE VOLTA AO QUARTEL	159
DELEGACIA DE CAMPINAS	161
PUGILATO INÉDITO	163
DILIGÊNCIA NA CIDADE DE JARAGUÁ	165

CAPÍTULO 6

MUDANÇA DO BATALHÃO DE POLÍCIA PARA GOIÂNIA	173
NO COMANDO DA 1ª COMPANHIA ISOLADA EM GOIÁS	175
ESCOLA REGIMENTAL	178
HORTA	179

CAPÍTULO 7

CRISE POLÍTICA ENVOLVE A POLÍCIA MILITAR	181
OUTROS ACONTECIMENTOS	185

CAPÍTULO 8

NA CHEFIA DO GABINETE MILITAR.....	191
NO SUBCOMANDO DO BATALHÃO	194

CAPÍTULO 9

FIXAÇÃO DO NOVO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR - CRIAÇÃO DO COMANDO-GERAL	201
COMANDANTES DAS NOVAS UNIDADES.....	215
NO COMANDO INTERINO DO 1º BATALHÃO	216
INSTALAÇÃO DO COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MILITAR.....	217

CAPÍTULO 10

POSSE DO NOVO COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR	219
NA COMPANHIA ISOLADA DE RIO VERDE.....	224
DO CURSO DE EMERGÊNCIA AO COMANDO DO 2º BATALHÃO DE INFANTARIA	225
TRAMA DIABÓLICA.....	226
NA CIDADE DE JATAÍ.....	228
I - Prisão de um ladrão.....	230
II - Detenção por desacato a autoridade policial.....	233
VISITA IMPREVISTA.....	234
PRENÚNCIO DE UMA CARTA.....	235
ORDEM DE RECOLHIMENTO.....	236

CAPÍTULO 11

PARTIDA PARA PEDRO AFONSO.....	239
ASPECTOS DA VILA DO PEIXE.....	247

PESCARIA NO RIO SANTA TEREZA.....	248
PESCA DE UM JARARACUÇU.....	249

CAPÍTULO 12

VIAGEM PARA PORTO NACIONAL (VIA RIO TOCANTINS)	253
PORTO NACIONAL	260

CAPÍTULO 13

VIAGEM PARA A VILA TOCANTÍNIA.....	263
JORNADA FINAL	266
ASSUNÇÃO DE COMANDO.....	268

CAPÍTULO 14

ASPECTOS DA CIDADE DE PEDRO AFONSO	269
DIA DO SOLDADO	272
ACONTECIMENTO CONSTERNADOR.....	274
PESCA DE UMA PIRATINGA.....	276
ALVISSAREIRA NOTÍCIA.....	278
RETORNO A GOIÂNIA	279
VIAGEM DE RETORNO À VILA DO PEIXE.....	280
TRÁGICO ACIDENTE.....	282
VIAGEM PARA GOIÂNIA	284

CAPÍTULO 15

NA CHEFIA DO ESTADO-MAIOR DA POLÍCIA MILITAR	285
PROMOÇÃO AO POSTO DE MAJOR.....	287
NA DIRETORIA DA CAIXA BENEFICENTE	288
PROMOÇÃO AO POSTO DE TENENTE-CORONEL.....	290
NO DEPARTAMENTO DE INSTRUÇÃO MILITAR.....	292
NO COMANDO-GERAL INTERINO	293
NA CHEFIA DO ESTADO-MAIOR DA PM.....	294
MISSÃO DE REPRESENTAÇÃO.....	295

ACAMPAMENTO NO RIACHO SANTO ANTÔNIO	297
CORONEL OTAVIANO EXONERA-SE DO COMANDO-GERAL DA PM....	298
NO COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MILITAR	299
ESTRANHO CHAMADO	300
OCORRÊNCIA FUNESTA.....	303

CAPÍTULO 16

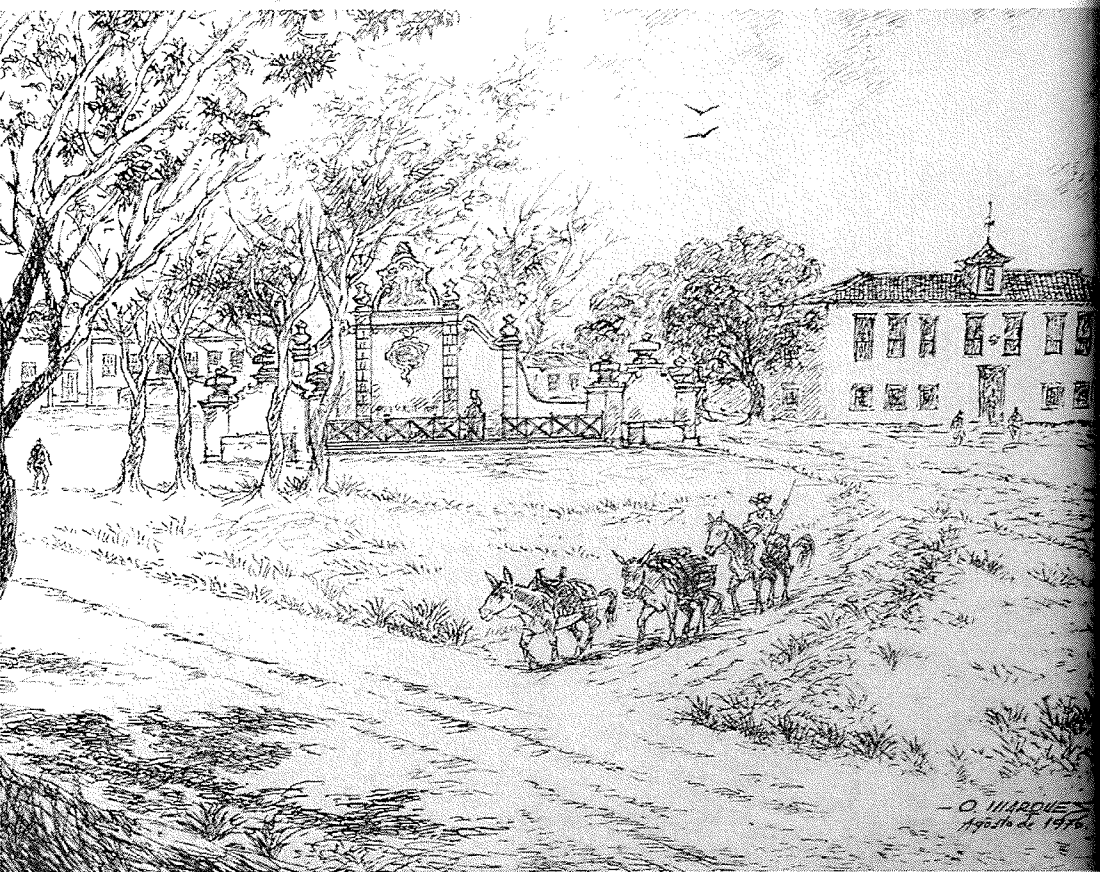
PREPARANDO PARA A INATIVIDADE	305
TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA.....	308
CONVOCAÇÃO PARA O SERVIÇO ATIVO.....	310
PROMOÇÃO AO POSTO DE CORONEL - TRANSCRIÇÃO DO DECRETO	311
DOAÇÃO DE LIVROS.....	312
CONDECORAÇÃO.....	315

CONCLUSÃO	317
-----------------	-----

SUMÁRIO HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

(De 1858 a 1947).....	319
-----------------------	-----

PRIMEIRA PARTE



Praça do Chafariz, Goiás (Octo Marques, 1976)

CAPÍTULO 1

NASCIMENTO, INFÂNCIA E JUVENTUDE

Nasci na cidade de Goiás, antiga capital do Estado, aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1900, às cinco horas da manhã, na casa n.º 47, à Rua do Comércio, mais conhecida por Rua d'Água. Foram meus pais, o ourives Antônio Emiliano dos Passos, à época com trinta anos de idade, e Cândida Milameixas Passos, doméstica, com vinte e oito anos. A parteira foi a preta velha Ursulina, conhecida de todos pela alcunha de "Sá Úrsula".

Meus avós paternos foram João Sabino de Passos e Bárbara de Almeida Passos; e, os maternos, o Major Antônio Martins Milameixas, veterano da Guerra do Paraguai, e Ana Joaquina Milameixas.

Aos seis meses de idade, fui batizado na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte pelo padre Inácio de Albernaz, tendo por padrinhos os tios Joaquim José de Souza e Joana de Passos Souza.

A madrinha de carregar foi a preta Tertuliana, doméstica criada por meus pais e filha de uma escrava de vovô Milameixas.

Com a idade de sete anos, fui matriculado no Colégio das Irmãs Dominicanas, onde, com a Irmã Maria Estefânia, aprendi o ABC.

Essa professora era boníssima, mas não poupava os alunos vadios de minha marca, castigando-nos com uma varinha delgada, conhecida por taquari. Por mais de um ano, permaneci nesse Colégio, até que, não tendo obtido nenhum progresso, por ser vadio incorrigível, as freiras aconselharam minha mãe a transferir-me para outro estabelecimento de ensino. Daí em diante, até os meus doze anos, frequentei as escolas particulares de dona Angélica, de Gabriel Patroclo, de Carlos Leite e o Educandário Paulista, das Irmãs Ritoca, Anastácia e Miloca e, finalmente, a de Mestra Nhola Pacífica, de onde saí para o Seminário de Santa Cruz, em Ouro Fino.

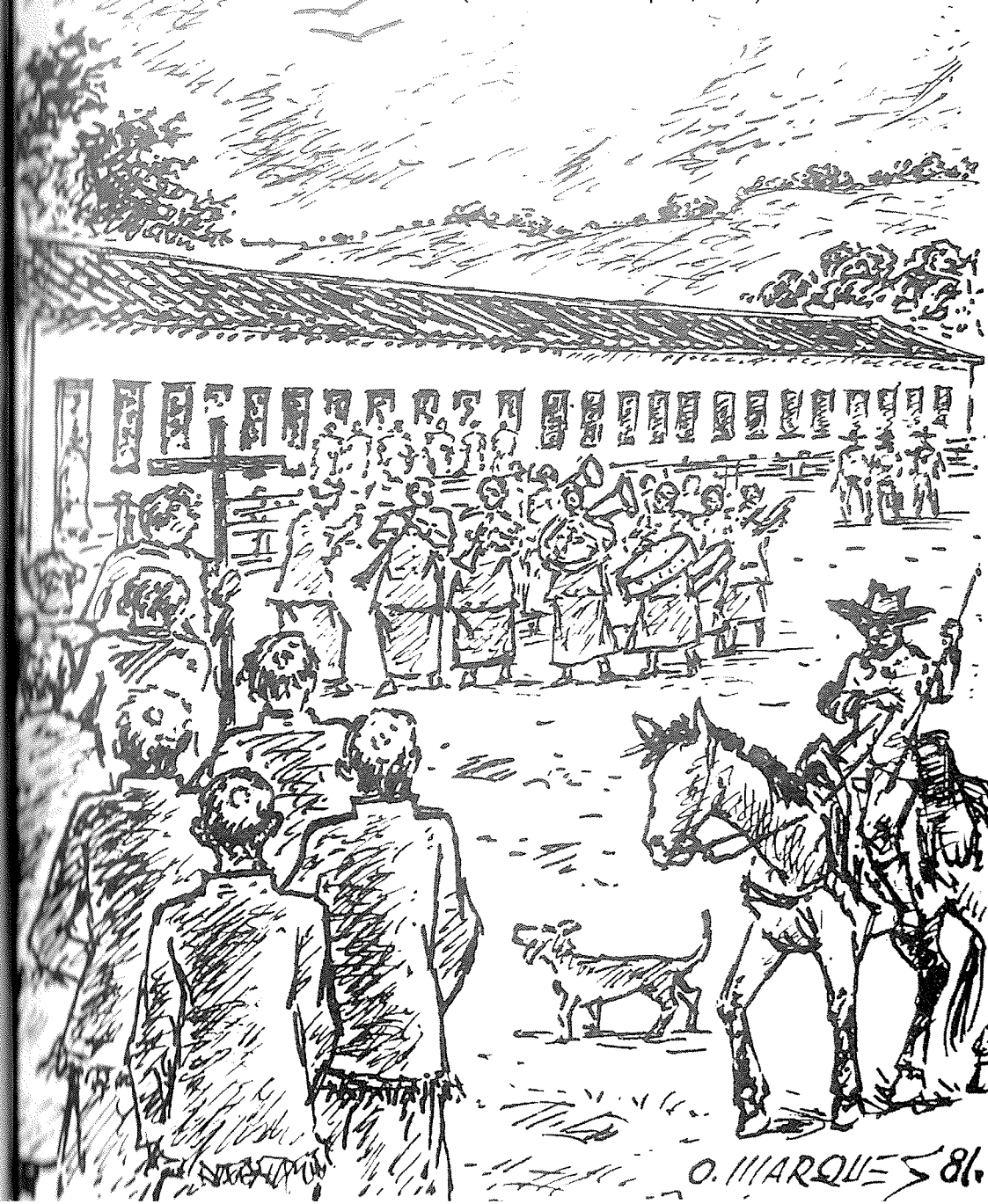
Em julho de 1912, fui internado com meus irmãos Olderico e Levino no referido Seminário. Era eu, dos irmãos, o caçula.

O Seminário era um casarão edificado num grande largo à entrada do arraial. Uma igreja e várias residências particulares formavam o conjunto dessa praça. O edifício do Seminário era de aspecto antigo e tinha uma frente muito extensa, intercalada por pequenas janelas envidraçadas (que não se abriam) ao longo de toda a parede, a qual era protegida por uma rústica grade de madeira, alta.

Chegamos a Ouro Fino, à tarde, e fomos recebidos na portaria do Seminário pelo diácono¹ Oscar Silva, que nos conduziu à sala de visitas, onde o padre José Marques Vidal, de nacionalidade portuguesa e Reitor do estabelecimento, já nos esperava. Enquanto meu pai dialogava com o Padre-Reitor, fomos, em companhia de mamãe, levados a conhecer as dependências do velho casarão, pelo diácono Oscar. Visitamos a capela, as salas de aula, os dormitórios, pátios de recreações, cozinha, refeitórios etc., e voltamos à sala de visitas para as despedidas de nossos genitores que retornavam a Goiás.

Foi com profunda tristeza que os vimos partir naquela tarde quente e fumarada do mês de julho, sendo levados, a seguir, pelo frei Alexandre², regente de turma, ao alojamento onde

Fachada do extinto prédio do Seminário de Santa Cruz, no antigo arraial de Ouro Fino, Goiás (tela de Octo Marques, 1981)



¹ Ministro da igreja.

² Alexandre não era frade e, sim, aluno do seminário, com ordem de tonsura.

fomos apresentados aos seminaristas Antônio Bandeira, José Pires e Domingos Cardoso, todos eles remanescentes do ano anterior. Esses meninos, como eu, de uns doze a quatorze anos, embora ausentes de suas famílias, residentes em cidades distantes, já estavam acostumados à tristeza que o vazio do seminário apresentava no período de férias; eram risonhos, brincalhões, alegres e comunicativos.

O alojamento era um grande cômodo que servia de dormitório e sala de estudos, possuindo várias janelas e duas portas que davam acesso ao pátio de recreações e área coberta das instalações sanitárias.

Eram mais ou menos quatro horas da tarde. Vestimos nossos calções de banho e fomos com esses meninos, agora nossos colegas, lavar-nos no Ribeirão Praia, que corria no fundo do Seminário. Além desse ribeirão, de água cristalina e fria, havia também um rego que despejava enorme bica num monjolo destinado ao beneficiamento de gêneros alimentícios e um carneiro hidráulico, responsável pelo abastecimento das caixas d'água da cozinha e lavatórios.

Às cinco horas, voltamos do banho, arrumamos a cama e nossas coisas. Vestimos, pela primeira vez, a batina e ficamos preparados para o jantar. Ao toque da sineta, frei Alexandre levou-nos ao refeitório. Com o regente, éramos sete, e, de pé, ao longo de uma mesa comprida, aguardamos a chegada dos padres superiores, que não tardaram. Depois da reza, foi servido o jantar que constou de feijão, arroz, picadinho de carne-seca com abóbora e mandioca cozida; por sobremesa, foi servida uma banana a cada aluno e laranjas aos padres. Foi essa a nossa primeira refeição no Seminário.

Às seis horas da tarde, rezamos o *ANGELUS*, oração recitada diariamente nesse horário e ao meio-dia pelos padres e seminaristas, ao som de pequenas badaladas de um sino. Às sete horas da noite, o terço na capela e, findo esse, regressamos ao alojamento onde nos foi servido chá com bolachas, durante uma pequena recreação.

A capela do seminário, o recinto que primava pela pintura, asseio e conforto, era bastante espaçosa, tinha o teto forrado e o piso assoalhado. No presbitério, erguia-se um pequeno altar, tendo ao alto a imagem de Nossa Senhora das Dores, ao centro o sacrário ladeado de castiçais e ornamentos outros. Um pequeno púlpito para a recitação de sermões, um harmônio e a lâmpada do Santíssimo completavam a indumentária daquele recinto sagrado. A capela tinha duas entradas: uma pela frente, que ligava à sala de visitas – permitida a pessoas estranhas que lá ouviam missa aos domingos; e outra que se comunicava com a parte interna, privativa dos padres e seminaristas. Bancos e algumas cadeiras eram os únicos móveis da capela.

O alojamento dividia-se em duas partes: uma servia de sala de estudos, com três grandes mesas e alguns toscos bancos de madeira; e outra parte, maior, era o dormitório, com duas alas de camas rústicas, uma ao lado da outra, separadas entre si por pequeno espaço denominado “cubículo”, que servia de depósito de malas e objetos dos alunos. Todo o piso era de chão batido e o recinto, à noite, iluminado precariamente por única luz de um lampião a querosene. Se, durante o dia, o seminário era vazio e triste, com suas dependências quase todas fechadas, à noite, era pior ainda, sobretudo pela escassez de iluminação, razão pela qual os alunos serviam-se de urinol, evitando as privadas que ficavam numa área externa junto ao pátio de recreação.

Depois da oração da noite, última do dia, fomos dormir. Infelizmente, não consegui conciliar o sono. Passei quase toda a noite acordado, sofrendo uma angústia terrível por tantas coisas em que pensava. De repente, uma forte rajada de vento apagou o lampião e aí foi que o medo me apavorou; comecei a chorar, despertando o regente que acendeu o lampião e me confortou bastante. O resto da noite, choveu muito; embalado pelo aguaceiro que caía das bicas do telhado, adormeci.

Despertei ao badalar da sineta: levantei-me e, com os demais alunos, fui à área lavar o rosto e cuidar da higiene pessoal. Às sete horas, ouvi a Santa Missa celebrada pelo Padre-Reitor, servindo de ajudante (coroinha) o seminarista

José Pires. O café da manhã foi servido aos alunos no alojamento, e o almoço, às dez horas, constou do mesmo menu do jantar da véspera.

Era costume haver, após as refeições, um grande recreio no qual padres e seminaristas disputavam partidas de xadrez, damas, dominó etc. Com o decorrer do tempo, fui me acostumando com o método de vida disciplinar do seminário e amoldando-me aos costumes de seu ritual religioso, uma das primeiras coisas que aprendi foi ajudar na Santa Missa, toda rezada em latim.

Aos domingos, fazíamos pequenas excursões, visitando chácaras e fazendas, recebendo de seus proprietários ótimas acolhidas com donativos de doces e frutas. Também, os moradores do arraial eram generosos com os padres e alunos, para os quais mandavam bandejas de doces, biscoitos e frutas.

Ouro Fino tinha pequena população, na maioria constituída de pessoas humildes, muitas das quais trabalhavam no seminário em diversas atividades. Os empregados do seminário não podiam se comunicar com os alunos, tampouco esses com aqueles; a proibição era rigorosa, e uma desobediência importava em severo pito e, às vezes, em castigo. Os particulares eram atendidos na portaria pelo padre encarregado desse serviço.

ASPECTOS DA IGREJA DE OURO FINO

A igreja de Ouro Fino era de construção muito antiga e tinha por padroeira Nossa Senhora do Pilar, cuja imagem no altar-mor era ladeada pela de São Sebastião. Além dessas imagens; figuravam nas laterais do mesmo altar as estatuetas de dois anjos nus. Bancos de madeira serviam de assento à comunidade religiosa; um grande cruzeiro em frente e um pequeno cemitério ao lado, cercado por muros, faziam parte da igreja.

A festa da padroeira era comemorada com muita pompa e assistida por romeiros vindos de várias localidades, inclusive da capital.

PEDREIRA DE SÃO SEBASTIÃO

Dos passeios que fazíamos nas imediações de Ouro Fino, na Pedreira de São Sebastião era sempre constante pela abundância de frutos silvestres, sobretudo caju, que colhíamos nos campos dos arredores. Essa pedreira, tradicionalmente conhecida, tem uma lenda muito antiga. Diziam os veteranos moradores do arraial que um roceiro, campeando um animal, chegou àquelas paragens e notou num nicho de pedra ao alto do rochedo a imagem de um santo. Alarmado com a descoberta, correu ao arraial, levando a notícia do achado aos moradores que acorreram ao local, transformando-o num acampamento de romeiros vindos de suas roças distantes para verem o santo e orar. Posteriormente, resolveram retirá-lo de seu nicho, ocasião em que se constatou tratar-se da imagem de São Sebastião, levando-a em procissão para a igreja do arraial. No dia imediato, o sacristão notou a falta da imagem no altar e, depois de esgotados todos os recursos para encontrá-la na igreja, foram todos à pedreira. Lá estava a imagem em seu nicho natural! De novo, conduziram a rebelde imagem que, no dia imediato, tornou a desaparecer e, desta feita, ninguém mais a viu em seu nicho, cuja entrada era guardada por grande enxame de ferozes marimbondos. Fincaram, no local, grande cruz de madeira.

UMA EXCURSÃO A PÉ — ENCONTRO COM O BISPO

Em meados do mês de setembro, o Padre-Reitor convocou os seminaristas para uma caminhada a pé até Areias, pequena Vila a doze quilômetros de Ouro Fino, com a finalidade de um encontro com o bispo, Dom Prudêncio, que regressava a Goiás depois de longa e penosa viagem a cavalo. Feitos os preparativos, partimos na manhã seguinte. A caravana era chefiada pelo padre Vidal e dela faziam parte, além do diácono Oscar Silva, seis seminaristas e um guia.

A marcha era lenta porque o Padre-Reitor não tinha treinamento algum para esse tipo de viagem, razão pela qual chegamos a Areias após quatro horas de caminhada. O encontro com o bispo deu-se às quatro horas da tarde, tempo bastante avançado para nosso retorno.

Empreendemos a viagem de volta. Enquanto havia clareza, as coisas correram mais ou menos bem; porém, à medida que a noite chegava, o ritmo da marcha diminuía, não só pela escuridão, bem como pelos acidentes do terreno. Desacostumado a longas caminhadas, o Padre Vidal, já idoso, foi acometido de fortes câibras na perna esquerda, que o impossibilitaram de andar. O diácono Oscar, aplicando várias massagens na região atingida, aliviou um pouco as dores do paciente. O tempo ameaçava chuva, e a noite muito escura contribuía para aumentar ainda mais o sofrimento do padre, que foi acometido de novas crises, agora nas duas pernas, às margens de um curso d'água onde os ruídos de grilos e rãs-de-brejo o apavoraram. Quando foi informado pelo diácono Oscar, de que os barulhos eram guizos de cobra cascavel, o medo de ser picado por cobra foi tamanho que o padre se esqueceu das dores musculares e, em longas passadas, sem ajuda de ninguém, foi para junto de uma fogueira feita pelo seminarista Antônio Bandeira.

Enquanto isso acontecia, o aluno José Pires providenciou com um dos moradores na redondeza um animal de sela para montaria do padre Vidal. Foi assim que chegamos de volta a Ouro Fino, debaixo de forte temporal, depois das dez horas da noite.

BRINCADEIRA DE MAU GOSTO

Chegou ao seminário o menorista³ José Rosa, vindo do Seminário Maior de Mariana (MG), para completar seus estudos e ordenar-se em Goiás com D. Prudêncio. José Rosa era de cor preta, mediana estatura, corpulento e de muita força física, alegre, brincalhão, contador de bravatas e anedotas.

Recém-chegado a Ouro Fino, encontrou-se casualmente, quando a passeio, com Joaquim Leite, zelador e sacristão da igreja do lugar. De baixa estatura, cabeça avolumada portando um chapéu velho com aba virada na testa; trajava roupas rotas, descalço, com uma patrona de couro a tiracolo; eis o homem exótico com quem José Rosa entabulou longa conversação.

Joaquim Leite, posteriormente, contou ao diácono Oscar todas as fanfarronadas que ouvira de José Rosa, principalmente sobre sua vasta riqueza. Desta simples e ingênua conversa, o diácono, que não era “flor de cheirar”, com o seminarista Antônio Bandeira, outro endiabrado, urdiram uma brincadeira de mau gosto com José Rosa. Antes de pô-la em execução, disseram-lhe que Joaquim Leite era um bandido, ladrão inveterado, que matava para roubar; homem, enfim, muito perigoso que assaltava suas vítimas à noite na cama. José Rosa atemorizou-se com a narrativa e acreditou piamente na mentira. O caminho para a brincadeira estava aberto, restava apenas pô-la em prática.

Os endemoninhados Oscar e Bandeira fizeram um busto de boneco com as mesmas características de Joaquim Leite e o colocaram, à noite, no portal da janela que, do pátio de recreio, abria-se para o interior do dormitório, no ponto exato da cama de José Rosa. Mais tarde, quando todos fingiam dormir, sob a luz fraca do lampião, Antônio Bandeira, do lado de fora, abriu lentamente a janela, e o boneco inclinou-se para dentro, dando a impressão de que tirava qualquer coisa da capanga que trazia a tiracolo. Nessa altura, José Rosa começou a gritar e a chamar

³ Clérigo menor da ordem.

com insistência o diácono Oscar, a quem pedia remédio para dor de barriga e, apontando para a janela, balbuciava:

– Ladrão tá aí!!! Ladrão tá aí!!!

Oscar não conteve o riso; dobrou-se em gargalhadas, tirou o monstrengo da janela e o deu a José Rosa que, enraivecido, espatifou-o.

UM BONECO MISTERIOSO

Era praxe servirem-se os padres de um cafezinho às seis horas da tarde em suas celas, onde se recolhiam para rezar o breviário. Essa bebida era caprichosamente preparada pelo cozinheiro Ireno, que a conduzia numa grande bandeja e, pessoalmente, servia aos sacerdotes. Era ele muito humilde; morava com a família num casebre perto do seminário. Tinha boas qualidades, era obediente e cumpridor de seus deveres, razão pela qual todos o estimavam. Esse nosso amigo, entretanto, era de uma ingenuidade de fazer dó; muito supersticioso, acreditava em aparições de almas de outro mundo, no relincho de mula sem cabeça, no saci-pererê e outras bobagens que pessoas maldosas lhe metiam na cabeça.

Certo dia, os seminaristas Antônio Bandeira e Olderico Passos resolveram pregar-lhe um susto. Para tanto, arranjaram um ananás, tiraram-lhe a coroa e, em seu lugar, fincaram uma laranja numa haste de madeira, figurando uma cabeça; com outras hastes pequenas, duas na parte de baixo e duas ao lado, formaram pernas e braços, transformando a fruta, depois de arrumada, num autêntico boneco. Tudo feito no maior sigilo, foram ao grande corredor à procura de um lugar para pendurar o boneco.

Esse corredor dividia, de ponta a ponta, o casarão do seminário em dois pavilhões: um, à direita de quem entrava pela portaria; e outro, à esquerda, no mesmo sentido. Todas as celas, quer a do senhor bispo, quer as dos padres, ficavam

nesse corredor. No centro dessa estreita e longa passagem, descia do teto um sino preso a uma corrente, e foi nesse local que os rapazes penduraram o boneco na ponta de um cordão comprido, amarrando a outra extremidade a um pedaço de tábua junto ao solo, de forma que, pisando-se nela, o boneco cairia pesadamente.

Às seis horas da tarde, o corredor já era bastante escuro e não se enxergava a armadilha. Como de costume, conduzindo a grande bandeja de café, nosso amigo Ireno embrenhou-se pelo corredor e, de repente, a coisa aconteceu: o boneco caiu na bandeja, essa foi ao chão, e o pobre homem botou a boca no mundo.

Tremia como vara verde! Os seminaristas estavam no recreio e, alarmados com os gritos, acorreram ao local, onde já se encontrava, também, o Padre-Reitor, que prometeu punir os culpados.

ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO

Antes de relatar algumas ocorrências do ano letivo no seminário, desejo esclarecer as razões que levaram meus pais a nos internar – a mim e meus irmãos – nesse educandário no período de férias, quando poderiam tê-lo feito em outubro, época do início das aulas. Isso aconteceu por circunstâncias muito especiais.

Em agosto de 1911, meu pai foi nomeado pelo então Presidente do Estado de Goiás, Dr. Urbano Coelho de Gouveia, administrador do porto de Ipê Arcade, no Rio Paranaíba, divisa de Goiás com Minas Gerais. Administrava o tráfego da ponte que dava acesso à cidade de Araguari, por onde, à época, quase todo intercâmbio comercial era feito.

Meu pai, após a prestação da fiança exigida, abonada por seu irmão Samuel Sabino de Passos, forte comerciante na capital, deslocou-se a cavalo acompanhado de seu filho Levino e do condutor e tropeiro, Cantuário, a vinte e um do referido mês para o sítio do seu emprego, onde chegou ao fim do mes-

mo mês, assumindo o exercício do cargo. Em março de 1912, licenciou-se e voltou a Goiás, a fim de conduzir a família para o mencionado Porto. Viajar, naquela época, com família numerosa, requeria um preparativo dispendioso e demorado. Não obstante, esse impasse foi superado. Tudo ficou preparado para que a longa jornada a cavalo fosse realizada no período de estiagem no mês de julho.

Então, ficou acertado nosso internamento no seminário, providência que foi também ajustada com o senhor bispo, Dom Prudêncio.

Depois dos dispendiosos gastos com matrícula, confecções de enxovais etc., houve grandes mudanças no regime político do Estado, com a queda dos Bulhões, prestigiosos chefes políticos de quem meu pai era acérrimo partidário e, consequentemente, cancelou a viagem, aguardando o desenrolar dos acontecimentos, cujo desfecho foi a substituição no cargo, depois de já nos ter matriculado no seminário.

TÉRMINO DAS FÉRIAS

Na última semana de setembro, os alunos que moravam em cidades distantes retornaram ao seminário para novo ano letivo, com início a 1º de outubro; aqueles que residiam na capital do Estado o faziam no último dia do referido mês.

Eram divididos os alunos em duas turmas – maiores e menores – completamente separadas.

A direção do seminário ficava a cargo do Padre-Reitor, que tinha atribuições de professor e administrador. Cooperavam em outras atividades, como professores e regentes, cinco sacerdotes, um diácono, um menorista e três tonsurados; também, frades dominicanos, quando solicitados pelo bispo, tomavam parte nas bancas examinadoras. Além dos cursos primário e secundário, havia o de Teologia para os noviços.

No ano letivo, obedeciam-se os seguintes horários: às 6h, despertar; às 6h30, missa; às 7h, café; das 7h30 às 8h, estudo; às 8h, 9h e 10h, aulas; às 10h30, almoço; a seguir, recreio até as 12h; das 12h até as 15h, estudo; às 15h, aulas; às 16h, banho; às 17h, jantar; recreio até as 18h30; às 19h, recitação do terço, na capela; às 19h30, merenda seguida de recreio; às 20h30, Oração da Noite, na capela; às 21h, repouso.

As duas turmas – maiores e menores – não iam além de quarenta alunos, quinze na primeira; e vinte e cinco na segunda. As camas eram de madeira rústica, colocadas uma ao lado da outra, deixando um espaço, alinhadas em fileiras em ambos os lados do dormitório, formando um corredor no centro. As roupas de cama, inclusive o colchão, eram do aluno porque o seminário não as fornecia. Ainda, faziam parte do enxoval do aluno: roupas brancas de uso diário, batinas, cabeção, golinha, barrete, sobrepeliz que, com outros objetos, eram guardados numa frasqueira, no cubículo da cama do aluno.

A sala de estudos ficava na parte final do dormitório; três grandes mesas e alguns bancos de madeira eram seus únicos móveis. A iluminação, à noite, era precária e feita por um lampião a querosene.

A regência ficava a cargo dos menoristas e tonsurados, que se revezavam, tendo os regentes poderes disciplinares sobre os alunos. O uso da batina era absolutamente obrigatório, o aluno só podia despi-la ao se deitar. Era proibido fumar, como também usar produtos perfumados. Nos recreios, passeios, aonde quer que fosse, os regentes não permitiam que os alunos ultrapassassem os limites fixados.

Após o despertar, ao toque da sineta, os alunos rezavam com os regentes O *TE DEUM* e, em seguida, dirigiam-se aos lavatórios e privadas na área externa. Depois do toque da sineta, eram levados à capela para ouvirem a Santa Missa e, após seu término, servia-se o café da manhã na sala de estudos. Durante as refeições, os comensais não podiam conversar, salvo nos dias de festa, quando havia permissão do Padre-Reitor. Serviam-se das iguarias postas à mesa pelos copeiros e passavam-nas aos

vizinhos por meio de sinais convencionais, enquanto um aluno lia, num púlpito, em voz audível, trechos de obras sacras.

Os recreios e passeios eram diversões prediletas da meninada, os jogos esportivos preferidos eram a barra-manteiga, malha, maré, bete, carniça e outros. À noite, depois do terço, era servida, no refeitório, uma merenda de canjica malcozida; alguns alunos dela não comiam, outros, os gaiatos, serviam-se dos grãos de milho para atirar nos colegas, no grande corredor de volta ao recreio. Essa merenda, posteriormente, foi substituída por café com leite com farinha de milho.

A oração da noite tinha a participação dos padres, regentes e alunos, sendo assistida, também, pelo bispo, quando pernoitava no seminário.

OS FUNERAIS DE MEU AVÔ

No dia 12 de março de 1913, quarta-feira, chegou ao seminário, por volta de meio-dia, um portador com três animais arreados e uma carta de Dom Prudêncio Gomes da Silva ao Padre-Reitor, autorizando nossa ida à capital para assistirmos aos funerais de nosso avô materno.

O falecido tinha noventa e um anos de idade, era, como já disse, Major reformado do Exército Nacional e veterano da Guerra do Paraguai. O sepultamento ocorreu às cinco horas da tarde, saindo o féretro de sua residência, sita à Rua D'Abadia, junto à igreja de mesmo nome, com grande acompanhamento.

Nas proximidades do cemitério, já se encontrava uma Companhia do Exército, sob o comando do Capitão Mesquita, para o cerimonial de honras fúnebres. As exéquias constituíam-se

em disparos junto ao ataúde de três tiros de festim, dados pela tropa ao comando do respectivo chefe. Nesse ato, tão comovente e solene a que centenas de pessoas assistiam, aconteceu um imprevisto.

O cortejo fúnebre parou à porta do cemitério, o caixão mortuário foi postado sobre dois tamboretas no centro da formação militar, o silêncio era completo. Ouviu-se a voz do comando:

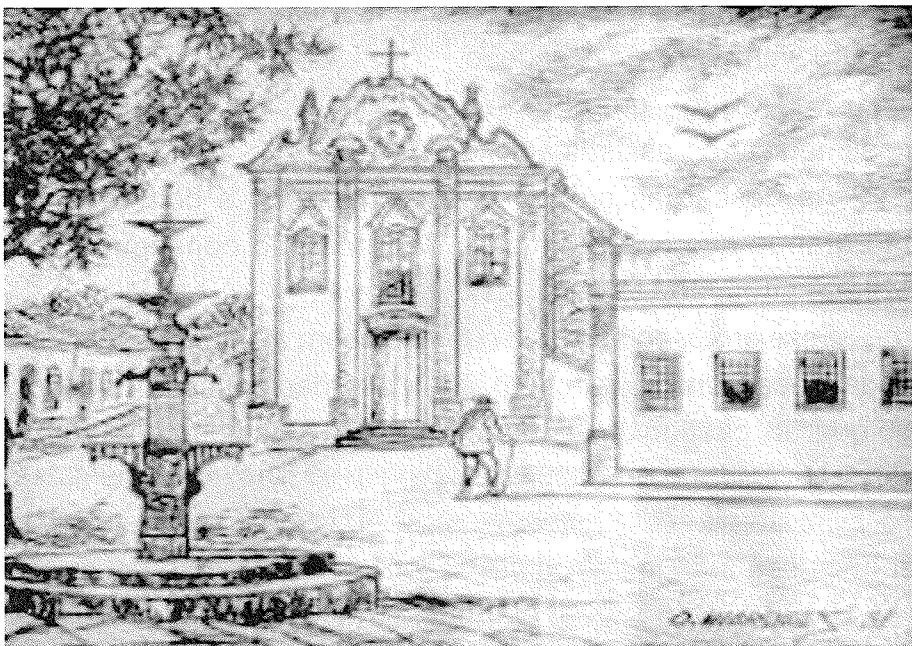
– Companhia, sentido! Em funeral, para atirar! Carregar!...

A essas advertências, os soldados tomaram posição de sentido, carregaram as armas e, atentamente, dedo no gatilho, aguardavam a voz de execução.

– FOGO!!! – gritou uma doida, conhecida por Maci, que, nas imediações, assistia à cena.

As descargas saíram desordenadas, e a confusão foi tão grande que o comandante da tropa não conseguiu controlar a situação.

Esse grotesco episódio culminou com a prisão da mencionada louca, constou, também, que os soldados ficaram detidos no quartel, castigo esse que foi relaxado a pedido dos familiares do falecido.



Ao fundo, Igreja de N. Sra. da Boa Morte, Goiás (Octo Marques, 1981)

CAPÍTULO 2

SEMANA SANTA

O ponto alto no seminário eram os preparativos para as solenidades da Semana Santa, na capital do Estado. Enquanto a banda de música, sob a regência de José Malaquias⁴, ensaiava marchas, hinos e dobrados para as procissões, os seminaristas, divididos em turmas, eram treinados nos cânticos dos Salmos das profecias e da Ladainha de Todos os Santos, recitados em latim.

A 15 de março de 1913, às treze horas, mais ou menos, todo o pessoal do seminário de Santa Cruz deslocou-se para a capital, a fim de tomar parte nos festejos da Semana Santa a se realizarem de 16 a 22 do referido mês. Grande era o cortejo a cavalo, pois além dos padres e seminaristas, faziam parte da caravana o pessoal da cozinha, condutores de bagagens e algumas famílias. A marcha era vagarosa devido às péssimas condições da estrada.

⁴ Era professor e regente da banda de música do seminário. Casado, pai de família, residia em Ouro Fino.

Às quinze horas, a caravana chegou ao arraial do Ferreiro, onde houve pequeno descanso, ocasião em que foi servido um lanche aos seminaristas e padres pelas famílias locais. Reiniciada a marcha, o cortejo chegou a Goiás, estacionando no logradouro denominado Carioca, à margem esquerda do Rio Vermelho, onde já se encontravam várias famílias chefiadas pelo padre Joaquim Confúcio de Amorim, que foram ao encontro de seus entes queridos. Depois de ligeiro descanso, organizou-se o desfile a pé, rumo ao Palácio da Conceição, residência episcopal. A banda de música foi à frente, padres e seminaristas seguiam-na, no compasso cadenciado das marchas. A chegada constituiu-se numa verdadeira apoteose. Grande massa de povo lotava a pequena praça nas imediações do palácio episcopal, em frente à Igreja de São Francisco de Paula, e, sob os aplausos da multidão e espoucar de foguetes e das marchas executadas pela banda de música do batalhão de Polícia. Dom Prudêncio, ladeado de seus auxiliares, recebeu um a um os sacerdotes e seminaristas, dando-lhes, carinhosamente, a bênção. Saudando os recém-chegados, discursou o secretário do Bispado, padre Caetano Donato Corrêa, sendo sua alocação muito aplaudida.

Em nome do seminário agradeceu o padre Salomão Pinto Vieira⁵, Vice-Reitor do estabelecimento.

Durante a Semana Santa, os seminaristas foram hóspedes do bispo, de sua venerada mãe, dona Raimunda, e de sua irmã, senhorita Laurinda. A divisão dos menores foi alojada nas oficinas do jornal diocesano *O Lidador*, contíguo ao palácio; e a dos maiores, nas dependências desse último. Alguns sacerdotes hospedaram-se na residência do Vigário-Geral.

5 De nacionalidade portuguesa.

FESTAS LITÚRGICAS DA SEMANA SANTA

I - Domingo de Ramos

Às oito horas do dia 16 de março, sacerdotes, seminaristas e grande parte de católicos, em procissão, acompanharam o senhor bispo do palácio episcopal à Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, para a celebração da Missa de Ramos. À frente do cortejo, iam os seminaristas formados em ala e devidamente trajados de batina preta, sobrepeliz branca e barrete na cabeça; atrás, vinham os sacerdotes e os menoristas conduzindo o púlpito que abrigava o bispo e, mais atrás, a banda de música do seminário e o povo.

Sob o repicar festivo dos sinos, a procissão deteve-se à porta principal da igreja, formando ala, seminaristas e o povo com o bispo à frente, adentraram ao templo, entoando hinos sacros. A catedral, toda ornamentada para a solene missa desse domingo, tinha os balaústres do coro, bem como os das tribunas laterais e do púlpito, cobertos por toalhas brancas rendadas nas bordas.

O altar-mor e capelas laterais ostentavam vasos floridos; grande quantidade de palmas de coqueiro completava a ornamentação do presbitério.

A cerimônia iniciou-se com a paramentação do bispo, seguida da bênção dos ramos pelo mesmo, acolitado por sacerdotes que os distribuíam ao povo. Seguiu-se a procissão de Ramos com participação do bispo e de todo o clero, seminaristas e fiéis ao redor da grande praça com acompanhamento da banda de música do seminário. Pelo ritual, essa procissão representa a entrada de Jesus em Jerusalém.

Ao retornar à catedral, o cortejo parou à porta, que estava fechada. No interior da igreja, o coro entoava o cântico ETERNAR: "*Glória, Louvor e Honra a Vós, Cristo Redentor*". Externamente, o clero e os seminaristas repetiam o canto do coro: "*Honra, Louvor e Glória ao Rei Redentor*". Em seguida, o

bispo, figurando Cristo, bateu à porta da igreja com o báculo, pronunciando frase em latim. De novo, alteando a voz, bateu pela segunda vez e, finalmente, após a terceira intimação, abriu-se a porta. Entoando hinos, a procissão adentrou ao templo e seguiu-se a missa, concelebrada pelo bispo e sacerdotes, no curso da qual os Salmos dos textos da Paixão foram cantados por três sacerdotes, com a participação do coro. O sermão do Evangelho foi proferido pelo padre Salomão Pinto Vieira. Essa missa terminou ao meio-dia, e o senhor bispo regressou à sua residência, obedecidas as mesmas formalidades.

|| - *Ofício de Trevas*

O ritual católico de aspecto fúnebre, também chamado “Quarta-Feira de Trevas” (quarto dia da Semana Santa), foi realizado às sete horas da noite na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, com participação de sacerdotes, seminaristas e coro da catedral. Esse cerimonial litúrgico, como parte integrante da Semana Santa, relembra a prisão de Nosso Senhor Jesus Cristo no Horto das Oliveiras e foi simbolicamente figurado da seguinte maneira:

Num candelabro triangular preto, disposto ao lado direito do corpo da igreja, junto ao altar de Nossa Senhora das Dores, foram colocadas quinze velas, sendo uma branca no vértice e quatorze outras velas pretas, sete de cada lado, presas a pequenos castiçais às bordas do candelabro, distanciadas entre si a partir da base. A vela branca representava Cristo e as quatorze negras figuravam onze apóstolos e as três Marias. Para essa cerimônia, a igreja cobriu-se de luto, grande cortina preta vedava todo o frontispício do altar-mor. Os altares laterais do corpo da igreja, com todas as imagens e quadros, estavam também ocultos por cortinas roxas. A pouca iluminação do templo emprestava ao ambiente um aspecto fúnebre.

Constou esse ofício de matinas e laudes cantadas; é chamado de “Trevas” porque, ao fim, apagam-se todas as luzes da igreja em sinal de luto profundo. Nele, não há chefe ou pastor a

presidir. A cerimônia teve início com todas as velas do triângulo acesas. Os cânticos dos Salmos foram revezados pelas turmas do seminário, dispostas em duas alas ao longo de toda a igreja, e coro. Ao fim de cada Salmo, o mestre de cerimônias, no caso um civil trajado de preto com opa vermelha, empunhando uma haste de madeira encimada por uma mão artificial de cor preta, apagou as duas primeiras velas a partir da base do triângulo.

A cena foi se repetindo até as duas últimas velas negras, o apagar dessas velas lembra o silêncio das três Marias e a fuga dos onze apóstolos. Depois do cântico do último salmo, o mestre de cerimônias retirou a vela branca, levando-a acesa para o interior da sacristia, momento em que foram apagadas as luzes da igreja e ouvidos barulhos imitando tropel do povo. Seguidamente, foi cantado o Salmo *MISERERE MEI, DEUS*, terminando esse ofício às vinte e uma horas.

||| - *Quinta-Feira Santa*

As solenidades desse dia tiveram início às nove horas da manhã com a celebração de Missa Pontifical pelo bispo, acolitado por sacerdotes e seminaristas. Para esse ato litúrgico que rememora a instituição da Eucaristia, os altares foram luxuosamente ornamentados. No desenrolar dessa missa, o celebrante consagrou os Santos Óleos e, ao término, procedeu à desnudação dos altares e a procissão do Santíssimo Sacramento no recinto da igreja, sendo a custódia colocada num artístico trono, todo iluminado para adoração dos fiéis.

Às sete horas da noite, realizou-se, com extraordinária pompa, a cerimônia do lava-pés, com doze seminaristas – representando os apóstolos – cujos pés foram lavados pelo bispo, acompanhado de sacerdotes e do mestre de cerimônias, enquanto o coro entoava lindos Salmos e cânticos alusivos ao ato. Após lavar e beijar o pé direito do apóstolo, o senhor bispo o abraçava fraternalmente e o presenteava com cartuchos de deliciosos confeitos.

Seguiu-se o sermão lava-pés pregado pelo padre Caetano Donato Corrêa. As duas solenidades terminaram a primeira ao meio-dia e a segunda às nove da noite.

IV - Sexta-feira da Paixão

As solenidades desse dia tiveram início às nove horas da manhã, na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, com a magistral Missa dos Pré-Santificados, seguida da adoração da Cruz.

Às três horas da tarde, foi celebrado o piedoso ofício da Via-Sacra, seguido do sermão das Sete Palavras, pronunciado pelo bispo, Dom Prudêncio, e do canto do Perdão.

Junto ao altar, estava o esquife com a imagem do Senhor Morto, coberto por um crepe roxo e ornado de flores naturais. Em frente ao ataúde, dezessete moças cantaram o Perdão, cujas estrofes relembram os martírios de Cristo.

Às oito horas da noite, teve lugar a procissão do Enterro, acompanhado pelo bispo, o clero e seminaristas, bem como pelas associações religiosas e o povo. O esquife era conduzido pelos seminaristas maiores, trajados de samaritanos, e o pálido roxo, pelas autoridades e irmãos dos Passos. As bandas de música e de tambores corneteiros da Força Pública tocaram marchas fúnebres durante todo o trajeto, intercaladas pelo canto das Heus e Verônica. Foi proferido o sermão de Lágrimas pelo padre Salomão Pinto Vieira, grande orador sacro.

V - Sábado Santo

Também chamado de Sábado de Aleluia, o ritual dessa cerimônia começou às nove horas da manhã, à porta principal da catedral⁶, com as bênçãos do Fogo Novo, do Círio e da Pia Batismal pelo bispo celebrante. Seguiu-se pomposa missa com o Cântico das Profecias por destacados seminaristas, e a Ladai-

⁶ À época, a Igreja de N. Sra. da Boa Morte funcionava como Catedral Provisória.

nha de todos os Santos e Salmos alusivos ao ato, pelos seminaristas e coro. Essa festa, de ritual muito extenso, terminou ao meio-dia.

VI - Domingo da Ressurreição

A Ressurreição de Cristo foi comemorada a partir das quatro horas da manhã do dia 23 de março, com pomposa procissão do Santíssimo Sacramento pelas ruas da cidade, acompanhada por padres, seminaristas, irmandades religiosas e povo. O bispo de paramentos brancos, abrigava sob linda capa dourada o ostensório, debaixo de um pálido branco conduzido por autoridades.

À frente desse cortejo, um grupo de seminaristas encestava o relicário sagrado; atrás, o coro da Boa Morte, comandado por padre Confúcio, entoava os cânticos da Ressurreição, seguidos de lindas marchas executadas pela banda da Força Pública.

Recolhida a procissão, seguiu-se a Santa Missa Pontifical. Ao Evangelho, pregou o padre Veloso⁷. Essa festa terminou às sete horas da manhã.

RETORNO AO SEMINÁRIO

A 24 de março, depois da missa celebrada na capela do Palácio Episcopal por Dom Prudêncio, padres e seminaristas regressaram a Ouro Fino, por volta de nove horas da manhã, chegando ao seminário, após longa e cansativa viagem a cavalo, depois de meio-dia. Após o almoço, os alunos empenharam-se nos serviços de limpeza dos dormitórios, trabalho que tomou grande parte do tempo. A vida normal voltou quinta-feira, com o recomeço das aulas.

⁷ De nacionalidade portuguesa.

OCORRÊNCIAS FINAIS

No mês de maio, cujas datas precisas não me recordo, dois fatos dignos de nota ocorreram no seminário. O primeiro foi a sagração a padre do diácono Oscar Silva (primeiro padre ordenado em Ouro Fino por Dom Prudêncio), cujo ato contou com a presença de destacadas autoridades e muitas famílias de alunos, constituindo-se numa festa litúrgica soleníssima, culminando, à noite, com grande programa cívico, com retreta pela banda de música e soltura de vários balões coloridos.

O outro fato, ao contrário do primeiro, foi horroroso não só pela repercussão que causou na pequena população local, mas sobretudo, no seminário onde ocorreu.

Foi numa manhã de domingo, após a missa das sete horas, quando, na sala de estudos da divisão dos menores, o regente de turma tonsurado, José Barros, irritou-se com o aluno Clonge S. Guimarães por uma falta que esse teria cometido e o submeteu a um castigo vexatório, dando-lhe um pontapé nas nádegas.

O aluno humilhado, incontinenti, queixou-se ao Padre-Reitor dos maus-tratos recebidos. Admoestado em presença dos alunos pelo Padre-Reitor, o regente José Barros, no calor de uma polêmica discussão, insubordinou-se a ponto de tentar contra a vida de seu superior, que, diante do perigo de ser assassinado, fechou-se em sua cela enquanto o alucinado José Barros era desarmado e subjugado pelo menorista José Rosa, que lhe tomou o punhal. No mesmo dia, José Barros foi expulso do seminário e enviado a Goiás.

FIM DO ANO LETIVO

Em 20 de junho de 1913, encerrou-se o ano letivo do seminário. Nesse dia, depois da missa de despedida dos alunos, seguida de comunhão geral, às nove horas, o senhor bispo tocou a sineta decretando as férias desse ano, ocasião em que anunciou a transferência do seminário para sua nova sede na capital do Estado, no antigo prédio onde, por muitos anos, funcionou a repartição dos Correios, de propriedade da Cúria Metropolitana.

REABERTURA DO SEMINÁRIO

Reaberto em Goiás, de novo fui matriculado como interno, no segundo ano. Em março de 1914, fui desligado do referido estabelecimento por razões financeiras. Daí até dezembro do ano seguinte, estudei com professores particulares, preparando-me para os exames de admissão ao Lyceu de Goiás, onde me matriculei em janeiro de 1916, cursando o primeiro ano. Em outubro de 1919, desliguei-me do Lyceu, onde cursava o segundo ano.



Ruínas do povoado de Ouro Fino



SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 1

INGRESSO NA CARREIRA MILITAR

A 30 de novembro de 1919, alistei-me voluntariamente nas fileiras do 6º Batalhão de Caçadores, na capital do Estado, onde essa unidade tinha sede provisória, ficando, conforme “Ordem do Dia”, encostado à 2ª Companhia aguardando incorporação.

A 20 de dezembro, tive grande pesar pelo falecimento de minha querida mãe, às sete horas da noite, cercada dos filhos e de nosso pai. Minha mãe faleceu aos quarenta e sete anos de idade, após pertinaz enfermidade, deixando meu pai viúvo aos quarenta e nove anos e numerosa prole. Seu funeral foi bastante concorrido e se realizou às nove horas do dia seguinte. Em consequência, meu comandante de companhia, Capitão Frederico Sócrates, concedeu-me oito dias de dispensa do serviço e permissão para usar fumo preto⁸, em sinal de luto, no braço esquerdo. A missa de sétimo dia foi celebrada na capela do Seminário, às oito horas da manhã, pelo Monsenhor Joaquim Confúcio de Amorim, tendo-me por coroinha.

⁸ Costume comum à época, para indicar luto: faixa de tecido preto, amarrada no braço, acima do cotovelo.

A 1º de janeiro de 1920, fui transferido para o 6º Batalhão de Caçadores, por ter a unidade tomado esse número, pelo Decreto de 11 de dezembro de 1919. A 1º de fevereiro, fui incorporado, tomando o número 92. Em 24 de maio, prestei juramento à Bandeira, em solenidade comemorativa à Batalha de Tuiuti. Nessa data, fui elogiado verbalmente por meu Comandante de Companhia, pela grande capacidade física que demonstrei possuir na prova de resistência, disputada com concorrentes de outras companhias, vencendo a distância de oito quilômetros, completamente equipado, em trinta e cinco minutos. Em junho, passei a “pronto” (aprovado) nos exames de recrutas, sendo elogiado pelo Comandante do Batalhão, Major João Fleury de Sousa Amorim. A 22, fui graduado a cabo de esquadra por habilitação em concurso.

Em janeiro de 1921, engajei-me para servir por mais dois anos. A 28 de março, fui elogiado pelo Comandante do 6º Batalhão que, em boletim, assim se expressou: “Louvo-o pela eficiente contribuição que teve com o Batalhão no combate ao incêndio da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte”. A 1º de maio, fui elogiado pelo comandante da segunda Região Militar, General-de-Divisão Eduardo Arthur Sócrates, pelo trabalho, disciplina e zelo pelo serviço. A 28, fui classificado no pelotão de metralhadoras, como Cabo-Chefe de peça e, a 22 de junho, segui para a sede da Segunda Região Militar em São Paulo, comandando uma escolta de três praças, conduzindo um insubmisso para ser julgado pela Justiça Militar, pelo crime de insubmissão.

Para se ter uma ideia de como conduzi essa escolta, relato que, àquela época, todo deslocamento de tropa de infantaria era feito a pé, motivo pelo qual o infante era apelidado de “pé de poeira”. A distância de mais ou menos duzentos e sessenta quilômetros – da capital do Estado à estação ferroviária de Roncador,

ponto final da Estrada de Ferro Goiás – foi percorrida em oito jornadas, com falha de um dia para descanso. A bagagem consistia em duas ou três mudas de roupa branca, fardamento, inclusive capote e um cobertor (manta). Esses utensílios eram conduzidos na mochila, com os acessórios (marmita, bornal e caneco); fuzil Mauser com o cinturão de couro e seis cartucheiras completavam a equipagem com o peso de quinze quilos.

O roteiro da viagem foi o seguinte: de Goiás à cidade de Curralinho (Itaberaí) – 1º dia, 42km; de Curralinho à Fazenda Anjo da Lama – 2º dia, 24km; desse pouso à vila Catingueiro Grande (Itauçu) – 3º dia, 26km; de Catingueiro Grande a Goiabeiras (Inhumas) – 4º dia, 30km; de Goiabeiras a Campininha (antes, cidade, hoje, bairro de Goiânia) – 5º dia, 40 km, onde falhamos um dia para descanso; de Campininha à Fazenda Meia-Ponte – 6º dia, 26km; de Meia-Ponte à cidade de Bela Vista – 7º dia, 30km; de Bela Vista a Roncador – 8º dia, 42km.

Naquela época, o soldado, quando em viagem, era socorrido adiantadamente por certa quantia em dinheiro denominada “etapa”, destinada à alimentação, cujo valor era fixado, no Batalhão, em três mil réis diários.

Cada um de nós – um cabo, três soldados e o preso – recebeu de adiantamento quinze etapas, no valor de quarenta e cinco mil réis. Não obstante os empecilhos de longa e cansativa viagem, ninguém passou necessidade. A escolta, após dois dias e uma noite de viagem de trem de ferro, chegou ao Quartel-General, em São Paulo, bastante trôpega e, depois das exigências regulamentares da entrega do preso ao oficial de Dia ao QG, foi mandada ficar adida ao 4º Batalhão de Caçadores, no Alto de Santana, na capital paulista. Decorridos cerca de vinte dias, o Comandante da escolta e os soldados tiveram ordem para regressar à sua unidade e chegaram à sede do Batalhão a 31 de julho.

Em 29 de agosto, fui matriculado no pelotão de candidatos a sargentos e, a 1º de novembro, promovido a terceiro sargento por habilitação, sendo classificado na mesma Companhia (segunda), sob número 138.

A 14 de janeiro de 1922, fui elogiado pelo comandante do Batalhão pela “correção de conduta, amor à instrução e disciplina”. A 3 de abril, fui detido pelo período de dez dias, como incurso no n.º 28 do art. 421, do Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG), por ter trocado de serviço de dia ao Batalhão sem a devida permissão⁹, foi o que publicou o boletim do Comando (Ordem do Dia). A 13 fui posto em liberdade por conclusão do castigo.

O INCÊNDIO DA IGREJA DE N. SRA. DA BOA MORTE

Eram duas horas da manhã de 24 de março de 1921, quando fui despertado pelo meu pai que acordara com insistente badalar dos sinos das igrejas e toques de reunir nos quartéis da Força Pública e 6º Batalhão de Caçadores. Atento ao chamado, levantei-me, vesti a farda e parti em desabalada carreira para o meu quartel (6º Batalhão de Caçadores).

Aí, a movimentação era enorme, os soldados formados em grupos eram levados à Igreja de N. Sra. da Boa Morte que ardia em chamas. Que espetáculo dantesco!... Imensa massa de povo, vinda de todos os recantos da cidade, convocada pelos sons de cornetas das guarnições militares e dos toques lúgubres dos sinos da quaresma, aglomerava-se na praça e ruas

⁹ Esse castigo foi injusto. Fui vítima da covardia do Aspirante a Oficial, Tenente Melo (como era conhecido) que, de serviço como oficial de dia ao Batalhão, não teve a hombridade de confirmar ao Comandante, Major Pyranema, a permissão que me dera.

adjacentes à Igreja sinistrada: uma parte por curiosidade, a maioria baldeando água dos chafarizes, dos poços das casas vizinhas e do Rio Vermelho, mais distante, com única finalidade: ajudar a combater o fogo.

Na luta que se travou, militares e civis e algumas valentes mulheres, adentraram à sacristia da Igreja pela porta lateral e, sob o impacto de muito calor e fumaça sufocante, conseguiram retirar móveis, imagens, utensílios e paramentos sacerdotais depositados nos armários. Enquanto, pela porta principal, desprezando a própria vida, soldados e civis, combatendo o fogo da Capela-Mor com água conduzida em baldes e latas, salvaram as imagens de N. Sra. das Dores e do Parto, das capelas laterais do corpo da Igreja. Um grupo de soldados do 6º Batalhão de Caçadores, de que fiz parte, galgou a torre dos sinos e dessa, por meio de escadas, atingiu o telhado da sacristia, tentando debelar o fogo que saltara para o teto do corpo da Igreja. Outra turma valente e destemida integrada dos artistas do Circo Aranha – o palhaço Mocotó, o trapezista Crispim, atletas Nicolas e outros, num rasgo de heroísmo invulgar, conseguiu conter as chamas no estuque central, impedindo o desabamento do telhado. Água para essa difícil tarefa era conduzida em baldes e latas atados em cordas.

Com muito sacrifício e denodada bravura dos improvisados bombeiros todo o teto da Igreja foi salvo. Graças à proteção Divina ninguém foi acidentado.

O incêndio que não se soube como se originou, devorou todo o presbitério e Capela-mor, desses recintos sagrados não escapou nada, tudo virou carvão e cinza.

E o dia 24 amanheceu sob o impacto de uma das maiores tragédias acontecidas na capital do Estado, justamente

na Quinta-Feira Santa, quando o Revmo. bispo Dom Prudêncio devia celebrar no inditoso Templo a Instituição da Santíssima Eucaristia.

Fui testemunha de tudo o que aconteceu porque tomei parte nesse funesto acontecimento que despertou o espírito religioso e piedoso do povo que rezava com o seu bispo e sacerdotes presentes invocando milagre à N. Sra. da Boa Morte, para salvar a Igreja.

Queimaram quase todas as imagens e tudo de melhor que a Catedral possuía em arte e riqueza.

CAPÍTULO 2

MUDANÇA DO 6º BATALHÃO DE CAÇADORES PARA IPAMERI

A 13 de julho de 1922, o 6º Batalhão de Caçadores, então aquartelado na Capital do Estado, partiu para a cidade de Ipameri, sob o comando do Major Adelino de Goyacurus Pyranema.

Às cinco horas da manhã desse dia, a tropa postou-se em formatura à frente do quartel, obedecendo a seguinte disposição de marcha: à frente, as bandas de música e de tambores corneiros, em profundidade, formadas em colunas de pelotões, as 1ª, 2ª e 3ª Companhias, com efetivo de cento e trinta homens cada uma, tendo à frente seus respectivos comandantes a cavalo; na cauda, o pelotão da polícia, constituído por elementos do mesmo batalhão, comandado por um primeiro-sargento. Puxando o desfile de toda aquela massa humana a pé e equipada como se fosse para a guerra, a banda de música executou o marcial dobrado “UM ADEUS” e, no compasso da música, a tro-

pa marchou até o Areião, sendo daí para a frente, ordenado o passo-de-estrada.

O primeiro alto horário (pequeno descanso de dez minutos após cinquenta de marcha) foi na curva da Morte, quilômetro sete da antiga estrada de rodagem Goiás-Curralinho e o grande alto para almoço foi no Córrego Fundo, na Serra Dourada. Finalmente, às quinze horas, o batalhão chegou às margens do Rio Uru, onde acampou, encerrando, assim, o primeiro dia da grande jornada. Os dias subsequentes de marcha obedeceram aos horários e itinerários ordenados pelo comandante, dentro das prescrições regulamentares.

Deslocando-se diariamente de um local para outro a tropa, a pé, não podia atingir distâncias superiores a vinte quilômetros salvo por motivo de força maior, justificado em Ordem do Dia, sendo os pontos de parada e locais de acampamento examinados pelo médico que ia à frente com um destacamento precursor.

Atingida a zona de estacionamento, os comandantes de subunidades eram conduzidos pelo chefe do destacamento precursor para os pontos de abarracamento e, ao toque de corneta, era montado o acampamento em menos de dez minutos, transformando-se o local numa pequena cidade, com arruamentos certos e alinhados das barracas. Montado o acampamento, ninguém podia ultrapassar as linhas demarcadas de sua área, sob pena de punição disciplinar. A vigilância interna era exercida nas companhias, pelos sargentos de dia e plantões; completava essa vigilância o oficial de serviço, esse complementado na periferia pela patrulha volante.

A revista geral era passada às vinte horas, quando era também lida a Ordem do Dia, que dispunha sobre a marcha do dia seguinte; às vinte e uma horas era executado o toque de silêncio após o que ninguém podia perambular pelo acampamento.

Não obstante o número reduzido de oficiais, tudo era feito com a máxima observância dos preceitos disciplinares, graças ao grau elevado de correção e zelo de toda a tropa.

As jornadas subsequentes são assim mencionadas, sem maiores detalhes, apenas com o registro dos locais e data dos acampamentos. De Uru, o batalhão foi até Curralinho, onde acampou no dia 14, dessa cidade à Fazenda Ana Peixoto, no dia 15; dessa Fazenda a Cerradinho, dia 16, ficando de falha no dia 17, para descanso da tropa. De Cerradinho, acampou na cidade de Goiabeiras, dia 18; o pouso seguinte deu-se em Campininhas, dia 20, falhando-se nos dias 21 e 22 para o longo descanso. De Campininhas, acampou às margens do rio Meia Ponte, dia 23; desse local, acampou em Vargem Grande, dia 24; o pouso imediato foi em Bela Vista, dia 25, onde falhou para o grande descanso, dia 26; de Bela Vista acampou em Sucupira, dia 27, nas Fazendas: Arapuca, dia 28, e Misael, dia 29. A 30, atingiu a cidade de Santa Cruz e, a 31, chegou a Roncador, depois de dezenove dias de exaustiva viagem. Nessa localidade, houve um descanso de três dias; à margem direita do caudaloso Rio Corumbá, de onde, na manhã de 04 de agosto, embarcou em trem especial para a cidade de Ipameri, nela, desembarcando com muita festa e solene recepção das autoridades e do povo. Não tendo quartel para alojamento do batalhão, as companhias e demais órgãos do comando ficaram acantonados em edifícios particulares cedidos pela Intendência local.

Nesse mesmo dia, pelo Boletim Regimental o Comandante elogiou coletivamente os oficiais, sargentos e praças pela dedicação, zelo e disciplina com que se comportaram durante a penosa marcha, com denodo e sacrifício, da cidade de Goiás a Ipameri, agora sede do 6º Batalhão de Caçadores.

A CIDADE DE IPAMERI

Ipameri, pequena cidade sulina, não tinha à época da mudança do 6° BC, condições para abrigar e mesmo hospedar todo o contingente humano que para lá se transferiu. Assim, foi que oficiais, sargentos e praças casados lutaram com grande dificuldade para alojar suas famílias.

Por sua vez as subunidades do Batalhão, acantonadas aqui e ali, em prédios particulares (muitos dos quais pardieiros) distanciados uns dos outros, os seus comandantes não tinham condições de controlar, tanto quanto necessário, a disciplina e a instrução da tropa; fatores que eram ainda agravados pelo atraso do pagamento, motivado pelo retardo da transferência de crédito da Delegacia Fiscal de Goiás para a de São Paulo, por onde o Batalhão passaria a receber.

O comércio de Ipameri era deficiente, não dispunha de recursos para atender em quantidade e qualidade tudo quanto o rancho necessitava para a alimentação dos soldados. A situação agravou-se com a convocação em massa dos reservistas para a comemoração do centenário da Independência do Brasil.

Nos meses de agosto e setembro, o efetivo do batalhão atingiu mais de dois mil homens e, para desafogar a cidade dessa grande concentração, criou-se, na capital do Estado, uma unidade de emergência para onde os reservistas, em grande parte, foram transferidos.

Com a construção do quartel, aos poucos, as coisas foram se regularizando, e a cidade voltou à vida normal, recebendo, em pouco tempo, enorme fluxo de progresso.

PRISÃO DE UM CAPITÃO

Antes da chegada do 6° BC a Ipameri, ela já hospedava alguns oficiais recém-transferidos para nele servirem. Dentre os oficiais de maior patente, estava o Capitão Mário de Magalhães Cardoso Barata que, nesse caráter, seria subcomandante interino, já que o batalhão não tinha oficiais de maior posto.

Julgando-se empossado no cargo, o Capitão Barata abria toda a correspondência que a Região Militar mandava ao comandante do batalhão. Tão logo aquela unidade chegou a Rondonópolis, o referido oficial enviou ao comandante, por intermédio de um estafeta, toda a correspondência. O Major Pyranema era um oficial austero, impulsivo e pouco comunicativo, tolerava as faltas de um praça, mas dificilmente deixava impune o erro de um oficial. Daí a razão por que mandou de volta o estafeta com a correspondência violada, com um recado ao Capitão de que aguardasse sua chegada com prisão de quinze dias.

O Capitão representou contra o major ao comandante da região, sendo aberto um rigoroso inquérito policial-militar, que culminou com a transferência do Major Pyranema, ficando o Capitão Barata no batalhão para cumprimento do castigo. Para comandar o batalhão foram designados o Tenente-Coronel Teixeira e o Major Otávio Pitanga. Ambos desembarcaram em Ipameri, sem família.

O Tenente-Coronel Teixeira era bem idoso, muito retraído e aspecto cansado, enquanto o Major Pitanga era de boa aparência física e de fisionomia austera. Era o homem forte da unidade, comandante oficioso e sem compostura.

OS BORDÉIS B1, B2 E B3 – “AS MARIPOSAS”

Com o fluxo de progresso que a cidade de Ipameri vinha alcançando como sede de uma unidade do Exército Nacional e, também, com a construção do quartel pela “Companhia Construtora de Santos”, que carreu para a cidade grande massa de operários, não faltou que nessa onda migrassem as “mariposas”, procedentes, na maioria, de cidades do Triângulo Mineiro.

O material era de várias categorias: as de primeira, as mais requintadas e bonitas, disputadas pela elite de oficiais, engenheiros e homens de dinheiro, moravam no B1. As médias eram frequentadas pelos sargentos e filhos de “papai rico” e moravam no B2; o bagulho era privativo dos soldados e paisanos e morava no B3. As denominações desses lupanares provinham das quadras divisórias dos canteiros de obras da construção do quartel.

Além dos bordéis classificados, existiam na cidade vários cortiços de prostitutas, verdadeiros antros de propagação de doenças venéreas, cuja contaminação no quartel forçou a improvisação de uma enfermaria de emergência. Os incidentes nesses cortiços eram comuns, entre soldados e operários, daí porque as patrulhas noturnas do batalhão eram reforçadas para atenderem às pancadarias.

Certa noite, houve grande conflito entre operários e soldados, que foi contido graças à intervenção do Tenente Asdrúbal que mobilizou sua companhia para apaziguar os contendores, muitos dos quais, civis e soldados, saíram da luta com ferimentos contusos.

APERTURAS DE UM SARGENTO

Dos bordéis aos quais me referi, o B1 era o mais luxuoso da cidade. Suas inquilinas eram poucas, e cada qual tinha seu amante certo. A mariposa-chefe era Adelaide, mineira de Uberaba, muito bonita, de feição delicada e esmerada educação, que era amante do Major Pitanga, o qual lhe proporcionava nababesco conforto. Todavia, não obstante o ciúme do Major que sempre a vigiava, Adelaide, furtivamente, tinha seus namoradinhos, não para trair seu protetor, mas para distrair-se nas horas vagas das morrinhas do velho. Tinha grande afeição pela farda, por isso, seus queridinhos eram sargentos escolhidos a dedo. O ponto ideal para o bate-papo era, clandestinamente, o portão do fundo do quintal.

Uma noite, depois da revista das vinte e uma horas, o Sargento J. B. foi detido por Adelaide que o esperava no portão. Entre beijos e abraços, ela o convidou para acompanhá-la ao seu quarto. Receoso de um encontro com o major, o sargento opôs-se a aceitar o convite, mas Adelaide o convenceu de que não havia nenhum perigo, pois o major não tinha hábito de vir cedo para casa. Com muita precaução, ambos adentraram o luxuoso aposento. Ali, entre beijos e carinhos da bonita mariposa, o sargento saboreava os bons petiscos regados a vinho que ela lhe oferecia, e foi nesse colóquio amoroso que bateram à porta. Era o major.

Não havia alternativa. Pegando o boné que estava no cabide, o sargento escondeu-se, apressadamente, debaixo da cama de casal, enquanto Adelaide, sorridente, abria a porta e recebia amorosamente seu velho amásio.

Alegando cansaço, o major tirou o talabarte, despiu-se da túnica, sentou-se na cama, descalçou as botas e estendeu-se de barriga para cima. O tempo passava... De repente, desceu da

cama, vestiu o pijama, deu uma bruta mijada, colocou o urinol junto às botas, debaixo da cama, e deitou-se novamente, desta feita com sua companheira. O velho não tinha sono e entabulou longa conversação que em nada interessava a sua amante, que sofria com os peidos que ele soltava.

A noite ia alta quando o rela-rela, seguido de fungação foi ouvido pelo angustiado sargento que, imóvel debaixo da cama, respirava o odor da mistura de mijo choco com chulé.

Depois de longas horas de martírio, quando o major dormia, foi que Adelaide apagou a luz do quarto para que o humilhado sargento se retirasse.

MEU CAVALO, SARGENTO!

O 6º Batalhão de Caçadores, desde sua criação, em janeiro de 1917, na capital do estado de Goiás, sempre foi incompleto de oficiais na composição de seu efetivo, principalmente de capitães. Em Ipameri, o quadro continuou o mesmo, saindo uns e chegando outros. Os oficiais eram, quase sempre, primeiro e segundo tenentes. Dos oficiais transferidos para o batalhão, um se destacou por sua originalidade, o Primeiro-Tenente Inácio José Ribeiro, classificado na Segunda Companhia e, como tal, seu comandante interino. Era solteiro, morava no hotel do comércio onde eram restritas suas relações com os civis, aos quais chamava de “paisanos”. De estatura mediana, franzino, imberbe, com dificuldades em se expressar, era, além dessas características, muito cismado, a ponto de não permitir rodinhas de soldados, que mandava debandar, dizendo:

– Soldados reunidos, quando não falam mal de seus superiores, conversam pornografia.

No serviço de oficial de dia ao batalhão, seu traquejo era sem limites, implicava-se com tudo e com todos, nos mínimos detalhes e, por isso, foi apelidado de “Tenente Ranheta”. Quando não ia ao quartel ou saía antes da leitura do “Boletim Regimento” do comando do corpo, o sargenteante da Companhia o cientificava das ocorrências, mandando-lhe a cópia do Boletim ao hotel.

Numa das vezes, o tenente devolveu o Boletim com a recomendação de que não o mandasse mais ao hotel, devido à curiosidade dos paisanos. Mal sabia ele, entretanto, que o tiro poderia sair pela culatra, o que aconteceu.

O comandante do batalhão recebeu ordens da Região Militar para desincorporar os reservistas convocados para o centenário da Independência do Brasil, em solenidade precedida de desfile de toda a tropa. Essa ordem foi publicada em Boletim e o desfile marcado para o dia imediato, às oito horas da manhã, com todas as formalidades de estilo. O tenente não foi ao expediente nesse dia e, tampouco, tomou conhecimento do desfile e das recomendações publicadas na Ordem do Dia.

Às oito horas da manhã, dia do desfile, toda a tropa estava em forma, as Primeira e Terceira Companhias ocupavam escalonadas em profundidade, seus respectivos lugares, respeitando o espaço destinado à Segunda, que formada no alojamento, aguardava a chegada de seu comandante para conduzi-la ao local reservado na formação do batalhão. O Major Pitanga, Subcomandante da unidade, percebendo o impasse, determinou ao sargenteante que deslocasse a Companhia, momento em que chegou o “Tenente Ranheta” que, surpreendido e nervoso, indagou:

– O que é isso, sargento?

– Desfile, seu tenente! – respondeu-lhe.

– Foi pu... pu... publi? – gaguejou o tenente.

Disse-lhe o sargento:

– Foi, sim senhor... Foi publicado no Boletim de ontem, que não mandei ao hotel por causa da sua proibição.

O homem estava arrasado. Sua fala era ainda mais gago-sa. Muito aflito, perguntou:

– Sargento, meu cavalo!... Onde está o meu cavalo?... Minha espada?...

O sargento respondeu-lhe:

– O cavalo está no quintal da Companhia, e a espada na reserva. Já mandei o soldado Donato buscá-los.

Enquanto isso acontecia, o Major, a cavalo, passava em revista a tropa formada e, como essa não lhe prestasse a continência devida, bradou:

– 6º Batalhão, ombro-arma. Exército Brasileiro, ombro-arma!... Ninguém manda, mando eu! – repetiu várias vezes.

O Segundo-Tenente Mário Sayão Cardoso, que estava na frente, disse-lhe:

– Não me compete comandar a continência, senhor. Isso cabe ao Primeiro-Tenente Inácio, mais graduado.

Retrucou o tenente:

– Não, eu não posso comandar porque estou a pé!

De posse do cavalo e da espada, nosso humilhado Tenente Ranheta cavalgou e ocupou o seu lugar à frente da Companhia; sendo o animal lerdo e empacador e estando o tenente sem esporas, fustigava-o com a espada.

O desfile percorreu as principais ruas da cidade e foi a primeira formatura do batalhão a que os ipamerinos assistiram.

Recolhido o desfile e debandada a tropa, o Comandante reuniu os oficiais em seu gabinete, ocasião em que o Tenente levou a maior “babada” do Major Pitanga.

PRENÚNCIO AZARENTO

Já analisei as condições precárias dos alojamentos do 6º BC em Ipameri no período que precedeu a construção do quartel.

Minha Companhia (2ª) ficou acantonada num grande edifício, outrora comercial, situado na parte sul da cidade, junto aos trilhos da Estrada de Ferro Goiás. Nesse casarão, ficaram, na parte de trás, o rancho e a cozinha, e, na parte da frente, com muitas portas que davam para a rua, um vasto salão, que antes fora loja, retendo ainda as prateleiras e algumas dependências anexas, servia de dormitório dos praças. As dependências eram utilizadas para alojamento dos sargentos, almoxarifado e reserva do comando da Companhia.

Não havia camas para os soldados, que dormiam uns no piso do assoalho, outros nas prateleiras, forrando a “cama” com capote e manta, fazendo da mochila o travesseiro. O Comandante da companhia, Primeiro-Tenente Inácio José Ribeiro, tarimbeiro como sempre, tinha o hábito de inspecionar o dormitório dos praças depois do toque de silêncio, às vinte e duas horas. Certa feita, quando realizava a costumeira revista, notou que um soldado estava refestelado no último andar da prateleira e, antevendo possível queda, consequência de maus sonhos, aconselhou-o a que fosse dormir em outro lugar.

O mencionado soldado era o recruta apelidado de “Biru”, indivíduo molenga, amarelado, sardento, banguela, arreado e briguento. Para livrar-se da chacota dos colegas, procurou lugar distante para dormir. No entanto, Biru, além de emburrado, era teimoso e, por isso, não deu ouvidos à advertência do Tenente, conservando-se no mesmo lugar.

Alta noite, ouviu-se grande barulho no dormitório, seguido do alarido dos soldados. Era o Biru que despencou de seu pedestal, estatelando-se no duro assoalho, babando.

Rodeado pelos colegas, presente também o Tenente Inácio, alguém exclamou:

– Coitado do Biru! Está morto!...

Foi com surpresa geral que o desmaiado, abrindo os olhos, falou:

– Não!... Não! Não morri ainda não...

Nessa altura, o tenente, balbuciante e fanhoso, vociferou:

– Não falei?... Não falei que você podia ter um sonho ruim e cair?... Não falei?...

Conduzido à enfermaria, cinco dias depois, o Biru, curado, estava de volta e, chegando ao alojamento, esconjurou as prateleiras.

MALANDRAGEM DE UM SARGENTO

O Terceiro-Sargento Ubaldo Teles, agregado à Primeira Companhia, procedente do 5º Regimento de Infantaria de Caçapava (SP), era um tipo extraordinário. De estatura mediana, mulato, franzino, cabeçudo e de cabelos encarapinhados, tinha, além dessas qualidades, um olho acanhado e vermelho, sendo, por isso, apelidado de “Olho de Fogo”, alcunha que não o complexava no convívio dos colegas. Não obstante sua agregação, por falta de vaga na subunidade, concorria à instrução da tropa e escalas dos serviços de guarnição, como se efetivo fosse.

À época, o batalhão estava em atraso de pagamento, e a quebradeira era geral; poucos eram os sargentos que tinham crédito no comércio. Ao contrário das aperturas dos companheiros, Olho de Fogo tinha vida tranquila, sempre com os bolsos recheados, não lhe faltando dinheiro para sustentar, sua gastronomia e jogos de azar bancados pelo sírio João Luís,

de cuja casa saía às caladas da noite, evitando passar pela porta do cemitério, por superstição e medo. De vida irregular como jogador inveterado, os gastos excessivos que fazia despertaram a atenção do Terceiro-Sargento Otávio Batista, furriel da mesma Companhia e detentor do almoxarifado, que sentiu falta de alguns pares de borzeguins, camisas de cretone e cuecas.

Desconfiado de Olho de Fogo, introduziu-se à noite no almoxarifado, cobriu-se com um lençol e escondeu-se numa pilha de colchões. Depois do toque de silêncio, Olho de Fogo que estava de serviço na Companhia, tirou as botinas e escalou a parede de tábuas que separava a sala de sargenteação da companhia, do almoxarifado. Cautelosamente, empunhando uma lanterna de pilhas, iluminou o recinto e surrupiou duas camisas, duas cuecas e dois pares de borzeguins. Quando se preparava para escalar a parede, foi surpreendido com a iluminação do recinto e com o fantasma à sua frente. Aturdido, jogou os objetos na visão e tentou saltar a parede, sendo então agarrado pelo Sargento Otávio.

Pilhado em flagrante, foi submetido a rigoroso inquérito policial-militar, confessando que as mercadorias furtadas eram vendidas a operários da construção do quartel. Foi preso por trinta dias, rebaixado por sessenta e transferido para o 16º BC em Cuiabá, sofrendo, ainda, carga para desconto.

NOTA: Encerrando as pequenas ocorrências de fatos verídicos, dou continuidade a meu histórico Militar.

A 5 de dezembro de 1922, fui preso por quatro dias, por ter lançado no Livro de Partes do Oficial de dia ao batalhão¹⁰ ocorrências que não me competiam (isso foi o que publicou o Boletim).

¹⁰ Dentre as ocorrências que lancei no Livro de Partes do Oficial de dia, a que deu origem ao injusto castigo foi o registro da saída de uma orquestra da Banda de Música para tocar num bordel, por ordem do oficial de dia, que não assumiu a responsabilidade pela ordem dada.

A 9, fui posto em liberdade por conclusão do castigo. A 15, fui promovido ao posto de segundo sargento e classificado na Companhia de Metralhadoras Mistas. A 30, fui visitar minha família, na capital do Estado, em gozo de trinta dias de licença que me foi concedida pelo Ministério da Guerra.

A 30 de janeiro de 1923, fui elogiado pelo General-Comandante da 3ª Brigada de Infantaria pela “inteligência, competência, zelo, esforço e absoluta honestidade”. A 15 de maio, fui designado em Boletim do Comando do Batalhão para dirigir os trabalhos de construção da Linha de Tiro, distante seis quilômetros da cidade, constituindo-se em serviços de terraplenagem, construção do *stand* de tiro, dos abrigos para os tiros reais a distância reduzida e reais a distância real, construção da pista e da cerca de arame de proteção. As obras eram supervisionadas pelo Coronel Pirineus, que tinha à sua disposição trabalhadores civis e militares. Fiquei no comando do acampamento, dirigindo os trabalhos, durante vinte dias, sendo substituído por ter adoecido do olho direito e sido internado no Hospital Militar, em São Paulo, onde fiquei até 30 de junho, quando obtive alta.

A 7 de setembro, tomei parte na grande parada militar em São Paulo, na qual desfilaram todos os elementos da Segunda Região Militar, num total de vinte mil homens, sendo passados em revista pelo presidente de São Paulo, Dr. Washington Luís Pereira de Sousa. Nos dias subsequentes, até dia 14, foram realizadas grandes manobras com a mesma tropa.

A 31 de outubro, engajei-me para servir por mais dois anos.

CAPÍTULO 3

NA COMPANHIA ISOLADA DO 6º BATALHÃO DE CAÇADORES

Essa Companhia, com a denominação de “Isolada”, embora enquadrada no efetivo do Batalhão, era administrativamente independente. Seu comandante foi o Primeiro-Tenente Floriano de Lima Brayner, que a organizou na Capital do Estado, para a incorporação dos sorteados da região que deveriam servir o Exército no ano de 1924.

Em janeiro desse ano, houve a incorporação dos novos conscritos, tendo início as diligências do ano de instrução da tropa.

Dividida em três pelotões, coube a mim o segundo que, nos exames do primeiro período, sobressaiu-se em primeiro lugar, quer em ordem unida, quer em manobrabilidade. Em consequência, pelo Boletim do Comando, de 6 de maio, fui elogiado pelo “esforço, boa vontade e dedicação revelados como comandante de pelotão, no preparo dos soldados no primeiro período de instrução”. A 15 de outubro, fui elogiado pelo General de Brigada-

-Comandante da 3ª Brigada de Infantaria, pela maneira digna no desempenho dos deveres militares. A 6 de novembro, reengajei-me para servir por mais três anos.



Centenário Quartel do Exército que sediou, em Goiás, o 6º Batalhão de Caçadores, de janeiro de 1917 a julho de 1922

A 7 de março de 1925, fui designado para instruir os soldados do pelotão de candidatos a cabo. A 7 de abril, fui louvado pelo Comandante da Companhia que, em Boletim Regimental, assim se expressou:

Louvo por tão nobre compreensão dos seus deveres, e pela grande dedicação que sempre tem evidenciado como auxiliar deste Comando, que sempre tem se valido de sua grande operosidade e espírito de disciplina.

A 27 de junho, fui nomeado instrutor de voluntários civis para a formação de Batalhões Patrióticos. A 4 de julho, fui

elogiado pelo Coronel Favilla, comandante de operações com sede em Goiás,

[...] pelo auxílio, esforço e zelo nas atribuições de comandante de pelotão, nas organizações patrióticas para a defesa da praça de Goiás ameaçada de ataque pelos rebeldes da revolução paulista de 1924.

A 19, segui com a Companhia para o estabelecimento de postos avançados no Morro do Secretário, nas cercanias da cidade, regressando à sede no dia 27.

A 17 de agosto, fui louvado pelo Comandante do Agrupamento, "pela dedicação e espírito de disciplina, aliados ao perfeito conhecimento das obrigações militares", no curso da defesa da cidade, ameaçada de assalto pelos rebeldes.

A 26 de outubro, fui nomeado instrutor militar do Lyceu de Goiás e Escola de Aprendizes Artífices e, no dia 27, apresentei-me aos diretores dos referidos estabelecimentos de ensino. A 28, recebi do meu antecessor, Sargento Licídio Ferreira, o comando das mencionadas escolas, de número 78 e 79, respectivamente.

Na oportunidade, fiz ligeira preleção aos atiradores. Sobre o meu método de trabalho, em linhas gerais, também adotado pelo colega substituído, e ressaltai o respeito mútuo que deveria reinar entre instrutor e instruendos, para o bom desempenho de meus trabalhos.

Ao examinar, posteriormente, os livros de registro de instrução, bem como as fichas individuais dos atiradores, verifiquei que 40% deles, a continuar como estavam, não tinham condições de aprovação nos exames de reservistas, marcados pelo calendário para a segunda quinzena do mês de dezembro. Para contornar essa situação, dividi os atiradores em duas turmas (adiantados e atrasados); dentro de pouco tempo, as turmas estavam devidamente habilitadas para os exames, graças ao método que adotei. Realizados os exames por uma comissão de

três oficiais do Exército, o resultado foi a aprovação de todos os atiradores, com grande e honroso elogio que a comissão consignou na ata dos trabalhos ao instrutor e aos atiradores. Foi essa a minha primeira turma.

Mesmo exercendo as funções de instrutor militar, que absorviam quase todo o meu tempo com jornadas de instrução, confecção de mapas e outras atividades burocráticas, semanalmente relatadas à Inspetoria de Tiro de Guerra em São Paulo, ainda assim, concorria, por vezes, a algum serviço da Companhia quando requisitado pelo comandante.

A 29 de setembro de 1926, fui convocado para combater os rebeldes da revolução paulista de 1924.

Desloquei-me com a tropa para as operações de guerra, a 3 de outubro, e percorri grande parte do interior do Estado no encalço dos rebeldes, com nossos soldados em condições precaríssimas, fazendo longas e absurdas jornadas a pé, na pista do inimigo, bem montado e armado, que fugia sempre de um confronto com as nossas forças. A 6 de novembro, depois de trinta e sete dias consecutivos de viagem por todo o sudoeste do Estado, regressei à capital sem jamais ter visto um inimigo. A 21 do referido mês, fui incorporado a outro destacamento volante, de cinquenta praças, comandado pelo Segundo-Tenente Rosalvo Caçador, para socorrer o arraial de Registro do Araguaia de iminente ataque dos revoltosos, que, divididos em grupos, ameaçavam ocupar as localidades da região do Rio Araguaia isoladas pelas obstruções das redes telefônicas e telegráficas que ligavam as capitais de Goiás e Mato Grosso.

A 24, depois de três dias de viagem a cavalo, o contingente chegou ao arraial de Itapirapuã, onde se reuniu ao comandante da Companhia que ali já se encontrava com o resto da tropa, vinda de caminhão. A 25, com o mesmo itinerário, o contingente, em marchas forçadas, rumou para Registro do Araguaia, biva-

cando em Palmeiras, para repouso; de Palmeiras, a tropa biva-cou dia 26, em Cerradinho; desse local, acantonou no prédio da estação telefônica de Marechal Floriano Peixoto, dia 27.

Prosseguindo a viagem, pernitoou à margem esquerda do Rio Claro, dia 28; pernitoou, dia 29, em Água Branca e, finalmente, às dezessete horas do dia 30 de novembro, chegou ao seu destino, após dez dias de viagem, estabelecendo-se em postos avançados, numa frente de quinhentos metros, à margem direita do Araguaia, no estado de Goiás.

A Vila de Registro do Araguaia dividia-se em dois distritos: um à margem esquerda; e outro à margem direita do mesmo rio. A chegada de nosso contingente deu à população dessa Vila alguma tranquilidade, os comerciantes, sobretudo os de Mato Grosso, temiam que seus armazéns de secos e molhados, únicos existentes na região, caíssem em poder dos rebeldes, a exemplo do que ocorrera no arraial dos Tachos¹¹ que foi assaltado e roubado pelos revoltosos.

Além dos serviços de postos avançados, atentos noite e dia a qualquer emergência, o comando organizou duas patrulhas volantes para operarem na região, uma à margem esquerda e outra à margem direita do mencionado rio, a primeira sob meu comando, e a segunda pelo Segundo-Sargento Antônio Inácio Ferreira.

Minha patrulha era composta por um cabo fuzileiro-metralhador e cinco soldados volteadores, todos bem armados e municiados, tendo por missão vasculhar a zona rural e colher informações dos moradores acerca das atividades revolucionárias dos rebeldes, missão, aliás, de muita responsabilidade.

Recebemos as montarias e provisões do comerciante Milton Santana, estabelecido no Distrito mato-grossense. Partimos em cumprimento da missão, a 2 de dezembro às treze

¹¹ Pequeno povoado a vários quilômetros na estrada para Cuiabá. Sede de um posto telefônico e de um colégio de freiras.

horas. Não conhecíamos a região, por isso, não perdíamos de vista a linha telegráfica como ponto de referência. Viajamos dois dias, sofrendo pesadas chuvas, padecendo as agruras do tempo invernos, complementando nossa alimentação com frutas silvestres.

Frente às dificuldades, retornamos ao ponto de partida sem notícias do inimigo. Como as comunicações telefônicas e telegráficas estavam interrompidas com a capital de nosso Estado, e o nosso contingente sem ligação com a companhia que ficara em Itapirapuã, nova patrulha, sob meu comando, deslocou-se com os guarda-fios, a fim de protegê-los no estafante e perigoso trabalho de recomposição da rede telegráfica, partida em vários pontos pelos revoltosos. Essa incumbência, aliás, cumprida com grande sacrifício, terminou na estação telefônica de Marechal Floriano Peixoto, completamente danificada pelos rebeldes que, não satisfeitos, ainda haviam seviciado o guarda da mesma estação, senhor João Benício.

Enquanto os guarda-fios ultimavam os reparos na linha telefônica, aproveitei o tempo disponível para interrogar o senhor João Benício sobre o ocorrido.

Este, ainda acamado, contou-me que uma patrulha montada, de uns quinze revoltosos, apoderou-se da estação às doze horas, mais ou menos, do dia 28 de novembro e, depois de inutilizá-la, maltratou-o terrivelmente, fugindo em desabalada carreira, levando o telefone, rumo a Registro do Araguaia, objetivando atacar pela retaguarda nosso contingente que, no dia anterior, houvera pernoitado na estação.

Não tínhamos tempo a perder. Nossa missão estava cumprida. Regressamos ao contingente a 12 de dezembro, depois de oito dias de estafante serviço. Restabelecidas as comunicações, os primeiros despachos vindos da capital do Estado noticiaram, embora laconicamente, o combate travado em 28 de novembro entre os revoltosos e a Companhia do Capitão

Frederico Sócrates, na fazenda Pilões, no qual tombou sem vida o bravo Tenente Joaquim de Oliveira Bastos.

Diante do lamentável acontecimento, o contingente ficou desmembrado do resto de sua Companhia, que tomou rumo diferente. Completamente desprovido de recursos, enfrentando muitas dificuldades agravadas pela estação chuvosa, nossos soldados estavam mal alimentados e, na sua quase totalidade, doentes, sem medicamentos, assistência médica, maltrapilhos e sem dinheiro, pois, todos os recursos haviam ficado para trás, com o comandante da companhia, urgia, portanto, providências para dirimir a calamitosa situação, já que as solicitadas por telegrama aos escalões superiores não tinham sido atendidas. Em face disso, o comandante tomou a iniciativa de mandar a Goiás um mensageiro para, junto ao comandante da praça, tenente reformado João Odilon Gomes Pinto, solicitar providências urgentes, cabíveis ao caso. Uma vez mais, fui escalado para cumprir essa missão, partindo de Registro, acompanhado de apenas um soldado, no dia 22 de janeiro de 1927, chegando à capital na tarde do dia 26, após cinco dias de cansativa viagem através de péssimas estradas, cavalgando animal cansado e estropiado, enfrentando fortes chuvas e transpondo a nado rios cheios, como o Itapirapuã. Infelizmente, o comandante da praça não tinha condições de atender à solicitação de recursos, por não os ter à sua disposição e, ainda se os tivesse, não alcançariam o contingente que já estava em marcha para Aragarças, a fim de incorporar-se ao comando da Companhia, que lá se encontrava.

Adiantou-me, também, que, segundo ordens do General Álvaro Mariante, todas as tropas em operações de guerra foram mandadas recolher-se em seus quartéis, por terem os rebeldes emigrado para o Paraguai. Ante isso, permaneci em Goiás, à disposição do referido tenente, aguardando o retorno da companhia a sua sede.

NOTA:

Encerrando os episódios bélicos da Terceira Companhia do 6° BC, quero ressaltar, dentre tantos acontecimentos, o mais constrangedor: o combate na Fazenda Pilões, em que tombou sem vida o Segundo-Tenente Joaquim de Oliveira Bastos. Não tomei parte nessa ação de guerra; dela tive somente seguras informações por intermédio do Segundo-Sargento Adão Camilo Ferreira, que se engajou duramente nesse entrevero, lutando lado a lado com o Tenente Bastos e presenciando sua morte. Contou-me o seguinte:

Que em Itapirapuã o Capitão Frederico Sócrates, Comandante da Companhia, obedecendo ordens do General Álvaro Mariante, rumou para Aragarças, no Alto Araguaia, modificando o sentido das operações anteriormente traçadas de cobrir a retaguarda do contingente, que marchou à frente, rumo a Registro do Araguaia.

Que no dia 28 de novembro, segundo dia de marcha a cavalo, faziam o serviço de patrulha na ponta da vanguarda o Segundo-Sargento Arnaldo de Moraes Sarmento, o cabo José Avelino e três soldados.

Que no segundo escalão, marchavam o Segundo-Tenente Bastos, Sargento Licídio Ferreira, o informante (Adão Camilo), dois cabos de esquadra e seis soldados, mais atrás, no corpo da coluna, o Capitão Frederico Sócrates, o Primeiro-Tenente médico, J. Sampaio, os sargentos Ernesto, Napoleão e Alarico, cabos e soldados. Também, desse escalão, faziam parte o civil Manoel Clementino de Faria, fornecedor do rancho, o pessoal da comitiva e cozinheiros.

Que as distâncias dos elementos escalonados em profundidade eram reduzidas, pois viajavam em regiões acidentadas, cortadas por pequenos cursos d'água, encobertos por vastos matagais.

Que a patrulha se encontrou com um indivíduo que fugia apavorado dos revoltosos, que deu notícias dos mesmos

na região do Rio Claro, rumo à Fazenda Pilões, de onde ele procedia.

Que o comandante da patrulha, ao invés de colher maiores detalhes sobre sua origem, detendo-o e remetendo-o ao comando da Companhia, como deveria proceder, não levou a sério a mencionada notícia e rumou para a fazenda aonde chegou por volta das quinze horas.

Que, sem nenhum dispositivo de segurança, o comandante e os patrulheiros deixaram suas montarias amarradas à porta da fazenda e entraram para o interior da casa, a fim de se servirem de um café.

Que nesse ínterim, uma dona vinda do interior da casa, avisou ao sargento que um bando de homens armados e a cavalo estava chegando à fazenda.

Que o comandante da patrulha, na suposição de que fosse o grupo do Tenente Bastos, não deu ouvidos à notícia, porém, mandou que o Cabo Avelino o identificasse.

Que, dado o alarme, o sargento pulou para fora da casa, conseguindo fugir com a patrulha, que dispersou, fazendo alguns disparos contra os rebeldes que tentavam prendê-los.

Que, ouvindo os disparos, o tenente que estava próximo à fazenda, avançou com seus homens e tomou a dianteira, alvejando o adversário que surgiu à sua frente, porém, foi abatido por outro que havia se entrincheirado atrás de uma cerca, sendo esse, ato contínuo, posto fora de combate pelo Sargento Licídio que o abateu com um tiro certo.

Que um terceiro revoltoso, que se abrigou na moenda de um engenho, foi caçado por um soldado que o atingiu com um tiro na testa. Com esse choque, os revoltosos retiraram-se rumo a um capoeirão muito sujo, coberto por vegetação rasteira.

Que, em seguida, chegou ao local o grosso da Companhia, ainda alcançando a fase final do combate. Na expectativa de novo confronto com os rebeldes, o comandante organizou forte dispositivo de segurança, pois temia que

os mesmos retornassem à noite ao local, em busca dos companheiros mortos, o que não aconteceu. Os mortos, Tenente J. Bastos e os três revoltosos, foram sepultados na manhã seguinte, dia 29 de novembro de 1926, no sítio de Pilões.

A 6 de março de 1927, fui promovido a Primeiro-Sargento por “relevantes serviços prestados na defesa da ordem pública”, perturbada pelo movimento revolucionário de São Paulo, em julho de 1924 (Boletim Regimental do Comando do 6º BC).

A 18 de abril do mesmo ano, fui elogiado pelo General Álvaro Guilherme Mariante, comandante das Forças em Operações de guerra no Estado de Goiás, que em Boletim Regimental, assim se expressou:

Louvo pelos ingentes, serviços e capacidade de trabalho de que deu provas no cumprimento dos deveres, (o Primeiro-Sargento Lindolpho Emiliano dos Passos) pela resignação com que se comportou com todas as agruras das penosas marchas, demonstrando ser merecedor da confiança e louvores de seus chefes.

A 28, fui apresentado aos diretores do Lyceu de Goiás e Escola de Aprendizes e Artífices, na qualidade de Instrutor Militar dos referidos estabelecimentos de ensino.

A 6 de agosto, para efeitos do aviso n.º 293, de 20 de julho de 1927 e de acordo com o aviso de 5 de fevereiro de 1907 foi mandado contar em dobro meu tempo de serviço em operação de guerra – de 7 de julho a 17 de novembro de 1925; e de 26 de abril de 1926 a 18 de março de 1927.

CAPÍTULO 4

RETORNO ÀS ATIVIDADES DE INSTRUTOR MILITAR

O ano de instrução nos estabelecimentos de ensino obedecia ao período letivo, iniciando-se em abril e encerrando-se após os exames de reservistas, geralmente no mês de dezembro. As matrículas eram facultativas aos alunos maiores de dezesseis anos de idade.

Do livro de registro de matrículas dos atiradores, o instrutor extraía duas cópias, destinando-se uma à secretaria do estabelecimento de ensino e outra à Inspetoria do Tiro de Guerra da Segunda Região Militar, em São Paulo. Servia esse livro, também, para o assentamento de todas as ocorrências havidas com os atiradores no período de instrução.

Os exercícios eram ministrados de acordo com o tempo disponível, respeitando-se os horários das aulas dos estabelecimentos. As diretrizes organizadas pela Inspetoria de Tiro de Guerra prescreviam, além das obrigações burocráticas, o cumprimento, na íntegra, dos seguintes ramos da instrução militar:

1. Educação moral e instrução geral;
2. Instrução física;
3. Instrução técnica;
4. Instrução tática.

Com exceção de educação moral e instrução geral, que eram ministradas em salas de aula e pátio interno do estabelecimento, os demais exercícios requeriam espaço e tempo fora do ginásio. Geralmente, a instrução física era ministrada na parte da manhã, às segundas, quartas e sextas-feiras, das cinco e trinta as seis e quarenta e cinco horas, no campo de instrução da Linha de Tiro do 6º BC, a dois quilômetros do centro da cidade, as instruções técnicas e táticas, que se desdobravam em exercícios mais complexos, eram ministradas em terrenos ou campos adaptáveis aos mesmos, a partir das dezesseis horas, às segundas, terças, quartas e sextas-feiras. Às quintas-feiras, a partir das quinze horas, eram realizadas sessões de tiro ao alvo na linha de tiro, com pequenas turmas de quinze atiradores cada uma. As marchas de treinamentos eram realizadas uma vez ao mês, geralmente aos sábados, a partir do primeiro trimestre de instrução.

A missão do instrutor, agindo isoladamente, tendo como instruendos estudantes menores de idade, era cheia de sacrifícios e de múltiplas responsabilidades. Enquanto no Exército Nacional, para se instruir um pelotão de recrutas eram necessários vários instrutores, muitos dos quais com cursos especializados, nos Tiros de Guerra ou Escolas de Instrução Militar, somente um instrutor desincumbia-se dessa árdua missão. Na minha gestão de instrutor militar nas mencionadas escolas, instruí quatro turmas, fazendo mais de duzentos reservistas sem que jamais um só atirador fosse reprovado. No fim de cada período de instrução, as cadernetas dos reservistas, depois de escritu-

radas, eram por mim levadas à Inspetoria do Tiro de Guerra da Segunda Região Militar na capital paulista para serem autenticadas pelo Capitão Inspetor, ocasião em que fazia estágio de instrução em corpos de tropa sediados naquela localidade. De regresso, eu as trazia à diretoria do Lyceu para serem entregues a seus detentores.

Em 24 de agosto de 1928, fui nomeado instrutor Militar da Escola de Instrução Militar n.º 300, recém-criada na Escola de Comércio de Goiás, cargo que exerço por um ano acumulado com o de instrutor da Escola de Instrução Militar n.º 78, do Lyceu de Goiás. A criação daquela escola importou na extinção de sua congênere de n.º 79, da Escola de Aprendizes Artífices de Goiás.

A 29 de dezembro de 1928, contraí matrimônio com a senhorita Avany de Camargo, sendo os atos civil e religioso realizados à tarde desse dia; o primeiro, na residência dos pais da noiva; e o segundo, na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte. Em 15 de outubro de 1929, nasceu meu primeiro filho, Norton, assistido pelos doutores Edilberto da Veiga Jardim e Tasso Camargo, seu tio.

A 31 de dezembro do mesmo ano, tive profundo sentimento pela morte de meu pai, consumada às cinco horas desse último dia do ano. Seu sepultamento realizou-se à tarde, com numeroso acompanhamento de seus amigos e da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, da qual era integrante.

A 24 de janeiro de 1930, fui elogiado pelo Inspetor do Tiro de Guerra, Tenente Evilásio Gonçalves Vila Nova que, em Boletim Regimental, assim se expressou:

Ao deixar o cargo de Inspetor, agradeço nominalmente a todos os instrutores dos Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar pela cooperação espontânea e produtiva que sempre revelaram no desempenho do cargo (Este elogio foi transcrito na Ordem do Dia do 6º BC).

A 29 de maio de 1930, fui exonerado do cargo de Instrutor Militar e, na mesma data, apresentei-me ao Comando da Terceira Companhia, ficando agregado por falta de vagas. Nesse ínterim, fui indicado para preencher uma vaga de primeiro-sargento existente no 16º Batalhão de Caçadores, na cidade de Cuiabá (MT). Tal transferência, se efetivada, traria sacrifícios enormes a minha família. Felizmente, isso não aconteceu, graças ao oportuno movimento revolucionário de 1930.

A 9 de outubro, segui para Ipameri e, daí, embarquei com a Companhia para a Estação de Engenheiro Bitout, ficando de vigilância em postos avançados para manter a integridade da ponte da Estrada de Ferro Goiás, sobre o Rio Paranaíba.

A 19, regressei para a sede do Batalhão. A 30 de outubro, fui louvado pelo Comandante do Batalhão, "pela leal coadjuvação e espírito de disciplina demonstrados durante os acontecimentos desenrolados no país e pela ação que tive no 6º BC".

Vitoriosa a Revolução de 1930 e consequente deposição dos governos estadual e federal, o comandante do Batalhão embarcou com toda a unidade para a capital do Estado e reuniu-se com a Junta Governativa (Desor. Emílio Francisco Póvoa, Dr. Pedro Ludovico Teixeira e Desor. Mário de Alencastro Caiado) para a adoção de providências necessárias à preservação da ordem pública e órgãos constituídos do Estado, tendo como suporte a tropa federal. Dentre as várias medidas ultimadas pelo Coronel Pyrineus, comandante da praça de Goiás, a principal foi a de assegurar ao novo governo garantias indispensáveis que o regime revolucionário exigia e, por isso, voltou as vistas para a Força Pública cujos quadro e tropa, com honrosas exceções, não mereciam confiança. Comissionaram o então Primeiro-Tenente Anfristo da Rocha Lima e o segundo dito Elpídio da Motta Pedreira, ambos do 6º BC para exercerem os cargos de Comandante e Subcomandante da Força Pública,

respectivamente: o primeiro, no posto de tenente-coronel: e o segundo, no de major.

Para o preenchimento das vagas de capitães e oficiais subalternos, abertas com demissões e reformas compulsórias de seus detentores, foram nomeados pelo Interventor Federal do Estado, por propostas do Comandante do 6º BC, vários sargentos da referida unidade; nos postos de Capitão, os primeiros-sargentos, nos de primeiro e segundo-tenentes, segundos e terceiros-sargentos. Os claros dos praças foram preenchidos por inscrição de voluntários, somente reservistas de primeira e segunda categorias.

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO 1

VIDA POLICIAL MILITAR

A 8 de novembro de 1930, fui nomeado Capitão da Polícia Militar (antiga Força Pública) por Decreto da Junta Governativa do Estado e classificado no comando da 1ª Companhia da mesma unidade.

Assumindo o exercício do cargo, procurei conhecer os elementos da mesma companhia – oficiais e praças –, também, todo o material distribuído à mesma, relacionado no livro carga de responsabilidade do seu comandante.

A subunidade tinha o efetivo orçamentário de seis (06) oficiais, dezoito (18) sargentos e cento e oito (108) praças, porém, com a dissolução parcial do Batalhão, demissões, reformas de oficiais e exclusões de praças, a mesma sofreu um desfalque de 30% no seu total efetivo.

Pronto no serviço, minha companhia dispunha de um primeiro, um segundo e um terceiro sargentos, alguns cabos e 25 soldados, o resto estava destacado no interior do Estado.

Os serviços burocráticos eram exercidos pelo primeiro Sargento Octernisio P. Fernandes, na função de sargenteante,

coadjuvado pelo Segundo-Sargento Antônio Remus; aos mesmos agradeço o desempenho administrativo das minhas atribuições, na fase de reestruturação da Companhia. O batalhão atravessava um período difícil, ante a precária situação financeira do Estado, que não tinha recursos para aquisição de fardamento aos praças.

Tentando resolver o problema do policiamento da capital, o comando do corpo criou, em caráter precário, um pelotão de cavalaria. Essa iniciativa embora válida, na prática não funcionou: falta de verba para despesas de ração dos animais, serviço de remonta e espaço no quartel para a cavalaria impediram o seu êxito.

Ainda assim, o Comandante Anfrísio, envidou todos os meios possíveis e fez com que o policiamento noturno da Capital fosse exercido por praças a cavalo, providência de pouca duração.

Enquanto o Comandante lutava para resolver os múltiplos problemas da corporação, o governo, atendendo a pedidos políticos, nomeava oficiais para as delegacias de polícia sem o consultar. Esses atos que sempre se repetiam, feriam a autoridade do Comando, desorganizavam as subunidades e demais órgãos administrativos do batalhão, com o afastamento dos seus titulares. Por outro lado, os pedidos de praça para os destacamentos eram constantes e, quando um chefe político não era atendido, recorria ao governo que o satisfazia; a coisa andava de tal forma, que o Batalhão já não dispunha de oficiais e praças para o serviço de guarnição que era feito com ininterruptas dobras e redobras. Além das irregularidades, o governo fazia nomeação de civis para as funções de oficiais, no posto de 2º tenente, em completo desacordo com o convênio feito com o Cel. Comandante do 6º BC.

Diante de tantas anormalidades, o Cel. Anfrísio, exonerou-se do cargo de Comandante, ato que foi acompanhado pelo

Major Subcomandante Elpídio da Motta Pedreira, em 3 de agosto de 1931.

Solidarizando-se com os demissionários, exoneraram-se alguns oficiais (sargentos comissionados) que reverteram às fileiras do 6º BC, de onde procederam.

Declaro que tive ímpeto de tomar a mesma resolução dos colegas demissionários, mas me contive por razões pessoais.

Para comandar o Batalhão de Polícia, foi comissionado no posto de Tenente-Coronel e Major Salomão Clementino de Faria e para subcomandante foi designado o Cap. Benedito Quirino de Souza.

O primeiro, mais político do que militar, saiu vitorioso de uma luta política no sudoeste do Estado; foi nomeado Capitão de Polícia pelo seu íntimo amigo, Dr. Pedro Ludovico, Interventor Federal; posteriormente, promovido a Major; o segundo, Capitão Benedito Quirino de Souza, foi Terceiro-sargento do Exército, serviu às fileiras do 6º Batalhão de Caçadores, em 1921, incorporado à 2ª Companhia e, mais tarde, transferiu-se para a 2ª Região Militar, em São Paulo. Em fevereiro de 1930, encontrei-me com o Quirino, no 4º Batalhão de Caçadores, na capital paulista; na ocasião, preso no xadrez, respondendo pelo crime de deserção, à disposição da Justiça Militar. Depois da revolução de 1930, ele apareceu em Goiás, fardado de Tenente do Exército, insígnia que usou por conta própria, para impressionar os incautos, por cuja astúcia obteve o posto de capitão da Força Pública.

Entre ambos, Comandante e Subcomandante: o primeiro, sem experiência e traquejo de caserna; o segundo, ardiloso e ambicioso pelo cargo de Comandante, sempre surgiam divergências acaloradas, que punham em jogo suas reputações. Cessadas as divergências, voltavam ao normal, e a vida inter-

na do quartel seguia seu ritmo rotineiro. Todavia, não obstante, as aparências, o Batalhão necessitava de um Comandante enérgico e de muita fibra militar para acabar de uma vez com as futricas que minavam os vários setores da Corporação onde mentiras e boatos faziam coro com as safadezas de quem as engendrava.

CAPÍTULO 2

UMA DILIGÊNCIA POLICIAL

Às 22 horas do dia 23 de outubro de 1931, véspera do primeiro aniversário da revolução de 1930, fui procurado em minha residência pelo Tenente João Peixoto dos Santos que me notificou a ir urgente para o quartel, por ordem do comandante do Batalhão.

Estranhando o caráter urgente da convocação, vez que não me constava anormalidade alguma na cidade, pedi ao Tenente explicação sobre o que estava acontecendo. Disse-me:

– O comandante ordenou o estado de alerta em virtude de notícias que recebera de que um bando armado preparava um contragolpe revolucionário.

Fui para o quartel. Ao adentrar no corpo da guarda, notei a presença de um caminhão com praças na carroceria, estacionado no pátio interno. Pelo oficial de serviço, fui informado de que um telegrama endereçado ao Comandante denunciava concentração de jagunços na Fazenda Lages – de propriedade do senador Antônio Ramos Caiado, deposto pela revolução de 1930, com o objetivo de atacar a capital.

Fiquei pasmo ante tamanho absurdo; para mim, essa notícia fazia parte dos boatos alarmantes, muito comuns no quartel, zunzum inconsequente, urdido por pessoa irresponsável para perturbar a ordem pública.

Na sala do Estado-Maior da corporação, presentes alguns oficiais e civis, o Major Benedito Quirino, Subcomandante do batalhão, arrogante e indiscreto, censurava o Tenente Walfredo C. Maia por ter recusado a companhia do Tenente Públio de Souza, ambos escalados para uma diligência na Fazenda Lages – do referido senador. Com muita veemência, o Major dizia aos civis que não podia contar com os oficiais da polícia, tachando-os de decaídos e medrosos.

Diante dessa afronta humilhante, repeli na qualidade de oficial mais graduado presente, os agressivos insultos do Major, dizendo-lhe:

– Decaído e medroso é o valente Major que incrimina injustamente os seus subordinados, esquecendo-se de que fora um desertor do Exército.

– Repita o que você disse!

– É isso mesmo: um desertor! Quem fala o que quer, ouve o que não quer – retruquei.

Seguiu-se polêmica discussão no calor da qual ele – o Major – escalou-me para comandar a diligência, com ordem urgente de embarque, no caminhão estacionado no pátio do quartel, com o Tenente Públio de Souza. Então o interroguei:

– Desejo saber a missão.

– Isto, o Comandante lhe dirá – foi a resposta.

No gabinete do Comandante, presente o chefe de polícia, Dr. Ernani Cabral L. Fagundes, apresentei-me para o serviço e solicitei, ao Comandante Salomão, instruções escritas para o desempenho da missão. Com subterfúgios, ele jogou a carga às costas do chefe de polícia que, indeciso não atendeu ao pedido,

alegando tratar-se de incumbência especial de finalidade complexa, cabendo o desempenho ao Comandante da diligência.

Argumentei:

– Os senhores alegam que na Fazenda Lages, de propriedade do senador Caiado, tem uma concentração de jagunços... Neste caso, o que devo fazer?

– Prenda todas as pessoas encontradas e traga-as para esta capital, escoltadas.

Foi esta a ordem de prisão. Devido à minha insistência, o chefe de polícia forneceu por escrito.

Às 24 horas, parti de Goiás, rumo à Fazenda Lages, acompanhado do Segundo-Tenente Públio de Souza, comandando um contingente de 18 praças armados a fuzil e municados, no caminhão do Estado. A fazenda citada situava-se no município de Itaberaí; para alcançá-la, viajava-se uns 26 quilômetros na antiga estrada de rodagem – Goiás-Itaberaí – e pouco à frente de uma tapera, “Aninha Alves”, à margem direita da rodovia, bifurcava-se um trilheiro, cortado de ravinas; era o entroncamento da estrada que, no sentido oeste, em péssimas condições de tráfego, ia ter à sede da fazenda.

Tanto a estrada como a fazenda, eu já as conhecia, quando a 3ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores, da qual eu fazia parte, deslocou-se, em serviço de campanha para aquelas bandas, em 1926. Sem conhecimento das circunstâncias do terreno e roteiro da estrada, ninguém acertaria o caminho, sobretudo à noite.

No povoado de Areias, fiz pequeno alto para comprar um litro de conhaque na venda do Sr. Durval Leite Santana. Não obstante o adiantado da hora, aquele senhor atendeu-me prazerosamente.

Prosseguindo a viagem, estacionei no local do entroncamento, para investigar o terreno no ponto de penetração da

estrada da fazenda, trabalho facilitado graças ao farolete do caminhão. Daí para frente, o trajeto foi cauteloso, por razão de segurança.

Ao final de um grande desfiladeiro, já esperado, no fundo do qual corria pequeno curso d'água, sustei a viagem para oportuno esclarecimento à tropa. Alertei os homens de que a jornada seguinte seria a pé até a fazenda, cuja distância não ia além de quatro quilômetros; que a medida de precaução era imposta por natureza estratégica, para não despertar os moradores do lugar com ruídos do motor do caminhão; que durante a marcha, em fila indiana, ninguém deveria conversar, tampouco fumar, como não ultrapassar as cercas de arame pelas cancelas mas por baixo, um de cada vez, em pontos afastados, para não alertar o capataz da fazenda – Adão de Tal – que morava junto à cancela de entrada, com muitos cachorros.

Não descuidei de examinar rastros de animais nas margens do córrego, essas marcas, em quantidade, indicariam grande movimentação de cavaleiros na fazenda. Depois desses esclarecimentos, servi aos praças uma dose de conhaque e os dividi em duas turmas para andar distanciados em profundidade. No local, deixei o caminhão, motorista e um praça com ordem de seguirem para a fazenda ao clarear do dia.

Tudo pronto. Iniciamos a marcha. Eram três horas da madrugada. A Lua minguante orientava-nos a caminhada, feita com a máxima precaução, desviando-nos dos acidentes do terreno.

Atingimos, sem nenhum tropeço, a sede da fazenda, edificada num terreno plano, recortado de trilheiros de animais, coberto de vegetação rasteira. Tudo estava mergulhado no mais profundo silêncio.

Cautelosamente, aproximamo-nos mais à frente e nos abrigamos debaixo de uma árvore frondosa, a uns cem metros da casa. Não havia anormalidade senão a movimentação do gado

preso nos currais que se assustou com a nossa aproximação. A casa era protegida na frente por uma cerca de pedra e, no fundo, moravam os peões. Depois de um pequeno descanso precedido de minucioso detalhe, tracei o plano de ação; uma patrulha sob o comando do Tenente Públio se encarregaria de escalar a mureta de pedra e prender nos seus ranchos os peões, enquanto o resto dos soldados, sob o meu comando, deteria no recinto da fazenda os moradores, impedindo-os de saírem, se tentassem.

Às cinco horas da manhã, desfechei o golpe. O barulho foi tremendo; cachorros ladravam por todos os cantos, cocás, galinhas e perus cacarejavam nos poleiros, e o gado nos currais investiam nas cercas com impetuosidade.

Esse pandemônio, já previsto, foi aos poucos cedendo com a aproximação do dia. Sempre alerta, corria os postos de espreitas, junto as portas e janelas da casa. Em dado momento, o soldado Apolinário que vigiava o lado esquerdo da casa disse-me que vira o Dr. Brasil Caiado pela greta da janela; ouviu-se também choro de criança e ruídos outros no interior da casa. Às seis horas, bati à porta principal, ninguém atendeu, tornei a bater, dizendo:

– É a polícia!

Abriu-se a porta, e o ex-tenente de polícia, João Artiaga, foi o primeiro a se apresentar.

Seguiram-no o Dr. Brasil Caiado e o motorista Domingos Pena, únicos homens da casa, aos quais dei voz de prisão, em nome do Dr. Delegado-geral de Polícia, Ernani Cabral de L. Fagundes. O Dr. Brasil, com o rosto abatido e pálido, disse-me:

– Não estamos armados, pode revistar a casa.

– Não é preciso – disse-lhe.

Voltou a dizer-me:

– O senhor prende um homem, assim como sei que lido com um policial prudente.

A essa altura, uma moça (salvo engano filha do senador Caiado) surgiu no terreiro e me destratou com maiores impropérios, sendo repelida com veemência pelo Dr. Brasil que a mandou para o interior da casa.

Alguns minutos decorridos, o Tenente Públio chegou ao terreiro, escoltando seis peões da fazenda. Deixei os peões à vontade e ordenei a retirada dos praças do terreiro para local distante, onde ficariam, até segunda ordem.

Essa ação deixou-me constrangido, não pela operação em si, mas pelas pessoas de um médico e seus familiares, dos sobressaltos e vexames que sofreram. Fomos depois servidos de um cafezinho, ocasião em que o Dr. Brasil, muito preocupado com a detenção dos peões, pediu-me que os deixasse em liberdade, alegando prejuízos com a perda de muitas reses, amarradas e peadas na invernada, caso o serviço de vaquejada fosse interrompido por falta do pessoal. Depois de outras considerações quis saber qual a condução que os levaria a Goiás. Respondi-lhe:

– O caminhão que trouxe a diligência e que deixei a quatro quilômetros atrás. Daqui a pouco chegará aqui.

Dizendo possuir condução, pediu-me para utilizá-la no seu transporte e dos companheiros. Permiti, desde que fossem acompanhados por mim e o Tenente Públio.

Então, ele – Dr. Brasil – mandou que um peão selasse um animal para o motorista Domingos Pena buscar o automóvel numa fazenda próxima; interferi dizendo-lhe que mandasse selar outro animal para o tenente escoltar o motorista.

Uma hora depois, estávamos prontos para retornar a Goiás. À hora do embarque, eu disse ao Dr. Brasil, que os peões

podiam ficar na fazenda para dar continuidade à vaquejada, essa concessão o sensibilizou, a ponto de me agradecer com os olhos lacrimejantes.

Eram 10 horas quando empreendemos a viagem. No carro, viajaram o Dr. Brasil, João Artiaga e o motorista Domingos Pena, nos bancos da frente. No banco traseiro, eu e o Tenente Públio de Souza; às nossas pegadas, vinha o caminhão com os praças.

Chegamos a Goiás, cerca das 12 horas; paramos à porta da chefatura de polícia, mas o seu titular não se encontrava para receber os detentos. Então, a alternativa foi levá-los para o quartel.

Foi uma decepção; tanto o comandante, Tenente-Coronel Salomão Faria, como o Subcomandante, Major Benedito Quirino, não quiseram receber os presos, alegaram que ao chefe de polícia competia a incumbência. Diante da covardia desses mandões da diligência, conduzi-os à sala do Estado-Maior da Polícia e os entreguei ao oficial de serviço.

Voltando ao gabinete do Comando, disse ao Major Quirino:

– Missão cumprida, seu Major. Fiz o que o senhor jamais faria com toda arrogância e valentia de ontem à noite.

Agradei ao Tenente Públio a sua disciplinada cooperação no desempenho da missão que lhe coube no contingente e retornei à minha casa.

Só voltei ao quartel após dois dias de descanso, quando já se encontravam em liberdade os prisioneiros. Recebi, posteriormente, agradecimentos do Dr. Brasil Caiado.

CAPÍTULO 3

A POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO (1932)

A 9 de julho de 1932, eclodiu em São Paulo a revolução constitucionalista. Essa sublevação congregou a maior parte das forças armadas da 2ª Região Militar do Estado: Exército, Força Pública, Guarda Civil e povo, em geral, que apoiavam a revolta nas organizações de batalhões patrióticos e meios válidos à defesa da grande causa.

O governo Federal, surpreso pelo perigoso golpe revolucionário, determinou a mobilização das Forças Armadas para combater os rebeldes paulistas que, a essa altura dos acontecimentos, já possuíam dezenas de batalhões patrióticos armados e instruídos para o combate, inclusive tropas militares que já ocupavam as partes estratégicas do grande Estado. Além das forças leais ao Governo Federal, empenhadas na luta fratricida, convocaram-se, para o mesmo fim, as polícias militares dos Estados fronteiriços a São Paulo e sul do estado de Mato Grosso, onde, também, as unidades da Brigada Mista, com sede em Campo Grande, estavam revoltadas, ao lado de São Paulo.

O estado de Goiás, que se limita com o de Mato Grosso, não ficou livre da convocação. Por determinação do governo do Estado, o comandante da Polícia Militar organizou um contingente ao qual foram incorporados todos os elementos disponíveis, inclusive soldados músicos e tambores-corneteiros.

Na manhã do dia 19 de julho, sob o comando do Major Benedito Quirino de Souza, o contingente rumou para Leopoldo de Bulhões, ponto final da Estrada de Ferro Goiás, numa frota de 10 caminhões, chegando àquela cidade às 16 horas do mesmo dia, acantonando-se em edifícios particulares. Nesse local, o comandante convocou todos os oficiais e praças destacados nas cidades do sul do Estado para se apresentarem ao contingente, até dia 21, data em que o mesmo embarcaria em trem especial com destino à cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Às 12 horas do mencionado dia 21, o contingente viajou, chegando ao seu destino às 19 horas, acantonando-se num grande edifício público cedido pela Prefeitura local.

Em Uberlândia, enquanto aguardávamos instruções do governo do Estado, sobre destinação de nossa força, procedeu-se nova organização da tropa, acrescida com apresentações de oficiais e praças então destacados, atingindo o seguinte efetivo: oficiais e praças combatentes – 95; não combatentes: a) serviço de saúde oficiais e praças – 6; b) serviços de intendência, abastecimento, rancho e cozinha; oficiais e praças – 10. Total: 111 homens. A tropa combatente foi dividida em três pelotões com 25 homens cada, e uma seção de comando com 20. Para o Comando Geral das Forças Goianas, o Interventor Pedro Ludovico comissionou no posto de Coronel o Primeiro-Tenente reformado do Exército Nacional, Domingos Neto de Velasco, delegando-lhe poderes para organizar batalhões patrióticos e providenciar quem fosse necessário, junto ao escalão superior do Exército Nacional em operação de guerra.

Inicialmente, o Coronel Velasco estabeleceu o seu quartel-general na cidade de Itumbiara, onde organizou 3 batalhões

patrióticos, sob os comandos de Manoel Balbino de Carvalho (Carvalhinho – como era conhecido); Majores em comissão: Atanagildo França e Joaquim Câmara Filho. Na formação desses batalhões, o comandante Velasco enquadrou o contingente da Polícia Militar no Batalhão Atanagildo França, sem consultar o comandante do contingente que, tomando conhecimento dessa anormalidade, dirigiu-lhe áspera censura telegráfica. Esse fato ocorreu à tarde, quando dele tomei conhecimento pelo próprio Major Quirino que me mostrou a cópia do citado telegrama.

Nesse dia à noite, quando todos dormiam, no grande salão que servia de alojamento, sob o fosco brilho de uma lâmpada elétrica, eis que três vultos de compridas capas, cobertos de chapéus de abas largas, adentraram o recinto. Estando eu acordado, notei a presença dos mesmos e reconheci, pela fala, o Cel. Velasco a procurar pelo Major Quirino, que dormia junto à minha cama e do capitão médico, Dr. João Perilo. Com estranha atitude, o Cel. Velasco repreendeu Quirino e o destratou com uma saraivada de impropérios que o reduziu ao ridículo. Acompanhavam o Coronel, o Major Atanagildo França e o motorista Joaquim Taquara.

Julguei que o Major Quirino reagisse aos insultos; ao contrário, dobrou-se acovardado, pedindo desculpas a seu agressor. O incidente causou-me grande preocupação, pela repercussão que traria aos meus comandados.

Às seis horas da manhã, fui chamado pelo Coronel Velasco ao Hotel Goiano, onde estava hospedado. No seu apartamento, com o Atanagildo, recebeu-me e quis saber a reação do Quirino. Disse-lhe:

– Aparentemente, o Major está calmo.

Aproveitando a oportunidade, pedi-lhe que desincorporasse o contingente da PM, do Batalhão Atanagildo, dizendo-lhe que essa fusão poderia causar indisciplina à tropa. Diante desse esclarecimento, minha reivindicação foi atendida, fornecendo-me o Comandante um Memorial para ser lido em ordem do dia,

no qual deixava claro que o contingente da PM não tinha nenhuma filiação a batalhões patrióticos, muito embora fizesse parte das forças goianas, sob o seu comando geral, em operação de guerra; mas agastado com o Major Quirino, o Comandante Velasco se opôs, terminantemente, à continuação do mesmo no comando do contingente, alegando confiança que ele não lhe inspirava. O Cel. tinha seus motivos, porém, era prudente não operar qualquer modificação, enquanto não se definissem os rumos que as forças goianas tomariam na cidade de Uberaba. Ao despedir-me, ele propôs minha nomeação para seu assistente militar. Agradei a deferência, dizendo-lhe das minhas relações com os colegas do contingente, dos quais não era justo me afastar.

Voltei ao acantonamento. Aí chegando, fui informado pelo oficial de dia de que havia entre os sargentos certa agitação em desagravo ao Major Quirino e, por isso, recusaram-se a formar a tropa para a revista e rancho do café. Indaguei pelo Major, este não se encontrava. Disseram-me que havia descido à cidade.

Então, reuni os oficiais e parti para o alojamento dos sargentos, encontrando-os em atitude pacífica. Inquirido sobre o motivo de não formar os soldados para revista, o Primeiro-Sargento Oternizio (cabeça do movimento) respondeu-me que o fizera para desafrontar o major e protestar pela submissão do contingente da PM ao comando de um civil. Repliquei, argumentando:

– Vocês não refletiram no que fizeram, submetendo-se às insinuações criminosas do major que, acovardado, não teve a hombridade para reagir aos impropérios vociferados pelo Comandante Velasco e, humilhado, sugestionou a vocês para amotinar a tropa!... Motim é sedição; crime cujos culpados são julgados em Conselho de Guerra. O major sabe disso, porque já respondeu por esse crime, na Justiça Militar, em São Paulo e, por isso, não quis assumir as responsabilidades deste ato criminoso. Conheço a todos vocês, desde quando serviam

no 6º BC, e não os julgo capazes de se desenvolverem numa aventura dessas. Lembrem-se de que todos temos família, que a esta hora pedem a Deus por nossa felicidade, na luta inglória que iremos empenhar.

Depois de refletir sobre o panorama geral e da situação do contingente à disposição do Exército Nacional, ressaltei que não tínhamos nenhuma ligação com o Batalhão Atanagildo, segundo o Memorial do Comandante-geral, para publicação em ordem do dia. Esclareci aos sargentos que tudo ocorreu de um mal-entendido do Quirino, precipitando acontecimentos que deviam ser evitados.

Normalizada a situação, ordenei formatura geral para a revista e depois serviu-se café aos praças. À hora do almoço, o Major Quirino chegou ao acantonamento; dirigiu-se ao alojamento e retirou alguns papéis de sua bagagem. Notando a minha presença, tentou justificar sua leviandade de véspera, omitindo o ato criminoso de insuflar os sargentos à rebelião. Na oportunidade, fi-lo ciente das providências que havia tomado junto ao Cel. Velasco, como também repudiei sua leviandade. Negou, terminantemente, qualquer ligação com os sargentos e propôs acareação com os mesmos, para esclarecimento da verdade; dispensei, dando por encerrado o assunto.

Às 14 horas do dia 25 de julho, em trem especial, o contingente embarcou para a cidade de Uberaba, chegando às 17 horas, acantonando-se no antigo quartel do 4º batalhão da Força Pública mineira. No dia imediato, desembarcou o QG do Coronel Domingos Velasco, do qual faziam parte o Coronel da PM Salomão Clementino de Faria, comandante da Polícia Goiana e os batalhões patrióticos sob os comandos dos maiores em comissão: Atanagildo França e Joaquim Câmara Filho. Às 9 horas do dia 27, o Coronel chefe do Estado-Maior do QG, General Rabelo, reuniu todos os comandantes de unidades, ocasião em que fez detalhada explicação dos planos das operações militares na zona do Triângulo Mineiro e sul do estado de Mato Grosso. Fez,

também, um balanço das condições pessoal e material da tropa, constatando que o contingente da PM Goiana não dispunha de material de Companhia, sobretudo, armamento e munição que eram obsoletos. As condições física e disciplinar dos soldados eram boas, como também a moral, porém, nossos comandados não tinham uniformidade no traje, muitos só possuíam a roupa do corpo. Nessa reunião, ficaram definidas, em primeiro lugar, as zonas de operações da tropa: a polícia mineira ocuparia os pontos estratégicos às margens do Rio Grande, até a barra do Rio Paranaíba; a tropa goiana operaria no sul de Mato Grosso, da cidade de Santana do Paranaíba à de Três Lagoas. No dia imediato, o Coronel Domingos Velasco convocou todos os oficiais da Polícia Militar para uma reunião no seu QG, às 13 horas, no Hotel Modelo, com a finalidade de apresentar os Oficiais do Exército: Capitão Odílio Denys, primeiros-tenentes: Públio Ribeiro, Ary Rouche e o Segundo-Tenente Melo, postos à disposição do contingente da PM para as operações de guerra. Nessa reunião, ficou acertado que o Coronel Salomão e o Major Quirino, respectivamente, Comandante e Subcomandante do Batalhão de Polícia Goiana, ficariam dispensados de suas funções no contingente, enquanto esse permanecesse em operações militares de campanha, à disposição do Exército.

Às 17 horas desse mesmo dia, em formatura geral, o Cap. Odílio Denys assumiu o comando das operações bélicas do contingente e designou-me para exercer as funções de assistente militar, nomeação que muito me sensibilizou e, também, aos nossos comandados que receberam essa nomeação como prova de consideração e apreço à Polícia Militar. Dia 28, pela manhã, levei ao Major Roseiros, chefe da Caixa Militar do QG, General Rabelo, a relação de todos os oficiais, sargentos e praças da PM para efeito de vencimentos, terço da companhia, etapa alimentícia e outras vantagens do Código de Vencimentos do Exército Nacional. Fui, também, à secção do serviço de material bélico, onde foi requisitado o armamento necessário

ao contingente, constante de 120 fuzis “mauser”, modelo brasileiro 1908, 2 metralhadoras pesadas “Hotchkiss”, 10 fuzis metralhadoras, 100 cunhetes de munição e todos os acessórios indispensáveis às armas automáticas. No almoxarifado, foram pedidos calçados e fardamento para os praças. À noite desse mesmo dia, fomos visitados pelos colegas do 4º Batalhão da Polícia Militar mineira. Nessa visita, o comandante da unidade ofertou ao contingente dois fuzis metralhadoras ZB, armas de grande potência de fogo – iguais às metralhadoras leves. Todo o material requisitado nos depósitos de abastecimento do QG Rabelo dependia de muitas formalidades para a liberação e entrega; esse expediente ficou a cargo do Cap. Denys solucionar.

Sexta-feira, 29 de julho, às sete horas, o contingente embarcou para a cidade de Frutal, chegando no mesmo dia, acantonando-se em prédios particulares, cedidos pelo prefeito goiano, Dr. Sandoval. Nessa cidade, ficou à espera do Cap. Denys, que chegou a 1º de agosto, trazendo todo o material bélico, fardamento e calçados, distribuindo-os aos praças mais necessitados. Procedeu-se a troca de fuzis mod. 1895, usados na PM pelos de mod. 1908, utilizados no Exército. De posse desse novo material, o Comandante procedeu a nova organização da tropa; conservou os três pelotões já estruturados com dois grupos de combate, cada um, armando-os a fuzis metralhadoras. A secção de comando constante de 20 homens, da organização anterior, foi desdobrada em duas secções de metralhadoras pesadas, conjugadas com os fuzis ZB que tinham características e rendimento de fogo iguais aos das metralhadoras leves, com maior facilidade de condução e manejo. Depois de um treinamento intensivo do manejo e emprego das armas automáticas, o comando organizou alguns exercícios simulados de combates ofensivo e defensivo, para treinamento do pessoal. Na manhã do dia 3 de agosto, deixamos a cidade de Frutal rumo à de Santana do Paranaíba, em Mato Grosso, forte reduto dos rebeldes paulistas.

A viagem de Frutal a Santana do Paranaíba foi realizada por etapa: No dia 4 de agosto, o contingente atingiu o lugarejo de São Francisco de Sales, bivacando-se em estado de alerta; no dia 5, o arraial de Iturama; e a 6, o Porto Alencastro, à margem esquerda do Rio Paranaíba.

Nosso comboio era constituído de 10 caminhões e 4 automóveis, que se deslocavam com velocidade reduzida pelo mau estado da estrada, nos trechos que mais se aproximavam do Rio Grande, cujas margens eram vigiadas pelos rebeldes paulistas. Em São Francisco de Sales, juntou-se ao contingente o Sr. Mário Mancini, prefeito da cidade de Santana do Paranaíba, que deixou aquela cidade, quando de sua ocupação pelos rebeldes, homiziando-se em Uberaba. Foi com o auxílio desse senhor, tendo três canoas e os remeiros à sua disposição, escondidos no mato, que fomos guiados até as barrancas do Rio Paranaíba, protegidos pelo mato. Éramos cinco: o Cap. Odílio Denys, Tenentes Públio Ribeiro, Ary Rouche, Mário Mancini e eu com missão de reconhecimento do rio e terreno, a margem direita ocupada pelo inimigo. A tropa ficou a dois quilômetros à retaguarda, à margem de pequeno curso d'água, onde se instalaram os serviços de abastecimento e cozinha. O Rio Paranaíba, nessa região, divide os estados de Minas Gerais (no Triângulo Mineiro) e Mato Grosso, num curso sinuoso, com largura de cem metros aproximados, muito caudaloso e corrente.

Instalamos o posto de observação no Porto Alencastro (margem esquerda) um pouco acima do ancoradouro, que tinha um barco com a proa adernada. Do outro lado, a margem do rio era baixa, com pequena praia de barrancos cavernosos e íngremes, pela erosão das enchentes. Procedemos minuciosa observação a binóculo de campanha e não descobrimos vestígios do inimigo, porém, tudo indicava que a região estava vigiada por estar fundeada a barca junto à rampa de embarque. O Capitão Denys nos reuniu e traçou o plano de ação que se desdobrava em três fases: a) preparação de 12 homens que

embarcariam nas três canoas e formariam a cabeça da praia do outro lado do rio; b) maciço fogo de metralhadoras pesadas nos pontos suspeitos, para provocar represália do inimigo oculto; c) embarque e travessia do rio sob proteção de densa barragem de fogo.

BATISMO DE FOGO

Todas as providências foram tomadas para o grande e arriscado assalto. Os primeiros soldados escalados foram selecionados e treinados pelo Tenente Públio Ribeiro que os acompanharia na travessia do rio. As três canoas levariam 12 homens; 6 fuzileiros metralhadores e os restantes municionadores, armados a fuzil comum, conduzindo, cada um, dois cofres de 15 carregadores de munição de FM.

As duas peças de metralhadoras pesadas apoiariam as tropas invasoras com densas barragens de fogos cruzados na zona contrária. Tudo ok. Os remeiros trouxeram as canoas e ficaram prontos para a largada. Às 17 horas, tempo combinado, a primeira peça de metralhadora montada a 50 metros afastada da segunda, comandada pelo Tenente Ary Rouche, abriu fogo durante um minuto, em rajadas contínuas, cessando os disparos, sem reação do inimigo; a segunda, comandada pelo Tenente Melo entrou em ação, metralhando os barrancos cavernosos do lado oposto, provocando pequena reação com tiros dispersos, partidos de posições abrigadas. Identificadas mais ou menos, as posições inimigas, as duas metralhadoras iniciaram o tiroteio ao tempo em que o Tenente Públio, à frente dos soldados, comandou o desembarque que ocorreu na mais perfeita ordem e precisão.

Sob intenso fogo de proteção, com projéteis sibilando por cima das cabeças, os nossos soldados desembarcaram na

maior rapidez e, seguindo as pegadas do tenente, espalharam-se, tomando posições de tiro com tanta rapidez, que a resistência inimiga foi quebrada pelo fogo. Ao retorno das canoas, nova leva de soldados foi conduzida, sucessivamente, às secções de metralhadoras, e grande parte da tropa já ocupava posições avançadas ao longo da estrada de rodagem, rumo à cidade de Santana do Paranaíba, distante 24 quilômetros. A última viagem das canoas, feita ao lusco-fusco, foi do pessoal da cozinha conduzindo a boia dos praças.

A noite chegou, e nada mais pôde ser feito. Mesmo assim, os motoristas de caminhões, com ajuda dos praças do 3º Pelotão, tentaram emergir a barca que estava com a proa submersa e pô-la em funcionamento, trabalho que durou muito tempo, mas não teve êxito. Nesse episódio, menciono as presenças do Coronel Salomão e Major Quirino, os quais não tendo função de comando no contingente, contudo, acompanharam e tomaram parte nas operações bélicas pela conquista do Porto Alencastro. Suas presenças foram de grande valor estimulante para a tropa.

Nessa invasão pela posse de Porto Alencastro, felizmente, não houve vítimas. Os poucos feridos o foram por contusões, arranhões por quedas acidentais, muito comuns nesses tipos de operações.

OCUPAÇÃO DA CIDADE DE SANTANA DO PARANAÍBA, EM MATO GROSSO

Ao alvorecer do dia 7 de agosto, ouvimos vários disparos de fuzis que nos incomodaram. O 3º Pelotão, o pessoal dos serviços de saúde e abastecimento pernотaram nos caminhões para, na manhã seguinte, transporem o rio.

Os disparos deram a impressão de que a nossa tropa, do outro lado do rio, estava sendo contra-atacada. Caso isso se

confirmasse, a situação seria insustentável pela escassez de munição para as metralhadoras pesadas. Por isso, providenciamos o embarque de 8 soldados do 3º Pelotão em duas canoas e 6 cunhetes de munição, três em cada transporte. Em outra canoa, embarcamos eu, o Cap. médico Dr. João Perilo e os enfermeiros: Sargento Sebastião Peixoto e o Cabo João Dias. O Cap. Denys ficou com o resto do pelotão e o pessoal da estação de rádio, supervisionando o trabalho dos motoristas na emersão da barca.

Eram 6 horas da manhã. Ao desembarcarmos da canoa, avistamos quatro soldados que carregavam um ferido numa maca improvisada rumo à praia. O ferido era o soldado Francisco Pinto de Oliveira que, fazendo parte de uma patrulha, foi baleado em ação. Aí mesmo, na praia, o Dr. João Perilo examinou o paciente e determinou que o levassem urgentemente para Uberaba, a fim de ser operado. A providência foi tomada, mas o soldado não sobreviveu, falecendo no arraial de São Francisco de Sales, onde foi sepultado.

O lançamento da patrulha sem previsões das condições do terreno, da escuridão da manhã e do tempo enfumaçado concorreu para que se caísse em uma emboscada inimiga no cerrado, saindo feridos, além do já citado soldado Francisco P. de Oliveira, três outros, com ferimentos leves que não inspiravam cuidados médicos. Ante o ocorrido, era necessário agir com mais cautela, a fim de preservar a vida de nossos soldados, evitando o que aconteceu desastrosamente com a patrulha. Reunimos os oficiais e fizemos um balanço da situação. À frente, tínhamos o inimigo; à retaguarda, o caudaloso Paranaíba. Lançar a tropa numa ação ofensiva contra o adversário na cidade de Santana do Paranaíba, depois de uma caminhada de 24 quilômetros, à pé, seria uma aventura perigosa.

No entanto, a missão teria que ser cumprida: combater o inimigo onde quer que se encontrasse. Por isso, a marcha para a cidade de Santana do Paranaíba, pelo leito da estrada de ro-

dagem, exigia múltiplos cuidados contra possíveis ardis. Como não dispúnhamos de carta topográfica, valemo-nos, uma vez mais, do Sr. Mário Mancini que conhecia a região, para servir de guia.

Traçou-se um esboço da estrada; nele foram assinalados três pontos duvidosos: primeiro, pequena lagoa a 12 quilômetros do ponto de partida, com três cabanas a 50 metros, à direita da estrada; segundo, um mata-burro dentro de um pequeno bosque; terceiro, um riacho com pontilhão num terreno acidentado a dois quilômetros da cidade (ponto mais perigoso).

Às 8 horas do dia 7, iniciamos a marcha. O escalão da frente constituía a vanguarda e foi comandado pelo Primeiro-Tenente da PM, Antônio Inácio Ferreira, oficial muito calmo, providente e corajoso.

Supervisionando o serviço de vanguarda, colocou-se junto ao Pelotão o Primeiro-Tenente do Exército, Públio Ribeiro.

Na ponta desse escalão, eu me coloquei junto à patrulha de frente, regulando os deslocamentos. Os dois outros escalões seguiram as normas de vigilância preestabelecidas, constituídos dos 2º e 3º Pelotões, comandados pelos Segundos-Tenentes Jônatas Rocha Santos e João Peixoto dos Santos, ambos com experiência dessas marchas, adquiridas em campanha, no 6º Batalhão de Caçadores, onde serviram. Nesses escalões agregaram-se os oficiais disponíveis do contingente para as missões de emergência.

Depois de algumas horas de marcha, a patrulha atingiu as imediações da lagoa. Cautelosamente, aproveitando as partes cobertas pela vegetação e os acidentes do terreno, aproximou-se das cabanas às margens da lagoa. Nessa operação, a vanguarda passou do dispositivo de marcha para a formação de ataque. A situação foi tranquilizada; não havia o menor vestígio de pessoas nas cabanas, como não havia sequer criação doméstica. Prosseguiu a marcha, alcançando o mato com o mata-burro à saída; as preocupações foram as mesmas.

O caminho estava desembaraçado. Houve, então, pequeno alto. Reunimos os Oficiais para avaliação da situação, diante da facilidade com que o inimigo estava cedendo o terreno. Temia-se que essa facilidade fosse um ardil para emboscar a tropa às margens do ribeirão, onde os soldados, sequiosos, fossem beber. Já havíamos percorrido dois terços da distância, restavam mais alguns quilômetros para atingirmos o ponto mais duvidoso da estrada de rodagem: o ribeirão. Providências foram tomadas com maior segurança na marcha. Todos os homens foram prevenidos de ataques em pontos vigiados pelo inimigo, às margens do ribeirão. Por isso, ninguém devia se aproximar do mesmo, desabrigado do terreno.

Ao aproximar-se da zona, a vanguarda abriu-se em formação de ataque, enquanto a patrulha avançava ocultando-se na vegetação e nas ravinas do terreno rochoso, em pequenos deslocamentos audaciosos e lentos, com sucessivas paradas. Os escalões de retaguarda diminuíram as distâncias, aproximando-se da vanguarda, para apoiá-la no caso de ataque e combater o inimigo pelos flancos, com apoio das metralhadoras pesadas.

Todavia, após longa e cautelosa sondagem, constatamos a inexistência do inimigo em toda a região. O alívio foi geral. Saciada a sede, os soldados descansaram um pouco da longa e exaustiva viagem. A cidade de Santana do Paranaíba, estava próxima, mas subsistia dúvidas sobre o paradeiro do inimigo. Por isso, o Sr. Mário, prefeito da cidade, resolveu, pessoalmente, penetrar na mesma e colher informações sobre a destinação dos revoltosos. Ao retorno, trouxe-nos a alvissareira notícia de que o inimigo, na parte da manhã, havia abandonado a cidade, rumando para o Rio Santa Quitéria, a 72 quilômetros, na estrada de rodagem que liga a cidade de Três Lagoas.

Ocupando Santana, o contingente ficou acantonado em prédios particulares. À noite, o prefeito ofereceu um jantar aos oficiais, em sua residência; para os praças, distribuíram-se também refeições. Às 21 horas, mais ou menos, ouvimos ronc

de motores: era o Cap. Odílio Denys que chegava de carro, com dois caminhões. No dia seguinte, sob o comando do Segundo-Tenente em comissão, Antônio Varanda, chefe do Serviço de Transporte, toda a frota de veículos já estava na cidade.

A 9, o Cel. Domingos Velasco chegou com os 2º e 3º Batalhões Patrióticos e, no dia 10, à noite, apresentou-se o Sr. Manoel Balbino de Carvalho (Carvalhinho), Comandante do 1º Batalhão, procedente da cidade de Jataí, deixando os seus comandados acampados nas cercanias da cidade de Santana. O Cel. Velasco, no dia imediato ao de sua chegada, reuniu todos os oficiais (militares e patriotas) e fez severas advertências sobre o procedimento da tropa na cidade, devendo abster-se de bebidas alcoólicas e de excessos prejudiciais ao bom nome das forças goianas.

Fomos informados de que o inimigo se retirara da cidade para não sacrificar a população, mas que nos esperava em Quitéria. Os informantes calcularam em mais de 100 soldados do Exército, comandados pelo Coronel Dutra. Coincidentemente, as características desse Coronel eram idênticas às do Major Dutra, casado em Goiás, onde o conhecemos no 6º Batalhão de Caçadores, em 1926, quando a cidade estava ameaçada pelos revoltosos da coluna Prestes.

Caso se confirmasse essa notícia, teríamos, certamente, à nossa frente, ardoroso adversário, valente, impetuoso e neurótico. Não tínhamos gasolina para abastecer os nossos veículos, motivo por que ficamos parados na cidade aguardando a vinda do combustível de Uberaba. Na manhã de 11 de agosto, as nossas patrulhas encontraram-se num despenhadeiro, à margem do Rio Santana, três tambores cheios de gasolina num total de 600 litros, que o inimigo, na retirada da cidade, abandonou nesse local. Conduzidos ao QG, o Cap. Denys determinou o abastecimento de 8 caminhões para o transporte do contingente a Quitéria, com dotação de 60 litros por unidade.

COMBATE EM QUITÉRIA

- 1ª Fase -

Nesse dia (11), depois do almoço o contingente rumou para Quitéria. A estrada de rodagem cortava uma região de cerrado, num terreno arenoso, seco e acidentado. Às 16 horas, chegamos ao local conhecido por "Agda", onde morava um casal sem filhos. Paramos para descanso da tropa e colher informações sobre o inimigo. O morador tinha tipo paraguaio.

Suas informações foram categóricas: do terreiro da casa, num plano elevado, ele apontou o mato que margeava o Rio Santa Quitéria, dizendo-nos que os revoltosos estavam do outro lado, acampados numas cabanas abandonadas. Disse-nos que, de sua casa ao rio, a distância era de pouco mais de uma légua, sem aguada e moradia no caminho e concluiu, alertando-nos de que o trecho da estrada, na entrada da ponte, sob o rio, era perigoso por causa das curvas do terreno em declive, ladeado de barrancos. As informações não eram completas, mas orientavam em alguns aspectos. Agora, que decisão tomar?

O Cap. Denys, por motivo de força maior, não acompanhou o contingente, mas ficou de alcançá-lo na parte da tarde. Os Tenentes Públio Ribeiro e Ary Rouche, em Santana, ficaram à disposição dos 2º e 3º Batalhões Patrióticos, como mentores das operações táticas dessas unidades, que tinham por missões: o 2º Batalhão, de combater o inimigo no setor de Porto Taboado, no Rio Grande (São Paulo); e o 3º, de efetivo reduzido, de guarnecer a cidade de Santana do Paranaíba; centro provisório administrativo de controle dos serviços gerais e abastecimento das tropas, em Mato Grosso. Diante desse impasse, o Cel. Salomão e o Major Quirino, da PM, que acompanhavam o contingente, desprovidos de comando, ordenaram o prosseguimento da marcha para atacar o inimigo.

Ante isso, contrariando a intempestiva resolução, sem nenhum raciocínio tático, argumentei, dizendo-lhes que a região agreste do terreno, desprovida de cursos d'água e de recursos naturais não oferecia segurança à tropa, que ficaria exposta a possíveis emboscadas inimigas e lhes apresentei o meu plano: o rancho e a cozinha deviam ficar estacionados (no Agda) à margem do córrego, com possibilidades de trabalho e de transporte, longe do inimigo; a locomoção da tropa nos caminhões, já que o inimigo estava às vistas, seria possível até a metade do caminho, onde se estacionaria com as cautelas de segurança, até a chegada do Cap. Odílio Denys, que daria novas providências. As minhas advertências, porém, não foram atendidas. A ordem de prosseguimento da marcha foi dada, ocasião em que disse aos dois chefões imprevidentes.

– Deus nos ajude, que tudo corra bem!

Eram mais de 17 horas, quando prosseguimos a marcha rumo ao Rio Santa Quitéria, ficando no local (Agda) a cozinha. A velocidade dos caminhões era reduzida, com a tropa nas carrocerias, cheia de dúvidas quanto ao que viesse acontecer.

O tempo estava ofuscado pela fumaça, dificultando a visibilidade.

Às 18 horas mais ou menos, estávamos a um quilômetro do rio, coberto por extenso matagal. Já não era possível ir mais à frente com os caminhões. Desembarcou-se a tropa, e a marcha continuou a pé com as cautelas indispensáveis. A testa da vanguarda sob o meu comando, atingiu a orla do mato, enquanto a patrulha, adentrando na mata, palmilhava cuidadosamente a margem esquerda do rio, rumo à ponte, numa ação ousada e corajosa. Guiando os lances dos patrulheiros, eu os adverti das precauções que deveriam tomar ao se aproximarem da ponte. Foi assim que, protegidos no terreno, o Sargento Pedro Moreno e o Cabo Delfino de Azevedo caíram de surpresa em dois vigilantes que montavam guarda na mesma, prendendo-os. Conduzidos ao posto de comando PC, onde já se encontrava o Cap.

Odílio Denys, os prisioneiros depois de submetidos a intensos interrogatórios, foram fechados provisoriamente em cabine de caminhão, vigiados pelos motoristas. As informações que eles prestaram foram as seguintes: a) que os revoltosos estavam entrincheirados em duas posições: uma ao longo da margem direita do Rio Quitéria, outra, junto às cabanas, defendendo o posto de comando e as baterias de canhões; b) que calculavam em 120 homens mais ou menos, sendo a maioria de militares; c) que o armamento era constituído de três canhões, várias metralhadoras e fuzil comum.

Num raciocínio tático, chegamos à conclusão de que o inimigo estava em melhores condições para a luta do que o nosso contingente, primeiro, porque era senhor do terreno em posição privilegiada, com abrigos adrede preparados; segundo, porque dispunha de poderosas armas de apoio em melhores condições de tiros; terceiro, porque tinha a proteção do Rio Quitéria, em toda a frente, como obstáculo natural, ao passo que nossas tropas, inferiormente armadas, não dispunham, naquele momento, de maior efetivo, para um reencontro ofensivo.

Analisando a situação, o Cap. Denys coordenou o avanço do contingente até as proximidades das linhas de defesa do inimigo, sem medir as consequências de um insucesso, prejudicial à moral dos soldados, e continuou:

– Diante do impasse criado, a única solução viável, mas perigosa, seria o lançamento de outra unidade que, atravessando o vau do rio, atacasse o inimigo pelo flanco esquerdo, tentando envolvê-lo pela retaguarda. Essa manobra se processada com êxito, a frente inimiga se enfraqueceria com a retirada de tropa para reforçar a retaguarda, dando oportunidade para nossa tropa romper a defesa do inimigo e prendê-lo entre dois fogos: frente e retaguarda.

Nessa altura, o Coronel Salomão lembrou que o Comandante do 1º Batalhão Patriótico, Manoel Balbino de Carvalho (Carvalhinho), tinha condições de executar com êxito essa mis-

são; muito semelhante às lutas armadas que ele (Carvalhinho) sustentou com seus jagunços, por muito tempo, contra o caudilho Morbeck, nos garimpos de Mato Grosso.

– Carvalhinho, além de conhecer essas regiões tem, sob suas ordens, valentes homens, destemidos e adestrados, capazes de realizar a manobra com êxito – argumentou o Cel. Salomão.

O Cap. Denys acatou a sugestão do Cel. Salomão. Incontinenti, determinou que o Tenente Varanda, chefe do Serviço de Transporte, levasse à cidade de Santana do Paranaíba quatro caminhões para o transporte de Carvalhinho e sua gente e, também, cinquenta cunhetes de munição, aproveitando a condução para levar os dois prisioneiros revoltosos. Enquanto isso, distribuiu-se a boia aos praças e providenciou-se o estacionamento dos veículos em local mais afastado, fora do alcance dos projéteis disparados pelo inimigo.

A noite ia alta. A Lua minguante, muito pouco, clareava a região descampada, de seca vegetação enfumaçada. Protegidos pelo mato, sob rigoroso serviço de vigilância, os nossos soldados se acomodaram como puderam no âmbito dos seus pelotões. Na expectativa do combate que se travaria no dia seguinte. Às 2 horas da manhã o Comandante Carvalhinho chegou com sessenta homens, todos trajados à moda sertaneja e armados a fuzil “mauser”. As instruções que o Cap. Odílio Denys deu ao Comandante Carvalhinho foram as relacionadas abaixo:

- 1º) Atravessar a vau o Rio Quitéria uns três quilômetros acima e progredir escondido das posições inimigas e atacá-las pela retaguarda, depois que as nossas tropas se engajassem no combate;
- 2º) Agir pelo fogo se for interceptado pelo inimigo;
- 3º) Se envolvido, escapar, para não cair prisioneiro.

Distribuíram-se 100 cartuchos (20 pentes) de munição para cada combatente, e a coluna partiu para o desempenho da perigosa missão. O resto da noite, passamos juntos dos pelotões, instruindo os homens sobre como conduzir-se durante o

ataque. Alertamos os comandantes de pelotões que não precipitassem deslocamentos de suas posições, não permitindo que os soldados se desabrigassem durante o ataque. Todos foram avisados de que o inimigo possuía poderoso armamento, inclusive três canhões de 75mm, porém, adiantamos: essa arma, o adversário empregará antecipando o ataque, para abater o moral e difundir medo à tropa, por isso, não se impressionar com o sibilar das granadas que atingirão o solo, a mais de 300 metros, atrás das nossas posições.

O dia 12 de agosto amanhecia. Ao raiar do Sol, ofuscado pela fumaça das queimadas, o inimigo rompeu o silêncio nos saudando com alguns disparos de sua artilharia, sendo os primeiros de festim para desencadear, após, insistente bombardeio com granadas.

Foi como prevíamos: preparavam o combate para a infantaria, o que, em verdade, aconteceu, cessado o canhoeiro. Enquanto o comandante Carvalhinho atacava o inimigo no seu flanco esquerdo, nós o combatíamos pela frente, nas suas posições defensivas, das quais não arredava um passo, impedindo-nos de progredir pelo maciço fogo de suas metralhadoras e obuses. O tempo passava, e a luta continuava com o mesmo ardor. Na retaguarda inimiga, o fogo parou com o fracasso da missão de Carvalhinho, que caiu nas malhas do inimigo, resultando na debandada total dos patriotas. Às 14 horas, mais ou menos, a situação continuava a mesma, e o desgaste dos nossos soldados já se fazia sentir, não só pelo cansaço, como pela sede e fome. A nossa munição escasseava, e não tínhamos provimentos material e pessoal para sustentar a luta contra um adversário que, no peito e na garra, não cedia um palmo do terreno, de suas posições defensivas, tendo ainda por garantia a proteção do Rio Quitéria.

A certa altura da refrega, o Comandante do 3º Pelotão não conseguiu conter o pânico de alguns elementos que, supondo-se cercados pelo inimigo, abandonaram suas posições. Foi o

quanto bastou para que o Pelotão inteiro se retirasse, seguido, também, pela segunda parte do 1º Pelotão. No auge da debandada, o Coronel Salomão de Faria embarcou no seu carro e determinou ao motorista, Sargento Neves, que tocasse para Santana, e o mesmo destino tomou o Major Benedito Quirino. Diante da fuga desses chefes, a balbúrdia recrudesceu, correndo os soldados em direção dos caminhões, com os motoristas manobrando os veículos para zarparem, na maior confusão.

Tomando medida drástica, determinei ao Tenente Varanda que bloqueasse a estrada com um caminhão e ordenei ao Sargento Pedro Moreno que ficasse junto ao mencionado caminhão e metralhasse o veículo que tentasse fugir. Despachei um caminhão para a cabana “Agda”, onde estava o Ten. Almiro, com o pessoal do aprovisionamento e rancho, para os conduzirem ao Rio Santana, onde deveriam estacionar. Garantindo nossa retirada, as duas seções de metralhadoras pesadas e os fuzis metralhadoras ZB fizeram a cobertura, mantendo um fogo contínuo contra o adversário, enquanto os pelotões eram organizados e embarcados nos caminhões. Por fim, recolhemos as metralhadoras e os elementos de suas guarnições e nos retiramos com absoluta ordem.

Ao cair da noite, todo o contingente estava bivacado à margem direita do caudaloso Rio Santana, a 9 quilômetros da cidade.

Nessa refrega, apenas dois praças sofreram ferimentos contusos. O rancho da tropa foi servido à noite. A nossa retirada não constituiu derrota, mas uma necessidade premente diante da escassez de meios para continuarmos combatendo um adversário cuja superioridade ficou claramente evidenciada. Não possuindo os nossos soldados equipamentos de campanha, não podiam prosseguir numa luta encarniçada passando por agudas privações, sobretudo sede e fome. Lutamos durante oito horas consecutivas, sem um minuto de trégua e, nesse espaço de tempo, foi consumida quase toda a munição bélica que

possuíamos no local, num total de 60 mil tiros. Sem reservas para a substituição da tropa, a única solução viável era sua retirada do terreno da luta, manobra já prevista pelo Capitão Odílio, dentro de um critério tático, e, se não aconteceu de modo previsto, contudo, retiramo-nos em absoluta ordem, embora se tornasse necessário tomar medidas para efetivação da manobra, que redundaria num caos se processada à revelia. Não tivemos alternativa. O retraimento para as margens do Rio Santana, região bastante salubre, proporcionou aos nossos soldados uma trégua longe das vistas do inimigo, reabilitando-lhes o moral para as próximas refregas. Sob abrigos improvisados, cobertos de palmas de coqueiros e lonas de caminhão, a tropa se acomodava durante a noite em leitos de capim e recursos outros.

O Rio Santana, a 9 quilômetros da cidade que lhe empresta o nome, é um dos grandes afluentes do Rio Paranaíba, abundante de peixes, principalmente o dourado, que era o nosso prato predileto. Também, saboreávamos excelentes laranjas que vinham de caminhão para o nosso contingente, da cidade de Santana.

Não obstante as regalias que o bivacamento ao ar livre nos proporcionava, jamais nos olvidamos de que estávamos em campanha, razão por que não descuidávamos da segurança da tropa.

A vigilância era feita pelos postos avançados dos serviços de patrulha e ronda, à noite. Não permitíamos que os praças fossem à cidade, assim como a presença de pessoas estranhas no âmbito das nossas instalações. No dia 15 de agosto, pela manhã, recebemos a visita do Comandante-geral das forças goianas, Cel. Domingos N. de Velasco, acompanhado do Comandante dos Batalhões Patrióticos, também presente o Cap. Odílio Denys. Na conversa reservada que tivemos com os Coronel Velasco e o Cap. Denys, fomos informados de que uma nova ofensiva ia se desenrolar, cuja data não estava fixada: aguardava-se a chegada do 21º Batalhão de Caçadores e de um

grupo de artilharia, em viagem para Santana. Serviu-se café aos visitantes, no rancho da tropa, ocasião em que o Coronel Carvalhinho nos relatou o fracasso de sua missão, na luta contra os revoltosos, no dia 12 passado. Disse-nos que o inimigo os colheu entre dois fogos: frente e retaguarda, provocando dispersão dos seus homens num “salve-se quem puder”. Concluiu, afirmando que alguns homens ainda estavam desaparecidos, desde a derrota sofrida.

COMBATE EM QUITÉRIA

- 2ª Fase -

Terça feira, 20 de agosto, por volta das 15 horas, o 21º Batalhão de Caçadores, sob o comando do Tenente-Coronel Flávio do Nascimento, rumou para Quitéria, depois de pequeno descanso em nosso bivaque, no Rio Santana. A unidade não tinha efetivo completo. Compunha-se de duas companhias de caçadores, uma seção de metralhadoras mistas, seção de comando, serviços de saúde, contadoria e rancho. Subcomandada pelo Major Severino, dois capitães, dois primeiros e quatro segundos-tenentes.

Com o mesmo destino, passou, depois, o Comandante das forças goianas, Domingos Neto Velasco, com os Batalhões Patrióticos Atanagildo França e Carvalhinho, ocasião em que recebemos ordens do Comandante Velasco para retornarmos a Quitéria no dia imediato (21), com o contingente da PM. Mais tarde transitou, via Quitéria, o Capitão Carroberto Pereira da Costa, comandando duas baterias de canhões 75mm, com pessoal e equipagem.

Na manhã de 21, embarcamos o contingente. O roteiro da viagem, a partir do “Agda”, foi desviado para a Fazenda Santa

Josefina, situada num pontal do terreno, junto à barra dos rios Quitéria e Paraná, onde se instalou o QG das forças goianas, sob o comando do Tenente-Coronel Flávio do Nascimento. As 14 horas, nosso contingente estacionou nas imediações da fazenda, juntando-se às tropas aí concentradas. Ao cair da tarde, o Comandante-geral reuniu no QG os comandantes de unidades para examinar o plano de ataque ao reduto inimigo, organizado pelo Estado-Maior. O projeto visava a atacar o adversário pela frente, pelos flancos e retaguarda.

A manobra seria executada: frontalmente, pela 1ª Companhia do 21º BC; no flanco esquerdo, pela 2ª Companhia do mesmo Batalhão; no flanco direito, pelo Batalhão Carvalhinho; na retaguarda, o contingente da PM e Batalhão Atanagildo. Depois de explanar as missões dessas unidades, nessa manobra envolvente, ordenou o seguinte:

– Primeiro, às 3 horas da manhã, o contingente da PM, os Batalhões Atanagildo e Carvalhinho ultrapassem o rio Quitéria e ocupem suas posições; da mesma forma deverá proceder a 2ª companhia do 21º BC.

– Segundo, a artilharia do Capitão Carroberto iniciará o combate às 6 da manhã, bombardeando o inimigo durante 30 minutos, findos os quais a infantaria entrará em ação.

Após a reunião, conduzimos o contingente à margem do rio onde havia vau e acomodamos a tropa debaixo do arvoredor. À hora exata, iniciamos a travessia do rio com água na cintura, operação que levou algum tempo porque os soldados, despidos, conduziam suas roupas e armamentos na cabeça. Às 5 horas, três pelotões já estavam em posição, escalonados numa frente de 300 metros, aproximados, os patriotas do Batalhão Atanagildo França, foram agrupados e intercalados nos espaços vazios da formação do nosso contingente (esse batalhão reunido não dava o efetivo de 50 homens).

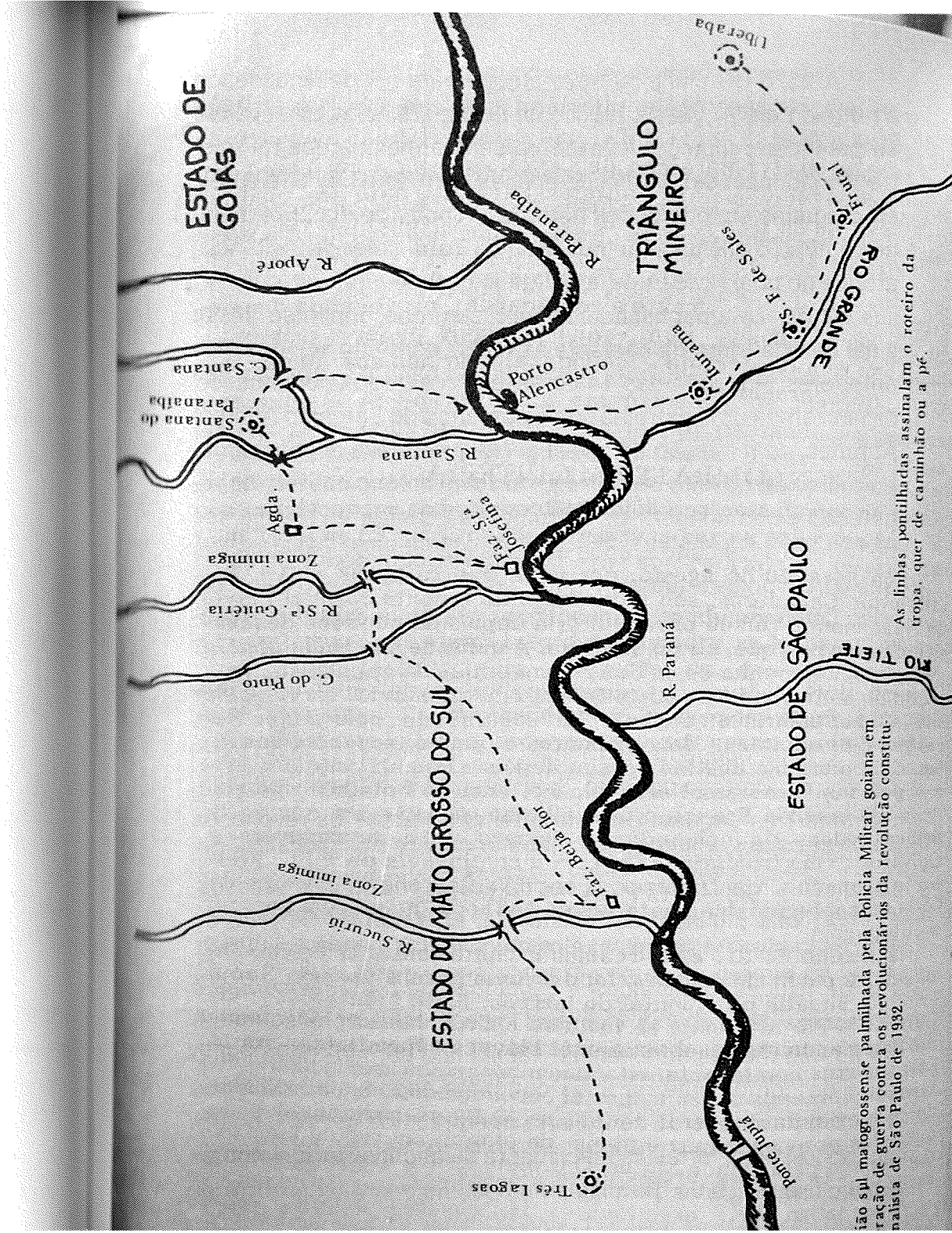
Às 6 horas da manhã do dia 22, nossa artilharia iniciou o ataque com bombardeio de tiros contínuos de granadas. O ini-

migo revidou à altura, e a luta se travou, bateria contra bateria, num duelo de granadas incendiárias que atearam fogo no campo ressequido, impedindo que as manobras previstas fossem realizadas, ante às imensas labaredas que atingiram proporções impressionantes, reduzindo a carvão e cinza toda a vegetação agreste da região, ofuscada pela fumaça. Diante do sinistro, nossa tropa que se estendia em linha sinuosa para o ataque, retroagiu ao ponto de partida, protegendo-se na orla do mato, à margem direita do rio. O 21º BC e o Batalhão Carvalhinho também tiveram frustradas as suas missões. À tarde, o campo em que se travaria o combate estava cinéreo, enfumaçado... A noite caiu nesse ambiente desolador.

Na manhã seguinte, o inimigo nos molestou com inquietantes disparos de artilharia. Enquanto bombardeava as posições do 21º BC e do Capitão Carroberto, também nos atacava com petardos de obuses que explodiam no ar, espargiam balins de chumbo nas árvores que nos cobriam. Por três dias, ficamos estacionários, garantindo apenas as nossas posições e fechando por circunstância imperiosa uma brecha (abertura) ao longo da nossa defesa, pela deserção de alguns patriotas do Batalhão Atanagildo.

O incêndio interrompeu todo o plano da luta. Mais de um quilômetro quadrado da região, partindo da estrada de rodagem, ao longo da linha de crista do terreno, até a orla do rio, transformou-se em mar de cinza, deixando em destaque os relevos do solo antes ocultos por capim e vegetações ressequidas.

O dia 23 de agosto amanheceu chuvoso e calmo na linha de frente, mas na manhã de 24, sob um chuveiro impertuno, o inimigo nos molestou com disparos de obuses, sem partir para o ataque. Nesse dia, à tarde, nossa patrulha, comandada pelo Tenente Silveira Martins, atacou um caminhão inimigo que trafegava para Três Lagoas. O veículo estancou com pneus furados, mas os seus ocupantes fugiram, sem que a patrulha os alcançasse.



A 25, o QG planejou novo ataque para ser desencadeado à noite do dia 26, sem o auxílio de nossa artilharia, objetivando surpreender o inimigo. A manobra seria a mesma que foi frustrada pelo incêndio do dia 22, apenas com detalhes diferentes, empregados em operações noturnas. À noite do dia 25, o inimigo rompeu o silêncio, metralhando o nosso setor de vigilância, ataque ao qual revidamos, e o tiroteio cessou.

O dia 26 amanheceu tranquilo sem que o inimigo desse sinal de vida, sintoma bastante estranho, contrário aos dos dias anteriores. Por volta das 14 horas, como a trégua continuasse, organizamos uma patrulha sob o comando do Sargento Aderbal Antunes, com missão de investigar o que estava acontecendo. Palmilhando no leito do Córrego do Pinto, trecho coberto de vegetação e camuflagem, os patrulheiros penetraram rastejantes no terreno adversário e, após acurada observação, constataram que o inimigo se retirara.

Continuando as investigações, o Comandante da patrulha enviou um mensageiro ao nosso PC, ocorrência que transmitimos ao QG e nos dirigimos ao local, aguardando instruções superiores.

O lugar ocupado pelo inimigo era uma depressão do terreno, entre o Córrego do Pinto, Rio Quitéria e estrada de rodagem Santana-Três Lagoas. Durante o tempo em que os revoltosos permaneceram nesse sítio, transformaram-no numa minúscula fortaleza. Organizaram posições defensivas de difíceis acessos.

A linha principal de resistência, ao longo do Córrego do Pinto, cobrindo a zona de segurança, era constituída de trincheiras de taludes camuflados e espaldões para metralhadoras e atiradores de fuzil. As trincheiras ligavam-se num fosso (sapa) de uns 50 metros de extensão, facilitando comunicação enterada do combatente na mais completa segurança. Além dos abrigos, havia postos de vigilâncias em pontos estratégicos. A nosso ver, essa fortaleza dificilmente seria conquistada com os poucos recursos de que dispúnhamos.

Diante dessa emaranhada defesa, concluímos que o incêndio do dia 22 livrou-nos de uma luta de consequência desastrosa, em boa hora evitada pelo inimigo, que se retirou com a consciência tranquila. Nesse episódio, o fogo foi o vencedor.

OCUPAÇÃO DA FAZENDA BEIJA-FLOR COMBATE NO RIO SUCURIÚ

A 31 de agosto, deixamos Quitéria e rumamos para a fazenda Beija-Flor, a 6 quilômetros do Rio Sucuriú, onde os revoltosos se refugiaram, estabelecendo, à margem direita do mencionado rio, linhas de defesa, protegendo a cidade de Três Lagoas. Ocupamos provisoriamente essa fazenda, aguardando ordem do QG que ficara para trás. A sede da fazenda limitava-se com os rios Sucuriú, ao fundo, e o Paraná, à direita, também banhada por abundantes cursos d'água.

O inimigo, como em Quitéria, organizou posições defensivas numa frente pequena, interditando o tráfego na ponte sob o rio e suas imediações. Instalamos nosso posto de comando (PC) numa choça na inverno da fazenda, a um quilômetro do inimigo, e organizamos posições defensivas e provisórias, aguardando instruções do Q.G.

Ocuparam a sede da mesma os serviços médicos, contadoria e o rancho. Como medida de segurança, ficaram guardando o local o 3º Pelotão, sob o comando do Segundo-Tenente João Peixoto, e uma peça de metralhadora pesada, comandada pelo Segundo-Tenente em comissão, Euclesiano Bessa. Nesses órgãos, alinharam-se alguns oficiais que não tinham missão específica. Na linha de frente, foram escalonados o primeiro e o segundo pelotões, sob os comandos do Primeiro-Tenente Antônio J. Ferreira e o Segundo-Tenente Jônathas R. Santos, numa frente

mais ou menos de cem metros; à retaguarda, no vértice dessas posições em triângulo, foi instalada a secção de metralhadoras mistas, do Segundo-Tenente em comissão, Antônio Ramos.

À tarde do dia 2 de setembro, o Comandante, Tenente-Coronel Flávio do Nascimento, instalou seu QG na fazenda, conservando o que havíamos feito. No dia seguinte, comando e oficiais do Estado-Maior inspecionaram nossas posições na linha de frente, quando foram alvo de rajadas de metralhadoras inimigas, prontamente revidadas por nossos fuzis metralhadoras que cruzavam fogo, com os da metralhadora pesada do Tenente Ramos, cuja cadência dos disparos imitava o Zé Pereira (zabumba dos carnavais de rua). Cessada essa ação, aliás, cotidiana, os visitantes retornaram ao QG.

Diariamente, um Pelotão era trocado nas trincheiras para descanso. Os dias passavam, e tudo continuava na mesma.

Apenas serviços rotineiros de patrulhas e ações esporádicas na frente. Dava-se tempo ao tempo, pois São Paulo não podia prosseguir lutando sozinho por muito tempo, por isso era prudente evitar o morticínio entre irmãos, numa luta inglória.

No dia 6 de setembro, o Major Roseiros, chefe da Caixa Militar, do QG General Rabelo, acompanhado de um capitão contador-tesoureiro, dois oficiais subalternos e alguns praças, chegou à Fazenda Beija-Flor, a fim de pagar os nossos soldos e as despesas com requisição de gado de corte e gastos que o comando-geral fazia na região. O pessoal do contingente da PM recebeu vencimentos na mesma base do Exército, isto é, soldo, gratificação, terço de campanha e etapa de família, ao passo que os patriotas receberam os seus por uma tabela especial, sem distinção de posto ou graduação. Para os PMs foi um dia de muita alegria; contando e recontando a “gaita”. Em tempo nenhum, tinham recebido tanto dinheiro. Pagaram-se 15 dias do mês de julho e o mês de agosto. Na época, um conto de réis era quantia vultosa, e o derrame foi vasto; dinheiro novo em folha,

de pelegas que iam de um a quinhentos mil réis. Tanto cobre para gastar em quê?

Em campanha, zanzando de um ponto para o outro, longe de comércio, afastado de diversões, mulheres etc., algibeiras cheias, pouco ou nada valiam. Alimentação, cigarros, doces etc., tudo isso, o serviço de abastecimento do Exército nos fornecia, com fartura.

No QG, o dia a dia era rotineiro: reuniões de oficiais, cafezinho a toda hora e discussões sobre a marcha do movimento revolucionário em outras frentes de combate; boa mesa etc., mas não se cogitava de sair daquela situação ou combater o inimigo; a ordem era sempre a mesma: vigilância. Enquanto isso acontecia na órbita superior, nas trincheiras, o soldado apelidado de “Galalau” inventou um jogo a dinheiro, para roubar os companheiros, denunciado, punimos o malandro trapaceiro e o obrigamos a devolver o produto do jogo aos incautos perdedores. Esse camarada indisciplinado foi castigado com 8 dias de trincheira, na linha de frente, sem direito a substituição, também foram castigados os coniventes jogadores com dobra de 6 dias de guarda no QG.

Segunda-feira, 10 de setembro, o Coronel Velasco propôs minha ida à cidade de Uberaba com a finalidade de remeter, via postal, dinheiro às famílias dos praças do contingente, residentes na capital do Estado, alegando estarem as mesmas passando necessidade por ter a Secretaria das Finanças sonogado pagar as consignações que lhes foram deixadas pelos consignantes ao fundamento de estarem os mesmos à disposição do Exército, por onde recebiam.

Embora se tratasse de uma missão espinhosa, aceitei cumpri-la, mais por um ato de abnegação do que pelo prazer de passar alguns dias numa cidade bonita e confortável, farta de prazeres e gozar dos seus atrativos, longe da rudeza dos perigos e desconforto do campo de batalha. Para o desempenho da missão, pedi ao Tenente Almiro P. Barbosa – contador-tesoureiro

e aprovisionador do contingente, que organizasse uma relação detalhada e nominal dos oficiais graduados e praças que desejassem remeter dinheiro às suas famílias, quer na capital ou interior do Estado, relação essa que devia conter todas as informações necessárias para o bom desempenho do meu encargo. No dia imediato (11), embolsando a quantia de trinta e dois contos e quinhentos mil réis, às 8 da manhã, parti para a cidade de Uberaba com um Sargento do 21º BC, com baixa para o Hospital Militar, meu ordenança e o motorista. Pousamos na cidade de Frutal e chegamos àquela cidade no dia seguinte (12 de setembro), na parte da tarde. Hospedei-me no Hotel Modelo.

À noite, fui à residência do Sr. Raimundo A. Pinto, administrador dos Correios a quem expus o objetivo da visita e solicitei ajuda para o desempenho da missão. Esse senhor, aliás, meu conterrâneo, filho de Goiás, para facilitar minha tarefa, designou um funcionário da repartição para fim exclusivo de proceder ao processamento de toda a correspondência, com valor declarado, sob registro e remessa aos destinatários. Esse trabalho ocupou um expediente extraordinário, na parte da manhã do dia 13.

Desobrigado do pesado encargo que muito me preocupou, depois do almoço, telegrafei à minha esposa Avany e adquiri, na Joalheria Raul Terra, lindo anel de brilhante por 500\$000, que remeti, via postal, com três contos de réis, como presente de aniversário a comemorar-se no dia 25 do mês.

Às 13 horas do dia seguinte (14), fui ao QG Rabelo levar o pequeno malote de correspondências oficiais endereçadas àquela autoridade, e registrei minha presença no livro próprio, na primeira secção do Estado-Maior.

Retornando ao hotel, fui surpreendido com a visita do caixeiro-viajante Antenor Moreira, que foi ao meu encontro, a pedido telegráfico do seu colega viajante, Manoel Bento Costa, meu concunhado – para informar-lhe a causa de minha estadia na cidade porque, em Goiás, constava meu internamento por feri-

mentos em combate. Após essa visita, passei um telegrama ao Interventor do Estado, desmentindo as notícias tendenciosas e falsas espalhadas na cidade sobre o insucesso das forças goianas em operação de guerra, com mortos e feridos em combate e acrescentei que nossa tropa, sempre ativa e invicta, jamais tinha tido feridos em hospitais (esse telegrama foi publicado no *Correio Oficial*).

Depois de três dias de permanência em Uberaba, regressei ao QG em Mato Grosso, na manhã de 16, chegando à cidade de Frutal às 12 horas, para o almoço e reabastecer o carro de combustível no posto militar nº 2, do Serviço de Transporte do Exército. Ao tempo em que o motorista e meu ordenança levaram o carro para reabastecer, fiquei esperando por eles na pensão. Adentrando a sala de refeições, alguns civis e três tenentes do Exército já tinham tomado assento à única mesa retangular e grande; enquanto aguardavam que a boia tosse servida, os oficiais com brincadeiras de mau gosto, sem compostura e educação faziam gaiatices uns aos outros, com palavras inconvenientes e, no maior deboche, atiravam nos civis bolinhas de miolo de pão. Ante isso, procurei a dona da pensão e indaguei se não havia outra mesa para três pessoas, momento em que o motorista voltou para dizer-me que o subtenente encarregado do posto de gasolina não quis abastecer o carro, alegando “deixar para depois”.

Fui ao posto e provei ao seu encarregado que o carro estava a serviço, mostrando-lhe as credenciais necessárias. A resposta foi a mesma: “Deixa para depois”. Indignado com o indisciplinado militar, que me pareceu um bebereão, tomei o carro e fui ao encontro do prefeito, Dr. Sandoval, meu conhecido e conterrâneo, a quem expus a indisciplina do subtenente encarregado do posto de gasolina e solicitei que me apresentasse ao oficial Comandante Militar da praça, para pedir-lhe providências.

Imediatamente, o prefeito levou-me à presença do Capitão Comandante da praça, cujo PC funcionava numa sala no pavimento superior do prédio da Prefeitura.

Depois dos cumprimentos de praxe, expus ao Comandante a natureza do meu serviço e, também, o óbice encontrado no fornecimento da gasolina para prosseguimento da minha viagem.

Tomando assento no meu carro o Capitão foi ao posto de gasolina, encontrando-o abandonado. Dando volta à cidade, encontramos o subtenente “puxando fogo” numa espelunca, sendo aí mesmo repreendido pelo Capitão que o mandou recolher-se preso, tomando-lhe as chaves do posto. Depois desse contratempo, reabastecido o carro, voltei à pensão para almoçar, já não se encontrando à mesma os gaiatos tenentes “picolés”.

Depois do almoço, voltei à Prefeitura para despedir-me do Dr. Sandoval e do Capitão Comandante da praça, aos quais agradei a valiosa ajuda que me deram.

Às 15 horas, mais ou menos, prossegui a viagem, chegando a São Francisco de Sales, às 19 horas, para pernoitar. Às 6 horas da manhã do dia 17, parti de São Francisco de Sales, alcançando a cidade de Santana do Paranaíba às 13 horas. Depois do almoço e de ter abastecido o carro no posto nº 3, prossegui a viagem, chegando ao QG da Fazenda Beija-Flor às 18 horas.

Na manhã seguinte, apresentei-me ao Coronel Velasco, prestando conta da missão que me confiou, depois, dei ao Tenente Almiro os recibos das importâncias registradas no correio para serem entregues aos interessados e voltei ao meu posto de comando na linha de frente, encontrando tudo no mesmo cotidiano.

A 19, o Capitão Francisco Ferraz de Lima comandando um pelotão de 30 praças, chegou ao QG. Essa tropa, que veio reforçar o nosso contingente, não chegou a tempo de participar das operações bélicas de Quitéria, devido às dificuldades dos meios de locomoção por estradas de péssimas condições de tráfego, em todo o trajeto da cidade de Jataí, em Goiás, a Santana do

Paranaíba, em Mato Grosso, num percurso superior a 400 quilômetros. Fadigados da estafante jornada, os soldados ficaram de repouso por 3 dias, findos os quais seguiram para a linha de frente, tomando contato com o inimigo, entrincheirado do outro lado do Rio Sucuriú.

Passavam-se os dias e os serviços rotineiros, tanto no QG como na linha de frente, eram os mesmos; não se cogitava de combater o inimigo, tampouco de melhorar as condições da tropa que sofria as intempéries das chuvas que começavam a cair na região. Os nossos homens, tanto oficiais como praças, sobretudo os que lutavam diuturnamente na frente, muitos dos quais descalços, com as roupas rotas, sem outras peças para substituírem, já estavam saturados de um labor que parecia sem fim. Não obstante todas as vicissitudes sofridas, quer no fragor da luta ou de vigília nas trincheiras, suportando privações, os nossos soldados jamais tiveram o menor gesto de insubmissão, sempre disciplinados. Obedientes e altaneiros, nunca fugiam ao cumprimento do dever. No fim de setembro, dois acontecimentos contribuíram para melhorar o ânimo dos soldados: a chegada do Major Roseiros, chefe da Caixa Militar, e sua equipe de contadores, trazendo o pagamento do mês e, também, a notícia de armistício em andamento, para a cessão da luta, negociada pelos chefes revolucionários paulistas e o Ministro da Guerra, General Góes Monteiro. Agora, no QG, a expectativa era outra, não sobre o que o inimigo viesse a fazer ou por qual lado desfechasse um ataque, hipótese sempre formulada, mas nunca realizada pelo adversário, que jamais ofereceu combate ofensivo às nossas tropas. Aguardava-se, no momento, com grande ansiedade, a confirmação dessa notícia.

Com os bolsos cheios de dinheiro, alguns soldados faziam planos mirabolantes para gastarem a “gaita” ganha com suor e sangue em coisas fúteis, enquanto os mais comedidos faziam planos diferentes: levariam todo o produto de seu trabalho para suas famílias. O contentamento era tão grande, que as vigílias

nas trincheiras foram relaxadas, como se a trégua já se houvesse efetivado. Finalmente, nos primeiros dias de outubro, o QG recebeu a faustosa notícia da celebração do armistício. O despacho radiográfico chegou às 14 horas, mais ou menos, e logo que foi divulgado, alguns elementos patriotas do Batalhão Câmara Filho, no ardor do entusiasmo, começaram a fazer disparos de fuzis em regozijo, sem medir as consequências perigosas que poderiam trazer às tropas, na linha de frente. Ante isso, o Cel. Velasco repreendeu a turma, fazendo cessar os disparos inoportunos e temerários.

OCUPAÇÃO DA CIDADE DE TRÊS LAGOAS

A revolução chegou ao seu término com a rendição de São Paulo. Todavia, as tropas, tanto do 21º BC como da PM e patriotas, receberam ordens para conservarem-se em suas posições até ulterior deliberação do QG. Essa providência normal e necessária obedecia ao plano que o Estado-Maior das forças legais fixou para a ocupação da cidade de Três Lagoas, depois da retirada dos revolucionários, visando ao ordenamento da praça, como também de meios de acomodação às tropas ocupantes.

Na manhã do dia 5 de outubro, o Tenente-Coronel Flávio do Nascimento, após parlamentar com o Comando Revolucionário na cidade de Três Lagoas, transferiu seu QG para essa cidade. Assumiu o Comando da praça, ocupando o pavimento superior da estação ferroviária e nomeou um oficial de seu Estado-Maior para exercer as funções de chefe de polícia da cidade. Em boletim especial, expediu ordens aos comandantes do 21º BC, contingente da PM e patriotas, no sentido de arrecadarem e recolherem ao material bélico do QG, toda a munição de guerra em poder dos soldados. Nesse dia (5), à noite, as tropas rebeldes

evacuaram a cidade, embarcando em trem especial para Campo Grande. Na manhã seguinte (6), uma companhia do 21º BC acantonou-se nos armazéns da estação ferroviária, enquanto as outras subunidades acantonaram-se no prédio do cinema; a Polícia Militar ocupou o edifício do grupo escolar e um galpão de depósito da Prefeitura; o Coronel Domingos N. de Velasco e seu Estado-Maior foram bem aquinhoados, tiveram ótima casa residencial, concedida pela Prefeitura. À tarde desse dia, o Cel. Velasco reuniu em seu QG os quatro Comandantes das unidades das forças goianas, sob seu comando, para uma foto que ficaria como lembrança da inolvidável campanha revolucionária de 1932. Nessa foto, o Coronel Velasco está ladeado pelo Cel. Manoel B. de Carvalho, comandante do 1º Batalhão Patriótico, Majores Atanagildo França e Joaquim Câmara Filho, respectivamente, comandantes dos 2º e 3º Batalhões e do Capitão da PM, Lindolpho Emiliano dos Passos – Comandante do contingente da Polícia Militar de Goiás. Essa fotografia foi impressa em *O Liberal*, jornal editado na cidade de Jataí, em 1932.

Agora, em melhores condições, os nossos soldados tinham à sua disposição o comércio, para fazerem suas compras. Adquirindo roupas, calçados etc., os nossos comandados melhoraram o aspecto, tato moral quanto físico, barbeando-se e cortando os cabelos. Não podíamos exigir uniformidade no traje, porque nem todos encontraram no comércio roupas de cor cáqui; daí porque o traje era variado, como também a cobertura: uns usavam chapéu, enquanto outros capacetes. Uma coisa, entretanto, não se alterou: a disciplina, a obediência e a humanidade com os camaradas; o desvelo e caráter, aliados ao espírito de sacrifício e coragem foram atributos que mereceram os maiores elogios dos Comandantes militares.

DISSOLUÇÃO DAS FORÇAS GOIANAS, RETORNO A GOIÁS

Por resolução do QG, as unidades patrióticas foram dissolvidas e desarmadas (aquelas cujo armamento pertencia ao material bélico do Exército). Deu-se ordem, também, para que essas unidades regressassem, utilizando os veículos de que dispunham, procedentes das cidades de origem. Em face dessa determinação, os patriotas das cidades de Jataí, Rio Verde, Itumbiara e distritos adjacentes regressaram aos seus lares nesses veículos.

O retorno da PM a Goiás foi feito por via férrea e, também, dos patriotas dos municípios sulinos do Estado. Para o transporte dessa tropa e do QG do Cel. Velasco, aguardava-se a chegada de um trem especial, requisitado pelo QG do Coronel Flávio do Nascimento, por isso, ficamos de sobreaviso.

À noite do dia seguinte (7), com a chegada da composição férrea, tivemos ordem de embarque, mas a partida realizou-se na madrugada do outro dia (8), atraso motivado pela interrupção do tráfego até a estação de Bauru. Às 12 horas, chegamos a essa cidade; porém, devido ao grande congestionamento de trens nas linhas férreas, prosseguimos viagem até Ribeirão Preto, à noite.

Em Ribeirão Preto, desembarcamos às 20 horas do dia 9, depois de 24 horas de fatigante viagem. O Coronel Pyrineus, comandante do 6º BC e da praça de Ribeirão Preto, avisado com antecedência, mandou preparar o rancho para a tropa. Depois dessa refeição, às 22 horas, continuamos a viagem, chegando à cidade de Uberaba às 9 horas do dia 10.

Em Uberaba, o contingente ficou aquartelado no antigo quartel do 4º Batalhão da PM mineira. No dia imediato (11), o Coronel Velasco e os oficiais do contingente da PM apresentaram-se ao General Manoel Rabelo, ocasião em que esse oficial,

com palavras elogiosas, agradeceu pelos bons serviços que a Polícia goiana prestou à causa da legalidade e, em particular, ao seu Comando. Mais tarde, fui chamado a comparecer ao serviço de material bélico do QG Rabelo. Nessa repartição, o oficial encarregado do serviço exigiu a devolução do armamento cedido ao contingente, por empréstimo.

Estranhando essa exigência, disse ao oficial que o armamento não fora cedido nem emprestado à Polícia goiana, mas simplesmente trocado: os fuzis “mauser” modelo 1895, usados na PM, pelos de modelo 1908, usados no Exército; razão por que não cabia a devolução, mas a destroca, se prevalecesse a descabida exigência. Devolvemos os fuzis metralhadoras. Como não fossem exigidas as duas metralhadoras pesadas, por não constarem na lista, essas ficaram esquecidas. Diante do impasse, o Cel. Velasco resolveu no Estado-Maior do General Rabelo que o assunto fosse objeto de negociações oportunas entre o Governo do Estado de Goiás e o Ministro da Guerra.

A estadia do contingente na cidade de Uberaba, por dois dias, propiciou à nossa tropa merecido descanso e deu oportunidade a oficiais e praças para comprarem presentes para seus familiares. Às 18 horas desse mesmo dia 11, prosseguimos viagem em trem especial, com interrupções nas estações de Uberlândia, Araguari e cidades goianas de Goiandira e Pires do Rio, para o desembarque dos patriotas dessas localidades, ao ensejo, recebidos com muita festa pela população local. Às 17 horas do dia 12, chegamos a Leopoldo de Bulhões. Aí, o Cap. Luís Argenta da PM nos aguardava com uma frota de 5 caminhões para transportar a tropa à capital do Estado, viagem que não se efetivou nesse dia porque os veículos não confortavam todo o pessoal e bagagem. Às 10 horas do dia imediato, com a incorporação de 4 caminhões requisitados no local, prosseguimos a viagem, chegando a Goiás, às 17 horas, depois de pequena interrupção no povoado de Areias, onde fomos recepcionados pelo interventor do Estado, secretários e autoridades. À entrada

da cidade, o cortejo foi seguido por populares, que saudavam os nossos soldados, acompanhando o desfile pelas ruas centrais da cidade até o quartel onde a tropa foi recepcionada com festivos aplausos de oficiais e praças que aguardavam a chegada, ao som marcial da banda de música.

No calor de tão carinhosa acolhida, notamos a falta do Cel. Salomão Clementino, Comandante da corporação, que injustificavelmente não se fez representar. Ao toque de debandar, a festa terminou com a dispersão dos recém-chegados para os seus lares, ao encontro dos entes queridos.

DEPOIS DA LUTA, A DECEPÇÃO

Os feitos heroicos dos policiais militares que lutaram contra os rebeldes paulistas nos inóspitos sertões sul-mato-grossenses não sensibilizaram o interventor do Estado; mesmo os que alcançaram maiores proporções, como os combates pela conquista do Porto Alencastro, no rio Paranaíba, as lutas em Quitéria, Santa Josefina, Sucuriú e a posse da cidade de Três Lagoas. Esses atos, que mereceram dos comandos militares do Exército, que operaram com a Polícia Militar os maiores encômios foram ignorados pelos poderes públicos do Estado. Não conhecemos qualquer nota oficial do Governo sobre tão patrióticos feitos nem referências elogiosas aos militares que deles participaram, denodadamente.

Após chegada da tropa à capital do Estado, o interventor federal, Pedro Ludovico Teixeira, ofereceu um banquete para homenagear as forças Goianas e, no longo e improvisado discurso que pronunciou, em momento algum citou o contingente da Polícia Militar, como fator decisivo de todos os combates travados nas diversas frentes. Referiu-se com muito alarde aos

seus decantados feitos bélicos, como revolucionário da revolução de 1930, na cidade de Rio Verde, chavão prolixamente repetido em seus pronunciamentos públicos. Fez longa exposição sobre o quadro político nacional e alertou os chefes políticos, seus correligionários, para o próximo pleito eleitoral. Encerrou seu discurso, elogiando os comandantes patriotas e o Comandante-geral das Forças Goianas. Em seguida, o Coronel Domingos Velasco usou a palavra para agradecer em nome das forças goianas, sob seu comando, as homenagens recebidas. Começou seu longo discurso, de várias laudas, dizendo do importante papel que as forças exerceram no setor sul do estado de Mato Grosso, da cidade de Santana do Paranaíba a de Três Lagoas; analisou o comportamento dessas forças nos combates pela posse do porto Alencastro, Santana, Quitéria, Sucuriú etc., cobrindo todos esses lances centenas de quilômetros sofridos no mesmo solo outrora palmilhado pelos heróis da Retirada de Laguna. Todavia, em momento algum, fez alusão ao contingente da Polícia Militar, que cumpriu as maiores e mais perigosas missões nas lutas encarniçadas em todas as frentes de combate. Ignorou os relevantes serviços de guerra, prestados pelos bravos oficiais do Exército, Coronel Flávio do Nascimento, comandante do 21º BC, Cap. Odílio Denys – chefe das operações militares e autor dos planos estratégicos da tomada do porto Alencastro e dos assaltos ao reduto de Santa Quitéria e outros; Cap. de Artilharia Carroberto Pereira da Costa, comandante das baterias de dorso (canhões 75mm) e vários outros oficiais que, ombro a ombro, combateram com a polícia.

Fazendo parte das forças goianas, a Polícia Militar, sob o ponto de vista estratégico, não estava subordinada ao comando civil dessa mesma organização, constituída de batalhões patrióticos, que pouco fizeram para merecerem os rasgados elogios dos oradores. É preciso esclarecer que, sem o apoio do contingente da Polícia Militar, nenhum batalhão patriótico teria pene-

trado na cidade de Santana do Paranaíba, em território mato-grossense, pelo porto Alencastro, no caudaloso Rio Paranaíba. Desconhecemos um só combate isolado dessas unidades com revolucionários paulistas, como, tampouco de um arranhão sofrido na pele por um patriota; enquanto, além de vítima fatal, o contingente da Polícia Militar teve dezenas de feridos em combate. Finalmente, o Coronel Velasco fez longa dissertação política e terminou o seu decepcionante discurso.

CAPÍTULO 4

OCORRÊNCIAS POLICIAIS DELEGACIA DE CATALÃO

O Movimento político-partidário em Goiás, após a revolução de 1930, começou com a convocação de eleição federal para a constitucionalização do país, marcada para 3 de maio de 1933. Para a formação de uma agremiação política, o interventor Dr. Pedro Ludovico Teixeira convocou à capital os prefeitos e chefes políticos do interior do Estado para contribuírem para a fundação de um partido político, via do qual seriam escolhidos os candidatos que disputariam as eleições federais para a Assembleia Constituinte. Formou-se um partido com adesão de elementos oriundos das hostes partidárias dos Caiados, dissolvidas pela revolução de 1930. Em alguns municípios, essas adesões trouxeram uma série de problemas que exigiram intervenção do poder público, para conter os ânimos agitados dos seus adeptos.

Dentre os diretórios políticos municipais do interior do Estado, o mais incitado era o da cidade de Catalão. Dele, faziam parte: de um lado, os irmãos Sampaio, chefiados pelo velho Luís

Sampaio e seu filho, prefeito municipal, Diógenes Dolival Sampaio; do outro lado, os membros das famílias Neto, Campos, Aires e Paranhos, chefiados por Mário Neto.

Em abril de 1933, fui nomeado delegado especial de polícia de Catalão, com jurisdição no município de Goiandira. Na época, o caldeirão político partidário nesses municípios fervia com duas correntes – Sampaio e Neto – digladiando-se sob a mesma bandeira, com prestígio e apoio do governo. Era diretor Geral da Segurança Pública do Estado o bacharel Wagner Estelita Campos, natural de Catalão, filho de Frederico Campos, filiado por laços de família à corrente dos Netos.

Minha nomeação para o mencionado cargo partiu de insistentes representações que aquela autoridade fazia ao Interventor contra os desmandos do delegado de polícia daquele município.

Assumindo o exercício do cargo, cuidei preliminarmente de substituir todos os praças do Destacamento por elementos estranhos ao meio e aumentei o efetivo das guarnições militares das duas povoações (Catalão e Goiandira). Agradando a uns e desagradando a outros, tais providências contribuíram para refrear desmandos de políticos exaltados.

Para resguardar-me da politicagem desenfreada, hospedei-me no hotel do Sr. Júlio Pascoal, conceituado cidadão e exemplar chefe de família, apolítico e estimado por toda a população catalana. Se nas sedes dos municípios a ordem pública era respeitada, o mesmo não acontecia nos distritos, onde inspetores de quartelões policiais descumpriam as minhas ordens. Deles, eu recebia constantes queixas de atos abusivos que praticavam com humildes roceiros, ora tomando suas armas, exigindo propinas pela devolução, à guisa de multa; ora proibindo-lhes a realização de mutirões ou bailes, seus tradicionais folguedos, sem o pagamento antecipado da licença.

Essas anomalias, na maioria das vezes, eram praticadas contra os incautos eleitores da corrente política contrária à do prefeito Sampaio, de quem os inspetores eram cabos eleitorais. Por várias vezes, eu os chamei à delegacia para prevenir-lhes de uma ação repressiva que tomaria, caso não suspendessem as tropelias que vinham praticando, contrárias às normas policiais, desrespeitando ordens superiores sobre imparcialidade da polícia nas questões políticas. Mesmo assim, os abusos não pararam, razão por que os demiti, incondicionalmente, dos cargos. Essas exonerações foram o estopim incendiário de uma luta que se travou contra mim na delegacia, meses depois, por elementos afeiçoados ao prefeito Diógenes Sampaio. A partir desses acontecimentos, corriam na cidade rumores de represálias, caso eu não anulasse as demissões dos trampolineiros inspetores, ameaças que não me atemorizavam. Zelosamente, cumpria meus deveres policiais, dando à cidade um clima de absoluta ordem, fato incomum em época de eleição.

Na área política, na medida em que o pleito se aproximava, as agremiações partidárias se debatiam na disputa de votos; era na delegacia de polícia que as arengas partidas de eleitores extremados iam arrematar-se: denúncias e queixas de fatos controvertidos eram apresentadas verbalmente, por pessoas irresponsáveis, desprovidas das formalidades legais, na maioria eleitores da zona rural, justamente das regiões dos inspetores de quartelões demitidos. A disputa entre as correntes Sampaio e Neto girava em torno de um acordo firmado entre Domingos Neto Velasco e o interventor federal, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, visando à pacificação das duas correntes políticas de Catalão. Pela resolução que os dois chefes políticos tomaram, já que o ponto nevrálgico da briga era a Prefeitura local, o cargo de prefeito seria entregue à corrente política que derrotasse sua rival na computação dos votos do colégio eleitoral da zona.

O pleito eleitoral, tanto em Catalão como em Goiandira e distritos, correu na melhor ordem possível, não se registrando qualquer contravenção penal. A apuração se fez em Goiás, para onde as urnas eleitorais foram enviadas, sob forte esquema de segurança. O resultado foi uma bomba: apurados os votos, a facção Sampaio perdeu fragorosamente para os Netos, que não se regozijaram com os louros da vitória, certos de que o melhor da festa ainda estava por vir, ou seja: a substituição do prefeito Diógenes Sampaio, fato que não ocorreu ao longo do tempo. Esse acontecimento motivou o rompimento do laço político de Domingos Velasco com o interventor Pedro Ludovico. Apesar disso, o Dr. Estelita Campos não se exonerou do cargo de delegado-geral da Segurança Pública.

Depois dessa pugna política, ele foi a Catalão e, como sempre o fazia, determinou uma série de providências policiais, destacando-se, entre outras, as prisões dos criminosos Antônio Firmino, conhecido por Antônio Boiadeiro e José Sapateiro, que infestavam os distritos de Ouvidor e Três Ranchos. Sendo verbais tais determinações, solicitei mandado judicial de prisão contra os criminosos, alegando a inexistência desse documento no arquivo da delegacia. Retornando à capital do Estado, aquela autoridade enviou-me telegrama reiterando com urgência as prisões citadas. Recruta, como era nas missões policiais, sobretudo em capturas de delinquentes perigosos, resolvi protelar a diligência, preparando terreno para o arriscado evento.

Na cidade, o celerado Antônio Firmino, vulgo Antônio Boiadeiro, tinha trânsito livre, era forte comprador de arroz em Ouvidor e transacionava esse produto no comércio de Catalão. Com proteção de políticos, exerceu, por incrível que pareça, o cargo de inspetor de quartirão em Ouvidor, teatro de suas torpes ações criminosas. Pessoalmente, eu não o conhecia, como também os praças do Destacamento, por isso, fiz uma

sindicância da vida pregressa desse terrível bandido, indo disfarçadamente a Ouvidor, onde o chefe da estação ferroviária, um senhor de idade avançada, forneceu-me subsídios poderosos para a captura do criminoso.

Em 23 de junho, voltei a Ouvidor à guisa de superintender o policiamento de uma festa junina, levando dois praças e o 2º sargento José de Souza Filho, cuja presença era indispensável, pois conhecia o criminoso e seus costumes no povoado

Durante a nossa estadia no distrito, Antônio Firmino não foi visto, nem mesmo no seu grande depósito de arroz, onde permanecia diariamente, na parte da manhã, possivelmente avisado pela sua amásia. Nossa presença no local não objetivou a policiamento da festa, mas estudar um plano estratégico para surpreender o facínora.

Retornando de Ouvidor, determinei ao sargento Souza Filho que voltasse para Goiandira, onde comandava o destacamento e retornasse de trem a Catalão, no dia 3 de julho, com o soldado Félix (esse praça tinha apelido de “Canguçu” e pertencia ao Destacamento de Goiandira). Entrementes, examinando a papelada velha do desorganizado arquivo da delegacia de polícia, encontrei uma relação impressa com o timbre da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, contendo nomes de criminosos foragidos, fichados na polícia, e nela figuravam, entre outros, os nomes de Antônio Firmino e José Sapateiro etc. A existência dessa relação suscitou dúvidas sobre as destinações que teriam sido dadas às precatórias que foram remetidas junto à mesma...

Às 16 horas do dia 3 de julho, o sargento Souza Filho e o soldado Félix, devidamente desarmados, desembarcaram em Catalão e apresentaram-se para a diligência. Após instruções minuciosas que lhes dei, dentre as mesmas a convenção de

uma senha para comunicação telefônica, caso a diligência fosse positiva, os destemidos policiais, depois da refeição que lhes foi servida na delegacia, armados e municiados, partiram a pé para Ouvidor, a fim de cumprirem a perigosa missão de capturar o mais temível facínora da região.

Essa cartada deixou-me apreensivo, com muita insônia quase toda a noite, pois temia por um revés contra a vida dos meus comandados. Na manhã seguinte, fui para a delegacia e determinei ao sargento Euclesino Bessa, Comandante do destacamento, que ficasse de sobreaviso, com os praças no quartel, até segunda ordem.

Às 11 horas, fui almoçar, retornando ao meu posto às 12 horas, mais ou menos, quando, insistentemente, atendi a um chamado à estação ferroviária local; era o sargento Souza Filho que, pelo telefone, comunicou-me o desfecho fatídico da morte do criminoso. Diante do trágico acontecimento, determinei ao sargento que destacasse o soldado Félix para guarnecer e garantir o depósito de arroz do criminoso e a remoção do cadáver para a casa de sua amásia, onde ele, sargento, velaria o corpo até minha chegada. Da estação, fui à Prefeitura, comuniquei o ocorrido ao prefeito Diógenes, a quem solicitei quatro animais para minha montaria e dos meus acompanhantes a Ouvidor.

Voltei à delegacia e escalei o Sargento Euclesino e o Soldado Pautilho para acompanhar-me. Ao escrivão (civil) Leonaldo, mandei que organizasse todo o expediente necessário à formação do inquérito policial. Esse auxiliar que, de algum tempo, já o tinha em mira, pela manifesta má vontade no desempenho de suas funções no cargo, teve o desplante de me dizer que não serviria de escrivão no inquérito e recusou-se a seguir com a diligência. Enraivecido, disse-lhe: "Em nenhum outro mais, você servirá, seu covarde espião! Saia da minha presença, seu patife, antes que lhe meta na cadeia".

Arrumei o material necessário à formação do inquérito policial e aguardei a condução no hotel, de onde parti às 17 horas para Ouvidor, com o sargento e o soldado Pautilho. Às 21 horas, cheguei a Ouvidor, depois de uma viagem cansativa por estradas cavaleiras, com muitos tropeços motivados pela escuridão da noite.

O sargento Souza Filho já havia tomado providências para minha hospedagem. Apeei na residência de uma família conhecida, sendo servido um lanche. Após essa refeição, fui à casa onde jazia o cadáver de Antônio Firmino, estendido sob um balcão na pequena sala. O morto aparentava 40 anos, era de cor clara, cabelos castanhos e lisos, rosto oval, nariz aquilino, de compleição atlética, com 1,75m de altura. Rendendo o sargento Souza Filho no velório, ficou o dito Euclesino Bessa, com recomendação de absoluta vigilância, vetando a entrada de curiosos no interior da casa, vez que a amásia do morto estava desaparecida. Determinei que o soldado Pautilho substituísse o seu colega Félix, na guarda do armazém, medida preventiva contra possíveis pilhagens. Inicie o inquérito, lavrando portarias, nomeando escrivão *ad hoc* e os peritos para o exame cadavérico; também, designei duas pessoas idôneas para arrolar todos os bens, móveis, imóveis, semoventes, utensílios e mercadorias no armazém e residência do morto.

Foram inclusos aos autos do inquérito, além do telegrama do delegado-geral de Segurança Pública, depoimentos das testemunhas, declarações do sargento Souza Filho e do soldado Félix; ainda, foram anexados ao mesmo os autos do corpo de delito, de resistência à prisão e de apreensão das armas do criminoso. À tarde do dia 5, retornei a Catalão, deixando em Ouvidor o Sargento Euclesino Bessa e o Soldado Pautilho, à disposição da comissão encarregada de proceder ao arrolamento dos bens de Antônio Firmino.

Já cheirando mal, algumas pessoas encarregaram-se do sepultamento do corpo, trasladando-o em carro de boi para Catalão, inumando-o no cemitério local. Três dias depois, recebi do sargento Euclesino o arrolamento, que juntei aos autos do inquérito policial, remetendo-o ao juiz da comarca, com uma relação das armas apreendidas, em poder do criminoso: 2 revólveres Smith-Wesson, calibre 32, e 2 punhais. Em sua residência: 2 carabinas, uma garrucha de dois canos, um facão e grande quantidade de munição. Relatando, minuciosamente, a cena de sangue que teve por palco uma rua paralela à estação ferroviária e assistida pelas testemunhas relacionadas no inquérito, salientei: "Nesse desfecho sangrento, não perdeu a vida milagrosamente o sargento Souza Filho, graças à precisa e concisa intervenção do soldado Félix, que abateu o terrível facínora, com um certo tiro de fuzil, terminando, assim, o rosário triste da vida de mais um homicida".

A missão policial é muito espinhosa, sobretudo quando exercida num ambiente onde a política é extremada.

No episódio da morte de Antônio Firmino, houve comentários pró e contra, mas isso nada atingiu a polícia, que agiu no cumprimento do dever. Ademais, em Catalão, poucos foram os delegados de polícia que não sofreram as impiedosas calúnias de pessoas embusteiras que, insatisfeitas, agiam com astúcia para os incompatibilizar, por meio de intrigas com seus superiores, indispondo-os com o cargo. Como eu não servia de cabo de chicote e não me subordinava às espúrias insinuações de quem quer que fosse, sofri também o guante da perseguição. A derrota eleitoral dos Sampaio, nas eleições constituintes, foi um dos motivos da campanha sórdida contra mim, atrás dos bastidores.

Percebi que os meus atos eram vigiados pelo meu escrivão de polícia que, para tanto, tinha suas refeições pagas no

hotel do Sr. Júlio Pascoal, onde me hospedava com a família.

Depois dos fatos acima relatados, instaurei inquérito para apurar o assassinio de um recém-nascido, ocorrido anteriormente à minha gestão.

Tive conhecimento desse infanticídio através de uma carta que um fulano de tal "Pacheco" me dirigiu. Nela, seu subscritor denunciou o crime e responsabilizou os familiares da delinquente e o delegado de polícia pelo acobertamento do mesmo, acontecimento na época muito comentado e impunemente esquecido, no decorrer do tempo. Diante da grave revelação, procurei sigilosamente investigar o crime e suas circunstâncias, ouvindo pessoas de confiança e de conceito social na cidade, obtendo informações condizentes com as descritas na carta do denunciante.

Prosseguindo, inquiri o Sr. Pacheco, que confirmou todos os termos de sua carta, oferecendo-se para depor no inquérito.

Então, voltei às suas mãos a missiva para reconhecimento da firma, formalidade indispensável para sua validade. Outra pessoa ouvida foi a parteira M. J., que declarou ter assistido em trabalho de parto dona Z. N., na residência do seu irmão J. N. Embora tímida, a parteira revelou-me que Z. N. teve uma criança muito robusta, do sexo masculino, num parto normal. Confessou que deu assistência à criança apenas duas vezes, sendo que, no terceiro dia, foi dispensada pelos familiares de sua cliente, alegando que, durante o sono, Z. N. rolara por cima da criança sufocando-a: acrescentou que se retirou da casa sem ver a mãe e o filho, sabendo mais tarde que a criança fora sepultada no morro das três cruzeiras e Z. N. viajara para São Paulo.

Dando sequência às investigações, procurei descobrir o motivo da omissão do delegado de polícia, no rumoroso caso. Por J. S. A., funcionário do arquivado local, fui inteirado de que o delegado de polícia V. A. havia recebido grossa propina para

abafar o crime, acusação confirmada pelo dentista S. F. e validada pelo sargento, José de Souza Filho, na época comandante do destacamento de polícia da cidade, que ratificou haver J. N., irmão da criminosa, gratificado o delegado de polícia com um conto de réis em dinheiro e uma espingarda de dois canos.

O inquérito policial foi aberto com as cautelas necessárias a fim de evitar comentários que pudessem perturbar sua marcha processada sigilosamente. Entretanto, um jornal editado em Araguari, do Sr. Carlos Pieruceti, que na época explorava as turras políticas dos partidários do interventor Pedro Ludovico e Domingos N. Velasco, nos municípios sulinos do Estado, principalmente, Catalão, onde a briga era mais acirrada, entre as correntes Sampaio e Neto, publicou com grande destaque os pormenores do rumoroso crime de infanticídio, noticiando as diligências policiais em andamento e teceu elogios à ação do delegado especial de polícia no desvendamento do misterioso evento. O estardalhaço jornalístico foi algo encomendado. Na edição seguinte do jornal, no mesmo local e com o mesmo destaque, foi lançado pernicioso artigo no qual o articulista, sob o pseudônimo de "Argus", inseriu contra o delegado capciosa e criminosa acusação com o maquiavélico propósito de abater sua moral pelo escândalo que provocou.

Não tive a menor dúvida de que as denúncias anônimas, publicadas num jornal pobre que se mantinha às custas de furtivas políticas de Catalão, tinha endereço certo de provocar minha demissão do cargo de delegado especial de polícia. Isso aconteceu: fui exonerado e substituído pelo Capitão Benedito Albuquerque M. Cunha que, assumindo o exercício do cargo, instaurou inquérito policial militar para apurar as denúncias. Com o espírito tranquilo, permaneci na cidade, acompanhando a marcha das inquirições. Nos depoimentos adredemente insinuados, inseriram-se fatos de estarrecer. A volúpia era uma só:

agradar o chefe que, à sombra, agia na mais fraudulenta covardia, com o objetivo único e exclusivo de vingança, servindo-se de um inquérito adredemente maquinado, baseado em denúncias anônimas e controvertidas, sem provas reais e positivas. As inquirições eram tão nocivas que não se virava o disco: o que uma testemunha declarava, outra inconsequentemente repetia; assim, os autos foram se avolumando sem fundamento legal.

Para defender-me das nocivas e improcedentes acusações, tive a ajuda voluntária e valiosa do advogado Randolpho Campos que, em quatro laudas datilografadas, pôs por terra uma a uma as improcedentes declarações das testemunhas.

Na fase agitada que atravessei, acusado de faltas que não cometi, recebi muito alento de pessoas amigas de Catalão e, ainda, a visita dos oficiais do 6º BC, Ituriel do Nascimento, Elpídio M. Pedreira e Albano de Carvalho. Além das visitas mencionadas, recebi expressiva carta de solidariedade do meu ex-comandante Coronel Domingos N. Velasco, rechaçando as denúncias fraudulentas em desabono de minha integridade moral, que não se media na bitola dos meus acusadores covardes e anônimos. Termina sua carta afirmando: "As perseguições contra você são reflexos políticos de um governo de que eu discordo pelas arbitrariedades dos seus prepostos, nessa cidade" (Catalão).

Ao Capitão, delegado, meu sucessor, fiz conclusos os autos do inquérito policial do rumoroso crime de infanticídio, para conclusão final (ao que soube, esse inquérito ficou na estaca zero).

Com a consciência tranquila, retornei à sede do Batalhão, pronto para o serviço.

CAPÍTULO 5

DE VOLTA AO QUARTEL

Voltando à vida regimental do quartel, em julho de 1933, reassumi o comando de minha companhia, encontrando-a desarticulada com os oficiais e praças, na quase totalidade, destacados no interior do Estado.

O Batalhão passava por uma fase de desacertos administrativo e disciplinar, situação a que o arrastou seu Comandante, Tenente-Coronel Salomão C. Faria, que fazia política dentro do quartel, onde tinha comitê eleitoral montado, disputando votos dos seus subordinados, para se eleger deputado à Assembleia Estadual, nas eleições de 14 de outubro de 1934. Já em campanha política, antes de ser escolhido pela convenção do seu partido, o comandante, no exercício do cargo, atacava violentamente pela imprensa seus adversários.

No quartel, pela influência do posto e da proteção do governo, tornou-se o dono e senhor absoluto de tudo, transformando a caserna num reduto da mais danosa politicagem, com reuniões de políticos que, às vezes, estendiam-se noite adentro, na mais nociva falta de decoro. Afastado desses políticos, eu me

colocava num campo neutro, procedimento que não agradava ao chefe, tachando-me de Velasquista etc., crítica para a qual jamais ligava, porque era feita em minha ausência. Cumpria com meus deveres eximindo-me tanto quanto possível, de suas rodas. Certa feita, um dos seus maiores amigos – professor João Setúbal – ofereceu-lhe um jantar, em sua residência. Foram convidados políticos e alguns oficiais de sua panelinha. A retribuição não se fez esperar: para promovê-la o comandante recorreu à ajuda financeira dos oficiais determinando o teto de 50 mil réis para cada um. Neguei-me a cooperar com essa extorsiva e vergonhosa contribuição para rega-bofe dos inescrupulosos políticos.

Meu relacionamento com o coronel ficava, dia a dia, mais restrito, a ponto de nos entendermos exclusivamente em objeto de serviço, mesmo assim, apenas em circunstâncias especiais. De antemão, eu sabia que minha permanência no quartel seria insustentável, pois não me eram estranhos os rumores de que o Comandante tramava a minha nomeação para uma delegacia de polícia, num município bem distante da capital, à guisa de castigo. O prognóstico deu certo.

Em fevereiro de 1934, fui nomeado delegado especial de Caiapônia, com ordem urgente de empreender viagem. Meu afastamento do quartel, já era esperado, mas não aceitei o castigo, como queria o comandante, para a delegacia de Caiapônia.

Para obstar o seu plano maquiavélico, procurei o Dr. Laudelino G. de Almeida, Secretário de Saúde, meu amigo de lutas na revolução paulista de 1932, em Mato Grosso, pessoa de muito prestígio junto ao interventor Pedro Ludovico, de quem era parente afim, e que não morria de amores por Salomão. Por força do prestígio político desse amigo, fui transferido de Caiapônia

para a delegacia especial de Campinas, com jurisdição na nova capital, em construção, pondo fim a uma perseguição injusta, que poderia ter consequências imprevisíveis.

DELEGACIA DE CAMPINAS

Em março de 1934, assumi a delegacia de polícia de Campinas, com jurisdição na nova capital. Transportando-me para essa cidade com a família, tive dificuldades de conseguir uma casa para alugar, não obstante os esforços do prefeito municipal, Licardino Ney, para consegui-la. Fui para a Pensão Central, de dona Josefina Duarte, onde me instalei provisoriamente num acanhado e desconfortável quarto. Apesar de a pensão ter o rótulo familiar, contudo, abrigava hóspedes que nem sempre correspondiam às normas de educação que o meio exigia. Minha esposa Avany, à época, estava grávida e padecia os males da própria gestação, sobretudo à noite, sem poder acomodar-se, diante da falta de compostura dos hóspedes que chegavam altas horas da noite embriagados e perturbavam o sossego. Era, portanto, premente nossa mudança da mencionada pensão, mas não tínhamos a quem recorrer. O único hotel da cidade não tinha quarto disponível.

Campinas, pequena cidade de pouco mais de 200 casas, com igreja e colégio, de reduzida população, viu-se envolvida em sérios problemas habitacionais, com a construção da nova capital, abrigando uma população de forasteiros que crescia vertiginosamente, na medida em que a nova cidade ampliava sua área de construção, ainda na fase preliminar.

Finalmente, encontrei a solução para o problema: o senhor Randolpho de Moraes Barbosa (Randolfinho) tinha um prédio em construção junto ao seu estabelecimento comercial, sito à an-

tiga Rua Anápolis, esquina com a Av. Pernambuco, em fase de acabamento, ciente das minhas necessidades se propôs a terminá-lo em 8 dias.

Resolveu-se, assim, o intrincado problema. Em melhores condições, mesmo com a casa vazia, aos poucos fomos mobiliando-a com móveis que os vizinhos nos emprestaram. Dentre os vizinhos e amigos que muito nos ajudaram, destaco as famílias do Randolfinho (o comerciante já referido) Randolfo Vallós, dona Yone Guimarães e seu marido Dr. Carlos de Freitas.

Tinha a casa uma sala independente. Nela, instalei a delegacia de polícia, conseguindo do prefeito Licardino todo o material (móveis e utensílios) para o seu funcionamento. No decurso do tempo, fomos conquistando simpatia e amizade das famílias campineiras. Meu trabalho era exaustivo, pois não tinha dia nem hora para atender às ocorrências policiais que cresciam à medida que a população aumentava na cidade, nos distritos e nos canteiros de obras da nova capital, onde o número de operários era grande.

Em 6 de outubro, por volta das 5 horas de manhã chuvosa, nasceu o meu segundo filho, do sexo feminino. O meu escrivão José Bibiano de Carvalho (Juca Bibiano) encarregou-se de registrar a criança com o nome de Leonor, segundo o desejo de sua mãe.

Em princípio de dezembro, solicitei do interventor meu recolhimento à sede do Batalhão, por motivo de saúde de minha senhora, no que fui atendido. Pronto para o serviço, assumi o subcomando do Batalhão, comandado pelo Major Arnaldo Sarmiento na vaga do Tenente-Coronel Salomão que, na qualidade de deputado estadual, foi agregado.

PUGILATO INÉDITO

Não narraria esse episódio, omitido nos anais da construção da cidade de Goiânia, se ele não envolvesse dois iminentes homens públicos. Dr. Pedro Ludovico Teixeira e Licardino de Oliveira Ney. O primeiro, interventor federal do Estado de Goiás; o segundo, prefeito do município de Campinas.

Corria o ano de 1934, e Goiânia estava ainda no primórdio de sua construção. O número de operários era grande e não havia no local da obra acomodação para todos, exceto seis casas de tábuas construídas em caráter precário, à margem do Córrego Bota-Fogo. Em consequência, a cidade de Campinas, distante três quilômetros de Goiânia, administrada pelo operoso prefeito Licardino de Oliveira Ney, abastado comerciante, pecuarista e de muito prestígio político local, viu-se envolvido num difícil problema habitacional para acomodação de forasteiro, funcionários públicos e trabalhadores.

Para edificação dos primeiros prédios públicos da nova capital, foram montadas duas olarias, por iniciativa particular: uma pelo prefeito Licardino de Oliveira Ney, no sítio de sua propriedade, à margem do Ribeirão Anicuns; outra, pelo médico Dr. Carlos Alberto de Freitas, em terreno aforado junto do Rio Meia-Ponte.

Os mencionados obreiros, em convênio com o interventor, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, comprometeram-se a vender ao Estado toda a produção de tijolos a cinquenta mil réis o milheiro, posto na obra. O convênio, entretanto, foi quebrado por Dr. Carlos de Freitas, que astuciosamente, no acerto de contas, seus tijolos eram pagos a cinquenta e cinco mil réis o milheiro.

Não demorou para que Licardino descobrisse a trapaça. Contudo não deu publicidade, continuou fornecendo às obras de Goiânia o produto de sua olaria, na base do contrato, aguardando encontrar-se com o Dr. Pedro (como era tratado na intimidade) para denunciar a tramoia.

Esse encontro deu-se num sábado, 31 de agosto, na parte da manhã, quando Licardino e os funcionários da Prefeitura: Nicolau Silva Santos, Francisco Martins de Araújo (conhecido por Chico do O) e Ozório Carlos da Silva, foram visitar o Interventor que, habitualmente inspecionava o canteiro de obras da nova capital. Os visitantes encontraram o interventor bebericando aperitivos em companhia dos engenheiros Armando Augusto de Godoy e Eurico Viana; dos médicos Dr. Carlos Alberto de Freitas e Dr. Eduardo de Freitas; do deputado Oscar Campos Júnior, do telegrafista Godofredo Leopoldino de Azevêdo; dos funcionários Solon Edson de Almeida, Aluízio de Freitas e do superintendente Bailão.

Adentrando a sala onde estavam as pessoas referidas, Licardino e seus acompanhantes foram recebidos pelo interventor com prazerosos cumprimentos. A conversa entre o Dr. Pedro e Licardino, amistosamente, girou em torno de assuntos variados, quando Licardino o interpelou:

– Dr. Pedro, por que é que o Dr. Carlos de Freitas está recebendo cinquenta e cinco mil réis, enquanto eu só recebo cinquenta, por milheiro de tijolos que fornecemos ao Estado?

– Não sei desse negócio, Licardino!...

– Não sabe como, se é o Estado que está pagando?!... Isso não está certo, contrato é contrato!...

– Reclamar uma quantia tão insignificante é muita miséria...

Licardino (impetuoso) retrucou:

– Miséria, não senhor!... Eu aprendi a trabalhar para não ser miserável. Miséria é do Estado e do senhor, que não cumpriu o contrato que fizemos!...

Nessa altura, o interventor (bastante irritado) perdeu a calma; deu um pescoção no Licardino, à altura da orelha esquerda, sangrando-a. Revidando, Licardino o agrediu, e ambos rolaram pelo assoalho da pequena sala.

Surpreendidos com o inopinado reencontro, os amigos tentaram apartá-los. Na confusão do “deixa-disso”, Godofredo,

por detrás deu uma gravata no Licardino e o arrastou para o canto da sala, enquanto Dr. Pedro, livre do seu agressor, correu rumo à porta de saída, expulsou do local o jagunço Chico Mulatinho que, de revólver engatilhado, mirava Licardino; esse, para livrar-se de Godofredo, deu-lhe um pontapé nos testículos e saiu da sala esconjurando os seus gratuitos agressores. Tomou o carro e voltou para Campinas com seus funcionários.

Esse episódio me foi narrado pelos próprios contendores com os quais me encontrei, na qualidade de delegado especial de polícia de Campinas. Na ocasião, o prefeito Licardino estava muito irritado, cercado dos familiares e amigos, sendo atendido pelo farmacêutico Bibiano de Carvalho que fazia curativos na orelha ferida. Contou como foi a briga que teve com Dr. Pedro, protestando exonerar-se do cargo de prefeito, antes que isso acontecesse.

Da residência de Licardino, dirigi-me a Goiânia para visitar o interventor e o encontrei ladeado de amigos se despedindo para retornar a Goiás. Ao avistar-me, deteve-se, levando-me para um quarto contíguo à sala (palco da luta) e aí, a sós, relatou-me pormenorizadamente os antecedentes da briga, inopinada, que poderia culminar numa tragédia caso o Chico Mulatinho alvejasse o Licardino. Depois de lastimar o infausto acontecimento, o interventor, ainda sob o impacto da briga, que deplorou, deu-me um cartão para ser entregue pessoalmente ao Licardino, no qual se penitenciava e prometia visitá-lo na próxima vinda a Goiânia.

DILIGÊNCIA NA CIDADE DE JARAGUÁ

Em outubro de 1935, fui chamado ao palácio pelo interventor federal, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, numa noite chuvosa, depois das 22 horas. O portador do recado, Cap. Benedito

S. Albuquerque, chefe de Gabinete Militar do interventor, não esclareceu o motivo do chamado, mas adiantou-me que era urgente. Minutos depois, apresentei-me ao interventor, de quem recebi ordem expressa de seguir para a cidade de Jaraguá, a fim de manter a ordem pública, perturbada por elementos políticos das facções do prefeito municipal Elias Fonseca e de Diógenes Castro Ribeiro (Castrinho) – ambos partidários do governo, mas inconciliáveis políticos locais.

A luta desses chefes políticos tinha raízes profundas e datava da época do Caiadismo, quando ambos militaram em partidos opostos. Com o advento da revolução de 1930 e dissolução dos partidos políticos, novas agremiações foram fundadas em Goiás, e o partido do governo recebeu em seus quadros adesões de elementos da grei Caiadista. Daí, a origem das brigas políticas nos municípios de Catalão, Ipameri, Orizona e outros, com os incompatíveis chefes disputando o poderio político local, apoiados pelo interventor, e Jaraguá, a exemplo dos municípios citados, não fugiu à regra.

Naquela noite chuvosa do meu chamamento ao palácio, o interventor recebeu vários telegramas urgentes de políticos da mencionada cidade (alguns até alarmantes), dando conta de entrevero armado ocorrido entre eleitores do prefeito Elias Fonseca e do Coronel Castrinho. Os despachos telegráficos irritaram o governo, que não admitia perturbações políticas nos municípios, razão por que me ordenou que fosse a Jaraguá, a fim de manter a ordem e coibir os atritos políticos.

Investido na difícil tarefa na qual, anteriormente, o Tenente-Coronel Salomão C. Faria e o Cap. Benedito S. Albuquerque não conseguiram êxito. Essa missão, não obstante os tropeços que pudessem surgir, teria que ser cumprida. Foi a ordem do chefe. Do palácio, fui ao quartel e escalei o Sargento Lázaro, o Cabo

Vicente Botelho e o soldado Apolinário para acompanhar-me na diligência. Voltei para casa, onde aguardei a condução. Às 24 horas, em companhia dos praças já citados, empreendi viagem, ainda sob insistente chuvisqueiro, numa noite fria e tenebrosa. Da cidade de Itaberaí a Jaraguá, viajamos na antiga rodovia de péssimas condições de tráfego que ligava as duas cidades, chegando ao ponto final às 6 horas da manhã.

Jaraguá estava deserta; não se via nem um transeunte na rua. Desembarquei com meus homens na cadeia pública. O delegado de polícia local, Tenente Ariostó Sarmento, havia se deslocado à tarde do dia anterior para o Distrito de São Francisco das Chagas. No xadrez, tinha dois presos, sob vigilância de um soldado doente que morava na cadeia com sua amásia, por quem mandei fazer um cafezinho. Enquanto esperava o café, fui surpreendido com as visitas do juiz de Direito, Dr. Augusto Rios, e do promotor público, sendo nesse encontro convidado pelo juiz para o café em sua residência, convite que agradei, dizendo-lhe da urgente necessidade de ir a São Francisco das Chagas ao encontro do Tenente delegado de polícia Ariostó Sarmento. Discretamente, o promotor fez-me algumas perguntas, tentando obter esclarecimentos da minha missão, em face dos acontecimentos políticos da cidade. Disse-lhe que era um fiscal do governo, com poderes especiais para manter a ordem e garantir a lisura do próximo pleito eleitoral na cidade e em seus distritos, missão, aliás, complexa, que seria cumprida segundo ordens do interventor.

Em São Francisco das Chagas cheguei por volta das 10 horas, acompanhado do sargento Lázaro e do cabo Botelho (na cadeia deixei o soldado Apolinário tomando conta dos presos), entrei em contato com o Tenente Ariostó que, impotente, não pôde impedir a grande concentração de pessoas armadas, lide-

radas pelo prefeito Elias Fonseca, que tinha intenções de revanche aos peões da fazenda de Castrinho. Essa concentração, a meu ver, não visava a coisa alguma, porque a maioria das pessoas aliadas ao prefeito era da cidade, filhos de famílias destacadas que não tinham formação de jagunços. Raciocinando, cheguei à conclusão lógica de que a bombástica concentração não passava de mera demonstração de força eleitoral do prefeito, às vésperas de eleições, para intimidar o adversário. De qualquer maneira, a patuscada não podia continuar. Por isso, procurei o prefeito para demovê-lo da atitude bélica que tomou, dizendo-lhe que o governo não apoiava atos de violência e o aconselhei a desarmar o pessoal e voltar, pacificamente, para a cidade. Redargui “que não aceitava os meus conselhos” e conclui: “Se o governo está contrariado, a culpa é dele que acende vela a Deus e ao diabo. Estou cansado de ser tapeado e não aceito esse tipo de política que o governo está fazendo, quando me apoia pela frente e por trás prestigia o meu adversário”. E continuou: “Ontem, dois eleitores meus foram atacados a tiros por jagunços do Castrinho e aqui estamos para vingar”.

Não adiantava tentar dissuadir o velho prefeito por meios pacíficos. Então, tomei a resolução enérgica de acabar com a balbúrdia: chamei o Dr. Paulo Alves (braço direito do prefeito) para junto do meu destacamento policial e o intimei a convencer o velho e teimoso, Sr. Elias Fonseca, a abandonar o seu agressivo propósito de atacar a fazenda do Castrinho, sob pena de minha intervenção. Disse-lhe, também, que não estava ali para discutir assuntos políticos, mas para manter a ordem, e insisti, que desarmasse os homens, sob pena de eu o fazer pela força.

Diante dessa ameaça, o Dr. Paulo Alves pediu-me um prazo para discutir o assunto com o prefeito. Dessa forma, antes de 30 minutos (tempo concedido), os homens foram desarmados

e levados em caminhão para a cidade, pondo fim a uma situação delicada e perigosa. Regressei à cidade, deixando destacados em São Francisco das Chagas o cabo Vicente Botelho e dois soldados. No dia imediato, visitei os Srs. Elias Fonseca e Diógenes Castro Ribeiro. O móvel dessas visitas foi expor aos prestigiosos políticos a razão de ser da minha presença em Jaraguá e lhes pedir ajuda moral para o desempenho da missão fiscal do Interventor, na pugna política em que ambos estavam empenhados.

Saí satisfeito desse encontro, levando a palavra de ordem dos velhos caciques. Após isso, organizei o esquema policial da cidade e dos distritos eleitorais de São Francisco e Petrolina, dando publicidade das medidas ostensivas e preventivas em boletins que foram afixados nos logradouros públicos, objetivando garantir a disputa política, num ambiente de absoluta ordem.

Para conduzir os militares aos distritos acima mencionados, solicitei ao prefeito um veículo. O velho alcaide atendeu-me jovialmente e quis aproveitá-lo para ir também a São Francisco, tratar de negócios particulares.

Não concordando com sua sagacidade, disse-lhe: “A companhia é muito honrosa, porém, desaconselhável, porque daria motivo a explorações políticas, envolvendo a polícia”. Essa negativa, aliás sensata e ponderada, não o aborreceu, tanto que prazerosamente pôs o carro da Prefeitura à minha disposição. Na antevéspera da eleição, levei a São Francisco o Tenente Ariostó, o Sargento Lázaro e dois praças. Desse local, transportei-me, a cavalo, com o mencionado sargento Lázaro e os praças, para Petrolina. O Tenente Ariostó ficou destacado em São Francisco com a tarefa de controlar o policiamento dos dois distritos e, com os policiais, acompanhar os mesários com as urnas elei-

torais até a agência do correio, depois do pleito. Eram 22 horas quando regressei da estafante jornada e adentrando a pensão onde me hospedara, recebi de sua proprietária um cartão do interventor Pedro Ludovico censurando-me pelo descumprimento das instruções que me confiou, dizendo-se informado por pessoa insuspeita de que persistiam na cidade jagunços armados. Ao final, reiterou o cumprimento irrestrito de suas ordens etc. Se por um lado essa advertência me aborreceu, por outro lado, alertou-me da existência de um fuxiqueiro local, com trânsito livre no palácio do governo.

Na manhã seguinte, a dona da pensão informou-me que o portador do cartão fora o seu parente S. G.

Não foi preciso muito raciocínio para concluir que o indivíduo citado era o mexeriqueiro, porque patrocinava a candidatura de um seu parente a posto eletivo, em oposição ao candidato da corrente política do Sr. Castrinho, razão por que, receoso da derrota do protegido, não hesitou em ir ao interventor para forjar uma série de mentiras, com segundas intenções, visando, por certo, ao meu afastamento da cidade. O tiro, porém, saiu pela culatra. A diabólica trama não surtiu o efeito desejado. Ante tamanha leviandade, o fuxiqueiro não podia ficar impune; fosse onde fosse, eu o desmascararia. E não foi preciso madrugar para o topar. Voltando ao meu quarto, depois da conversa que tive com a dona da pensão, adentrei no meu aposento o indivíduo citado e, sem me avisar de sua presença indiscreta, quis saber algo do conteúdo do cartão que trouxera a mando do interventor.

Disse-lhe: “Sua leviandade não merece resposta. Você visando ao meu afastamento da cidade, para não ser perturbado no seu tribofe eleitoral, foi a Goiás e, sem medir consequências, mentiu ao interventor que a cidade está cheia de jagunços arma-

dos, mas não relatou ao mesmo a vergonhosa e criminoso concentração armada de São Francisco das Chagas, da qual você foi um dos cabeças. Fique certo, continuei – de que do motim armado e criminoso que vocês urdiram o interventor tomou conhecimento, através do relatório que lhe enviei”. Replicou, com altivez, que não aceitava recriminações por quem não tinha qualidades de o fazer. Nessa altura, expulsei-o do meu quarto, dizendo-lhe: “Vá, fuxiqueiro, queixar-se ao interventor, seu covarde”.

Ante acalorada discussão, algumas pessoas o retiraram do meu quarto. A notícia desse incidente correu célere pela cidade e uma das primeiras pessoas a procurar-me foi o Dr. Paulo Alves. Fi-lo ciente da leviandade do seu aliado político S. G., que arditamente se enveredou num caminho falso e escorregadio, maquinando mentira para neutralizar minha autoridade.

– Aqui está o cartão que recebi, leia-o e faça suas conclusões!

Dr. Paulo repudiou a conduta do seu parceiro político, dizendo:

– Foi tostar lã e saiu queimado.

A eleição para a escolha do prefeito municipal correu livremente, com grande concorrência de eleitores às urnas, sem que se registrasse o menor incidente, tanto na cidade como nos distritos. À noite, telegrafei ao interventor, participando-lhe o vitorioso acontecimento.

Dois dias depois das eleições, retornei a Goiás, em companhia do bacharel Otoniel Soter e sua esposa. Saímos de Jaraguá às 16 horas no automóvel que o prefeito pôs à nossa disposição. O tempo estava chuvoso, e a viagem era sempre interrompida por defeitos mecânicos no carro, até que numa dessas paradas, à noite, o motorista não teve condições de corrigir o defeito e passamos uma noite de cachorro, encolhidos dentro do veículo.

Quando o dia alvoreceu, tomei a resolução de ir a pé buscar socorro. Andei uns 20km, alcançando Itaberaí às 10 horas e contratei um mecânico para consertar o nosso carro pifado na estrada. Coincidentemente, encontrei-me com o interventor que estava entre amigos, em trânsito para a nova capital. Às 13 horas, mais ou menos, o Dr. Soter chegou e, depois do almoço, prosseguimos a viagem, chegando a Goiás às 16 horas.

CAPÍTULO 6

MUDANÇA DO BATALHÃO DE POLÍCIA PARA GOIÂNIA

Com a mudança parcial da sede do governo para Goiânia, em novembro de 1935, um mês depois, foi decretada a transferência da Diretoria Geral da Segurança Pública e de uma companhia de Batalhão de Polícia. Posteriormente, por Decreto de janeiro de 1936, foi transferida a diretoria-geral da Fazenda e, por atos sucessivos, outras repartições, exceto o Tribunal de Justiça. O Batalhão de Polícia foi um dos últimos órgãos do governo a se transferir e, ao fazê-lo, deixou na capital do Estado uma Companhia de Infantaria para atender às necessidades policiais do município e garantia dos Poderes Legislativo e Judiciário que, por vários motivos, não se transferiram com o Poder Executivo para Goiânia.

No ano da mudança, 1936, o efetivo total do Batalhão de Polícia era de 3 Companhias de Infantaria, uma de metralhadoras, um pelotão extranumerário, banda de música e de tambores corneteiros, serviços de saúde etc.

A mudança do Batalhão para Goiânia envolvia problemas que dependiam de planejamento todo especial, porque Goiânia, ainda em construção, não dispunha de quartel para alojamento

da tropa, e essa mudança acarretaria enormes dispêndios para locomoção do volumoso material, dos militares e suas famílias, além de exigir acomodações para as dependências do Batalhão, ainda, moradia para os seus componentes, e a cidade de Campinas, onde o mesmo ficaria acantonado, por tempo indeterminado, não tinha condições de atender às necessidades precípuas da Unidade.

Na reunião dos oficiais, convocada pelo Coronel Salomão, para discutir o plano da mudança, fui contrário, alegando que o deslocamento do Batalhão, como queria o Comandante, era prematuro, isso porque o governo, mudando sua sede para Goiânia, determinou que se transferisse apenas uma companhia e não ordenou em decreto a mudança do Batalhão, como o fez com as Secretarias e Diretorias, órgãos a ele ligados. Daí porque, em face das dificuldades de acomodações em Campinas, a transferência devia ser protelada.

Na época, o Coronel Salomão exercia o mandato de deputado estadual. Não estava, portanto, no exercício do comando, mas oficiosamente era seu mentor e não deu ouvidos às minhas procedentes ponderações. Fazendo prevalecer o seu ponto de vista e tendo em conta as dificuldades que os praças teriam que enfrentar, em Campinas, sobretudo os casados, por falta de acomodações, ele adotou o seguinte critério: escalou em boletim do corpo a 1ª Companhia, sob meu comando, para ficar destacada, interinamente, na capital, e transferiu da mesma todos os soldados, jovens, solteiros e descompromissados de família para a 3ª Companhia e Companhia de Metralhadoras, subunidades que acompanhariam o Batalhão na mudança e, dessas companhias para aquela, os idosos, amigados e endividados no comércio. Bonito presente o Coronel Salomão me deu!...

Transferido o Batalhão, em meados de 1936, assumi a direção da Companhia, que ficou no mesmo quartel.

NO COMANDO DA 1ª COMPANHIA ISOLADA EM GOIÁS

As primeiras providências administrativas que tomei após a saída do Batalhão foram as seguintes: a) divisão administrativa das dependências: gabinete de comando, secretaria, sala das ordens, almoxarifado e contadoria; b) revisão do pessoal e material; c) Arrolamento de todo o material do Batalhão que não foi transferido para Goiânia, por escassez de transporte (esse material, depois de relacionado, foi guardado no vasto cômodo em que funcionou a intendência do corpo). As tarefas que eram da alçada do Batalhão ficaram a cargo da Companhia. Para atendê-las, os 132 homens do seu total efetivo, com redução de 30 por cento, dos que não concorriam à escala de serviços, por motivos diversos, eram insuficientes. As guarnições absorviam diariamente cerca de um oficial, 3 sargentos, 9 cabos e 32 soldados.

Diante das inúmeras dificuldades que, diuturnamente, dobravam e redobravam nas guarnições, invalidando a saúde e o próprio serviço, pelo cansaço dos homens, principalmente, por escassez de pessoal, solicitei ao Comando do Batalhão o envio, como reforço, de alguns soldados, ainda que provisoriamente, e, também, permissão para incluir 15 voluntários reservistas na Companhia. A resposta foi negativa. Ante essa recusa injustificável, que muito me contrariou, procurei o deputado Hermógenes Ferreira Coelho, na época presidente da Assembleia Legislativa, a quem expus minuciosamente a situação precária da companhia, fazendo-o ciente das providências tomadas, mas rejeitadas pelo Comando, que tinha visível má vontade no atendimento dos meus pedidos e solicitei providências para a solução do problema que não era só da Companhia, mas da cidade e dos Poderes Legislativo e Judiciário, que ficariam inseguros por deficiência policial. Com isso, obtive um reforço de 8 praças

e permissão para alistamento de voluntários. Ainda assim, reduzi em cinquenta por cento o número de praças nas guarnições da cadeia pública e patrulheiros da cidade, que absorviam mais de 30 homens, diariamente.

Outro quebra-cabeça difícil foi o de normalizar a vida irregular de alguns graduados e praças, muito dos quais viciados em bebidas alcóolicas. Pais de numerosas famílias, viviam em extrema penúria financeira, endividados no comércio e sem meios de quitarem seus compromissos, muito superiores aos vencimentos que recebiam. À guisa de ilustração: os praças de pré, na época, tinham os seguintes ordenados: Sargento ajudante (graduação extinta) – 156\$750; 1º Sargento – 146\$250; 2º Sargento – 139\$500; 3º Sargento – 133\$050; Cabo de esquadra – 126\$000; Soldado – 119\$250.

As dificuldades surgiam no fim do mês, no pagamento da tropa, quando os credores recebiam diretamente do oficial pagador as quantias em dinheiro descontadas dos devedores, deixando-os, em muitos casos, na maior penúria, sem um real no bolso. Essa gritante irregularidade, muito comum no Batalhão, era autorizada pelo Comandante, como único meio de compelir os caloteiros a saldarem seus débitos no comércio; porém, não enxergava a indisciplina que essa medida causava dentro do quartel, produto de contendas entre credores e devedores, no dia do pagamento. Para dirimir essa perniciosa anormalidade proveniente de um sistema vicioso, tido como correio na tropa, mas prejudicial à disciplina e administração da subunidade, foi necessário que se procurasse um preceito que acabasse com a rotina nociva, visando a socorrer as famílias que não viam, no fim do mês, um real dos estipêndios de seus maridos, useiros e vezeiros no danoso hábito. Abolir essa praça, tão enraizada entre praças e comerciantes, não era tarefa fácil, mas o problema foi resolvido com a adoção das seguintes providências: a) convoquei ao quartel os comerciantes que transacionavam com os praças da companhia, mediante venda a

prazo, visando a proceder a tomada de preços das mercadorias, qualidade das mesmas, quantidade das compras mensais e dos débitos em atraso dos fregueses; b) limitei as compras até 60% (sessenta por cento) do salário da praça, em gêneros alimentícios; c) vetei o fornecimento de vale em dinheiro e de bebida alcóolica. Além das mencionadas medidas, ficou acertado com os comerciantes que os débitos atrasados dos devedores seriam parcelados em cotas de dez mil réis (10\$000), resgatáveis com as despesas do mês, contanto que não fossem superiores a 70% (setenta por cento) do salário do praça. Para controle e fiscalização do oficial pagador, as mercadorias e preços seriam anotados em caderneta comercial, fornecida pelo comerciante, com as páginas numeradas e rubricadas pelo oficial pagador, contendo, também, o número e nome do seu proprietário, com o limite em dinheiro, de suas compras. Ficou, também, estabelecido que os comerciantes receberiam suas contas diretamente do oficial pagador, quando por ele convocados, após o pagamento da tropa. Complementando essas medidas, adotei um programa instrutivo às praças, ministrando-lhes ensinamentos de educação moral e instrução geral, fatores preponderantes na formação ética dos soldados. Nas palestras que eram realizadas aos sábados, em formatura geral, no pátio do quartel, das 8 às 9 horas, o assunto fundamental versava sobre a conduta do militar nas mais diversas modalidades e situação, tendo como meta principal corrigir, por meio de conselhos e exemplos, a vida irregular de alguns elementos da companhia.

As providências, embora de efeito demorado, foram de alcance extraordinário, além de acabar com as lenga-lengas entre os comerciantes e praças no quartel. Contribuíram para estimular os que, embora recebendo pouco, não viam há muito a cor dos seus ordenados que eram, mensalmente, trasladados para os comerciantes, sem muitas vezes os desobrigar das dívidas atrasadas.

ESCOLA REGIMENTAL

Dentre os preceitos disciplinares, um dos que mais contribuíram para a formação moral do soldado foi, sem dúvida, a Escola Regimental da Companhia, sob a orientação da devotada professora normalista, Goiandira Aires do Couto, fino ornamento da sociedade goiana. A criação dessa escola foi possível, graças ao patriótico espírito de abnegação partido do coração generoso e nobre da ilustre mestra que se ofereceu para lecionar gratuitamente aos praças e seus filhos na escola que ajudaria a fundar no âmbito da caserna.

A oferta foi, de mão beijada, aceita por todos – comandante e comandados – com grande regozijo pela valiosa contribuição moral que trazia à corporação, convertendo-a em “Escola de Civismo”.

O invulgar acontecimento é de registrar-se nos anais da Polícia Militar. Fato de tamanho vulto, consistente na fundação de uma escola de alfabetização, sob a regência de uma jovem e culta professora que, desprezando afazeres lucrativos, propunha-se a educar e instruir soldados no desempenho da sagrada missão de ensinar. Apesar de a companhia não dispor de recursos financeiros para dotar uma sala de aula de meios indispensáveis, contudo, consegui, graças à cooperação do professor Francisco F. dos Santos Azevedo, diretor do Lyceu de Goiás, a doação de 20 carteiras, avariadas, fora de uso, mas perfeitamente aproveitáveis depois de consertadas na marcenaria do quartel, juntamente com um quadro negro de 150x100cm. Artigos escolares: cadernos, cartilhas, canetas, tinta, lápis etc., uns e outros foram presenteados pelas diretorias dos estabelecimentos de ensino da capital. A escola foi solenemente inaugurada, sendo a cerimônia dirigida pelo Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Hermógenes F. Coelho, ladeado pelo pre-

feito da capital, deputados, professor Ferreira, Dr. Luiz do Couto e pessoas gradas.

Efetuada a leitura da ata, fez-se a chamada dos matriculandos, seguindo-se discursos enaltecendo o acontecimento cívico e as virtudes da professora Goiandira. Nesse ambiente festivo, encerrou-se a sessão, sendo servido aos presentes lauta mesa de salgadinhos e refrigerantes. A escola subsistiu por alguns anos, sempre sob o patrocínio de sua fundadora e professora, Goiandira, cujos dotes morais jamais foram esquecidos por todos quantos tiveram o prazer de sua doce convivência.

HORTA

Sempre gostei de plantações, especialmente de hortaliças. Por isso, cogitei de preparar um terreno no quintal do quartel para a formação de uma horta. A área, embora acidentada e pedregosa, com pouco trabalho prestou-se para o plano idealizado. Formaram-se 60 canteiros para variados tipos de verduras. A direção dos trabalhos ficou a cargo do Sargento Wadjou M. Paixão, que tinha sob suas ordens 4 praças: 2 para os afazeres de irrigação dos canteiros e 2 para a colheita de estercos de animais que eram sapecados e amontoados para a formação de adubos.

Para a irrigação dos canteiros, foram construídos 3 tanques de cimento, um maior com capacidade de 3 metros cúbicos de água, captada do córrego Manoel Gomes, a 500 metros, por meio de um carneiro hidráulico. Desse tanque, o líquido era distribuído por dois outros menores e desses para um reservatório com torneira para lavagem das verduras, depois de colhidas. Quase toda a área era fechada a muros, com exceção da

frente, que era vedada por uma cerca de arame farpado de 8 fios, com 1,50m de altura, a fim de impedir a entrada de animais. Com 120 dias de existência, já se colhiam os primeiros produtos. Essa horta funcionou durante minha gestão no comando da companhia, por mais de 2 anos, com extraordinária capacidade de produção de verduras que, além de abastecer o rancho do quartel, fornecia para as famílias de oficiais e praças, gratuitamente tudo o que produzia em quantidade e qualidade.

A implantação desse melhoramento, além do lado econômico, contribuiu para melhorar a alimentação dos praças, servindo de estímulo para alguns soldados cultivarem no quintal de suas casas pequenas hortas para consumo da família e comercialização, já que obtinham gratuitamente, da horta do quartel, mudas e sementes dos legumes de suas preferências.

CAPÍTULO 7

CRISE POLÍTICA ENVOLVE A POLÍCIA MILITAR

A mudança da capital foi o assunto mais comentado e debatido pelos vila-boenses, que não se conformavam com a resolução do governo de mudar a capital do Estado para os altiplanos da cidade de Campinas.

A luta que se travou foi a mais difícil e prolongada da história da cidade. De um lado, um povo que se debatia e defendia com todo ardor de sua alma a perenidade de sua cidade, como capital; de outro lado, o governo, com toda a força de um poder discricionário, que a revolução de 1930 lhe outorgou, não via tropeços nem dava ouvidos aos reclamos populares, contrários à grande obra que projetou.

À medida que o tempo passava, as hostilidades contra a cidade cresciam na proporção em que o jornal *A RAZÃO*, de oposição ao governo, fustigava o interventor Pedro Ludovico, pelos atos prepotentes, desnecessários e injustos contra uma população indefesa. Na Assembleia Legislativa, a luta era acirrada entre os deputados da oposição e do governo, esses em maioria. As sessões, sempre agitadas, por vezes, eram interrompidas para arrefecer os ânimos exaltados dos deputados.

No comando de uma força policial, minha maior preocupação era a de preservar a disciplina da corporação, a fim de evitar que as lutas ideológicas se alastrassem no quartel; porém, minhas precauções foram frustradas. O governo com a cabeça cheia de fuxicos, que os boateiros e puxa-sacos teciam em torno dos acontecimentos políticos da capital, nomeou o 2º Tenente de polícia, Sebastião Braz de Oliveira, para o cargo de delegado especial da capital (esse oficial foi um dos muitos civis que o interventor Pedro Ludovico guindou ao posto de 2º Tenente da Força Pública, contrariando leis militares que regulavam a espécie).

Assumindo o cargo, o tenente requisitou diretamente do Comandante do Batalhão, em Goiânia, soldados e graduados para servirem diretamente sob suas ordens, na delegacia, deixando claro que os praças da minha Companhia não eram de sua confiança. Ante isso, retirei do serviço policial da cidade os meus comandados e determinei em boletim (ordem do dia) a presença de todos na revista do recolher das 21 horas, também proibindo-os de perambularem pela cidade depois das 22 horas.

Essas providências visavam a acautelar meus comandados dos atos de violência que o delegado de polícia, por meio dos seus policiais, vinha praticando, pondo em sobressalto a população ordeira de Goiás. Os desvairados militares prendiam, detinham sem justa causa na delegacia de polícia, cidadãos de ilibada reputação. Dentre os muitos atos de violência que se registraram, o assassinato de um humilde lavrador, às caladas da noite, à porta do edifício da Assembleia Legislativa foi, sem dúvida, o que mais apavorou as famílias goianas que se sentiam desprotegidas e inseguras, em face de tantas maldades. Esse crime ficou impune; a polícia não soube como foi e quem o praticou.

No dia imediato, fui procurado em minha residência por um prestigioso político local, em busca de uma providência que desse fim aos desmandos policiais. Aconselhei-o a dirigir-se ao

diretor da Segurança Pública ou ao interventor Pedro Ludovico, aos quais o delegado Sebastião Braz estava diretamente subordinado. O ambiente era estarrecedor.

Na Assembleia Legislativa, os oposicionistas, em violentos discursos, responsabilizavam o governo pela criminalidade desenfreada que a polícia praticava. Foi, pois, nesse clima de insegurança e desmandos, que o Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Hermógenes F. Coelho, sugeriu ao governo uma reconciliação com o povo de Goiás, substituindo o delegado, Tenente Braz, e desagravando o Poder Judiciário das tropelias policiais. Não obtendo êxito e sentindo-se desprestigiado, o deputado Hermógenes rompeu com Pedro Ludovico e, com ele, os deputados João Coutinho e o Dr. Luiz de Bastos, filho do prefeito da capital, Joaquim C. Bastos, que se exonerou do cargo, solidarizando-se com os dissidentes. O rompimento político dos três deputados colocou o governo em precária situação. O interventor não se deu por vencido diante do tremendo impacto político. Tomando providências imediatas, nomeou o Dr. Albatênio Godói para o cargo de prefeito de Goiás e determinou a ida urgente a Goiás de um contingente policial sob o comando do Major Arnaldo M. Sarmiento.

Essa tropa, constituída do Cap. médico, Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, tenentes Getulino Artiaga, Dianary S. Taguatinga, Antônio Remus, José Cilineu R. da Silva e 20 praças, desembarcou às 19 horas no quartel, surpreendendo a guarnição de serviço.

Não pude compreender o motivo da mobilização dessa força armada a metralhadora e fuzis. Como o seu comandante não me desse explicações de suas intenções, não quis, no momento, investigar a razão dessa “operação”, limitando-me a observar os conchavos sigilosos que o Major Arnaldo mantinha com deputados e políticos, que o procuravam.

Às 21 horas, passei em revista os praças de minha companhia e, como de costume, ao toque de debandar, determinei

a saída dos que pernoitavam fora do quartel que não puderam sair por ter o Tenente José Cilineu impedido o portão, alegando estado de prontidão na Companhia.

Irritado com a indisciplina do tenente, perguntei ao major se era sua ou do tenente a ordem de prontidão. O major vacilou, mas acabou negando. Então, mandei que o comandante da guarda desimpedisse o portão para os praças saírem. Em outras circunstâncias, eu teria castigado disciplinarmente o transgressor. Não o fiz porque a atitude hesitante do Major deixava transparecer um ardil preparado para minha substituição no comando da Companhia, mediante um atrito ocasional com o mesmo tenente.

Embora afastado dos conchavos políticos, fui informado de que se tramava uma invasão à Assembleia Legislativa para, durante a sessão, prender alguns deputados da oposição. Ciente do sinistro plano, retornei à minha residência às 2 horas da madrugada e não pude conciliar o sono, pensando em um meio de impedir a tragédia premeditada. Trajado à paisana, às 7 horas da manhã, fui a loja do deputado Hermógenes e, no seu escritório, no fundo da loja, discretamente, informei-o de tudo quanto estava tramado no diabólico plano. Nesse dia não houve sessão na Assembleia Legislativa por falta de quórum (nenhum deputado da bancada oposicionista compareceu).

No dia imediato, pela manhã, o Tenente Sebastião Braz, delegado de polícia, precipitou o acontecimento, prendendo o deputado Jacy de Assis em sua residência e não estendeu a violência a outros que estavam em sua mira pelo imediato recolhimento dos deputados ao quartel da 2ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores, onde pediram asilo político.

O contingente policial regressou a Goiânia. Nesses desencontros políticos, o interventor Pedro Ludovico saiu prestigiado pela bancada federal que lhe deu total apoio e, também, pela adesão de um deputado oposicionista residente em

Vianópolis e de dois outros da situação que estavam ausentes e retornaram à Assembleia. Com maioria no Legislativo, o governo forçou a substituição do deputado Hermógenes, na presidência, pelo deputado João D'Abreu, que assumiu a direção dos trabalhos como presidente eleito, pondo fim à grande crise política.

OUTROS ACONTECIMENTOS

Depois das ocorrências acima relatadas, quando a crise Política que abrangeu o quartel da companhia já estava quase superada, eis que dois acontecimentos surgiram: um, envolvendo o comandante da companhia, no caso, minha pessoa; o outro, um conflito muito sério entre soldados da PM e do Exército.

Quanto ao que me atingiu poderia deixá-lo de lado, isto é, não o comentar, mas vou registrá-lo para destacar a insensatez do seu incitador. Ei-lo: por determinação do Comandante do Batalhão, compareci ao gabinete de despacho do interventor Pedro Ludovico, na época, instalado, provisoriamente, num prédio sito à Rua 20, em Goiânia, onde o encontrei, ladeado do Major Atanagildo França e do secretário particular, Dr. Gomes Pereira, o interventor, com expressão austera, interrogou-me:

– Que está havendo entre o senhor e o deputado João D'Abreu?

Estranhando a indagação, que me pareceu sem fundamento, mas insinuante, respondi-lhe:

– Nada, absolutamente nada de minha parte – razão por que me pareceu justo saber o que estava acontecendo.

A resposta foi incisiva:

– Ele pediu sua transferência do Comando da Companhia em Goiás, por não lhe inspirar confiança.

Foi necessário que eu me revestisse de muita calma para ingerir o que devia dizer da leviandade do deputado que, descendo do pedestal de seu cargo, imiscuía-se em coisas fora de sua alçada. Na oportunidade, disse ao governador:

– Se, por suposto motivo, não mereço confiança do presidente da Assembleia, o mesmo não pode ocorrer a V. Excia. e ao seu governo, aos quais tenho dado sobejas provas de fidelidade. Não tenho apego ao cargo, que é de confiança; contudo, fique certo de que pode confiar muito mais em mim do que no meu gratuito desafeto.

Se o deputado João D'Abreu, presidente da Assembleia Legislativa teve intenções de fazer média com Pedro Ludovico, à minha custa, caiu no ridículo, porque não obteve apoio.

O segundo acontecimento, de ação funesta, teve seu desfecho num confronto entre soldados da 2ª Companhia do 6º Batalhão e praças do destacamento policial da capital, comandadas pelo Tenente delegado especial de polícia, Sebastião Braz de Oliveira.

Esses policiais, aliás, os mesmos dos recentes episódios policiais que envolveram a cidade num arrocho sem tréguas, foram os mais responsáveis pelo choque armado que vitimou o Cabo Gaudêncio, daquela Companhia, filho do ex-terceiro sargento da polícia, José Gonçalves Gaudêncio. A luta ocorreu às 20 horas, mais ou menos, na Praça da Matriz, no centro da cidade.

De minha residência, onde fui informado da ocorrência, dirigi-me, imediatamente, para o quartel e, chegando à mencionada praça, detive um grupo de soldados armados a fuzil e determinei que voltasse ao quartel, onde cheguei com o mesmo e ordenei ao Sargento Belarmino, encarregado do material bélico da companhia, que recolhesse todo o armamento em poder dos soldados, distribuído a mando do Tenente Sebastião Braz. Ordenei o trancamento do portão da guarda, passei a revista do

recolher das 21 horas e decretei, após, o estado de prontidão na Companhia, medida extensiva ao Tenente Braz e ao seu Destacamento. Não se conformando com as providências preventivas que tomei, o Tenente refutou-as, dizendo-me falecer autoridade para detê-lo no quartel. Alegou que, na qualidade de delegado especial de polícia da capital, não estava subordinado ao Comando da Companhia, ou melhor, ao meu comando. Disse-lhe: “Se você possuísse formação moral e militar, eu discutiria esse assunto de forma diferente; porém, o momento não comporta controvérsia. Houve um crime militar, no qual você e praças da sua delegacia estão envolvidos; a esse crime junte-se outro de caráter mais grave: a tentativa de amotinar a Companhia, armando praças a fuzil, mandando-os para as ruas. Todos vocês serão indiciados no inquérito a ser aberto pela justiça militar; daí por que você, Tenente, perdeu sua autoridade. Por isso eu o destituo do cargo, até que o Interventor Pedro Ludovico resolva o caso”.

Depois das 22 horas, fui ao telégrafo e expedi um telegrama ao interventor, pondo-o a par dos acontecimentos. Nessa repartição, fui atendido pelo telegrafista de plantão, Benedito T. de Azevedo que, gentilmente, conduziu-me a sala de transmissões, ajudou-me a redigir o texto do despacho e o transmitiu ao interventor, na cidade de Rio Verde. Dois outros telegramas foram passados: um para o Diretor da Segurança Pública; e outro ao comandante da Polícia Militar, em Goiânia. De volta, passei no quartel da 2ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores. O portão da guarda estava fechado. Pedi notícias do Cabo Gaudêncio, sendo informado pelo sentinela de que ele falecera. Retornando ao quartel às 24 horas, passei o resto da noite sem dormir.

Na manhã seguinte, deixei o quartel para tomar café em casa de minha sogra, quando tive notícias pormenorizadas do falecimento do Cabo Gaudêncio, pelo meu cunhado médico, Dr. Tasso Camargo, que tomou parte na junta médica convocada

pelo facultativo da Companhia, em busca de uma solução para o paciente agonizante.

Ao comando da 2ª Companhia, enviei ofício de pesar, repudiando o brutal conflito que vitimou o Cabo Gaudêncio, apelando para que o lutuoso acontecimento não interrompesse os laços de camaradagem que sempre uniram as duas corporações, traumatizadas pelos inconsequentes acontecimentos, cujos culpados, a justiça militar saberia punir. À tarde desse mesmo dia, recebi longo telegrama do interventor Pedro Ludovico, que aprovou todas as providências que tomei e determinou o recolhimento urgente, à sede do Batalhão, do Tenente Sebastião Braz e praças do destacamento que seriam substituídos por outros. Informou, também, a nomeação de um oficial do Exército designado pelo Comandante da Região Militar para instaurar inquérito policial militar. No mesmo boletim (ordem do dia) em que transcrevi o telegrama acima, determinei que o Tenente Sebastião Braz e os praças retornassem a Goiânia, no dia imediato, no ônibus da empresa Baiocchi. Designei o Tenente Almiro, contador da Companhia, para responder pelo expediente da delegacia de polícia até que fosse nomeado outro titular para o cargo, ocorrência que comuniquei ao Diretor da Segurança Pública.

Para substituir o Tenente Sebastião Braz, foi nomeado delegado da capital, o 1º Tenente Dianary S. Taguatinga, que assumiu o exercício do cargo e pôs fim aos desatinos policiaiscos na cidade. Alguns dias depois, chegou a Goiás o capitão encarregado de presidir o inquérito policial militar, vindo da 2ª Região Militar, acompanhado de um tenente que funcionou como escrivão. Foram ouvidos os comandantes das duas corporações, isto é, eu, na qualidade de comandante da 1ª Companhia da Polícia Militar, e o Capitão do Exército Eduardo C. Bastos, comandante da Companhia (2ª) do 6º BC,

seguindo-se depois as diligências, sendo ouvidos os praças da mesma companhia, envolvidas no conflito.

Prosseguindo as inquirições policiais, o encarregado do inquérito transportou-se para Goiânia, onde tomou os depoimentos do Tenente Sebastião Braz e dos praças arrolados no processo, detidos na sede do Batalhão à disposição da Justiça Militar.

Finalizando este relato de triste lembrança, quero destacar que jamais tive conhecimento dos resultados das investigações policiais militares do processo que, na época, causou muita celeuma, mas ficou na estaca zero.

CAPÍTULO 8

NA CHEFIA DO GABINETE MILITAR

Em outubro de 1937, fui substituído no comando da 1ª Companhia pelo Capitão Luís Argenta, para assumir interinamente a Chefia do Gabinete Militar do Interventor do Estado, no impedimento do titular, Capitão Benedito S. Albuquerque que, temporariamente, assumiu o Comando do Batalhão para apurar atos indisciplinares envolvendo o comando da referida unidade.

Minha nomeação não importou na desclassificação do comando daquela Companhia, motivo pelo qual não transferei minha família para Goiânia. À frente do mencionado Gabinete, de início, senti que não me ambientava com os encargos que eram mais civis do que militares, seguindo a mesma rotina do meu antecessor. O Gabinete, ou melhor, a “Casa Militar”, como era chamada, constituía-se de uma única sala mal decorada e mobiliada, onde trabalhavam o chefe, um sargento datilógrafo e dois praças que faziam o serviço de estafetas. O expediente tinha horário integral, isto é, funcionava, mesmo não tendo serviço, o período que o interventor permanecia no Gabinete de Despachos. Diariamente, publicava-se um boletim no qual eram transcritos todos os atos do Poder Executivo que interessavam à Polícia Militar. No curto período de minha gestão no cargo, tive

ocasião de sentir quão deficiente era o Batalhão de Polícia para atender aos serviços policiais, quer da capital, quer dos municípios do interior do Estado, que absorviam mais de 60% do efetivo da corporação.

Para sanar essa lacuna, só havia uma possibilidade: criar novas unidades. No entanto, o governo não era partidário dessa medida para não sobrecarregar o orçamento do Estado, já onerado com as obras da construção de Goiânia. Apesar desse impasse, uma providência era reclamada, com urgência, pois, deficitária de elementos, a Polícia Militar não tinha condições de acompanhar a evolução progressiva do Estado com a criação de novos municípios e maiores encargos para a tropa. Ante isso, eu me propus a organizar um mapa, dividindo a Polícia em dois Batalhões de Infantaria, com efetivos incompletos. À época, o primitivo Batalhão de Polícia compunha-se de três companhias de Infantaria, uma de Metralhadoras Mistas, uma Companhia Isolada, destacada na cidade de Pedro Afonso e um pelotão extranumerário.

Subdividindo as subunidades do Batalhão e com mais um acréscimo de vinte por cento no efetivo da unidade, projetei a criação do Comando Geral e dois Batalhões de Infantaria: o primeiro com duas Companhias de Fuzileiros, uma de Metralhadoras Mistas e um Pelotão extranumerário, com sede na capital; o segundo Batalhão, sediado na cidade de Rio Verde, com duas Companhias de Infantaria, de efetivos reduzidos; e, por organizar-se, a Companhia de Metralhadoras Mistas e o pelotão extranumerário. O primeiro Batalhão, com 20 oficiais, 3 aspirantes a oficial e 344 praças; o segundo Batalhão com 11 oficiais, 2 aspirantes a oficial e 172 praças; a Companhia Isolada, com 7 oficiais, 1 aspirante a oficial e 89 praças. O Comando-Geral, com 3 oficiais.

MAPA PRIMITIVO DA POLÍCIA MILITAR EM REORGANIZAÇÃO

1 Cel. Comandante Geral	COMANDO-GERAL
1 Ten. Cel. Chefe do F. Maior	
1 M. Chefe do G. Militar	
1 Major Comandante	1º BATALHÃO
7 Capitães	
5 1º s. Tenentes	
7 2º s. Tenentes	
3 Aspirantes a Oficial	
344 Praças	
1 Major Comandante	2º BATALHÃO
4 Capitães	
3 1º s. Tenentes	
3 2º s. Tenentes	
2 Aspirantes a Oficial	
172 Praças	
1 Capitão Comandante	COMPANHIA ISOLADA
3 1º s. Tenentes	
3 2º s. Tenentes	
1 Aspirante a Oficial	
89 Praças	
41 Oficiais	TOTAL
6 Aspirantes a Oficial	
605 Praças	

O mapa acima, acompanhado das relações atinentes as organizações das unidades, em projeto, foram entregues ao interventor, Dr. Pedro Ludovico, para estudo.

NO SUBCOMANDO DO BATALHÃO

Na segunda quinzena do mês de novembro de 1937, fui dispensado do cargo de chefe do Gabinete Militar, para assumir, interinamente, o subcomando do Batalhão. Essa nova atribuição concorreu para que eu me transferisse com a família, definitivamente, para a sede da Corporação, ainda acantonada no bairro de Campinas. Por isso, em 31 de dezembro, comprei do Sr. Randolfo de Moraes Barbosa a mesma casa em que havia residido em 1934, quando delegado especial de polícia do mencionado bairro, com jurisdição na cidade de Goiânia, em construção. O imóvel em que residi por mais de duas décadas, está edificado na Rua Senador Moraes Filho, na época, adquirido por cinco contos de réis, com escritura de compra e venda lavrada no cartório do 1º Ofício de Campinas. Posteriormente, adquiri do Patrimônio da Igreja N. Sra. da Conceição toda a área de terreno do mencionado imóvel pela quantia de sessenta e três mil e seis cruzeiros.

Acantonado em prédios particulares, durante quase dois anos, encontrei o Batalhão numa fase difícil, pelo precário estado de suas instalações, que não tinham as mínimas condições higiênicas, pondo em risco a saúde dos soldados e acarretando enormes prejuízos materiais, sobretudo ao armamento, por falta de instalações adequadas. Além das anomalias que traziam embaraços à administração, havia outras mais graves: os praças não recebiam uniformes regularmente porque o Estado não os adquiria.

Nos serviços, nas formaturas, revistas etc., seus componentes apresentavam-se com fardamento roto e remendado; gritante irregularidade que o comando do corpo não tinha condição de corrigir.

Essas anormalidades eram reflexo da mudança precipitada do Batalhão para Campinas, agravadas por falta de verbas que eram desviadas para a construção de Goiânia, em detrimento das mais primárias necessidades da corporação. A situação era lastimável.

Analizando esse quadro contristador, que ainda sobrevive na memória dos poucos militares policiais daquela época, esclareço que os presidentes de Goiás, antes da revolução de 1930, dispensavam à Força Pública mais atenção e amparo do que o governo que aquela revolução implantou. Em 1929, a Força Pública tinha o efetivo de 752 homens distribuídos em cinco Companhias de Infantaria e um piquete de capturas, com quarenta oficiais e setecentos e doze praças. Não obstante o grande efetivo de homens, animais de cela e tração, quando o Estado ainda arrecadava a bagatela de três a quatro mil contos de réis por ano, a Força Pública jamais teve os estipêndios dos seus servidores em atraso, como também não faltou fardamento às praças, que o recebia quatro vezes ao ano, e verbas para sua sobrevivência.

Entretanto, após um decênio, no sistema de um novo governo, a mesma Força Pública, com o efetivo reduzido a quarenta por cento, quando as finanças do Estado subiram a mais de quatrocentos por cento, o Poder Público não enxergava a sua Polícia Militar maltrapilha, jogada ao léu, alojada em pardieiros imundos e desprovida de todos os recursos para sua manutenção condigna. É estarrecedor rever o quadro passado, onde a má vontade com a Polícia Militar tocava as raias da humilhação. Por incrível que pareça, a corporação não tinha independência administrativa, chegando ao absurdo de uma repartição civil (Departamento Central de Compras do Estado de Goiás) reduzir

à revelia do comando da Corporação Militar os pedidos de materiais etc. Foi diante desse quadro contrastante que assumi o subcomando interino do Batalhão.

A Polícia Militar não tinha um estatuto atualizado. Em 1932, o Tenente-Coronel Salomão C. de Faria, seu então Comandante, constituiu uma comissão de 4 oficiais para elaborar novo estatuto, em substituição ao existente, que vigorava na Corporação desde 1925. Essa comissão, de que fiz parte, não alcançou o seu objetivo. Dissolveu-se no início dos trabalhos, pelo deslocamento dos seus componentes para funções policiais, no interior do Estado, continuando em vigor o velho regulamento da antiga Força Pública. Mais tarde, por força da Lei n.º 192, de 17/01/1934 (Lei Dep. Pe. Arruda Câmara), as polícias militares do Brasil foram enquadradas como forças auxiliares do Exército Nacional e, conseqüentemente, a Polícia Goiana adotou o Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG), em vigor nos corpos de tropa do Exército, estatuto esse que enfeixava, num só volume, as partes doutrinária, administrativa, instrutiva e disciplinar daquela Instituição Nacional, algumas dessas partes adaptáveis à nossa Corporação. Todavia, o RISG – citado, editado na Imprensa Nacional, com edição sempre esgotada, de difícil aquisição, não era conhecido pela maioria dos oficiais. Eram poucos os que o possuíam. Foi, pois, diante desse impasse que eu e o Capitão Hermílio C. Rodrigues, contador tesoureiro do Batalhão, propusemo-nos a elaborar o Regulamento Geral da Polícia, a exemplo das polícias mineira, gaúcha e paulista, que fizeram os seus regulamentos e nos forneceram um exemplar que tomamos por modelo. O trabalho de compilação, interpretação e adaptação dos textos desses estatutos ao nosso despretensioso regulamento, era moroso, porém, constante.

Como subcomandante, encarei a crise que o Batalhão atravessava. Resolver os seus múltiplos problemas foi a tarefa

a que me propus, não só pelo amor à Corporação, mas pelo dever de responsabilidade que me cabia, em função do cargo. Uma tropa acantonada (caso do Batalhão), via de regra, perde o controle administrativo e disciplinar. Acantonamento é a disposição de uma tropa fora do quartel, em situação diversa. E, nessa circunstância, a ação de comando deve ser mais enérgica e atuante.

Essa regra de doutrina militar, por motivos óbvios, não era observada, resultando daí as anormalidades administrativas da Corporação. Não tive a veleidade de sobrepor-me à autoridade do comandante, embora fosse sua a tarefa que me propus cumprir, mas no subcomando do Batalhão, não podia permitir que as coisas continuassem como estavam: “carro diante dos bois”. Alguma coisa precisaria ser feita para levantar o moral da Corporação e normalizar sua administração, fatores que vinham escapando paulatinamente das mãos do comando.

A causa fundamental desses desencontros foi, sem dúvida, a precipitação da mudança do Batalhão para Goiânia. Na reunião convocada pelo comandante Salomão para discutir o assunto, eu me bati contra a ideia, por julgá-la prematura, e o fiz porque antevi as dificuldades que a tropa teria que enfrentar, a exemplo do que aconteceu com o 6º Batalhão de Caçadores, quando de sua mudança da capital do Estado, em julho de 1922, para a cidade de Ipameri, onde ficou acantonado por espaço de seis meses, enquanto se construía o quartel e, nesse período, sofreu profundos abalos administrativos e disciplinares. Como Ipameri, a cidade de Campinas não tinha condições de aquartelamento da tropa, e o resultado dessa extemporânea medida levou a Corporação a uma situação difícil.

Por incrível que pareça e evidente semelhança, eis o que aconteceu aos dois chefes militares que comandaram as mudanças das sedes de suas unidades: Major de Exército Nacional, Adelino de Goyacurus Pyranema e Cel. PM Salomão Clementino de Faria: o primeiro, em Ipameri, foi destituído do comando por força de um inquérito policial militar e transferido do 6º BC; o segundo, depois de responder por um inquérito administrativo no Batalhão, foi obrigado a transferir-se para a inatividade.

Normalizar a administração do Batalhão e corrigir as distorções disciplinares não era tarefa difícil, mas requeria dos elementos responsáveis por sua direção mais desvelo no cumprimento dos seus deveres. Partindo desse preceito, proibiu-se a saída da banda de música para tocar em festividades do interior do Estado, mesmo sob contratos remunerados, cujas quantias não cobriam as despesas de consertos nos instrumentos que se avariavam nas viagens de caminhão. Por outro lado, a medida punha fim às bebedeiras de músicos que se embriagavam e ofereciam espetáculos deprimentes, prejudicando o bom nome da Corporação. O material bélico requeria cuidado especial. O armamento jazia amontoado nos cantos das paredes, desleixadamente, estragando-se por falta de limpeza e lubrificação.

Para esse problema, não havia solução imediata, porque os cabides de madeira (suporte dos fuzis “mauser”) não foram baldeados quando da mudança do Batalhão. A celeridade da mudança e o mau acondicionamento do material dos arquivos da Secretaria, Sala das Ordens, Intendência, Almoxarifado e outros, importou em perdas irrecuperáveis ao patrimônio histórico da Polícia Militar. O Batalhão acantonado há mais de um ano, não dispunha de um corpo de guarda para prisão disciplinar;

essa falha muito grave contribuía para a impunidade dos transgressores, useiros e vezeiros da indisciplina. Finalmente, tudo quanto estava ao alcance do comando, paulatinamente, foi corrigido. As providências que dependiam do governo foram solicitadas por meio de minucioso relatório no qual se destacou a necessidade inadiável do aquartelamento da tropa.

Diante da precária situação, era necessário que o interventor viesse a Campinas para conhecer as condições deploráveis da moradia dos soldados em pardieiros anti-higiênicos, e dessa inspeção partisse para uma solução imediata.

Em 15 de novembro, organizamos um programa festivo. A primeira parte realizou-se pela manhã, com a presença do interventor que, após as solenidades militares, examinou atentamente as instalações do Batalhão. No coquetel que lhe foi servido no gabinete do Comando, no edifício da ex-prefeitura, Sua Excelência revelou o propósito de solucionar a curto prazo todas as reivindicações da Corporação e adiantou que estava em acabamento, nas imediações do futuro quartel, seis casas padronizadas do Estado para abrigar o Batalhão, até o término das obras do mencionado quartel. Disse dos seus projetos de dotar a Polícia Militar de maior efetivo de pessoal e material. A segunda parte do programa constou de um bem preparado churrasco oferecido aos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo do Estado, em aprazível local, às margens do Rio Meia Ponte, falando em nome da Corporação o Cap. médico, Dr. Vasco dos Reis Gonçalves. Respondeu o Dr. Pedro Ludovico Teixeira agradecendo a homenagem e terminou suas breves palavras reiterando seus propósitos de melhorar o padrão moral e material da PM.

As seis casas prometidas pelo interventor foram ocupadas pelo Batalhão ainda no exercício de 1937. Esses imóveis,

embora não fossem espaçosos, eram, contudo, bem acabados e confortáveis; localizavam-se numa área nas imediações do quartel em construção, no setor norte da cidade, onde, mais tarde, formou-se pequena vila militar.

Numa dessas casas, depois da transferência do Batalhão, definitivamente, para o quartel, funcionou a escola primária de alfabetização dos filhos dos nossos soldados, tendo por professora a normalista dona Benedita, esposa do Sargento Adão Camilo. Posteriormente, essa escola foi subvencionada pela Secretaria de Educação, que a desdobrou em dois turnos com mais professoras, funcionando em caráter precário, nas mesmas casas em que se acantonara a Polícia Militar.

CAPÍTULO 9

FIXAÇÃO DO NOVO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR CRIAÇÃO DO COMANDO-GERAL

O anteprojeto que apresentei ao Interventor do Estado, quando de minha curta permanência na chefia interina do Gabinete Militar, visando ao desdobramento da Polícia Militar em dois Batalhões de Infantaria de efetivos reduzidos, foi elaborado tomando-se por modelo o Regimento de Infantaria do Exército Nacional, unidade que tinha por Comandante um Coronel de Estado-Maior, órgão que supervisionava 3 Batalhões comandados por Major e subcomandados por Capitães. Foi partindo desse projeto que o Governo, depois de examiná-lo, resolveu, a 17 de janeiro de 1938, baixar o Decreto-Lei que transcrevo na íntegra:

“Decreto Lei n.º 208, de 17 de janeiro de 1938”

O Interventor Federal, neste Estado, considerando que a Polícia Militar do Estado, para maior eficiência, necessita de modificações;

Considerando que a prática vem demonstrando a necessidade de melhor distribuição de força no Norte do Estado, e aten-

dendo a que a remuneração dos oficiais da Polícia Militar não corresponde ao papel que desempenham no seio da sociedade;

Atendendo a que, modernamente, as Forças Armadas representam um fator importante na garantia da paz;

Atendendo a que uma remuneração de acordo com o meio e imprescindível à independência e integridade da classe militar e,

Considerando que a época é de remodelação e reconstrução;

DECRETA:

Artigo 1º - A Polícia Militar do Estado terá para o exercício de 1938, o efetivo de 41 oficiais e 611 praças de pré, distribuídos em dois Batalhões, sendo um com sede na capital do Estado, composto de duas Companhias de Infantaria: uma Companhia de Batalhão com sede na cidade de Rio Verde, composto de duas Companhias de Infantaria, uma de Metralhadoras Mistas e um Pelotão extranumerário, os dois últimos sem efetivo e mais uma Companhia Isolada com sede na cidade de Pedro Afonso, tudo de acordo com os quadros anexos.

§ 1º - A essas Companhias incumbe mediante ordem da Diretoria Geral da Segurança Pública, o provimento dos elementos necessários ao policiamento dos municípios compreendidos naquela região.

§ 2º - O Poder Executivo poderá designar para qualquer das companhias do segundo Batalhão outra cidade do Estado para sua sede, quando assim o exigirem os interesses da administração.

Art. 2º - A Polícia Militar terá muares necessários às subunidades, e os cavalos para a montaria dos oficiais.

Art. 3º - As subunidades, com exceção da Companhia de Metralhadoras Mistas, terão uma viatura de duas rodas, tipo requisição, a dois animais.

Art. 4º - Em caso de necessidade, poderá o Poder Executivo aumentar o número de praças de pré em qualquer ou em todas as Companhias da Polícia Militar, devendo, porém, os elementos que constituírem o aumento ser licenciados, cessados os motivos que determinarem a medida.

Parágrafo único - Para ocorrer ao pagamento das despesas oriundas desse aumento, poderá o Poder Executivo abrir o necessário crédito.

Art. 5º - A Polícia Militar é armada a Fuzil "Mauser", modelo 1908, fuzil metralhador e metralhadoras pesadas e leves "Hotchkiss" de acordo com a dotação regular das unidades similares do Exército.

Art. 6º - Os vencimentos dos oficiais são os constantes da tabela 1.

Art. 7º - Os aspirantes quando exercerem funções de oficiais subalternos, terão direito às vantagens a esses atribuídos.

Art. 8º - Os oficiais que já concorreram para o Montepio Federal ficam dispensados do Estadual.

Art. 9º - Os praças de pré perceberão os vencimentos constantes da tabela 2.

Parágrafo único - A etapa diária dos praças de pré será de 3\$500 – três mil e quinhentos réis – com exceção dos soldados que servem na Companhia do norte do Estado, que terão 2\$500 - dois mil e quinhentos réis.

Art. 10 - Dentro da atual tabela de vencimentos da Polícia Militar já estão incorporadas as vantagens das letras "a" e "b" do artigo 1º da Lei n.º 17, de 9 de novembro de 1935, e que o § 2º do mesmo artigo da Lei lhe concede.

Art. 11 - Com o funeral dos oficiais poderá o Poder Executivo despendar até 300\$000 e com o dos praças de pré até 150\$000.

Art. 12 - O fardamento dos praças será abonado de acordo com a tabela nº 3.

Art. 13 - Em tudo mais que disser respeito a abono de vencimentos e vantagem aos oficiais e praças da Polícia Militar, serão observadas as normas estabelecidas pela Lei n.º 23, de 19 de novembro de 1935.

Art. 14 - Os vencimentos de aspirantes a oficial serão constituídos de soldo e gratificação, devendo a etapa ser incorporada ao soldo e a gratificação, de conformidade com o parágrafo único do artigo 1º, da Lei n.º 23, de 19.11.1935.

Art. 15 - Uma das companhias do 2º Batalhão de Infantaria será destacada numa das cidades do norte do Estado.

Parágrafo único - Essa cidade bem como os municípios que constituirão as circunscrições de cada batalhão, ou companhia serão indicados pela Diretoria Geral da Segurança Pública.

Art. 16º - Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. Palácio da Interventoria Federal, em Goiânia, 17 de janeiro de 1938, 50º da República”.

Dr. Pedro Ludovico Teixeira
João Teixeira Álvares Júnior

ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES

COMANDO GERAL

- 1 - Coronel-Comandante Geral
- 1 - Tenente-Coronel Assistente – Chefe do Estado-Maior
- 1 - Major Chefe de Casa Militar

1º BATALHÃO DE INFANTARIA – ESTADO-MAIOR

- 1 - Major Comandante
- 1 - Capitão Subcomandante
- 1 - Capitão Ajudante (pelotão extranumerário)

- 1 - Capitão Médico
- 1 - Capitão Almoхарife Pagador
- 1 - 1º Tenente Farmacêutico
- 1 - 1º Tenente Dentista
- 1 - 2º Tenente Veterinário
- 1 - 2º Tenente Aprovisionador
- 1 - 2º Tenente das Transmissões
- 1 - 2º Tenente Mestre de Música

1ª COMPANHIA DO 1º B. I. (TROPA)

- 1 - Capitão Comandante
- 1 - 1º Tenente Comandante do 1º Pelotão
- 1 - 2º Tenente Comandante do 2º Pelotão
- 1 - Aspirante a Oficial
- 1 - Subtenente
- 1 - 1º Sargento
- 2 - 2ºs Sargentos
- 6 - 3ºs Sargentos
- 6 - 1ºs Cabos
- 6 - 2ºs Cabos
- 43 - Soldados
- 4 - Soldados Sinaleiros
- 2 - Soldados Sapadores
- 2 - Soldados Corneteiros
- 3 - Soldados Condutores
- 1 - Soldado Ordenança
- 1 - 3º Sargento Furriel
- 1 - 2º Cabo Material Bélico
- 1 - Soldado Auxiliar
- 2 - Soldados de Rancho
- 1 - Soldado Sapateiro
- 1 - 1º Cabo Furriel

RESUMO:

Oficiais	03
Aspirantes	01
Subtenentes	01
Sargentos	10
Cabos	14
Soldados	61
TOTAL	90

2ª COMPANHIA

Essa Companhia tem a mesma organização da 1ª Companhia, com o efetivo de:

3 - Oficiais
1 - Aspirante
1 - Subtenente
10 - Sargentos
14 - Cabos
61 - Soldados
TOTAL 90

COMPANHIA DE METRALHADORAS MISTAS

1 - Capitão Comandante
1 - 1º Tenente da 1ª Seção
1 - 2º Tenente da 2ª Seção
1 - Aspirante a Oficial
1 - Subtenente
1 - 1º Sargento
2 - 2ºs Sargentos
3 - 3ºs Sargentos
3 - 1ºs Cabos

1 - 2º Cabo
2 - Soldados Telemetristas
20 - Soldados Condutores
30 - Soldados Especialistas
2 - Soldados Sinaleiros
1 - Soldados Sapadores
2 - Soldados Corneteiros
1 - Soldado Ordenança

RESUMO

1 - 2º Cabo Material Bélico
1 - 2º Cabo Furriel
1 - Soldado Auxiliar
2 - Soldados Rancho
1 - Soldado Sapateiro
1 - Soldado Ferrador
3 - Oficiais
1 - Aspirante
1 - Subtenente
1 - Sargentos
2 - Cabos
68 - Soldados
1 - Cabo Armeiro
3 - Soldados Armeiros
TOTAL 86

PELOTÃO EXTRANUMERÁRIO DO 1º B. I.

1 - Subtenente
1 - Sargento Ajudante
1 - Sargento Ajudante Contra-Mestre de Música
12 - 1ºs Sargentos Músicos

14 - 2^{os} Sargentos Músicos
20 - 3^{os} Sargentos Músicos
1 - 2^o Cabo Telegrafista
5 - Soldados Telefonistas
1 - 2^o Cabo Radiotelegrafista
3 - Soldados Radiotelegrafistas
1 - 2^o Cabo Sinaleiro
4 - Soldados Sinaleiros
1 - 2^o Cabo Sapador
3 - Soldados Sapadores
2 - Soldados Ordenanças
1 - 1^o Cabo Corneteiro
1 - 2^o Cabo de Saúde
8 - Soldados Condutores
1 - 1^o Sargento Arquivista
1 - 2^o Sargento das Transmissões
1 - 3^o Sargento Furriel
1 - 2^o Cabo Furriel
1 - 1^o Cabo Material Bélico
1 - Soldado Auxiliar
1 - Soldado de Rancho
1 - 2^o Cabo Armeiro
1 - Soldado Carpinteiro
1 - Soldado Sapateiro
1 - Soldado Ferrador

RESUMO

1 - Subtenente
5 - Sargentos
46 - Músicos

9 - Cabos
29 - Soldados
TOTAL 90

2^o BATALHÃO DE INFANTARIA (ESTADO-MAIOR)

1 - Major Comandante
1 - Capitão Subcomandante
1 - Capitão Ajudante
1 - 1^o Tenente Médico
1 - 2^o Tenente Farmacêutico

TROPA - 1^a COMPANHIA DO 2^o B. I.

1 - Capitão Comandante
1 - Aspirante a Oficial
1 - 1^o Tenente Comandante do 1^o Pelotão
1 - 2^o Tenente Comandante do 2^o Pelotão
1 - Subtenente
1 - 1^o Sargento Ajudante
1 - 1^o Sargento
2 - 2^o Sargentos
6 - 3^o Sargentos
6 - 1^o Cabos
6 - 2^o Cabos
42 - Soldados
4 - Soldados Sinaleiros
1 - Soldados Sapadores
2 - Soldados Tambores Corneteiros
3 - Soldados Condutores
1 - Soldado Ordenança
1 - 3^o Sargento Furriel

1 - Cabo Furriel
1 - Cabo Material Bélico
1 - Soldado Auxiliar
2 - Soldados de Rancho
1 - Soldado Sapateiro

RESUMO

3 - Oficiais
1 - Aspirante
1 - Subtenente
11 - Sargentos
14 - Cabos
60 - Soldados
TOTAL 90

A 2ª Companhia tem idêntica Organização da 1ª. A Companhia de Metralhadoras e o Pelotão Extranumerário (sem efetivos)

COMPANHIA ISOLADA DE PEDRO AFONSO

1 - Capitão Comandante
1 - 1º Tenente Fiscal
1 - 1º Tenente Comandante do 1º Pelotão
1 - 2º Tenente Comandante do 2º Pelotão
1 - 1º Tenente Médico
1 - 1º Tenente Farmacêutico
1 - 2º Tenente Aprovisionador Almoхарife e Pagador
1 - Aspirante a Oficial
1 - Subtenente
1 - Sargento Ajudante
1 - 1º Sargento Arquivista

2 - 2º Sargentos
1 - 2º Sargento das Transmissões
1 - 2º Sargento Enfermeiro
7 - 3º Sargentos
1 - 3º Sargento Furriel
1 - 3º Sargento Material Bélico
5 - 1º Cabos
1 - 1º Cabo Furriel
5 - 2º Cabos
1 - 2º Cabo Material Bélico
1 - 2º Cabo de Saúde
1 - 1º Cabo Corneteiro
41 - Soldados
4 - Soldados Sinaleiros
2 - Soldados Sapadores
4 - Soldados Condutores
1 - Soldado Ordenança
1. Soldado Auxiliar
2. Soldados de Rancho
1 - Soldado Sapateiro
3 - Soldados Tambores Corneteiros

RESUMO

7 - Oficiais
1 - Aspirante a Oficial
1 - Subtenente
15 - Sargentos
14 - Cabos
59 - Soldados
TOTAL 97

MAPA DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR FIXADO
PELA LEI N.º 208, DE 17 DE JANEIRO DE 1938

1 Cel. Comandante Geral	COMANDO-GERAL
1 Ten. Cel. Chefe do F. Maior	
1 M. Chefe do G. Militar	
3 Soma	
1 Major Comandante	1º BATALHÃO DE INFANTARIA
1 Cap. Subcomandante	
6 Capitães	
5 1ºs Tenentes	
7 2ºs Tenentes	
3 Aspirantes a Oficial	
23 Soma	
344 Praças	
370 Total	
1 Major Comandante	2º BATALHÃO DE INFANTARIA
1 Cap. Subcomandante	
3 Capitães	
3 1ºs Tenentes	
3 2ºs Tenentes	
2 Aspirantes a Oficial	
13 Soma	
172 Praças	
185 Total	COMPANHIA ISOLADA
1 Cap. Comandante	
3 1ºs Tenentes	
3 2ºs Tenentes	
1 Aspirante a Oficial	
8 Soma	
89 Praças	
97 Total	TOTAL PARCIAL
41 Oficiais	
6 Aspirantes a Oficial	
605 Oficiais	TOTAL GERAL
652 Estado Efetivo	

TABELA DE VENCIMENTOS N.º 1
DECRETO-LEI N.º 208 DE 17/01/1938

POSTOS	SOLDO	GRAT.	TOTAL
CORONEL			
TENENTE-CORONEL	733\$334	366\$666	1.100\$000
MAJOR	600\$000	300\$000	900\$000
CAPITÃO	533\$332	266\$668	800\$000
1º TENENTE	466\$666	233\$334	700\$000
2º TENENTE	400\$000	200\$000	800\$000

TABELA N.º 2
VENCIMENTOS DAS PRAÇAS

GRADUAÇÕES	SOLDO	GRAT.	TOTAL
ASP. A OFICIAL	320\$000	160\$000	480\$000
SUBTENENTE	163\$332	81\$668	245\$000
SARGENTO AJUDANTE	143\$332	71\$668	215\$000
1º SARGENTO	136\$666	68\$334	205\$000
2º SARGENTO	130\$000	65\$000	195\$000
3º SARGENTO	123\$334	61\$666	185\$000
1º CABO	70\$000	35\$000	105\$000
2º CABO	63\$334	31\$666	95\$000
SOLDADO TAMBOR CORN.	56\$666	28\$334	85\$000
SOLDADO (SUL)	50\$000	25\$000	75\$000
SOLDADO (NORTE)	40\$000	20\$000	60\$000

A fixação do efetivo da Polícia Militar em dois Batalhões, contribuiu para a instituição do Comando-Geral, órgão centralizador de controle geral dos atos administrativos, instrutivos e disciplinares da Corporação, subordinado, diretamente, ao

Chefe do Executivo. A Lei detalhando, pormenorizadamente, as composições e os efetivos das novas unidades não o fez quanto ao Comando-Geral, embora estipulasse seu órgão de comando, no mapa geral: Coronel Tenente, Coronel Assistente e Major Chefe da Casa Militar.

Quanto aos batalhões e subunidades estruturados, a movimentação da tropa para servir nessas unidades gerou problemas complexos, mas solucionados, paulatinamente, de acordo com os meios disponíveis.

O 2º Batalhão já se encontrava ativado para instalar-se em Rio Verde quando o Governo, pelo Decreto-Lei n.º 324, de 08 de fevereiro, transferiu-o para Pedro Afonso e criou em Rio Verde, uma Companhia Isolada. Diante dessa alteração, foi mandado para Rio Verde um contingente de 20 praças, para a formação da Companhia Isolada que se efetivaria com todos os elementos da Polícia Militar destacados no Sudoeste do Estado.

Em 28 de maio de 1938, o interventor federal, pelo Decreto-Lei n.º 763, abriu um crédito extraordinário na importância de quarenta contos e quinhentos mil réis destinada a fazer face às despesas resultantes da instalação do 2º Batalhão, em Pedro Afonso.

O atraso na liberação dessa verba, pela Secretaria de Finanças do Estado e as inúmeras dificuldades do transporte do pessoal e material concorreram para o retardamento da instalação do Batalhão naquela sede o que ocorreu, salvo engano, na segunda quinzena do mês de setembro.

Para o exercício de 1939, a Polícia Militar foi fixada pelo Decreto-Lei nº 1.498, de 30 de dezembro de 1938, em 41 oficiais e 649 praças de pré distribuídos em dois Batalhões: um com sede na Capital e outro na cidade de Pedro Afonso, uma companhia Isolada na cidade de Rio Verde e mais um quadro de sargentos escreventes no Comando-Geral. Nesse mesmo Decreto-Lei, Art.

6º, Parágrafo Único, o Governo estipulou uma gratificação de 500\$000 para os Oficiais do Exército que serviam em comissão na Polícia Militar se fossem subalternos e a de seus postos no Exército, se Capitães ou Oficiais Superiores.

COMANDANTES DAS NOVAS UNIDADES

Os Batalhões 1º e 2º e a Companhia Isolada de Rio Verde que se compuseram de conformidade com os efetivos da Lei n.º 208, tiveram por comandantes: 1º Batalhão – Major Agenor F. Santiago, que não assumiu o comando por estar a serviço no interior do Estado; o 2º Batalhão – Major Benedito A. M. e Cunha, que instalou sua unidade em Pedro Afonso, depois de longa viagem com número reduzido de oficiais; a companhia Isolada de Rio Verde – Capitão Walfredo C. Maia, que instalou a sede provisória da Companhia no velho edifício onde funcionou o Colégio Novais.

O centenário Batalhão de Polícia, que possibilitou a formação das novas unidades, continuou aquartelado na Capital do Estado, com novo título: “Primeiro Batalhão de Infantaria”. Além do grande acervo de serviço que lhe sobreveio, tinha, sob sua guarda, a conservação do velho e histórico arquivo da legendaria Força Pública do Estado de Goiás. O 1º Batalhão, embora com efetivo reduzido, destacou elementos para a constituição do quartel do Comando-Geral, atendendo a imperiosa necessidade de sua função. Na ausência do titular efetivo, Major Agenor P. Santiago, assumiu, na qualidade de Subcomandante, as funções do Comando.

NO COMANDO INTERINO DO 1º BATALHÃO

O 1º Batalhão, recém-criado, tinha organização completa, mas seu efetivo era insuficiente para atender aos encargos onerosos dos serviços afetos a sua alçada na capital do Estado.

Ao assumir, interinamente, o Comando, fiz um balanço dos praças componentes da unidade e cheguei ao seguinte resultado: 25% na 1ª Companhia destacada na antiga capital do Estado – 86 homens; 20% destacados nos municípios da zona sul do Estado – 69 homens; e 55% prontos na sede – 189 praças. Desse total (189), 30% eram especialistas, não concorriam à escala de serviços. Em consequência, sobraram 132 praças para atender aos encargos cotidianos das guarnições. Além disso, dois Oficiais, um Capitão, um Segundo Tenente mais seis Sargentos do quadro de escreventes e oito praças ficaram à disposição do Comando-Geral, empenhados na organização dos serviços e das seções do Estado-Maior do Quartel-General.

Ainda assim, com deficiência de praças, organizei um programa instrutivo no Batalhão, ministrando aos praças de folga, em turmas alternadas, sessão de educação moral e instrução geral, fatores indispensáveis à formação disciplinar e espiritual dos soldados, ajustando-os às exigências de suas funções militares, dentro e fora da caserna, ensinando-lhes a prática das regras de convivência no meio social. Aos sábados, na parte de manhã, formatura geral do Batalhão. Esse método de trabalho, de grande alcance cívico-militar, eu o adotei com positivos resultados, quando no comando da 1ª Companhia do então Batalhão de Polícia, destacada na ex-capital do Estado. Além de outras tarefas administrativas, não descuidei de redigir, com o Capitão Hermílio C. Rodrigues, o Regulamento Geral da Polícia Militar em que estávamos empenhados.

Em abril de 1939, transferi o Comando do Batalhão ao seu titular efetivo, Major Agenor F. Santiago, e retornei às funções de

Subcomandante. Posteriormente, apoiado em substancial exposição de motivos, o Comando-Geral encaminhou ao Interventor Federal o anteprojeto do Regulamento citado, para os devidos fins. Esse trabalho reunia, num só volume, as partes administrativa, instrutiva e disciplinar da PM, acompanhado em anexo do Regimento Interno do Comando Geral, obra cuidadosamente compilada dos modernos regulamentos do Exército e das mais avançadas Polícias Militares do Brasil, adaptável perfeitamente à nossa Corporação.

INSTALAÇÃO DO COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MILITAR

Graças a ingentes esforços, conseguimos inaugurar o Comando-Geral da Polícia Militar, tarefa paciente e de elevado espírito militar.

O trabalho envolveu problemas complexos. A Lei que o criou não lhe deu reestruturação, como o fez aos Batalhões e Companhia Isolada. Deixou a cargo do Comando da Polícia essa missão. Por essa razão, sua composição só pôde ser efetivada depois das formações das novas unidades. Além disso, outros motivos concorreram para retardarem a providência: falta de quartel, material e pessoal. Sua instalação, que se processou sob os auspícios da Lei n.º 1.498, de 30 de dezembro de 1938 (Lei da fixação de efetivos da Polícia Militar para o exercício de 1939), ocorreu no início desse ano.

O Quartel-General foi instalado em caráter precário numa das salas do edifício do Tribunal Regional Eleitoral, sob o comando interino do Tenente-Coronel Arnaldo de Moraes Sarmento.

CAPÍTULO 10

POSSE DO NOVO COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR

Em 19 de junho de 1939, o Capitão do Exército Nacional, Langleberto Pinheiro Soares, comissionado pelo Interventor Federal no posto de Coronel, foi empossado no cargo de Comandante-Geral. O Oficial em apreço, eu o conheci no 4º Regimento de Infantaria (Quitaúna – São Paulo) quando, com outros colegas sargentos instrutores de Tiro de Guerra, fazia estágio de instrução militar, tendo como professor o aludido militar, na época 1º tenente.

Na formalidade da transmissão do cargo, o novo comandante não discursou, porém, em poucas palavras disse de seu desejo de bem servir ao Estado de Goiás e à Polícia Militar, contando, para a realização desse desiderato, com o apoio do Governador e da Corporação. O novo comandante não fez nenhuma modificação no quadro dos funcionários do Q.G., tanto oficiais como sargentos escreventes, ele os conservou nas suas primitivas funções, exceção do Tenente-Coronel Arnaldo Sarmiento,

que passou para as funções de Assistente (chefe do E. M.). O Coronel Langleberto era solteiro, solitário e sistemático; morava num quarto do Grande Hotel, onde tinha pouca convivência social; só ia ao Palácio, quando solicitada a sua presença. Era complexado e desconfiado, motivo de não conviver com os Oficiais da Corporação, senão em objeto de serviço. Não usava o uniforme da Polícia Militar, mas a farda de capitão de Exército. Não era mau chefe, mas cismado a ponto de julgar que os Oficiais faziam roda para censurá-lo.

Notei, desde o nosso primeiro encontro, que ele não foi com a minha cara; concluí que essa desafeição estivesse ligada à sua substituição no cargo de instrutor dos sargentos estagiários, no 4º Regimento de Infantaria, por deficiência de ensino, por um capitão do mesmo Regimento.

No subcomando do 1º Batalhão, eu desempenhava essa função sem vincular-me diretamente ao Comando-Geral, onde comparecia em objeto de serviço.

Esse discreto procedimento, aliás, próprio de minha formação militar, não sei de que maneira o comandante o conceituava; alguma coisa, entretanto, deixava transparecer pelo descaso de não se dirigir a mim quando em visita ao quartel (1º B. I.), comportamento censurado pela oficialidade. Procurando investigar a razão dessa atitude, que nenhuma dúvida deixava sobre a existência de um atravessador e diabólico fuxiqueiro agindo com segundas intenções, não foi difícil descobrir, pelo fio da meada, o seu autor: na escala hierárquica dos capitães, eu era o mais antigo e a próxima promoção ao posto de Major, pelo critério regulamentar, cabia ao mais antigo. A futrica girava em torno de me passar para trás e era forjada por um capitão mais moderno, não na idade, mas em promoção. A princípio, julguei que o comandante Langleberto repudiasse as sujas manobras; entretanto, com tristeza, percebi que ele as aceitava, dando guarida ao embusteiro Capitão, recebendo-o no seu quarto, no hotel. A prevenção do Coronel contra mim ia além do que eu su-

punha; nessa situação, fui chamado ao seu gabinete. Aí comparecendo, disse-me “que não aprovava o plano de instrução dos soldados recrutas do 1º Batalhão que eu tinha organizado para os períodos de julho a outubro de 1939, alegando que ia fundar um Departamento de Instrução na Polícia Militar, para todos os escalões da tropa e não via razões para antecipar aquele plano, aprovando um mero programa de instrução de recrutas”:

Disse-lhe: “Louvo a iniciativa, comandante, mas permita-me dizer-lhe que o programa de instrução de recrutas não prejudica o plano de ensino do futuro Departamento de Instrução; ademais, a instrução de recrutas, problema de competência exclusiva do Comandante do Batalhão, é necessária em todos os períodos, na mobilização dos soldados para desempenhos de suas múltiplas tarefas. Por isso, não vejo motivo que implique em aprovação ou desaprovação do referido programa de instrução que lhe foi encaminhado, tão somente para o seu conhecimento; o senhor bem sabe que essa tarefa é privativa do Comandante da unidade que, acima de outros deveres, é o instrutor dos seus comandados.

Levantou-se, bruscamente, dizendo-me que não aceitava insinuações e acrescentou: “Minhas intenções são boas e não sou compreendido; não vim para ser o pomo da discórdia”.

Disse-lhe: “O senhor está muito mal-informado, não tenho prevenção alguma contra o senhor e não vejo razão para ressentimentos”

O coronel, porém, estava nervoso e mal-humorado. Contraditava meus argumentos com alta dose de animosidade. Persuadido de que não era possível uma recomposição dos fatos para o acalmar, retirei-me do seu gabinete, para evitar maiores dissabores.

Não demorou que novo incidente acontecesse. Sendo avisado de que o comandante Langleberto tinha um arrazoado preparado para trocar a minha antiguidade, para beneficiar o seu protegido, procurei sindicatar a veracidade dessa informação e

concluí que existia uma trama diabólica. Tudo, eu poderia suportar, menos o que se preparava para me prejudicar.

Por isso, depois de muita reflexão, resolvi partir para uma decisão: procurar o Coronel, botar as cartas na mesa e inquiri-lo do jogo sujo que ele e seu apaniguado pretendiam fazer-me. Seu aposento no Grande Hotel foi o palco de nosso encontro; aí, de portas fechadas, disse-lhe que não levasse a mal minha presença, vez que o procurava para debater um assunto pessoal e particular, por estar em jogo direitos que me assistiam defender.

Estranhando minha inopinada presença, interrogou-me:

– Que direitos são esses que o senhor vem reclamar?

– O senhor, levado pela boa-fé, está acobertando a pretensão descabida de um colega, para considerá-lo mais antigo do que eu, ambição que ele acalenta ao longo do tempo, sem medir consequências, visando à sua efetivação. Não vim fazer reclamações, mas alertá-lo para não apoiar a pretensão desse colega leviano que, valendo-se de sua amizade, pretende torpedear meu direito.

Recriminando minha presença nos seus aposentos, alegando a impropriedade da hora (9 horas da manhã), disse-me que o assunto devia ser tratado no quartel.

– Como no quartel? – redargui – se o seu protegido tem trânsito livre aqui, no seu quarto, e por que não eu? Ademais, é aqui que se trama contra mim; é aqui que o senhor tem para apreciação a papelada com que instruí a petição do seu afilhado, pedindo a revisão de sua antiguidade e tempo de serviço... E, sendo aqui o quartel desse tribofe escuso, quero valer-me dessa regalia para defender os meus direitos.

Um tanto exaltado, respondeu-me que não era patrono de ninguém e tampouco tolerava insinuações indisciplinadas. Acrescentou:

– Como comandante, senhor dos meus atos, vou julgar essa pendência com absoluta imparcialidade; mas se o peticio-

nário for mais velho e mais antigo, não resta dúvida de que a razão está de seu lado!...

Retruquei:

– E aí que está o nó de questão!... Mais idoso do que eu o seu protegido o é, porém, mais antigo em promoção ao último posto, não! – e concluí: – O senhor, comandante, sabe, como todos nós sabemos, que a antiguidade de posto e idade, na vida militar, são duas coisas diferentes: uma refere-se à antiguidade de promoção e a outra de nascimento; nessa pendência eu sou mais antigo em promoção conforme decreto de minha nomeação ao posto de capitão, enquanto meu rival, na mesma data, foi nomeado 1º Tenente – entreguei as cópias dos decretos de nossas promoções ao Coronel Langleberto e retirei-me.

Não dei publicidade a ninguém da contenda que tive com o Coronel no seu quarto de hotel. Disposto ao que desse e viesse, aguardei, serenamente, o desfecho da nossa contensão que, de imediato, não sobreveio. Contudo, se ele não exerceu contra mim sanções disciplinares, não lhe faltou meios para me agastar, por meio de atos administrativos ao seu alcance. Valendo-se de sua autoridade e do apoio do governo, dois golpes bem-sucedidos me aplicou: o primeiro, dando parecer contrário à aprovação do anteprojeto do Regulamento Geral da Polícia Militar que o interventor Pedro Ludovico submetera à sua apreciação, tachando-o de obsoleto; o segundo, transferindo-me para a Companhia Isolada da cidade de Rio Verde, durante o impedimento do titular efetivo. Recebi o castigo sem demonstrar raiva e amor-próprio ferido do chefe irascível. Aguardei os dias de trânsito seguindo, após, meu destino, na segunda quinzena de outubro, desacompanhado da família.

Analizando a malevolência desse Coronel, saliento sua gritante incoerência nesse episódio. O Regulamento (anteprojeto) foi redigido por mim e o Capitão Hermílio C. Rodrigues, demandando longo trabalho na compilação de textos de regulamentos do Exército Nacional e de outras categorizadas Polícias Mili-

tares, com o único propósito de dotar a Polícia Militar Goiana de um preceito que reunisse num só documento todos os atos administrativos da Corporação, razão por que não podia ser tachado de obsoleto.

Contraditando esse trabalho, o comandante Langleberto, incoerentemente, propôs ao interventor, a adoção na Polícia Militar dos regulamentos em vigor no Exército (os mesmos que serviram de base para o nosso anteprojeto. São eles: Regulamento Interno de Serviços Gerais – RISG; Regulamento de Administração do Exército – RAE; Regulamento de Continência e Sinais de Respeito e Honras Militares – RCHM.

O nosso Regulamento, calcado nos moldes desses e de outros estatutos militares, se não constituía obra completa, pelo menos tinha a grande vantagem de se concentrar em um só texto, todos os preceitos dos estatutos citados, aplicáveis ao nosso meio, ou seja, à Polícia Militar.

NA COMPANHIA ISOLADA DE RIO VERDE

Minha permanência no Comendo dessa Companhia foi por pouco tempo. Essa subunidade estava instalada no velho casarão outrora sede do Colégio Novais, um dos melhores estabelecimentos de ensino da região. O efetivo da Companhia não ia além de 80 praças, com mais de 40% destacadas em toda a zona sudoeste do Estado. A guarnição na sede era diminuta.

Limitava-se apenas aos serviços internos do quartel e dos distritos circunvizinhos. A caserna era, em consequência, um casarão vazio e sem vida; não obstante isso, fui seu hóspede durante minha permanência em Rio Verde, onde tive pouco relacionamento social. Embora distante da sede da Polícia, acompanhava pelos boletins do Comando-Geral as ocorrên-

cias que se registravam na Corporação, que eram transcritas nos da companhia.

Tomei conhecimento do comissionamento do Capitão da Força Pública de São Paulo – Cícero Bueno Brandão no posto de Major da Polícia Militar e nomeado no mesmo decreto que o comissionou, Diretor do Departamento de Instrução Militar, recém-criado na nossa Corporação. Esse Órgão de cunho emergente criou dois cursos, um para Oficiais e outro para Sargentos; o primeiro, com duração de um ano; e o segundo, com duração de seis meses, objetivando atualizar os conhecimentos desses militares dentro de uma programação autêntica e progressiva, para ser cumprida naqueles períodos, com data marcada para início na segunda quinzena do mês de janeiro de 1940.

Esse curso foi a válvula de escape para a minha saída de Rio Verde. Com matrícula registrada no mesmo sob número 02, eu me recolhi à sede, em Goiânia, a 23 de dezembro, depois de dois meses de ausência de minha família.

DO CURSO DE EMERGÊNCIA AO COMANDO DO 2º BATALHÃO DE INFANTARIA

O curso de emergência teve início na segunda quinzena do mês de janeiro de 1940, com 15 Oficiais alunos.

Foi seu diretor o Major em comissão, Cícero Bueno Brandão, que organizou pormenorizados assuntos de 13 matérias militares, dentro de uma programação bem-elaborada, para ser cumprida no período de 10 meses. Além de diretor do curso, o Major Cícero acumulava, também, as funções de instrutor chefe, tendo sob sua direção todas as matérias, exceto a de Armamento e Tiro, que ficou a cargo do Coronel Langleberto.

O curso teve seu coroamento na segunda quinzena do mês de dezembro, com realização das provas escritas, oral e prática, sob a presidência de uma junta examinadora de oficiais do Exército, que diplomou 12 alunos.

Encerrados os trabalhos, os oficiais retornaram às suas primitivas funções na tropa. Como eu não tinha cargo definido, por estar agregado ao 1º B.I., solicitei ao Comandante-Geral concessão de minhas férias regulamentares para gozá-las na cidade de Goiás, sendo prontamente atendido. Atrás dessa cordial aparência, o Coronel Langleberto escondia sua rejeição à minha pessoa e aproveitou-se dessa oportunidade para propor ao interventor minha classificação no subcomando do 2º B. I.¹², em Rio Verde, sua nova sede. Diante desse inesperado acontecimento, agravado com a cassação das férias, voltei de Goiás com minha família e me apresentei ao Comandante-Geral, de quem recebi ordens de seguir urgente para Rio Verde, cuja unidade estava sem comando.

TRAMA DIABÓLICA

A 20 de janeiro de 1941, viajei para Rio Verde com minha família e o Capitão Walfredo C. Maia, nomeado delegado de Rio Verde. Depois de assumir o Comando do 2º Batalhão, recebi ordens expressas do Comando-Geral para transferi-lo ao Capitão Walfredo C. Maia, por determinação do interventor Pedro Ludovico.

Diante dessa ordem, que não esclarecia nada, fiquei atônito, sem saber o porquê dessa decisão intempestiva. Interroguei ao Cap. Walfredo Campos Maia que, ignorando o acontecimen-

¹² Esse Batalhão, de efêmera permanência na cidade de Pedro Afonso, foi transferido para Rio Verde, por conveniência política.

to, negou peremptoriamente seu envolvimento na questão. Por intermédio do 2º Tenente Octernisio P. Fernandes, bastante relacionado na cidade, fui informado de que o Capitão Walfredo não ignorava a trama que foi forjada pelo seu genitor e outros comerciantes da praça, que pediram ao Dr. Pedro Ludovico sua nomeação para o comando do Batalhão.

Coincidentemente, regressando de sua Fazenda Paraíso, o interventor encontrava-se em casa de sua sogra, na cidade. Foi aí que tivemos franco entendimento. Reclamei o ato injusto e humilhante de minha destituição do Comando do Batalhão por um Oficial mais moderno; argumentei que a medida além de deprimente, colocava-me em condições vexatórias no seio da unidade e na cidade.

Com aparente indiferença, disse-me o interventor: “A substituição de um Oficial por outro em serviço é rotina de quartel. A nomeação do Capitão Walfredo foi a pedido de amigos políticos”.

Ante a estarrecedora revelação, medi de relance a trama nojenta e diabólica de que fui vítima. Por isso, pedi ao interventor que definisse a situação, mandando-me para onde quisesse, desde que não fosse para ficar em Rio Verde ou retornar à capital. Então, fui mandado para a cidade de Jataí, onde devia aguardar nomeação para o cargo de delegado especial do município.

Sem dinheiro que desse para pagar a conta do hotel, procurei o coletor estadual a quem expus minha penosa situação e solicitei o pagamento adiantado de 15 dias dos meus vencimentos, mas não fui atendido, alegando o coletor proibição da Secretaria da Fazenda para pagamentos antecipados. De volta ao hotel, fiz um balanço do dinheiro disponível que tinha – 152\$000, quantia que não dava para cobrir as despesas. Isso, entretanto, não constituiu entrave porque o esclarecido hoteleiro me confiou a dívida.

NA CIDADE DE JATAÍ

A 27 de janeiro, viajei para a cidade de Jataí, acompanhado de minha família, onde cheguei às 16 horas mais ou menos, hospedando-me na pensão do Sr. Otaviano.

Depois do jantar, quando ainda estava à mesa de refeição, fui abordado pelo delegado de polícia local, que levianamente quis saber o motivo de minha estada na cidade. Ainda chateado com os acontecimentos de Rio Verde, que me deprimiram bastante, tive o ímpeto de responder-lhe descortemente; não o fiz, por tratar-se de um velho septuagenário, sem educação; disse-lhe apenas “que estava aguardando nomeação para o cargo de delegado especial de polícia”.

Essa notícia repercutiu no velho como se uma bomba houvesse estourado nos seus ouvidos. Assustado, quis saber o que havia, pois estranhava sua exoneração do cargo, sem prévia comunicação. “Não sei o que há contra o senhor!... Vim p’raqui, cumprindo ordens do interventor. Nada posso adiantar”, foi minha resposta.

No dia imediato, fui procurado pelo prefeito da cidade, Júlio Cunha, não para visitar-me, mas para saber o motivo de minha nomeação para o cargo de delegado. Disse-lhe: “Só o Interventor sabe, eu ignoro”. Consequentemente, prefeito e delegado ficaram apreensivos com a notícia, e eu na expectativa do que pudesse acontecer, pois, sendo ambos políticos e amigos do interventor, poderiam tentar impedir minha nomeação e, nesse caso, positivamente, eu ficaria na berlinda, para nova destinação. Isso, entretanto, não aconteceu.

Na semana seguinte, recebi do Dr. Galeno Paranhos – Diretor da Segurança Pública, um telegrama comunicando minha nomeação para o cargo de delegado de Jataí; porém, a posse no mencionado cargo foi protelada porque o Juiz de Direito da Comarca, bacharel Renato Félix de Sousa, estava ausente da

Comarca. Nesse ínterim, recebi outro telegrama do Dr. Galeno. Desta feita, determinando minha ida urgente a Santa Rita do Araguaia, a fim de instaurar inquérito policial sobre fatos delituosos ali registrados e impunes por falta de autoridade policial, ordem que não cumpri, alegando falta de recursos pecuniários para as despesas da viagem.

Empossado no cargo, oficiei ao prefeito comunicando-lhe a ocorrência e, na oportunidade, solicitei providências para instalar a delegacia de polícia em outro local, com mobília e material de expediente necessários ao funcionamento da repartição, acrescentando que a medida além de oportuna visava a retirar da cadeia o órgão policial alojado num anti-higiênico cubículo, com mesa de caixote, cadeira e dois bancos quebrados, não oferecendo condições para qualquer tipo de trabalho.

Solicitei, também, a nomeação de um escrivão. Infelizmente, meu ofício não mereceu resposta; procedimento impróprio de uma autoridade, que, aliás, não era bem vista na cidade. Essa desconsideração clara e objetiva, denunciou o grau de descontentamento do prefeito pela minha nomeação, razão por que me afastei de sua área, por considerá-lo oponente gratuito à minha autoridade. Esse fato, eu o comentei com o Juiz de Direito, Dr. Renato, que se queixou igualmente do descaso do prefeito com o Judiciário.

Apesar da falta de recurso material, cumpria minhas obrigações comparecendo diariamente àquela cela imunda, tida como delegacia de polícia, para atender às pessoas que me procuravam durante o expediente. Na minha curta gestão na delegacia de Jataí, uma prisão por furto e uma detenção por desacato à autoridade policial foram as únicas ocorrências registradas. As pequenas contravenções, eu as resolvia impondo castigo aos contraventores, que não ultrapassava de 24 horas de detenção. Para que não fiquem sem registro minhas atividades policiais em Jataí, descrevo neste fim de capítulo os dois

únicos episódios policiais que culminaram com as prisões dos seus infratores.

1 - Prisão de um ladrão

Numa manhã de sábado, por volta de 7 horas, fui procurado na pensão por um indivíduo que verbalmente queixou-se vítima de furto de 3 contos de réis, no Hotel dos Viajantes, onde se hospedou, vindo de Rio Verde. Muito aflito, o queixoso pedia providências para a captura do ladrão, mas não me ofereceu maiores detalhes. Acalmando-o, mandei que voltasse ao hotel, recomendando-o que não contasse a ninguém a ocorrência.

Depois do café, chamei o Cabo comandante do Destacamento e nos dirigimos à hospedaria; aí, inquiri a vítima no interior do quarto em que dormiu (o aposento tinha porta de acesso para um corredor e uma janela que se abria para a rua, mobiliado com duas camas de solteiro, uma mesinha com moringa e uma cadeira). Interrogado, declarou-me “que chegara ao hotel, procedente de Rio Verde, às 22 horas e tomou um quarto para pernoitar. Muito cansado, deitou-se para dormir tendo, antes, despido a calça, dependurando-a num prego atrás da porta do quarto, ocasião em que se certificou da existência dos três contos de réis guardados no bolso da calça, lado direito; fechou a porta e a janela, mas não apagou a lâmpada elétrica do recinto: com muito sono adormeceu; ao acordar, pela manhã, notou a porta cerrada e a calça no chão sem o dinheiro”.

Depois disso, inquiri, discretamente, a proprietária, as empregadas e os três únicos viajantes, hóspedes do hotel, chegando à conclusão de que o roubo não fora praticado por pessoas ligadas ao estabelecimento. Voltei ao quarto e, novamente, especulei a vítima, pois suspeitava que o gatuno entrara no recinto pela janela, não obstante confirmação do declarante de a ter fechado antes de deitar-se, contudo, a hipótese de um descuido não podia ser desprezada.

Se a porta estava fechada e foi encontrada aberta, a conclusão foi de que o ladrão escalou a janela, operou o furto e evadiu-se pela porta. Nesse caso, a janela não estava fechada, mas encostada e abriu-se com a ação do vento. Descobrir o fio da meada era difícil, mas não impossível. Outras investigações foram feitas, mas não esclareceram nada. Regressei para casa muito tedioso, por não ter encontrado uma pista que me levasse ao encalço do ladrão. Aconselhei a lamuriante vítima do furto a que não se alarmasse, dizendo-lhe que o silêncio auxilia a polícia e uma promessa ao santo de sua devoção ajuda muito mais.

Domingo, pela manhã, fui procurado por um cidadão que denunciou uma tentativa de furto na sua oficina de sapateiro por um sujeito de estatura mediana, cor branca, imberbe, trajando roupas rota e paletó, camisa escura e calça cinza, usando botinas, chapéu marrom; que sendo surpreendido, jogou na cara do declarante dois pares de calçados que tinha surrupiado e saiu em desabalada carreira, embrenhando-se numa rua escura. Esse fato ocorreu às 11 horas da noite. Anotei as características do indivíduo e mandei o Cabo do Destacamento proceder investigações nos arredores da cidade, enquanto eu sondaria, nas pensões do centro, um possível pernoite do larápio numa delas.

Não foi preciso ir muito longe para localizar a pensão em que o malandro se hospedou na noite de sábado. As informações que a dona da pensão me prestou foram idênticas às fornecidas pelo sapateiro; acrescentou, ainda, que o malandro evadiu-se sem lhe pagar a pousada. Então, transportei-me ao posto fiscal, na ponte do Rio Claro (saída para Mineiros), a fim de colher informações do encarregado do posto se o indivíduo procurado fora visto naquela região. O resultado foi negativo.

Voltando à delegacia, o cabo já me esperava com a notícia de que o suposto ladrão estava morando numa chácara a três quilômetros da rua, em companhia de um leproso. Tomamos uma caminhoneta e rumamos para o local. A 300 metros aproximados da estrada de rodagem, descemos do veículo e nos

aproximamos da casa, protegidos por denso capinzal. Concluído o cerco, adentramos à mesma pela porta do fundo e encontramos o leproso que, interrogado, nos disse que o indivíduo procurado tinha acabado de almoçar e rumado para a cidade; não esclareceu onde dormia nem sabia de seu paradeiro na rua, pois aparecera em sua casa há poucos dias pedindo que lhe desse de comer que ele pagaria as refeições.

Retornei na caminhoneta e mandei que os policiais, à paisana, seguissem a trilha que o indivíduo tomou, investigando os lugares suspeitos onde provavelmente se escondia durante o dia. A diligência foi bem-sucedida. Às 14 horas, os policiais, escoltando o preso, levaram-no para a cadeia, cientificando-me do ocorrido.

Confissão e reconstituição do furto

Na segunda-feira, inquiri sumariamente o preso que se jurou inocente das acusações que se lhe imputavam, alegando uma série de coisas que não justificavam nada. Para desmascará-lo, mandei que entrasse na sala o sapateiro e a dona da pensão, que reconheceram ser o preso a mesma pessoa vista à noite anterior, trajando a mesma roupa. Não necessitando mais de esclarecimentos, dispensei as duas testemunhas, que se retiraram.

Agora a sós com o preso, tentei obter dele uma confissão espontânea, livre de arrocho; mas o malandro era profissional na arte de embromar.

Já com a paciência esgotada, ordenei que se despissem para uma revista. Como resistisse à ordem, mandei trazer a "santa luzia" (unguento que amacia as mãos de cabra safado e ladrão) e disse ao cabo, dando-lhe o instrumento: "Agora é com você, faça o gajo cumprir a ordem".

Ante a ameaça, o malandro tirou o paletó deixando cair do bolso uma bala de revólver calibre 32; despiu a calça e, no lugar

da cueca, trazia uma faixa enrolada na cintura e dentro desse pano sujo escondia a quantia de dois contos e oitocentos mil réis, produto do furto no hotel.

Exigi explicações sobre a procedência do cartucho 32. Embaraçado, confessou, também, uma série de furtos em casas comerciais, cujas mercadorias estavam escondidas em moitas de capim debaixo de uma árvore, em frente à casa do leproso.

Lavrei o termo de prisão e confissão do criminoso, procedendo, também, à reconstituição do furto do dinheiro no hotel e apreensão das mercadorias roubadas, que foram entregues mediante recibos, aos seus donos. O inquérito policial foi concluído, e o gatuno encarcerado no xadrez.

II - Detenção por desacato a autoridade policial

Desacato a autoridade policial era, na época dos prefeitos nomeados, um acontecimento muito em voga, sobretudo no município em que o alcaide era "chefão", senhor absoluto do "quero, posso e mando". Influentes chefes políticos, muitos dos quais autoritários, tinham a seu serviço, pagos pelo erário municipal, fiscais ignorantes e arbitrários que, à sombra do patrão, ficavam impunes das contravenções que praticavam.

Acostumado com a impunidade, um fiscal da Prefeitura deu uma surra num humilde roceiro, dentro do mercado municipal. O fato veio ao meu conhecimento pela própria vítima, pessoa franzina e doente que se queixou da agressão sofrida. Incontinenti, mandei intimar o fiscal a comparecer à delegacia.

O soldado portador da intimação voltou com um recado malcriado do fiscal, dizendo que não atendia ordem de polícia.

Diante do atrevido e grosseiro recado, mandei que o Cabo e três soldados trouxessem o desaforado fiscal, amarrado, se preciso; mas receoso de que a diligência pudesse tomar rumos imprevisíveis, eu mesmo comandi a escolta. Intimado para acompanhar-me à delegacia, o indivíduo reagiu,

dizendo-me que era funcionário da Prefeitura e só atendia se o prefeito mandasse.

– Não me obrigue a usar violência!... Se você não for por bem, vai por mal – e mandei que os soldados o agarrassem.

A essa altura, o valentão acovardou-se e deixou-se conduzir pela escolta. Detido, o insolente destratou a polícia com termos ofensivos, sendo, então, trancafiado no xadrez por desacato à autoridade, ocorrência que comuniquei ao juiz de Direito da Comarca, mediante ofício. Todavia, a coisa não ficou só nisso. Informado da prisão do fiscal, o prefeito foi ao meu encontro na delegacia e, sem consultar os motivos da prisão do seu funcionário, exigiu sua soltura ao fundamento de que não fora ouvido na efetivação da medida, conduzida pela polícia de modo violento e despótico no mercado municipal, onde o fiscal exercia suas atividades etc. Ante tamanha arrogância, produto do que acima mencionei, respondi ao prefeito:

– O funcionário valente, prepotente e grosseiro fez jus ao castigo e, quanto ao seu arrojo de autoridade, banque isso na Prefeitura, não aqui na delegacia, onde o senhor prefeito não tem ingerência – e continuei: – O fiscal está preso e será liberado amanhã, depois que assinar o termo de bem viver.

Se, antes, o arrogante alcaide não me via com bons olhos, pior me enxergaria depois desse incidente.

VISITA IMPREVISTA

Em meados do mês de abril, fui surpreendido com a visita de um colega e sua esposa que, em trânsito para Goiânia, procedentes da cidade de Caiapônia, foram meus hóspedes no Hotel Dom Bosco. Embora a visita fosse de poucas horas, contudo, foi o suficiente para que o colega me informasse sobre as

novidades mais recentes ocorridas no quartel de onde eu me encontrava distanciado havia mais de três meses.

Dentre as novidades, ele destacou a substituição do Coronel Langleberto no Comando-Geral da Polícia Militar e do Major em comissão, Cícero B. Brandão, da chefia do Estado-Maior, ambos exonerados, a pedido, sendo o primeiro substituído pelo capitão do Exército, Heródoto Batista Cavalcante, comissionado no posto de coronel e empossado no cargo, em 31 de março, acontecimento que o informante, com muito regozijo, comentou, porque não morria de amores pelo Langleberto. Em meio às nossas conversas, relatei as safadezas que me fizeram em Rio Verde, provenientes da falta de hombridade do ex-Comandante-Geral.

Nossa conversação foi muito variada em assuntos rotineiros.

Dado o avanço da hora, nos despedimos, tendo os meus hóspedes viajado, na manhã seguinte, para Goiânia.

PRENÚNCIO DE UMA CARTA

Decorridos uns 15 dias da mencionada visita, minha mulher recebeu uma carta da esposa desse colega. Nessa missiva, a signatária anunciou minha transferência para a Companhia Isolada de Pedro Afonso, por castigo, em decorrência de boatos que corriam de que ela, minha esposa, censurava abertamente o interventor Pedro Ludovico. A notícia nos deixou perplexos.

Quem seria o autor de tão diabólico fuxico? Refletindo ponderadamente, não foi difícil concluir que essa intriga suja não partira de Jataí, mas de alguém com o endereço certo de reconquistar a amizade do governo, e nessa suposição, des-

confiei do colega meu ex-hóspede, pelos seus antecedentes conhecidos no quartel. Todavia, minha sorte estava selada, só faltava a sentença.

ORDEM DE RECOLHIMENTO

Poucos dias após, recebi um telegrama do Coronel Herôdoto, Comandante-Geral da Polícia, comunicando minha transferência para a Companhia Isolada de Pedro Atonso, determinando, em consequência, meu recolhimento à sede da Corporação. Esse despacho não me surpreendeu, pois já o esperava.

Retornei a Goiânia, deixando em Jataí muitos amigos, dentre os quais um sírio que me deu de presente um belo cão policial. Cheguei a Goiânia no dia 24 de maio à noite. No dia imediato (domingo) pela manhã, o meu primo e colega Capitão Hermílio, que me pôs a par de todos os acontecimentos e dos motivos de minha transferência, falou-me sobre o novo comandante, de quem deu boas informações etc. Pedi ao Hermílio que não divulgasse minha chegada porque antes de me apresentar no quartel, teria que falar com o interventor Pedro Ludovico, quando fiquei sabendo que o mesmo estava no Rio de Janeiro, substituído no cargo, interinamente, por Dr. João Teixeira, secretário-geral. Na manhã do dia 26, fui à residência do Interventor interino.

Recebido por uma pessoa da família, aguardei na sala de visitas sua presença. Ao chegar, surpreendeu-me, dizendo:

– O que o senhor quer, eu não posso atender, a ordem que o Pedro deixou é para que o senhor siga imediatamente para Pedro Afonso.

– Governador, o senhor está enganado. Não vim pedir nem implorar clemência. Venho para desagravar a dignidade de mi-

nha senhora, vítima de infamante intriga de censurar o interventor, mexerico sujo que não exprime a verdade.

– Não fui eu quem o transferiu, não sei de nenhuma intriga, a solução do seu caso está no cumprimento da missão – respondeu-me.

– Não pedi solução para meu caso. Permita-me dizer-lhe que os artifícios indignos que mais uma vez se praticam contra mim, movidos por futriqueiros com o beneplácito do interventor são humilhantes e refletem-se, grosseiramente, sobre quem os aceita. Não o culpo por nada. O que faço, o senhor, em meu lugar, também o faria. Quanto à minha viagem, não se preocupe. Quando o interventor chegar, já estarei longe – pedi licença e me retirei.

Na Avenida Araguaia, topei com o colega Capitão José A. Perilo, que já estava informado de todas as safadezas que me fizeram e repudiou o ato imponderado do interventor em dar cobertura a fuxicos gerados por indivíduos diabólicos, com trânsito livre no Palácio do Governo.

Contei ao colega o desagradável encontro que tive com o Dr. João Teixeira, manifestando-lhe receio de que o mesmo acontecesse quando fosse apresentar-me ao Comandante-Geral. O Capitão Perilo apresentou-me uma sugestão: lembrou que seu cunhado, Major do Exército, Ubirajara Brandão, chefe da 7ª Circunscrição do Serviço Militar, colega do Capitão Herôdoto e bons amigos, podia quebrar o galho a meu favor e convidou-me a ir ao encontro do referido Major, em sua residência, onde o mesmo estava hospedado.

O Major Ubirajara não era meu desconhecido. Filho da velha capital do Estado e ex-colega do Lyceu de Goiás, fiquei, por isso, à vontade para lhe relatar todas as mazelas urdidas contra mim, envolvendo o nome de minha senhora. Censurando o irrefletido ato do Governador, o Major prometeu uma solução, junto ao Capitão Herôdoto, Comandante-Geral da Polícia Militar e aconselhou-me a que protelasse para a tarde do dia imedia-

to minha apresentação ao Comandante, tempo suficiente para a conversa que ele, Ubirajara, teria com aquele. No quartel, fui recebido pelo Capitão Luís Argenta, chefe da 1ª seção e acompanhado à presença do Comandante que me dispensou boa receptividade. Tivemos amistosa conversação sobre a minha vida militar no Exército, onde servi durante onze anos, incorporado no 6º Batalhão de Caçadores, tomando parte ativa nas campanhas de 1924 e 1930, naquela unidade e na de 1932, em Mato Grosso, na Polícia Militar, incorporado às tropas do Exército.

Nesse encontro, nenhuma referência fizemos sobre os fatos que motivaram a minha transferência para a Companhia Isolada de Pedro Afonso. Tudo versou sobre assuntos corriqueiros de quartel. Nessa oportunidade, o Comandante determinou ao Capitão Hermílio, chefe dos Serviços de Intendência, que providenciasse o meu pagamento da ajuda de custo e vencimentos do mês de maio. Ao retirar-me, disse-me ele que o procurasse em sua residência, antes de viajar.

CAPÍTULO 11

PARTIDA PARA PEDRO AFONSO

Na manhã de 6 de junho, data de minha viagem, fui à residência do Comandante Heródoto, sendo recebido cordialmente. Em meio às nossas conversas, ele manifestou desejo de conhecer Pedro Afonso e programou uma inspeção que oportunamente faria à Companhia Isolada.

Sobre minha permanência no Comando da Companhia Isolada, nada antecipou; teve, entretanto, palavras confortadoras, que atenuaram minha grande mágoa, pelo injusto castigo; ao despedir-me, apertou-me a mão, dizendo: “Espero tê-lo brevemente na Chefia do Estado-Maior da Polícia Militar”.

Da residência do Comandante Geral, fui ao quartel para receber do chefe de Intendência a ajuda de custo e os vencimentos do mês de maio, no total de um conto, seiscentos e oitenta mil réis (1.680\$000), quando deixei consignado em folha de pagamento, seiscentos e oitenta mil réis, para a minha esposa, a partir do mês de junho.

Depois, fui à Secretaria de Saúde do Estado, ao encontro do Sr. Rômulo Rocha, inspetor de farmácias, de quem recebi boa quantidade de medicamentos, na sua totalidade: compri-

midos analgésicos, antitérmicos e vermífugos, material para socorros urgentes.

Retornei à minha residência para os preparativos da viagem, que estava marcada para as 13 horas.

Depois do almoço, recebi visitas de parentes e amigos que, num gesto de solidariedade, ofereceram seus préstimos aos meus familiares.

Às 13 horas, abraçando a esposa e filhos chorosos, embarquei em carro particular para Anápolis, em companhia do Tenente Wandenkolk e do soldado Leontino, meu ordenança. Cheguei a essa cidade às 15 horas, hospedando-me com os companheiros no Hotel Cardoso.

Os dias cinco e seis, ficamos de falha, só encetando viagem para a vila do Peixe, em caminhão que fazia o serviço de correio, às 14 horas do dia 7; e alcançamos, para pousar, a Fazenda Taperão, às 20 horas. Prosseguindo a viagem, dormimos no Sítio Estrela do Norte, dia 8, e pernoitamos em Sant'Ana do Machambombo (Uruaçu) no dia 9. A pousada seguinte foi na vila de Amaro Leite (Mara Rosa), dia 10; e a 11, vila de Descoberto (Porongatu).

A 12 de junho, saímos de Descoberto às 10 horas, mais ou menos, alcançando o Córrego do Barreiro, às 13 horas. Nesse local, houve um lamentável contratempo, que alterou o curso da nossa viagem: na travessia, a vau, do referido córrego, partiu-se a ponta de eixo de uma das rodas traseiras do caminhão. Diante dessa avaria, não tendo outra peça para reposição, a viagem ficou praticamente interrompida. O veículo além de conduzir mais de cem malas postais para todo o Norte do Estado, ainda levava 15 passageiros, entre homens e mulheres, para a vila do Peixe.

Ante isso, mandei o soldado Leontino a Descoberto, com um bilhete ao prefeito local, solicitando-lhe providências para contratar 5 animais de sela, um condutor com cargueiro e víve-

res para o prosseguimento da nossa viagem, correndo todas as despesas por minha conta.

O Córrego do Barreiro corria em mata densa, sem recursos para pousada, senão no próprio caminhão. Ainda assim, quem tentasse um pernoite ficaria exposto a picada de mosquitos transmissores de maleita, comum na região; por isso, a conselho do senhor Luís Feitosa, próspero fazendeiro no município de Peixe, um dos passageiros, fomos pernoitar num sítio a 3 quilômetros do local, numa região descampada e salubre. A propriedade era de um lavrador conhecido do meu companheiro Luís Feitosa, que residia com duas filhas menores. Eram, mais ou menos, 5 horas da tarde, quando chegamos ao rancho. As menores estavam a sós na casa. Tentaram fugir, mas foram detidas pelo companheiro Luís que, identificando-se, convenceu-as de que era velho amigo de seus pais e fê-las voltar para o rancho.

Ao anoitecer, o sitiante chegou e mostrou-se satisfeito de nos encontrar no seu rancho. A boia feita pelas menores foi arroz sirigado (arroz com carne seca), refeição típica do sertanejo. Para melhorar o cardápio, abri uma lata de linguiça (presente que o prefeito de Sant'Ana de Machambombo me ofertou). Depois da refeição, amarramos nossas redes na parte aberta do rancho, de onde se descortinava amplo horizonte, banhado pelos claros raios da Lua.

No dia imediato, 13 de junho, às 12 horas, retornamos ao caminhão. Nele encontramos o motorista Joaquim, o Tenente Wandenkolk e um rapaz residente no Peixe. Esperamos cerca de duas horas, quando ouvimos o tilintar de cincerros e tropel de animal. Era o soldado Leontino que chegava com o condutor, equipado com cargueiro e cinco animais encilhados. Ajustei com o mesmo o preço da condução até a vila do Peixe, por trezentos mil réis (300\$000), cabendo sessenta mil réis para

cada um de nós, importância que seria paga ao condutor no fim da jornada.

Feitos os preparativos, despedimo-nos do motorista e enctamos a viagem cavalgados. Às 17 horas, chegamos ao ponto de pouso. O local era descampado, banhado por um córrego de água cristalina.

Nosso condutor, de nome Sebastião, estatura média e boa compleição física (tipo perfeito do sertanejo), era traquejado nessas andanças. Muito expedito, conhecia, palmo a palmo, o itinerário que estávamos percorrendo. Era providente; no cargueiro, além de víveres para a nossa alimentação, inclusive café, ele conduzia ração para 7 muas (milho com rapadura), e os alimentava duas vezes ao dia. O cuidado com os animais era uma de suas maiores atenções. Além dessas qualidades, Sebastião era bom cozinheiro, serviu-nos, nesse primeiro pouso, de ótima maria-isabel (arroz com carne seca) e um bem-passado café. A nossa dormida foi ao ar livre. Forrando o chão com capim e a rede, cada um arranhou o seu cantinho para dormir. O encantador luar, num céu ornado de estrelas cintilantes, iluminava a imensa região silenciosa, sempre quebrada pelos cânticos das seriemas distantes e pios de aves noturnas. De minha cama, ouvia os rancos do Tenente Wandenkolk, que faziam coro com os do soldado Leontino, meu inseparável ordenança.

No dia imediato (14 de junho), às 6 da manhã, o nosso prestativo condutor já tinha a tropa preparada para mais uma jornada. Após o café, ao sair do sol, já estávamos em marcha. Às 10 horas, chegamos à fazenda Boa Esperança (ponto de almoço). Os moradores estavam em festa. Hospedavam um padre de Niquelândia, que fazia a desobriga naquelas paragens.

O missionário celebrava missa, fazia batizado, casamento etc., motivo por que a fazenda estava repleta de roceiros das circunvizinhanças, que tomavam parte nos atos religiosos,

nas catiras e bailes, tradicionais folguedos caipiras, enquanto o padre, faturando a gaita dos lavradores, gozava de nababesca hospedagem.

Fomos recebidos pelo proprietário da fazenda que nos serviu de boa e variada refeição. Durante o almoço, notei que o fazendeiro tinha o semblante tristonho; algo que o preocupava. Perguntei-lhe se estava doente. Respondeu-me:

– Estou muito enfezado com o padre, não lhe dei uma surra porque minha muié não deixou.

– Mas, que fez o padre de tão grave?

– Seu Capitão, o senhô não vê que esse padre, quando confessava a minha muié, botou a mão nos peitos dela e na cabeça dizendo que era pra perdoá os pecados?! A muié deixou o danado do padre e veio chorando me contá essa pouca vergonha. É por isso que estou de longe e já mandei meus parentes e vizinhos despachar esse satanaz da minha fazenda.

Deixei o fazendeiro conversando com o Tenente Wandenkolk e fui à casa vizinha, onde estava o padre. Pela pouca conversa que tivemos, concluí que se tratava de um vigarista; simples conjectura que eu não podia provar. Enquanto isso, o Wandenkolk, recebia de presente uma banda de leitão assado, dois frangos, ovos, doces e laranjas, e o nosso condutor Sebastião, também, foi presenteado com rapaduras e 10 atilhos de milho para os animais.

Arrumamos nossa bagagem, despedimo-nos dos moradores e reiniciamos a viagem. Às 17 horas, estacionamos para pousar no local de nome Várzea dos Buritis, belíssimo descampado de frondosos buritis, a se perder de vista.

Acampamos nesse sítio de boa aguada e pastos para os animais. Por medida acauteladora, contra incursões de onças durante a noite, amarramos nossas redes juntos, nos troncos das árvores, num plano mais elevado do terreno. Depois de um

salutar banho, que nos refrescou do intenso calor da viagem cansativa, num Sol abrasador, retornamos ao acampamento, onde o Sebastião já tinha a boia preparada; leitão assado com arroz cozido na hora. Chupamos laranjas e comemos doce de leite, por sobremesa, enquanto o soldado Leontino juntava lenha para a fogueira, em frente ao acampamento. O Sol descia no horizonte, refletindo seus dourados raios nas copas dos frondosos coqueiros, onde bandos de araras e papagaios, num linguajar contínuo, esvoaçavam em busca dos ninhos, ao final do dia que morria. Veio a noite e, com ela, a escuridão, atenuada no acampamento pelo clarão da fogueira que ardia distante. Estirados nas redes, à espera do sono, as conversas monótonas e descontraídas dos companheiros se descontinuavam na medida que dormiam e não tardou que o silêncio tomasse conta do acampamento.

A noite ia alta, quando fui despertado por roncos muito distantes que pareciam grunhidos de porcos; notei que o Sebastião, que tinha a sua rede junto à minha, também acordara e levantou-se para atizar a fogueira. O grunhido repetiu-se, agora mais perto. Perguntei ao Sebastião o que era. Disse-me: "O ronco é de onça, mas está muito longe". Com a nossa conversa outros companheiros acordaram e daí para frente ninguém conseguiu dormir, até o dia amanhecer. Depois que nos serviu o café, Sebastião foi campear os animais e retornou apenas com seis: um estava desaparecido. Enquanto esses animais eram forrageados, o Sebastião voltou a procurar o que estava faltando e levou o soldado Leontino armado de mosquetão (prevenção contra o felino que palmilhou a região durante a noite).

Às 8 horas regressaram com o animal sumido. Por causa do contratempo, levantamos o acampamento depois das 9 horas, do dia 15 de junho. Continuando nossa caminhada, chegamos ao meio-dia, sob um Sol causticante, ao lugar de nome

Brejão, depois de viajarmos duas léguas e meia. Nesse sítio, residia, numa choça, um casal com duas filhas de 14 anos mais ou menos. Digno de dó era o estado daquelas pessoas que não tinham o que comer, nem roupas para trocar. Estavam no terreiro moendo cana para fazer rapadura numa engenhoca manual. Com a nossa aproximação, as moças correram para o interior do rancho, mas o casal não se perturbou e continuou com o trabalho. Às minhas indagações o sitiante contou suas agruras, uma história muito triste, pontilhada de sofrimentos; moravam há mais de dois anos nesse sítio, onde perderam, por falta de recursos, um filho de 8 anos de idade.

A indigência dessa família era de estarrecer. Não tinha lavoura nem condições de trabalhos roceiros, por falta de ferramentas e pela doença (malária); alimentavam-se de abóboras, batatas, mandioca e peixes pescados no Rio Santa Tereza, a 6 quilômetros da casa. Víveres e outros comestíveis, o sitiante recebia dos vizinhos, vez por outra, de serviços nas roças etc. Compadecidos dessa angustiosa situação, doamos-lhe uma calça, 3 camisas, um lençol, uma colcha e medicamentos. Da cozinha, o Sebastião forneceu carne seca, toucinho e arroz. Depois do almoço, preparado pelo Sebastião, cuja sobra foi doada aos sitiantes, já mencionados, prosseguimos a viagem, sob Sol quentíssimo e, às 18 horas, chegamos à Fazenda Santa Tereza, à margem direita do rio do mesmo nome.

Na manhã seguinte, dia 16, depois do café e leite quente, ordenhado na hora, ajustamos nossas contas da pouxada, quando o fazendeiro reclamou: "O moço que faz parte da comitiva não me pagou!". Realmente, o Joaquim, esse era o seu nome, com o fito de lesar o fazendeiro, já se encontrava distante. Fi-lo voltar e pagar sua dívida, o que fez sob severa advertência pelo leviano procedimento. Às 12 horas, bivacamos no Ribeirão das Onças para o almoço e, às 17 horas, chegamos à

vila do Peixe. Apeamos na Pensão Nova Vida, de propriedade do abastado comerciante Benavenuto Queiroz (conhecido por seu Bena), onde ficamos hospedados, o Tenente Wandenkolk e eu. Acertamos nossas contas com o condutor Sebastião, doando-lhe, além do ordenado ajustado, mais cinquenta mil réis pelos bons serviços que ele nos prestou.

Os companheiros da viagem tomaram rumos diferentes: o Luís Feitosa, nessa mesma tarde, viajou para sua fazenda; o Joaquim ficou na casa de sua família; e o Leontino, meu ordenança, arranchou com o Cabo Zacarias, comandante do Destacamento local.

Ao meu encontro, veio se apresentar o 1º Tenente João B. N. Guimarães, que interrompeu viagem para Pedro Afonso, por ter sua esposa adoecido. Também, acometido de maleita, o Major Agenor Santiago, de regresso a Goiânia, sustou a viagem por agravamento da doença, tomando remédios caseiros, em busca de melhoras, que não tinha. Informado pelo aspirante a Oficial Jeremias M. de Souza, acompanhante do referido Major, do precário estado de saúde daquele colega, fui visitá-lo, encontrando-o muito abatido e desanimado, deitado numa rede, com a esposa ao lado.

Estava o Major Santiago tão desfalecido, que pouco conversava. Ante isso, mandei que suspendesse os remédios caseiros e fi-lo tomar dois comprimidos de Atebrina. Como estava sonolento, despedi-me de sua esposa, prometendo voltar à noite, o que fiz, já o encontrando sem febre; mesmo assim, apliquei uma injeção de quina azul no doente. No dia imediato, o colega já estava outro, havia dormido bem e sentia-se aliviado das crises. Repetimos o tratamento por mais dois dias, e o restabelecimento do Major foi completo, possibilitando-lhe prosseguir a viagem, no dia 19 de junho.

ASPECTOS DA VILA DO PEIXE

Na época, a vila do Peixe era constituída de única praça de copudas mangueiras rodeadas de pequenas casas velhas. Dessa praça, ia-se ao porto do Rio Tocantins, por um beco tortuoso num terreno escarpado. Além da praça, havia duas ruas de poucas casas, que terminavam na periferia da vila. Peixe tinha uma população pequena. O chefe político local era o Sr. Ananias, farmacêutico prático, pessoa serviçal, bom chefe de família.

Benavenuto Queiroz, prefeito; Rui de Tal, subprefeito e mais pessoas gradas.

O viandante em trânsito a Porto Nacional e outras cidades do Norte Goiano, banhadas pelo caudaloso Rio Tocantins, só tinha uma opção: enfrentar a grande jornada fluvial em frágeis embarcações, no mais absoluto desconforto; por isso, necessitava de muita paciência para esperar o transporte chegar ao porto, e esse, geralmente, era canoa ou batelão. Não fugindo à rotina, ficamos 7 dias à espera de uma embarcação (batelão), que nos levasse a Porto Nacional e, nesse interregno, aproveitamos para pescar, já que não tínhamos maiores ocupações.

Por sugestão do Sr. Benavenuto, fizemos uma excursão à cachoeira do tropeção, no Rio Tocantins, situada a 12 quilômetros acima do porto de Peixe. Essa cachoeira constitui grande empecilho à navegação entre a cidade de Palma e a Vila do Peixe. Fomos conhecê-la, eu e os Tenentes Nelson, Wandenkolk e um remeiro prático. Desembarçados de qualquer empecilho, viajamos do porto à cachoeira numa canoa que o senhor Benavenuto nos emprestou. Nesse percurso, a largura do rio era de 200 a 300 metros.

Desembarcamos à margem esquerda do grande caudal formado pela junção das águas divididas pelos canais e, por terra, percorremos vários trechos da cachoeira, onde o rio corre em canais tortuosos, com gigantescas quedas espumantes que interceptam a luz solar, formando lindos arco-íris, por meio das corredeiras. O nosso guia (remeiro prático) explicou-nos que, para transpor os obstáculos da cachoeira, os tripulantes amarraram a embarcação com fortes cordas; a varejão, zinga e remo vencem os trechos mais críticos; enquanto passageiros e cargas são baldeados por terra. De volta desse magnífico passeio, deixamos a canoa navegar de bubuia, para pescar, e pegamos dois pintados, um jaú e três cachorras.

Chegamos à vila, às 18 horas.

PESCARIA NO RIO SANTA TEREZA

A pescaria no Rio Santa Tereza foi outra agradável diversão.

Esse grande caudal, afluente da margem esquerda do Tocantins, fica a 18 quilômetros da Vila do Peixe. Por indicação do cabo Zacarias, o local escolhido para a pousada e pesca foi a Cachoeira Surubim. Obtivemos por empréstimo 4 muare encilhados, para mim, Nelson, Wandenkolk e o Cabo Zacarias, nosso guia e cozinheiro.

À nossa partida, ocorreu uma cena chistosa: a queda fragorosa do Tenente Wandenkolk de sua montaria, de um passarinhento e velho pangaré que, estranhando a carga, jogou-a ao chão, na porta da pensão. O Tenente, com a queda, nada sofreu, mas teve suas calças rasgadas no traseiro, que deixou desprotegidas as partes ocultas das nádegas. Não usava chapéu, mas o boné, que se desarticulou, ficando na

cabeça apenas a armação, enquanto a capa caiu distante. O Wandenkolk, porém, era bonachão, tentou novamente montar, sendo desaconselhado pelo Cabo Zacarias, que trocou sua montaria pela dele. A viagem transcorreu sem o menor embaraço, sob um Sol quentíssimo.

Chegamos às 15 horas, aproximadas, ao ponto de pouso e pesqueiro. Acampamos numa belíssima praia, próxima à Cachoeira do Surubim, numa pequena ilha formada pelo mesmo rio, protegidos pela sombra de frondosos ingazeiros.

A hora era imprópria para pescar, por isso, aproveitamos para arrumar nossas camas com folhas secas de buriti e capim, enquanto o Zacarias arranjava as trempes de pedras e jirau para as “traias” de cozinha. Depois do banho, tomamos café com bolachas e, ao lusco-fusco, eu e o Nelson fomos pescar para a nossa ceia. Os primeiros pescados e últimos da noite, foram dois tucunarés levados à cozinha para o preparo da sopa. Daí por diante, até as primeiras horas da manhã, nada pegamos. Ao alvorecer, enquanto dormíamos, o Cabo Zacarias pescou dois belíssimos surubins (pintados), de 5 palmos cada um, mas foi só. Como o sal da nossa cozinha não era suficiente para salgá-los, levantamos o acampamento e retornamos à Vila.

PESCA DE UM JARARACUÇU

O Ribeirão Peixe, pequeno afluente do Rio Tocantins, corre a dois quilômetros da Vila, com muito volume d'água no período chuvoso, mas quase seco no verão, formando recantos empoçados nos barrancos, ligados por pequenas e rasas correntezas. Nesses empoçados recantos, encafuam-se, no período de seca, cardumes de pequenos peixes ariscos, difíceis de pescar.

Num domingo, depois do almoço, fomos à cata desses velhacos peixes: o Tenente Nelson, o Wandenkolk, o Cabo Zacarias, o soldado Leontino e eu. Levamos duas tarrafas, enxada, enxadão, machado e, também, um litro de pinga e rapadura. Ao meio-dia, mais ou menos, chegamos ao ribeirão e, sem fazer ruídos, vimos os cardumes num constante vaivém, subiam de um poço a outro e desapareceriam ao menor ruído ou mesmo à sombra de uma pessoa n'água. Iniciamos a pescaria, vedando com tapumes os dois extremos do poço para impedir a fuga dos peixes. Enquanto o cabo Zacarias e o Leontino sujavam a água, revolvendo as sulapas com pau, o Nelson e eu tarrafeamos os poços de ponta a ponta, sem resultado satisfatório, pois os peixes que pegávamos eram mandis, bagres e tucunarés pequenos.

Com esse resultado negativo, paramos, vencidos pelo cansaço. Durante o descanso, comemos rapadura, tomando uma cachacinha com limão para rebater o frio, acautelando o corpo contra a malária. Após o descanso, voltamos ao trabalho. Desta feita com um processo diferente, conhecido por pescaria de barranco, considerada a melhor maneira de pegar peixes ariscos. Esse método consiste no encurralamento dos peixes numa única solapa de barranco (local de pouca profundidade) e vedar com tarrafas para impedir o escape. Com a enxada, enxadão etc., corta-se o barranco, completando o vedamento da loca com os entulhos. Depois desse estafante trabalho, a solapa fica descoberta na parte de cima do barranco, quase seca na parte inferior, com os peixes debatendo-se na lama, tornando-se fácil pegá-los a mão, por quem tiver coragem de descer na solapa.

Esse foi o processo que empregamos, aliás, perigoso e extravagante pelos inconvenientes de arraias, peixes elétricos (treme-treme) e cobras que vivem de permeio aos peixes. E foi justamente o que aconteceu comigo e com o Tenente Nelson. Esse, dentro da solapa, tomou um choque de treme-treme, sen-

do retirado pelo Cabo Zacarias e o Tenente Wandenkolk. Comigo, a coisa foi pior: com água na cintura, junto ao tapume, uma jararacuçu, sem que eu visse, estava com a cabeça fora do tapume, uns 50 centímetros à minha frente, quando o Cabo Zacarias, percebendo-a, alertou-me do perigo. Com pequena forquilha, o cabo prendeu o pescoço da cobra no barranco, degolando-a a golpes de facão, momento em que senti uma coisa estranha enroscar em minha perna esquerda. Saltei para a praia e, com surpresa, vi que o corpo estranho era o da cobra morta.

O Tenente Nelson, com o choque, não quis voltar à solapa, sendo substituído pelo Cabo Zacarias e o Leontino, que se revezavam na tarefa, facilitada pelo extermínio do treme-treme, a pauladas. Às 5 da tarde, a pescaria estava terminada, como também a pinga e a rapadura. Pegamos 8 dúzias de peixes de várias qualidades, duas arraias, um treme-treme (peixe elétrico), um tracajá e o jararacuçu de 5 palmos. Os peixes foram encambulhados pelo Tenente Wandenkolk, encarregado dessa missão. Voltamos à Vila às 18 horas, mais ou menos.

Às 19 horas desse domingo, dia 22 de junho, ouvimos toques de buzinas que vinham do rio. Era o batelão que chegava, procedente de Porto Nacional, já esperado há dias. A embarcação trazia pouca carga, 3 passageiros, 4 tripulantes, inclusive o comandante proprietário do barco, de nome Milhomes.

No dia imediato, liguei-me com esse senhor, a fim de ajustar a nossa viagem a Porto Nacional, ficando acertada para o dia 24, a preço de 15 mil réis por passageiro. No total de 120 mil réis, correspondente a 8 pessoas, inclusive uma criança.

CAPÍTULO 12

VIAGEM PARA PORTO NACIONAL (VIA RIO TOCANTINS)

Às 12 horas do dia 24 de junho, empreendemos viagem para Porto Nacional, pelo Rio Tocantins, com os Tenentes Nelson e esposa, Tenente Wandenkolk, Cabo José dos Santos, sua mulher e filho menor, e meu ordenança, Soldado Leontino. Ao nosso embarque, compareceram pessoas amigas, que nos desejaram boa viagem.

A embarcação de 8m de comprimento por 1,5m de largura conduzia, além dos passageiros, mais quatro tripulantes, inclusive o comandante Milhomes, no total de doze pessoas. O barco tinha na proa uma coberta de palmas de buriti, estivado no fundo com paus roliços para preservar bagagem e mantimentos da umidade.

As mulheres e o Tenente Wandenkolk, que não tinham chapéus, ficaram no abrigo da proa, e os outros nos bancos transversais.

Ao som da buzina de chifre de boi soprada pelo comandante, o barco, lentamente, foi se afastando do porto, impelido pelos remeiros que o conduziam ao leito do rio, de onde descia,

majestosamente, o grande caudal, enquanto os passageiros sofriam no rosto a ardência do causticante Sol. Posteriormente, substituindo as zingas, os remeiros utilizaram os remos, porque o rio, largo e profundo, estava semirrepresado pelo travessão de Santa Tereza, mais distante. Nesse local, chegamos às 15 horas e não obstante a fúria das cachoeiras, o barco superou galhardamente os tropeços, enquanto passageiros baldeavam por terra longo trecho, conduzindo suas bagagens. Trinta minutos foi o tempo gasto nessa travessia; reembarcamos, e a viagem prosseguiu, agora com a temperatura mais amena.

Às 17 horas, desembarcamos numa bonita praia na confluência dos rios Santa Tereza e Tocantins, para pouso da tripulação, enquanto nós, passageiros, fomos pernoitar na Fazenda Angicos, do senhor Luís Feitosa, abastado fazendeiro da região, que nos hospedou cordialmente. A fazenda fica num pontal entre os dois rios citados, num terreno fértil. O seu proprietário, além de pecuarista, é também agricultor. Sempre gentil, levou-nos a conhecer as benfeitorias e as plantações da fazenda. Mostrou-nos currais, chiqueiros de porcos e bezerros; pomar de variadas frutas, bananal, cafezal, canavial e a destilaria de aguardente, ocasião em que nos serviu saboroso aperitivo de um produto conservado há mais de dois anos, misturado com sementes de imburana, num barril de bálsamo. Que excelente pinga!...

Na bica de um grande monjolo, tomamos banho e fomos jantar. Saborosos guisados nos foram servidos: peixe frito com molho, galinha assada, ovos, tutu de feijão, arroz etc. Por sobre-mesa, doce de mamão com queijo e aromático café. No terreiro da casa, sob o clarão da Lua em quarto crescente, batemos papo até altas horas da noite.

Na manhã seguinte, fomos servidos de leite quente no curral e, depois, café com gostosos beijos de polvilho. Ao nos

despedirmos, esse ilustre amigo nos presenteou, a cada um, com 1 litro de pinga. Às 9 horas do dia 25, prosseguimos a viagem. Navegando de zinga e remo, o batelão descia o imenso rio, pelos flancos direito ou esquerdo, desviando-se sempre das variações acidentadas do seu leito. Em alguns trechos, as águas, pela força das enchentes, desmoronaram barrancos de vários metros de altura, arrancaram árvores gigantescas, levadas pela fúria das correntezas. Ao chegarmos ao travessão de pedra, descemos do batelão e fizemos a baldeação de mais de um quilômetro, contornando todo o trecho de passagem difícil e perigosa, enquanto os remadores, enfrentando os perigos, desviavam o batelão das pontas de pedras nos canais tortuosos das correntezas, num lance indescritível de perícia e bravura. Nessa luta titânica, venceram mais uma etapa da grande jornada fluvial.

Nesse interregno, as mulheres prepararam o almoço, que constou de ótima sopa de peixes (tucunarés) pescados a tiros de mosquetão pelo Tenente Nelson. Depois da refeição, reembarcamos e, num ritmo moroso, a viagem prosseguiu sob um calor abrasador, até as 17 horas, quando acampamos numa ilha de praia belíssima, em frente à barra do caudaloso Rio Santo Antônio, à margem esquerda do Tocantins, onde pernoitamos.

Às 7 horas do dia 26, prosseguimos nossa jornada fluvial. Navegar na parte da manhã, livre do sufocante calor, é algo agradável. À medida que descíamos o rio, víamos bandos de marrecos, patos, jaburus e várias outras aves aquáticas. Nas praias distantes, avistávamos antas, capivaras, veados, quatis e macacos que desciam ao rio para beber água, inclusive gado curraleiro que, visto de longe, dava a impressão de bode ou carneiro. O rio vai se avolumando à proporção que recebe águas dos grandes afluentes, ao longo do seu curso sinuoso, tanto na margem direita, como na esquerda.

O colorido verde-claro da imensa massa d'água permitia visualizar o fundo cascalhado do seu leito, nos pontos mais rasos. Ao meio-dia, com a temperatura bastante elevada, paramos numa pequena praia para o almoço. Enquanto a boia era preparada, fui com o Tenente Nelson num arraial de nome Ipueiras – um quilômetro à margem direita do rio –, comprar pinga e palha de milho para cigarros dos remeiros. Esse arraial, de poucos casebres cobertos com folhas de buriti, tinha uma população subnutrida e, na maioria, doente de malária. Nem sei como essa gente podia sobreviver nessa imensidão deserta, esquecida do mundo.

Retornamos ao nosso bivaque, trazendo as mercadorias de que precisávamos. Depois do almoço, prosseguimos a viagem, sob um calor excessivo. À proporção que nos aproximávamos do Travessão do Comandante, o rio, represado num grande trecho, corria entre barrancos de mais de 15 metros de altura cobertos de extensos babaçuais.

Finalmente, depois de navegarmos cerca de duas léguas, às 15 horas, chegamos ao referido travessão, um dos muitos obstáculos que emperram a navegação do Tocantins. Saltamos do batelão e fizemos baldeação por terra, enquanto o barco descia parte do percurso amarrado por fortes laços, remado e apoiado por varejão. Perdeu-se enorme tempo para vencer as corredeiras. Daí à barra do Rio Crixás, o batelão, de bubuia e remo, navegou serenamente.

Acampamos numa praia de branca areia à margem direita do Tocantins. A união das águas desses rios forma um estuário de mais de um quilômetro, com muitas ilhotas que dividem o rio em pequenos canais, fáceis de se transpor a vau, durante a seca.

Arranjamos as camas com folhas de capim seco. Sob o clarão do luar, pescamos os peixes para o almoço. Numa praia

não se consegue dormir tranquilo. A todo instante o sono é interrompido por batidas de peixes afugentados por botos, jacarés e ariranhas, que os caçam para alimentar-se, e por ruídos de antas, capivaras e tantos bichos que vão ao rio para mitigarem a sede. Morcegos e aves noturnas voluteiam no ar, quebrando com seus guinchos o silêncio da noite.

Na manhã seguinte, 27 de junho, levantamos o acampamento, às 7 horas e, com céu nublado, iniciamos mais uma jornada, como sempre, monótona e cansativa dentro de um barco apertado que nos obrigava a alterar as posições nos bancos, expediente que pouco ou nada resolvia. Às 11 horas, estacionamos numa pequena praia à direita do rio, na entrada do canal da Conceição, para o almoço. Aproveitando a parada, fomos à pesca.

Escolhido o pesqueiro numa ponta de barranco, ouvimos roncos que vinham das profundezas do poço, que supusemos ser de um grande jaú ou de outro bicho qualquer, que nos impediu de pescar. Contando essa ocorrência ao comandante Milhomes, esse foi ao local, ouviu os roncos e desvendou o mistério, dizendo-nos tratar-se de boiuna (cobra grande) que raramente sai de sua toca, razão por que não é muito conhecida. Alimenta-se de animais e peixes. Contou-nos, na oportunidade, que um canoeiro, quando amarrava a canoa no recanto de um barranco, foi pego por uma boiuna, mas a golpe de facão, conseguiu matá-la. Sozinho, ele não deu conta de tirá-la d'água, o que fez com a ajuda de 3 companheiros. Essa cobra, acrescentou Milhomes, tinha 60 palmos de comprimento, sendo encontrados no seu intestino, já em estado de decomposição, 2 veados e 3 botos grandes.

Fica esta história contada pelo nosso barqueiro para quem quiser acreditar.

Prosseguindo a viagem, às 15 horas, atingimos o grande canal da Conceição, onde o rio corre apertado num estirão de duas léguas, entre paredões altos de barrancos, para, no final, dividir-se em dois braços, formando a bonita e comprida Ilha da Conceição, em frente à barra do rio de mesmo nome. Paramos na ponta dessa ilha para os remadores prepararem sua merenda, conhecida por jacuba, constituída de farinha de puba, rapadura e água. Num prato fundo ou cuia, misturam-se os ingredientes e vão bebendo a água adocicada para depois comerem a papa formada com a fermentação da farinha. Fumando cigarro de fumo que eles mesmos preparam de aroma desagradável, empanturrados, deitam-se nas moitas para a sesta.

Às 15 horas, continuamos a navegar, descendo de bubuia num estirão curvo do rio para logo depois enfrentarmos a grande cachoeira do Cachimbo. Vencido mais esse grande obstáculo, depois de duas horas de luta, às 17 horas, acampamos para o pernoite numa ilha, um quilômetro abaixo da cachoeira. Nesse pouso, foi a melhor pescaria que fizemos. Além de peixes de pequeno porte, fismos na pinda uma piratinga de 8 palmos.

Despertamos às 6 horas, já com os raios solares dourando as copas das árvores que margeiam o rio, ouvindo o alarido de araras e papagaios que esvoaçavam no coqueiral distante.

Tomamos café e arrumamos a bagagem no batelão para o prosseguimento de nossa grande e fatigante viagem, no majestoso Rio Tocantins. Às 7 horas do dia 28, zarpamos e, às 9, estacionamos para o almoço na Ilha das Tartarugas. Enquanto se preparava a comida, aproveitamos o tempo para procurarmos ovos de tartaruga. Vimos muitos vestígios desses répteis anfíbios na praia, mas não encontramos seus ninhos.

A ilha é abundante em caças. Avistamos capivaras, jacarés, lontras, marrecão, marrecos, patos e jaburus. Divisamos enormes cardumes de beradeiras (peixes da família da sardinha, que nadam na beira do rio). Tomamos refrescante banho e

voltamos ao bivaque para pegarmos a boia. Depois do almoço não fizemos a sesta habitual porque os canoieiros queriam ganhar tempo para cruzarem a perigosa Carreira Comprida, com folga para descansar e pernoitar. Por isso, às 12 horas, com o Sol abrasador, a viagem prosseguiu, descendo-se o rio de zinga e remo, num canal estreito e curvo, de barrancos altos e escavados pelas enchentes.

Às 17 horas, chegamos à entrada do principal canal da grande afamada Carreira Comprida, também conhecida por Cachoeira Comprida. Antes de enfrentá-la, os canoieiros muniram-se de corda e varejão, meios indispensáveis para sustentar o barco nas travessias. Nós, os passageiros, contornamos a pé os obstáculos mais perigosos, em trilheiros pedregosos à margem esquerda do rio, que se alarga num leito todo acidentado de canais e travessões de pedras com seguimentos de mais de 6 quilômetros. Os canoieiros já acostumados, venceram com muita bravura os tropeções num zigue-zague tremendo dos solavancos na corrida vertiginosa do barco nas corredeiras, desviando-se dos rebojos formados nos recônditos das rochas.

Passava das 18 horas, quando o batelão, salvo dos precipícios dos travessões, aportou um quilômetro abaixo da cachoeira, onde acampamos numa pequena e bonita praia de areia muito alva. Na manhã seguinte, 29 de junho, tomamos café e trocamos de roupa. Era a última jornada a vencer. Porto Nacional estava distante apenas 15 quilômetros.

Às 8 horas rumamos rio abaixo, navegando de bubuia e remo, num estirão quase reto do rio, com largura média de 600 metros. Às 10 horas e 30 minutos, o comandante Milhomes anunciava a nossa chegada com o toque de buzina de chifre de boi. Para atracar no porto, o batelão saiu do canal do rio, deu uma guinada para a margem direita e, serenamente, aportou.

PORTO NACIONAL

Desembarcamos e nos dirigimos para o centro da cidade. Hospedamo-nos na pensão de dona Judith, apelidada de Juju.

Porto Nacional tem raízes históricas ligadas a um passado remoto. Habitada por forasteiros oriundos, na maioria, dos Estados do Nordeste, os seus costumes são diferentes dos costumes dos goianos do sul. De aspecto antigo, as ruas e praças da cidade não têm planejamento homogêneo. As casas residenciais são antigas e, na maioria, de pau a pique, como a da pensão de dona Juju, de cômodos grandes e bem arejados para abrandar o calor da região.

Na pensão, não se usava cama. Os hóspedes dormiam em redes armadas nos portais dos quartos ou na ampla varanda.

Simples refeições desacompanhadas de verduras, sobretudo hortaliças.

Os negociantes importavam de Belém do Pará, Marabá e Carolina os produtos que comerciavam na praça. Havia na cidade bom colégio dirigido por freiras dominicanas e um mosteiro de frades da mesma ordem, erigido junto ao grande templo devotado à Senhora das Mercês, padroeira do lugar.

À tarde desse dia (29), assistimos à piedosa procissão de São Pedro, com grande acompanhamento dos fiéis e, à noite, acompanhados do senhor Luiz C. Broum, juiz de Direito da comarca, visitamos o senhor Frederico Ferreira Lemos, conhecido por seu Derico, prestigioso chefe político local que, à porta de sua casa, numa roda de amigos, recebeu-nos cordialmente.

A palestra que mantivemos com seu Derico foi muito variada, mas o assunto principal girou em torno da ocupação da cidade pela coluna revolucionária de Luiz Carlos Prestes, chefe da revolução paulista de 1924. Entrementes, no centro da animada

roda, adentrou um empregado doméstico conduzindo grande bandeja de prata, com cafeteira e xícaras de porcelana e serviu aos presentes delicioso café. Interessante: segundo velho hábito, após o café, os visitantes foram-se despedindo, um a um, do velho sexagenário, alguns tomando-lhe a bênção, porque seu Derico dormia, cedo.

Sempre acompanhado do juiz referido, perambulamos pela cidade, para conhecê-la. Às 22 horas, retornamos à pensão para o pernoite.

Despertamos às 6 horas da manhã, ao som do sino da Matriz, chamando os fiéis para a santa missa. Fomos assisti-la, oportunidade, também, em que conhecemos o interior da grande nave.

De volta à pensão, depois do café, procuramos o motorista de um caminhão e dele compramos 7 passagens para Tocantínia, para o nosso transporte e dos companheiros, a 40 mil réis por passagem, ficando a viagem marcada para 1º de julho, terça-feira.

CAPÍTULO 13

VIAGEM PARA A VILA TOCANTÍNIA

Às 6 horas da manhã do dia 1º de julho, deixamos a cidade de Porto Nacional e rumamos de caminhão para a vila de Tocantínia.

Às 12 horas, estacionamos na Fazenda Lajeado para o almoço. Depois da refeição, fomos ver a Cachoeira do Lajeado em companhia do Tenente Nelson e do fazendeiro, que nos serviu de guia.

É impressionante o pedregal espalhado no leito do Rio Tocantins, formando travessões, cataratas, canais e correntezas cheias de pontas de pedras e rebojos perigosos. Disse-nos o fazendeiro que o nome “lajeado” – dessa cachoeira – provém do Rio Lajeado que, nesse local, faz barra com o Tocantins e adiantou-nos que outras cachoeiras, como as de Todos os Santos, Quebra Coco, Corredeira dos Pilões e Cachoeira dos Mares, impedem na seca a navegação de lanchas e motores, mas o rio é praticamente navegável durante as cheias, quando os empecilhos estão submersos. Sob um Sol abrasador, andamos pelo cascalho da margem direita do rio num bom trecho, para ver-

mos de perto a famosa cachoeira que fica a um quilômetro da fazenda, de onde se ouvem os roncoss.

Regressamos dessa pequena excursão e prosseguimos a nossa jornada para Tocantínia, que estava muito distante.

A essa vila chegamos às 18 horas, bastante fatigados de uma viagem na carroceria de caminhão, por péssima estrada de rodagem, cheia de perigosos mata-burros de bica. Desembarcamos numa pensão e nela nos hospedamos com o Tenente Wandenkolk e nosso ordenança, Soldado Leontino. Muito acalorado, fomos banhar num córrego não muito distante e retornamos do refrigerante banho para o jantar, servido num recinto mal-iluminado por lamparina de querosene. O *menu*, muito simples, consistiu de fritada de ovos com peixes espinhentos, arroz e feijão.

A pensão era instalada num grande rancho, edificado numa praça, coberto de palmas de babaçu com divisórias internas dessas mesmas folhas.

Nesse dia, a hospedeira festejava seu natalício. Comemorando a efeméride, parentes e amigos foram cumprimentá-la, levando-lhe presentes para, segundo o costume, serem leiloados, revertendo a renda em dinheiro para a aniversariante. Apesar de cansados da fatigante viagem, a nossa presença foi indispensável no forró da festa, até o final. No leilão, alguém ofertou-nos um “mangulão” (bolo de raspas de mandioca parecido com manê, mas perde para este em feitura e sabor).

Deitei-me muito tarde e não dormi tranquilo. Enquanto o Wandenkolk roncava como uma cachoeira, eu dormia seminu, numa rede pequena, desajeitado. Duas coisas me perturbavam: a falta de notícia dos familiares e o calor sufocante da região. Na manhã seguinte, tomei péssimo café e saí com o Leontino.

Descemos ao porto de onde contemplamos a imensidão tranquila das águas do Rio Tocantins, numa largura de mais de 500 metros. Divisamos bandos de patos selvagens, colhereiros,

garças e outros tipos de aves aquáticas, que sobrevoavam a praia à procura de alimentos, numa algazarra sem limites. Inesperadamente, desembarcou de uma ubá (canoa indígena) um pescador com boa cambada de peixes, prenunciando-nos a chegada de um barco, nesse dia, procedente de Belém do Pará.

Deixamos o porto e saímos a passeio pela vila, àquela hora, 6 da manhã. Tocantínia tem muita semelhança com sua coirmã, vila do Peixe, e desta difere apenas por ter um comércio intenso e um porto fluvial que ancora barcos motorizados, com passageiros e cargas, mas em compensação, Peixe tem melhores prédios e hospedarias confortáveis. A estrada de rodagem que liga Porto Nacional a Tocantínia foi construída ante as imensas cachoeiras que o rio tem no percurso dessas duas povoações.

Para matar o tempo, fui com o Tenente Nelson e o delegado de polícia pescar no Rio Piabanha. O trajeto, que não ia além de três quilômetros da vila, nós o fizemos a pé, sob escaldante Sol. O rio não é caudaloso, mas corrente e sombrio, muito piscoso em peixes de pequeno porte. Divertimo-nos bastante e pegamos peixes para uma boa sopa.

De volta à vila, ouvimos o apito do motor que chegava. Fomos vê-lo. Com o nome de “Almirante Saldanha”, o barco estava ancorado no pequeno porto, sendo descarregado pela tripulação que conduzia as mercadorias para depósito contíguo. Procurei o seu comandante para providenciar o nosso transporte – meu e dos companheiros – a Pedro Afonso, ocasião em que fomos informados da viagem dessa embarcação, de Belém do Pará a Tocantínia, duas vezes ao mês, num percurso de 900 quilômetros, com escalas nas povoações ribeirinhas do Tocantins. Na oportunidade, requisitamos 7 passagens para Pedro Afonso, por conta do governo do Estado.

Quinta-feira, 3 de julho, despertei às 6 horas da manhã, depois de uma noite de insônia. Como fazia muito calor, fui me

banhar no rio Tocantins. Nessa hora, não encontrei ninguém no banheiro reservado aos homens, que ficava na pequena volta do rio, na encosta de um penhasco. Aí nesse recanto, contemplei a imensidão do rio que corria, tranquilamente, num leito largo de margens altas. Vi bandos de variadas aves em voos rasantes, subindo ou descendo o rio, num linguajar barulhento. Ouvi cânticos de jaós, inambus, seriemas, ao longe; dos sabiás que faziam coro com os bem-te-vis, nos galhos do arvoredor. A volumosa massa d'água verde-clara do Tocantins exalava vapores que interceptavam os raios solares, coados na ramagem das árvores. Tudo isso era a sinfonia de mais um dia que nascia e que, somado aos passados, totalizavam 30 dias de saudosa ausência da esposa e filhos. Depois de um refrescante banho, voltamos à pensão para o café, aliás, muito fraco, com bolinhos de polvilho.

Às 11 horas, na companhia dos Tenentes Nelson e Wandenkolk fui almoçar com o delegado de polícia, em sua residência. Há muito que não comíamos guisados tão gostosos: capão assado (frango castrado, prato predileto dos nortistas), arroz de forno e ensopado de peixes foram os excelentes pratos que deglutimos gulosamente, com saborosos aperitivos, doce de buriti como sobremesa e aromático café encerraram com chave de ouro a dadivosa refeição ofertada pelo nosso anfitrião.

JORNADA FINAL

Às 17 horas, embarcamos para Pedro Afonso no "Almirante Saldanha". A embarcação, de 12 metros de comprimento, por 2 de largura e 3 de altura, era impulsionada por um motor a diesel de 120 hp, com velocidade média de 40 quilômetros horá-

rios. Conduzia uma carga de 500 quilos de cristal de rocha, para uma firma americana de Belém do Pará, mais 8 passageiros e 6 tripulantes, inclusive o comandante.

De Tocantínia a Pedro Afonso, num curso de 120 quilômetros, o rio Tocantins é perfeitamente navegável. Suas margens são cobertas por extensos babaçuais. A navegação é tranquila, e o rio mais caudaloso pelos vários afluentes que recebe.

A tarde foi caindo e veio a noite. Não se divisava nada. No interior do barco, no espaço da popa a proa, iluminado por pequena lâmpada elétrica, os passageiros acomodaram-se, uns sentados em suas bagagens, outros nos surrões de couro cheios de cristal. Bem ou mal-instalados, num barco cargueiro, para os nossos companheiros, que sofreram as agruras durante 5 dias, no transporte a batelão, essa viagem em motor, comparativamente, era maravilhosa!

Na proa do barco, o piloto, solitário e atento, comandava no leme as marchas do motor por batidas convencionais de uma sineta instalada na cabine da máquina, onde o atento mecânico alterava a velocidade do barco.

Subi ao tombadilho, de onde contemplei a escuridão e perguntei ao comandante por que a embarcação não tinha farol. Respondeu-me que o reflexo da luz n'água forma ondulações que perturbam o piloto na direção do barco, e continuou: "O piloto é perito e, pela prática que tem, conhece os acidentes naturais do leito do rio".

Às 19 horas fomos servidos de um cafezinho, ocasião em que perguntei ao cozinheiro o horário da chegada a Pedro Afonso. "Às 20 horas e 30 minutos", foi a resposta. Exatamente nesse horário, ouvimos o silvo do motor, anunciando a chegada ao pequeno porto de Pedro Afonso, à margem direita do Tocantins.

Fomos, ao desembarque, recepcionados por autoridades e pessoas gradas, que destacamos: Dr. Paranaíba Santana, juiz de Direito da comarca; bacharel Waterlôo Guimarães, promotor público; José de Souza Porto, subdiretor da Secretaria da Fazenda; 1º Tenente José F. Póvoa, comandante da Companhia Isolada da Polícia Militar; 1º Tenente farmacêutico da companhia, Timóteo; e funcionários públicos lotados na subdiretoria da fazenda estadual: Júlio Nóbrega, Frederico de Medeiros, Alberto Silva, Luiz Guimarães e outros.

Na residência do Tenente José Póvoa, servimo-nos de um lanche.

ASSUNÇÃO DE COMANDO

Na manhã de 7 de julho, assumi o comando da Companhia Isolada e, cumulativamente, o cargo de delegado especial de polícia do município de Pedro Afonso, em substituição ao Tenente Póvoa, que os exercia, temporariamente.

CAPÍTULO 14

ASPECTOS DA CIDADE DE PEDRO AFONSO

Pedro Afonso, velha cidade nortista, como suas coirmãs, de praças com frondosas mangueiras, de casas velhas, de ruas desalinhadas, de quintais sujos, cercados de tapumes e arame, está edificada na confluência dos rios Tocantins e do Sono, estendendo-se para o Sul e para o Leste, num terreno plano e elevado.

O outrora, o município foi um dos maiores do Estado e a cidade uma das mais progressistas, com densa população e intenso comércio; mas em 1914, foi assaltada por bandoleiros, que massacraram os moradores e roubaram os comerciantes. No conflito, algumas pessoas pereceram, outras fugiram e poucas permaneceram na cidade. Dessa selvagem chacina, ainda existem casas com portas e janelas perfuradas a bala. Depois de longos anos de decadência, a cidade, aos poucos, foi adquirindo vida social e comercial com imigração de novos habitantes, na maioria nordestinos, atraídos pela mineração de cristal de rocha e ouro, abundantes na região.

Várias cidades, vilas e distritos nortistas sofreram as tropelias nefastas da politicagem desenfreada e homicida. A chacina

de São José do Duro (Dianópolis), onde uma família inteira foi barbaramente assassinada, forçou o Governo do Estado, diante do clamor público, a enviar para a região conflagrada o Secretário da Segurança Pública com um contingente do Batalhão de Polícia. Essa tropa, terminada a missão daquela autoridade, foi transferida para a 5ª Companhia do mesmo Batalhão, recém-criada na cidade de Natividade e, mais tarde, extinta com a redução de 30% (em novembro de 1930) do efetivo da unidade.

Posteriormente, fundou-se em Pedro Afonso a subdiretoria da Secretaria da Fazenda, e a 4ª Companhia da Polícia Militar, sendo o seu primeiro comandante o Capitão Agenor Francisco Santiago.

Esses órgãos públicos concorreram para melhorar o padrão de vida da cidade. Todavia, a falta de recursos, as dificuldades de transporte e a diversidade do clima da região contribuíram para a instabilidade dos funcionários e militares que não se adaptavam ao meio.

Outro fator que dificultava a sobrevivência de funcionários e militares era a deficiente arrecadação das rendas públicas do Estado, que não davam para quitar as folhas de pagamento dos servidores, que permaneciam sempre em atraso. Além disso, a cidade era desprovida de recursos; não tinha médico nem farmácia, como também ginásio ou grupo escolar; a instrução era primária e ministrada em escolas particulares. Apesar de extremamente católica, a população não tinha uma igreja ou capela para os cultos religiosos, mas não era desamparada pelo bispo de Porto Nacional, Dom Alano, que sempre visitava a cidade em peregrinação pastoral.

A Prefeitura, com poucos recursos orçamentários, nada podia fazer para melhorar as condições de vida da cidade que, na estiagem, não tinha água para as necessidades domésticas. Não obstante situar-se entre dois enormes rios, a população buscava o precioso líquido no Rio Tocantins em latas ou potes de barro, com enorme dificuldade para descer e subir as

rampas do rio, conduzindo na cabeça a carga pesada. Algumas famílias tinham para o penoso serviço um jumento encanhalhado e um condutor.

Uma vez por semana, o avião do correio militar fazia escala na cidade, trazendo pequeno malote de correspondências. Fora desse grande serviço, o Norte do Estado vivia na obscuridade.

Os comerciantes de tecidos, artigos de bijuterias e armazéns importavam as mercadorias de firmas de Carolina, no Maranhão, Marabá e Belém do Pará. O pequeno mercado da cidade funcionava num pardieiro, onde lavradores negociavam os produtos de suas roças. Peixes frescos, frangos, verduras e frutas eram comercializados nas vias públicas. A cidade não tinha cinema nem mesmo simples sala de projeção de filmes acionados a motor usados nas localidades desprovidas de rede elétrica. Existia uma estação de radiotelegrafia do Serviço Aéreo Nacional, que correspondia diretamente com Belém do Pará, especialmente para o atendimento do mencionado serviço. As diversões eram bailes (forrós), passeios de canoa no rio Tocantins, piqueniques e pescarias. Em resumo, a exposição acima retrata a cidade de Pedro Afonso, comércio e vida dos seus habitantes na década de quarenta.

A Companhia Isolada da Polícia Militar, instalada há mais de 6 anos, não tinha quartel. Estava acantonada num velho casarão em ruínas, situado na praça principal da cidade. A guarnição era pequena, não passava de 15 a 20 soldados e graduados, alguns portadores de malária, incapazes para o serviço. Sem efetivo para a instrução da tropa, as atribuições do comandante eram restringidas a um pequeno expediente de serviço burocrático na parte da manhã.

Além das funções de comandante, eu exercia, também, as de delegado especial de polícia do município. Nesse cargo, os meus afazeres eram maiores. A delegacia de polícia funcionava no mesmo prédio do quartel, nas proximidades da cadeia pública, um pardieiro em ruínas, onde estavam presos, aguardando

juízo, uns 20 lavradores, por crime de assaltos e assassinatos, que teriam cometido em aldeia indígena.

Detidos há mais de três meses, os presos, na maioria roceiros humildes, afastados de suas lavouras e da família, passavam sérias privações, encurralados numa casa igual a um chiqueiro, dormindo em redes e jiraus forrados com palhas, sem condições de trabalho, nem recursos para proverem às necessidades próprias e das famílias nas roças. A Prefeitura não tinha possibilidades de alimentar toda essa gente e tampouco a administração da companhia da PM.

Ante esse intrincado problema, resolvi que os detentos, já que não tinham culpa formada, ficassem em liberdade condicional, voltando para as suas casas e serviços das roças, porém, com a obrigação de se apresentarem semanalmente na delegacia de polícia.

DIA DO SOLDADO

Em 25 de agosto, organizei uma festa cívico-militar, para comemorar o Dia do Soldado, que constou de amplo programa, adremente preparado, tendo início às 7 horas da manhã, com o hasteamento da Bandeira Nacional, no mastro fincado em frente ao quartel da companhia da PM, com participação dos escolares que, no cerimonial, cantaram os Hinos Nacional e da Bandeira, ato que contou com a presença de grande público.

Seguiu-se missa campal celebrada por D. Alano, num artístico altar à sombra de frondosa mangueira. A solenidade contou com um coral de moças. Na homilia, D. Alano discursou sobre a personalidade de Duque de Caxias, patrono do Exército, demonstrando conhecimento da vida militar do invicto homenageado.

Terminada a missa, seguiu-se a parte esportiva do programa, que constou de corridas de 100, 1.000 e 1.500 metros, disputadas por rapazes; corridas de saco, para militares; corrida de 3 pés, para rapazes; quebra-pote, para meninas; corrida de jegues, 100 metros, para rapazes. A parte esportiva foi encerrada com uma partida de basquetebol de duração de 30 minutos, para moças. O pau de sebo foi a grande atração esportiva da garotada e dos marmanjos.

Às 10 horas e 30 minutos foi servido churrasco de duas vacas, num grande caramanchão coberto de palmas de babaçu, para mais de 300 pessoas. À noite, a partir das 19 horas, teve início a terceira parte do programa, que constou de uma sessão lítero-teatral, num palco erigido na praça, iluminada por lâmpadas elétricas de dois pequenos motores que forneceram luz para o prosccênio e para a plateia, completamente lotada de espectadores.

A sessão foi aberta com o cântico do hino “Duque de Caxias”, de autoria do ex-arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Correia. Discursou, em seguida, o 1º Tenente João Batista N. Guimarães, que discorreu sobre a vida militar de Duque de Caxias e razão de ser do 25 de agosto “Dia do Soldado”, festivamente comemorado pelo Exército Nacional. A parte teatral do programa constou de canções, monólogos e recitações por uma equipe de moças ensaiadas pelo musicista Orfeu Maranhão.

A festa foi encerrada com o cântico do Hino Nacional pelos escolares. Às 22 horas, realizou-se, na residência de Orfeu Maranhão, grande animador da festa, um alegre baile, que a sociedade pedroafonsina ofereceu aos oficiais da Companhia Isolada.

ACONTECIMENTO CONSTERNADOR

Sexta-feira, 5 de setembro, a população pedroafonsina foi abalada com o trágico acidente de que foi vítima o bispo D. Alano quando, às 18 horas, aproximadas, foi ao Rio Tocantins banhar-se e, ao se despir, desequilibrou-se e caiu na pequena praia úmida à beira d'água. Sem poder levantar-se, com dores na perna esquerda, chamou o acompanhante que o vigiava no alto da rampa. Esse desceu imediatamente, mas não podendo retirá-lo do local, foi à minha procura na casa do Tenente José Póvoa (mais próxima) em busca de socorro.

Incontinenti, corremos ao lugar, levando o Tenente Póvoa um lampião. Sem condições de transportar o bispo carregado, mandei que o Póvoa fosse ao quartel providenciar uma padiola e soldados para a remoção do acidentado. Providenciei, também, agasalhos para aquecê-lo do calafrio, servindo-lhe café bem quente. A notícia correu célere pela cidade e não tardou que uma multidão fosse ao local, conduzindo lampião, lanternas de pilhas, lamparinas de querosene etc. A fim de evitar atropelamentos, determinei ao Tenente Nelson que policiasse o povo, aglomerado nas bordas da ladeira, e não permitisse que pessoa alguma descesse ao rio.

Depois de uns 20 minutos de espera, o Tenente Póvoa, acompanhado de 6 praças e padiola, apresentou-se pronto para a remoção de D. Alano do local do acidente.

A operação durou cerca de 10 minutos, porque foi necessário forrar a padiola com um acolchoado para que o bispo fosse conduzido deitado e amarrado para o imobilizar. Ao longo da rampa destaquei pessoas com lampiões e lanternas para iluminar o trajeto. Quatro homens fortes e musculosos subiram vagarosamente a ladeira carregando a padiola nas mãos. Acompanhado pela multidão, o paciente foi levado à

casa paroquial, já isolada e policiada para evitar atropelamentos e invasão do povo.

Conduzido ao leito, ficou aos cuidados de algumas senhoras e do farmacêutico prático, Sr. Montano.

No dia imediato, o radiotelegrafista Joaquim Campos, do Serviço Aéreo Nacional expediu com destaque de urgência radiograma ao Major Brigadeiro Eduardo Gomes, íntimo amigo de D. Alano, certificando-o do ocorrido. Pediu-lhe providências para a remoção aérea do bispo para uma clínica especializada, medida, aliás, das mais acertadas, porque D. Alano tinha fratura no fêmur esquerdo.

Domingo, cerca das 11 horas, ouvimos roncões de avião que sobrevoava a cidade, aterrissando em seguida. O piloto, um tenente robusto e folgazão, acompanhado do radiotelegrafista Campos, depois de estar com o bispo, pediu nossa colaboração para embarcar D. Alano no avião.

Às 13 horas, acompanhado de grande cortejo, sob um Sol causticante, o paciente prelado foi carregado no leito para o aeroporto. O embarque foi penoso. Com muito sacrifício, conseguimos introduzir no pequeno avião do correio o acidentado e paciente D. Alano, deitado e amarrado numa estreita tábua acolchoada, disposta transversalmente no bojo do avião, operação que se processou sob promessas, votos e choros irrompidos da multidão, que se despedia do amado pastor. Foi uma cena consternadora!

O avião decolou, mas com surpresa geral, voltou, após cinco minutos, e aterrissou novamente. Que teria acontecido? Para tranquilidade de todos, nada acontecera. O piloto voltou à terra para fechar a porta do avião que, por descuido, ficara destrancada. Corrigida a falha, de novo decolou.

Eram 14 horas. Trinta minutos após, aterrissou em Porto Nacional e, às 18 horas, chegou a Goiânia.

PESCA DE UMA PIRATINGA

Pescar no rio Tocantins constituía a melhor diversão para as pessoas que gostavam desse esporte. Como já me referi, Pedro Afonso era uma cidade vazia, sem entretenimento algum.

Matava-se o tempo e a ociosidade, tanto a garotada como adultos, pescando.

Era precisamente o que o Tenente Nelson e eu, sempre fazíamos, quando os peixes de couro estavam desembuchados (na opinião de velhos pescadores, peixe de couro na Lua nova não fiska em anzol porque fica embuchado e não come). Por incrível que pareça, nessa fase da Lua jamais pegamos um peixe de couro, por pequeno que fosse.

Numa tarde de setembro, partimos para uma pescaria no leito do rio Tocantins, com a finalidade de pescar grandes peixes: eu, o Tenente Nelson e dois remadores – José e Maricota, ambos serviçais do Tenente Póvoa. Eram 17 horas quando embarcamos numa grande canoa (conhecida no norte por montaria). O José no leme, e o Maricota no remo; subimos o rio cerca de 500 metros, para, alcançando o canal, navegarmos água abaixo de bubuia. O Nelson iscou um papa-terra (curimatá) no anzol encastado numa linha larga de fibra de tucum; eu, com boa linha e anzol, usei isca de vísceras de porco. A canoa descia atravessada com os remeiros que a dirigiam, um na proa e o outro na popa. O Nelson e eu ocupamos os bancos do centro para pescar.

Perto da barra do Rio do Sono, a cem metros aproximados, o Nelson sentiu fortes puxões na linha e nos avisou, suspeitando de que um peixe acompanhava a isca. Ante a advertência, retirei o meu anzol, deixando o espaço livre na canoa para o Nelson fiska-lo, fato que ocorreu ao entrarmos no grande lago formado pela junção dos rios Tocantins e do Sono.

Com muita força, comparável a motor de popa, o peixe puxou a canoa uns cem metros rio abaixo. Cansando-se, cedeu à fúria; porém, puxado lentamente para junto da canoa, tangida para o barranco, retrocedeu, arrancando-se de novo e arrastando a canoa para o meio do rio, descendo um bom trecho. Já era noite, e a luta continuava com o peixe dominando a embarcação todas as vezes que os peritos remadores tentavam atracá-la.

Prevendo uma possível virada da frágil embarcação, despejando-nos na água, o que seria uma tragédia, na imensa escuridão, tive ímpeto de cortar a linha, mas o José e o Nelson foram contrários, alegando que o peixe já estava cansado e não tinha fôlego para novas arrancadas. Remada para a margem, a canoa arrastava o enorme animal entregue pelo cansaço na superfície d'água. Dessa feita, conseguimos encostá-la no barranco escarpado e amarrá-la.

Com focos de duas lanternas, a distância de cinco metros, aproximados, o Nelson abateu o peixe com certo disparo de mosquetão, que o atingiu na cabeça, provocando contorções que sacudiram a embarcação e a todos nós que estávamos embarcados. Completamente dominada e virada com a barriça para cima, o José e o Maricota levaram a enorme piratinga para as bordas da canoa e, na impossibilidade de embarcá-la, amarraram-na popa, sendo puxada a reboque.

Eram 22 horas quando desembarcamos na cidade. O enorme peixe foi conduzido à casa do Tenente Póvoa por 4 pessoas. O monstro pesou quatro arrobas e tinha 15 palmos, medidos da ponta do rabo à cabeça. Essa foi a última pescaria que fiz no rio Tocantins, de gloriosa memória.

Domingo, dia 21 de setembro, na parte da manhã, recebi do comandante Heródoto um radiograma, ordenando-me passar o comando da Companhia ao Tenente Nelson e recolher-me com possível urgência à sede da corporação, a fim de assumir a chefia do Estado-Maior da Polícia Militar. Não demorou que a notícia corresse na cidade (o próprio radiotelegrafista encarregou-se de divulgá-la).

Regozijando-me com o acontecimento, fui cumprimentado pelos colegas e amigos que me ofereceram um coquetel no bar de Ademar Amorim, ponto das nossas reuniões e bate-papos para aperitivos.

A 26, véspera do meu retorno a Goiânia, fui homenageado com um jantar na residência de Orfeu Maranhão, com a participação dos colegas, amigos, senhoras e senhoritas da elite social. Ofereceu-me o ágape¹³ o bacharel Waterlôo Guimarães que, na sua alocução, teceu elogios à minha gestão no comando da Companhia Isolada e lembrou a festa do Dia do Soldado, acontecimento cívico-militar que a cidade de Pedro Afonso jamais assistiu.

Emocionado, agradei a carinhosa homenagem, tão amiga e sincera, das pessoas presentes, estendendo esse reconhecimento ao promotor Waterlôo pelos encômios que muito me sensibilizaram. À noite, houve animado baile de despedida, que se prolongou até altas horas da noite.

Às 13 horas do dia 27, sábado, acompanhado do funcionário da Subdiretoria da Fazenda, Alberto R. Silva, e do meu ordenança, Soldado Leontino, embarquei para Goiânia, na lancha "Ben-vinda". A lancha era uma embarcação original: compunha-se de dois grandes barcos; um, exclusivamente para passageiros e carga; outro, para a maquinaria (motor, caldeira, acessórios e lenha).

Amarrado por um cabo de aço de uns 10 metros de comprimento, o barco de passageiros navegava rebocado pelo barco a vapor. O deslocamento dessa lancha não passava de 6 quilômetros horários. A viagem era fastidiosa, sofrendo os passageiros a inclemência de um calor abrasador, numa gaiola coberta de folhas de buriti, de 10 metros de comprimento por 2,5 de largura, com pequeno espaço para a cozinha. As pessoas que possuíam redes, prendiam-nas em ganchos próprios e viajavam refesteladas; as que não possuíam, descansavam e dormiam em cima de suas bagagens, num canto qualquer. Essa viagem foi a pior que fiz, pelo desconforto, monotonia e má alimentação.

A lancha não navegava à noite. Por isso, às 18 horas, estacionou-se para o pernoite, na barra do Rio São João, a margem esquerda do Rio Tocantins.

Prosseguindo a viagem na manhã seguinte, a embarcação parou numa pequena ilha na foz do Rio dos Bois, para abastecer-se e, às 18 horas, sob grande temporal, estacionou-se na barra do Rio Piabanha, à margem direita do Tocantins.

Finalmente, às 10 horas do dia 29, desembarquei com meus companheiros, Alberto e Leontino, em Tocantínia e, à tarde, viajamos de caminhão para Porto Nacional, chegando às 11 horas do dia 30 de setembro.

Na pensão de Dona Judith (Juju), onde ficamos hospedados, fui informado de que o indivíduo conhecido por Bacaba, residente na cidade, fretava viagem de canoa para a Vila do Pei-

¹³ Banquete (jantar) de confraternização.

xe. Mandei que o Sargento Rodrigues do Destacamento policial o procurasse e, não tardou, o procurado Bacaba se apresentou para a viagem, cobrando a importância de cento e cinquenta mil réis pelo transporte, correndo as despesas de alimentação por minha conta.

Combinamos a viagem para o dia seguinte, 1º de outubro, oportunidade em que adiantei ao mesmo a quantia de cinquenta mil réis para a compra de mantimentos.

VIAGEM DE RETORNO À VILA DO PEIXE

Às 7 horas do dia 1º de outubro, quarta-feira, embarcamos – eu, o funcionário da Secretaria da Fazenda, Alberto R. Silva e meu ordenança, Soldado Leontino – na montaria (canoa grande) tripulada por Bacaba e dois remadores.

Às 11 horas, depois de superarmos as correntezas da afluente “Carreira Comprida”, a tripulação encostou o barco para o almoço, já preparado de véspera.

Após a sesta, embarcamos e, sob causticante Sol, subimos o caudaloso Rio Tocantins a remo, auxiliado por zinga, impulsionada pelos musculosos remadores. Às 17 horas, atracamos para o pouso, numa bonita praia à foz do Rio São Francisco.

Afogueado pelo intenso calor que me obrigava a banhar nas paradas, fui acometido de forte constipação. Com muita indisposição, coriza e dor de cabeça, tomei dois comprimidos de Guaraína e repousei na rede, afastado do rio. Dormi bem à noite e despertei completamente bom para a nova jornada. Na manhã do dia 2, prosseguimos a viagem, alcançando, às 13 horas, o Travessão do Comandante.

Enquanto os valentes remeiros ultrapassavam as cachoeiras, fizemos baldeação por terra em trilheiros pedregosos, das

barrancas do rio, conduzindo a bagagem na cabeça. Eram 18 horas quando encostamos para o pernoite nesse mesmo lugar, vencidas as cachoeiras.

Na manhã seguinte, dia 3, continuamos a navegar, pouso às 17 horas na barra do Rio Manoel Alves. Desse pouso, zarpamos às 7 horas do dia 4, alcançando a barra do Rio Santo Antônio às 13 horas, ponto de parada para o almoço e sesta dos tripulantes.

Aproveitei essa folga para pescar no piscoso rio. Num recanto de barranco, poucos metros acima da barra, usando isca de perereca, em menos de meia hora, peguei duas matrinhãs e um barbado de 3 palmos. Esses peixes, preparados e fritos pelo Bacaba, foram o *menu* do nosso jantar, no acampamento do Travessão das Pedras.

Às 6 horas da manhã do dia 5, prosseguimos a viagem. O céu estava nublado, ameaçando chuva; que não aconteceu, mas serviu, entretanto, para nos proporcionar uma navegação tranquila, com a temperatura amena, sem o causticante Sol. Às 11 horas, alcançamos a barra do Rio Santa Tereza. Enquanto a tripulação preparava o almoço, fomos à Fazenda Angicos (a mesma que nos hospedou quando descemos para Porto Nacional), do agricultor Luís Feitosa. Infelizmente, não o encontramos. Havia viajado para Anápolis com a família, mas mesmo assim, fomos presenteados com laranjas e bananas pelo capataz da fazenda.

Depois de deglutir a rotineira boia maria-isabel – com peles de toucinho no feijão, às 13 horas, após a sesta, continuamos a viagem, chegando à vila do Peixe às 18 horas. Hospedamo-nos na Pensão Vida Nova, do senhor Benvenuto de Queiroz, depois de cansativa viagem de 5 dias, cobrindo a distância de 300 quilômetros.

TRÁGICO ACIDENTE

Na manhã do dia 6, expedi um radiograma para a minha esposa, comunicando-lhe meu retorno e parabenizando minha filha pelo seu aniversário. Não tinha data marcada para continuar a viagem; aguardava com os meus companheiros a chegada do caminhão do correio.

Nesse ínterim, o comerciante José Claudino chegou à Vila com um caminhão cheio de porcos, em trânsito para a cidade de Anápolis e ofereceu-nos uma carona na carroceria, porque na boleia não havia lugar vago. O caminhão estava lotado de suínos, encurralados no soalho da carroceria. A divisão de paus roliços presos nas grades laterais do veículo, por cima do chiqueiro, estava entupida de mantimentos e mais 4 passageiros.

Diante desses inconvenientes, relutei em aceitar a carona, alegando, ainda, o mau estado da estrada, a fedentina da porcada, no curso de longa viagem de 3 dias, num veículo a céu aberto, sujeito à inclemência do tempo. Entretanto, o mesmo raciocínio não teve o companheiro de viagem, Alberto R. Silva que, contrariando as minhas prudentes cautelas, insistia na aceitação da carona, ao argumento de que o transporte do correio era incerto etc. Em face da insistência, propus ao amigo resolver a pendência por sorte: “cara-coroa” e saiu ele vitorioso.

A viagem estava programada para depois do almoço. Alguns contratempos concorreram para atrasá-la. Foi na parte da tarde, depois do jantar, que embarcamos no desajeitado e fedido pau de arara. Para nossa acomodação na carroceria, José Claudino ajeitou alguns sacos de mercadorias na parte da frente, por trás da cabina, para nos proteger do deslocamento do ar.

A arrancada foi violenta e o caminhão tombou na saída, por imperícia do motorista, José Claudino, que o dirigia bêbado. Nessa tragédia, poucos foram os passageiros que saíram ile-

sos: dos que viajavam na carroceria, em número de sete, o único que nada sofreu fui eu que, antevendo o desastre, saltei para fora no momento em que o veículo se inclinava para tombar. Os mais atingidos foram os companheiros Alberto Silva, meu ordenança, Soldado Leontino, e um velho.

Os três, traumatizados, ficaram desacordados. Na confusão, o motorista desapareceu, os porcos que não morreram debaixo do caminhão, fugiram. Alberto Silva e meu ordenança foram levados para a Pensão Vida Nova e residência do farmacêutico Ananias, aos cuidados do mesmo, e os demais contundidos e machucados, foram socorridos por pessoas caridosas que os levaram para suas casas.

Muito preocupado com os companheiros Alberto e Leontino, passou-me despercebido o drama de um casal que estava na boleia do caminhão: uma senhora grávida com o seu marido. Na confusão, o casal voltou à pensão, mas a gestante, senhora que não sofreu nenhum arranhão no desastre, ficou traumatizada pelo evento e saiu aos gritos para a rua, pedindo socorro. Desvairada, não atendia a ninguém. O próprio marido, já cansado, não tinha condições de detê-la.

Foi, pois, diante do estado violento da esposa, que o marido pediu nossa ajuda. Saímos ao seu encalço: eu, o farmacêutico Ananias e o Cabo Zacarias. Com muito cuidado, conseguimos agarrá-la, enrolando-a num cobertor que serviu de camisa de força. Na pensão, segura por mim e pelo marido, Ananias aplicou-lhe uma injeção de Sedol.

Minutos depois, ela voltou à calma e caiu em profundo sono, acordando na manhã seguinte, completamente boa. Também, os meus companheiros, Alberto e Leontino, amanheceram melhor.

O Alberto tinha o olho esquerdo congestionado, com hematoma por cima, no supercílio, e o Leontino ostentava grande calombo na testa. Ambos passavam bem, mas estavam aturridos. O motorista, José Claudino, nenhuma ação punitiva sofreu.

Homiziou-se em casa de amigos influentes, que se encarregaram de arrebanhar os porcos extraviados, recarregar o caminhão e retirá-lo do local do sinistro.

VIAGEM PARA GOIÂNIA

No dia 11 de outubro, às 8 horas da manhã, depois de telegrafar para minha esposa, parti da vila do Peixe, com destino à cidade de Anápolis, no caminhão do correio que chegara na véspera, com os companheiros Alberto Silva e meu ordenança, Soldado Leontino. Esse e mais seis passageiros viajaram na carroceria do veículo.

Às 13 horas, paramos numa fazenda para almoçar e, às 14 horas, prosseguimos a viagem, chegando à Vila do Descoberto às 19 horas, para o pernoite. Dia 12, às 7 horas, continuamos a rodar, parando na vila de Amaro Leite para o almoço e chegamos a Santana do Machambombo às 17 horas para o pernoite.

No dia 13, almoçamos numa grande fazenda e apeamos na fazenda de Lindolpho Jacinto para pousar. Dessa fazenda, alcançamos a cidade de Corumbá, onde almoçamos no dia 14 e, às 19 horas, chegamos a Anápolis e apeamos no Hotel Cardoso para jantar.

Nesse hotel, encontrei-me com o viajante Manoel Bento Costa, Costinha, meu concunhado, que ajeitou com um seu colega, também viajante, de saída para Goiânia, uma carona no seu automóvel para mim, Alberto e Leontino.

Finalmente, cheguei em casa às 22 horas, para alegria da minha saudosa esposa, filhos, parentes e amigos, que me esperavam ansiosos, depois de uma ausência de 130 dias.

CAPÍTULO 15

NA CHEFIA DO ESTADO-MAIOR DA POLÍCIA MILITAR

A 16 de outubro, apresentei-me ao Coronel Herôdoto, Comandante-Geral da PM, e assumi as funções de chefe do Estado-Maior da Corporação.

No desempenho desse cargo, minhas relações com o Comandante foram sempre cordiais. Possuidor de sólida cultura, suas atitudes militares eram diferentes das do seu antecessor. O Coronel Herôdoto não tolerava polêmicas políticas nos quartéis, tampouco dos puxa-sacos, na época, muito comuns. Seus atos enérgicos e intransigentes não agradavam aos políticos, especialmente do interior do Estado, que viam frustrados os seus pedidos de soldados para as suas comunas e, ante a negativa, obtinham a concessão da parte do interventor do Estado, por expediente da Casa Militar.

É oportuno esclarecer que, à época dos prefeitos nomeados, alguns desses alcaides, investidos de poderes políticos que o Interventor lhes outorgava, julgavam-se donos da coisa pública e serviam-se do destacamento policial para satisfazerem os

seus caprichos políticos. Daí porque o Comandante-Geral, quando informado da irregularidade, recolhia sumariamente todo o Destacamento.

Certa feita, ele recebeu em seu gabinete a visita de um político de Pirenópolis, que lhe pediu promoção ao posto de 1º Tenente para um seu protegido, 2º Tenente, delegado de polícia da referida cidade. O comandante descartou a leviandade, dizendo-lhe: "Se o seu afilhado preencher as formalidades regulamentares, independentemente de solicitação, será promovido". Para o preenchimento do posto, objeto do pedinte de Pirenópolis, foi promovido, por minha indicação, o 2º Tenente José Francisco Póvoa, oficial de uma folha de serviços muito brilhante, prestados como sargento no Exército Nacional e, por mais de 10 anos, na Polícia Militar, com 2/3 desse tempo na Companhia de Pedro Afonso, preterido por várias vezes à promoção.

O Coronel Herôdoto, pela maneira franca e positiva no desempenho do cargo, foi aos poucos granjeando certa dose de animosidade no meio político, que o levou a incompatibilizar-se com o interventor Pedro Ludovico, de quem, também, discordou pela nomeação, sem consulta, de um sargento ao posto de 2º Tenente, contrariando todas as regras e preceitos regulamentares.

Sentindo-se desprestigiado, exonerou-se do cargo e saiu do Gabinete do interventor, depois de polêmica discussão. Após o incidente, que me foi revelado, o Comandante, na presença da oficialidade do Q.G., transferiu-me o comando, deixando o quartel. Na qualidade de chefe do Estado-Maior, exerci o cargo até a nomeação de novo comandante.

Por decreto de 12 de fevereiro de 1942, o interventor comissionou no posto de Coronel o Tenente-Coronel, Agenor Francisco Santiago, da PM, e o nomeou Comandante-Geral da Corporação. Na mesma data, transmiti-lhe o cargo, passando a exercer as funções de chefe do Estado-Maior, a seu convite.

Em 16 de fevereiro de 1943, sofri um abalo terrível, com o parto laboriosíssimo de minha esposa, que não chegou a uma conclusão funesta, graças à intervenção dos médicos Drs. José Fleury, Edilberto da V. Jardim e Simão Carneiro de Mendonça. A criança, uma robusta menina, foi extraída morta.

Em consequência desse pungente acontecimento, transportei-me em gozo de férias para a cidade de Goiás, onde passei todo o mês de março para a recuperação física de minha esposa.

PROMOÇÃO AO POSTO DE MAJOR

Preliminarmente, vou relatar como eram feitas as promoções na Polícia Militar no regime ditatorial. Para o acesso ao posto imediato, a escolha do candidato era decidida pelo interventor, que não obedecia às normas prescritas na Lei de promoção.

Prejudicados uns e passados outros para trás, o beneficiado era sempre um apadrinhado político. Cursos, serviços prestados em campanha, merecimento e antiguidade eram requisitos inobservados na mencionada lei. Foi dentro dessa norma prejudicial, adotada pelo interventor, que fiquei marcando passo, no posto de Capitão, no espaço de 13 anos, 7 meses e 5 dias.

Finalmente, por lacônico Decreto de 13 de junho de 1944, fui promovido a Major pelo critério de antiguidade. Nenhum dos promovidos que me passaram para trás tinha maior mérito militar do que eu. Seria fastidioso repetir meu currículo militar. Minhas atividades, serviços em campanha e muitos outros, estão fartamente assinalados nos capítulos anteriores, deste livro, para comprovar as injustiças que sofri ao longo daquele período. Era praxe do promovido ser apresentado ao interventor pelo

Comandante-Geral, ocasião em que o beneficiado agradecia ao governo a posse no novo posto. Confesso que fui ao Palácio para cumprir essa formalidade, muito contrafeito, mas não agradei ao interventor a promoção, por não lhe dever nenhum favor.

NA DIRETORIA DA CAIXA BENEFICENTE

A caixa beneficente da PM, fundada em 12 de agosto de 1933, por mais de uma década, não passou de uma instituição embrionária. Criada com finalidades filantrópicas, nenhuma assistência pôde prestar aos seus contribuintes, ao longo desse tempo. Muitas causas concorreram para emperrar o seu progresso. Com destaque principal citarei: pouca renda e má administração. A renda provinha da contribuição mensal dos associados, descontada na folha de pagamento nas seguintes bases: cinco mil réis, oficiais; sargentos e praças, três mil réis e dois mil réis, respectivamente.

A má administração procedia da precariedade de meios pessoais para gestão dos negócios. Os poucos nomeados (oficiais e sargentos) eram desviados para missões no interior do Estado, exceto o tesoureiro que era o intendente almoxarife pagador do corpo. As contribuições dos associados em serviço no interior do Estado eram descontadas nas unidades e subunidades em que serviam, não retendo o tesoureiro da Caixa a renda global do mês, porque as cotas do interior chegavam atrasadas. Depois de promovido ao posto de Major, fui nomeado pelo boletim do Gabinete Militar, diretor da Caixa Beneficente, acumulando o cargo de Chefe do Estado-Maior.

Nesse encargo, procurei de imediato prover a Caixa de elementos indispensáveis a sua administração, sendo, em consequência, nomeado o Capitão Gentil Curado para as funções

de tesoureiro e dois sargentos do quadro de escreventes para serviços burocráticos. Complementando essas providências, contratei os serviços profissionais de um técnico-contador por um conto e quinhentos mil réis para processar o levantamento dos depósitos em dinheiro, escriturando em livros apropriados e procedi a um arrolamento dos móveis e utensílios do seu patrimônio, que foi registrado em livro próprio.

Outra providência adotada foi a centralização das consignações a favor da Caixa, no Serviço de Intendência da PM. Para efetivar essa medida, o Comandante-Geral expediu circulares para todos os Comandantes dos destacamentos, unidades e subunidades do interior do Estado, determinando a suspensão das consignações nessas Corporações, a partir da data fixada na mesma circular. E não demorou colher-se o resultado benéfico desse expediente; a receita cresceu consideravelmente, permitindo que a instituição atendesse a pequenos auxílios funerários. Para controle da Tesouraria, foi organizado um fichário no qual cada contribuinte tinha uma ficha impressa com as anotações necessárias.

Para divulgação dos atos administrativos da Diretoria, organizei um boletim intitulado “Boletim Social da Caixa Beneficente”, mimeografado e distribuído mensalmente a todos os associados. Ao cabo de dois anos, a Caixa já dispunha de mais de trezentos contos de réis, quantia que permitia pequenos empréstimos, mas não os concedia porque não tinha autonomia administrativa para movimentar seu capital, sem permissão do interventor Pedro Ludovico, ato puramente discricionário, porque a instituição não foi criada pelo governo, mas por um grupo de Oficiais da PM, com o objetivo de dar assistência aos servidores da Polícia Militar, na época, desamparados pelo Poder Público.

Diante de tamanho empecilho, organizei um minucioso relatório das atividades da Caixa, com demonstração das despe-

sas e receita e, pessoalmente, levei ao interventor, ocasião em que o cientifiquei, pormenorizadamente, das minhas atividades à frente da instituição e solicitei permissão para conceder pequenos empréstimos aos contribuintes mais necessitados. O Interventor não fez objeções, mas exigiu que lhe apresentasse uma fórmula disciplinando os empréstimos.

Diante dessa exigência, organizei uma tabela compatibilizando os empréstimos simples com a receita trimestral da caixa. Demonstrei que, do total da receita trimestral, dois terços poderiam ser divididos em duas partes iguais: uma para oficiais e outra para atendimento de sargentos, cabos e soldados, na base de sessenta vezes do total das doze últimas contribuições do interessado, após cumprido o período de carência de três anos, com juros de 2% ao mês e prazo de dois anos.

Ficou, também, esclarecido que os interessados seriam atendidos mediante requerimento dirigido ao diretor da Caixa, devidamente informados, pelas suas subunidades. Essas medidas, após examinadas pelo interventor, foram aprovadas sem restrições. Foi, pois, a partir da metade da década de 40, que a Caixa alcançou sua autonomia administrativa e projetou-se, sendo atualmente uma das mais avançadas instituições de beneficência do Estado de Goiás.

PROMOÇÃO AO POSTO DE TENENTE-CORONEL

Em 26 de março de 1946, fui substituído na chefia do Estado-Maior da PM pelo Major Walfredo de Campos Maia e assumi, na mesma data, o comando do 1º Batalhão de Infantaria, por determinação do novo Comandante-Geral, Tenente-Coronel Francisco F. de Lima.

Em 21 de junho do mesmo ano, por decreto do interventor federal – General de Exército, Felipe Antônio Xavier de Barros, fui promovido ao posto de Tenente-Coronel, na vaga deixada pelo Tenente-Coronel Agenor Francisco Santiago, recém-transferido para a reserva remunerada.

É oportuno esclarecer que a ação imparcial e enérgica do General Interventor impediu que eu fosse preterido por um colega apadrinhado de um parecer político. A “ursaria” não vingou porque o general, notando falha na proposta que apontava o nome do colega na lista tríplice, como o mais credenciado à promoção, devolveu-a ao Comandante-Geral para que nela fossem apostiladas as aptidões profissionais dos indicados.

Preenchidas as formalidades exigidas, a proposta voltou à Secretaria de Governo, via Gabinete Militar. Dos três candidatos relacionados na lista tríplice, o primeiro (o protegido político) tinha antiguidade e interstício no posto de Major, mas não possuía curso de Formação de Oficial; o segundo possuía curso de Formação de Oficial, mas não tinha interstício no posto de Major, nem serviço em campanha; eu, em terceiro lugar, tinha antiguidade e interstício no posto de Major, com os cursos de Instrutor pela Inspetoria de Tiro de Guerra da 2ª Região Militar, de Formação de Oficial da Polícia Militar e serviços em campanha.

Ante esses requisitos, o interventor federal escolheu o meu nome e baixou o seguinte ato:

“O Interventor Federal neste Estado promove pelo critério de merecimento ao posto de Tenente-Coronel da Força Policial do Estado, o Major Lindolpho Emiliano dos Passos. Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 21 de junho de 1946”.

General Felipe A. X. Barros
Paulo F. da Silva e Sousa

NO DEPARTAMENTO DE INSTRUÇÃO MILITAR

O Departamento de Instrução Militar foi criado pelo ex-Comandante-Geral da PM, Coronel Langleberto Pinheiro Soares, sendo o seu primeiro diretor o Major em comissão, Cícero Bueno Brandão, da Força Pública de São Paulo.

Ao assumir o comando-geral da polícia, em 19 de junho de 1939, o Coronel Langleberto, dentre outras medidas que tomou, a mais importante foi a de dotar a Corporação de cursos de Formação de Oficiais, Sargentos e Cabos. Dando provimento à iniciativa, criou preliminarmente um curso de Emergência para Oficiais, com duração de um ano e início a partir do mês de janeiro de 1940. Visava esse curso a atualizar os conhecimentos profissionais dos oficiais que atingiram o oficialato mediante simples concurso, sendo matriculados compulsoriamente 15 Oficiais.

O Decreto-lei n.º 3.287, de 11 de junho do mesmo ano, regulamentando o Departamento de Instrução Militar, criou os cursos de Formação de Oficiais, Sargentos, Cabos, e o artigo 114 desse estatuto equiparou para todos os efeitos o curso de Emergência ao de Formação de Oficiais. Em dezembro do referido ano, foram diplomados 12 oficiais do curso de Emergência. Com a substituição do Coronel Langleberto no Comando-Geral da PM, pelo Coronel Heródoto B. Cavalcante, em março de 1941, e consequente recolhimento do Major Cícero B. Brandão à sede da Corporação paulista, o Departamento de Instrução, por carência de instrutores, não funcionou nos anos de 1942 a 1945, dando margem a que alguns oficiais fizessem os cursos de Formação e Aperfeiçoamento, uns e outros, nas polícias militares de São Paulo e do Rio de Janeiro, respectivamente.

Em 1946, com outra organização e melhores condições de pessoal e material, o Departamento iniciou nova fase, no co-

mando geral do Tenente-Coronel Francisco Ferraz de Lima, que o reabriu e me designou para dirigi-lo. No desempenho do cargo de Diretor, contando com uma plêiade de oficiais competentes, formados por estabelecimentos universitários, possuidores de curso profissional, restabeleci o curso de emergência de um ano de duração para Oficiais e organizei os cursos de formação de Oficiais com duração de três anos; de Sargentos, com duração de um ano; de Cabos e Soldados, com duração de 6 meses.

Ao término de um ano, foram diplomados 14 Oficiais do curso de Emergência, alguns sargentos e cabos e, ao final do curso de formação de oficiais, cumprindo-se o período regulamentar, foram declarados aspirantes a oficial os seguintes cadetes: Antônio Bonfim dos Santos, Mauro de Freitas Silveira, Rui Barbosa de Moura, Simião Barreira de Moraes, Juvenal P. da Silva e Ari V. S. Leite. Foram esses os 6 primeiros aspirantes formados pelo Departamento, sob minha orientação, como diretor e instrutor, respectivamente.

NO COMANDO-GERAL INTERINO

Em janeiro de 1947, foi empossado, no governo do Estado, o engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno, vitorioso em uma agitada pugna eleitoral, em que se empenharam os partidos políticos da época.

Na ocasião, eu me encontrava no exercício do cargo de Comandante-Geral, interino, em substituição ao Tenente-Coronel Francisco F. de Lima e tive dificuldades para conter os ânimos exaltados de alguns oficiais, que seguiam a linha política do governo vencido e não se conformavam com a derrota. Dentro do quartel, o comportamento desses oficiais era tão nocivo

e prejudicial à disciplina, que chegou ao clímax de forçar-me a punir disciplinarmente, por insubordinação, um Tenente dentro do meu gabinete.

Foi nesse ambiente agitado, mas controlável, que fui procurado pelo bancário Esmerino Soares – um dos coordenadores políticos do governador Coimbra Bueno – que, numa conversa informal que mantivemos, tomou conhecimento da situação e me consultou se aceitava comandar a Polícia Militar.

Declinei do convite, dizendo-lhe que melhor solução seria a nomeação de um Oficial de Exército, apolítico e estranho ao meio. Foi desse entendimento que surgiu, alguns dias depois, a nomeação do Major de Exército, Otaviano de Paiva, para o Comando-Geral da PM, cargo cujo exercício assumiu em meados de janeiro do referido ano.

NA CHEFIA DO ESTADO-MAIOR DA PM

A convite do Coronel Otaviano de Paiva, assumi, na mesma data, o cargo de chefe do Estado-Maior, após transmitir-lhe o Comando-Geral da Corporação. No desempenho desse cargo, por vários períodos, respondi pelo comando da Polícia Militar nos impedimentos fortuitos do titular efetivo. Reorganizei os serviços burocráticos do Quartel-General, dotando as seções e outros órgãos do serviço interno de atribuições definidas, com adoção de fichários próprios.

Voltei à diretoria da Caixa Beneficente e nela introduzi novos métodos e novos processos administrativos com vantagens para os seus contribuintes. A fim de dar maior assistência aos Batalhões e à Companhia Isolada de Pedro Afonso, foi adotada inspeção periódica nessas unidades, via da qual se corrigiam as lacunas encontradas. Outra providência do comando foi a mu-

dança da sede do 2º Batalhão da cidade de Rio Verde para a de Goiás. Duas razões levaram a isso: desagrar a antiga capital do impacto que sofreu com a mudança do Batalhão de Polícia para Goiânia e retirar daquela cidade (Rio Verde) o 2º Batalhão, que há vários anos acantonou-se num pardieiro anti-higiênico, rotulado de quartel.

MISSÃO DE REPRESENTAÇÃO

Em dezembro de 1948, viajei no avião de carreira da Vasp para São Paulo, com a finalidade de representar a Polícia Militar Goiana nas solenidades comemorativas do centésimo décimo sétimo (117º) aniversário da Polícia Militar paulista, a realizar-se a 17 do referido mês e ano.

Nessa missão, fui acompanhado pelo 2º Tenente Clementino Gomes e, juntos, com as delegações representativas de policiais militares de 18 Estados, tomamos parte no vasto programa organizado pela corporação para celebrar aquela data, que relembra sua fundação, pelo Brigadeiro Tobias de Aguiar, em 1831.

A Polícia Militar Paulista é das mais antigas do Brasil. Contando com vários batalhões sediados nas grandes cidades do Estado, serve de modelo à maioria de suas congêneres em organização, eficiência e disciplina. Hospedando, nababescamente, todos os oficiais das delegações presentes à festa, muito dos quais com suas esposas, não lhes faltaram, momento algum, desvelo e atenção do Comando-Geral e Oficiais da grande polícia.

Os festejos alcançaram seu clímax no dia 17, com missa concelebrada na Igreja do Carmo, às 7 horas da manhã, assistida pelo governador do Estado. Dr. Adhemar de Barros, pelo Comandante da 2ª Região Militar, autoridades civis, militares e suas famílias.

Às 13 horas, foi servido um lauto almoço, com a participação das mais representativas personalidades paulistas e suas famílias, no amplo refeitório do 1º batalhão, sediado na Avenida Tiradentes. Discursou, na ocasião, em nome das Polícias Militares, um Coronel da Brigada Policial Gaúcha.

Encerrando o almoço, falou o governador de São Paulo, Dr. Adhemar de Barros, que teve palavras elogiosas para com as Polícias Militares do País e, na oportunidade, convidou o Comando-Geral e todos os Oficiais representantes das polícias militares para um almoço no Palácio dos Bandeirantes, no dia 18.

Ainda em cumprimento do extenso programa, as delegações visitaram, na Capital, os Regimentos de Cavalaria, Corpo de Bombeiros, serviços de remonta e os estabelecimentos de ensino militar. No interior, os batalhões sediados nas cidades de Santos, Campinas, Ribeirão Preto e também a colônia de férias em São Vicente.

As comemorações encerraram-se no dia 22, com despedidas das delegações, em solenidades realizada no amplo salão de festas do Quartel do Comando-Geral. Nessa oportunidade, por inspiração do Coronel da Brigada Militar gaúcha, que chefiou as delegações, cada delegado ofereceu, em nome de sua Corporação, uma lembrança, parabenizando a coirmã paulista pela magna data de seu aniversário. A Polícia Militar Goiana ofertou sugestiva flâmula verde com o brasão oficial do Estado de Goiás, bordado a ouro.

Dia 23, pelo avião de carreira da Vasp, retornamos a Goiânia, onde fomos festivamente recepcionados pelo Coronel Comandante-Geral, Otaviano de Paiva, e grande número de oficiais, no aeroporto.

ACAMPAMENTO NO RIACHO SANTO ANTÔNIO

Por determinação do Comandante-Geral, organizei um plano de manobras para encerrar os cursos de Formação de Sargentos e Cabos do primeiro semestre de 1949, para testar os cadetes do curso de Formação de Oficiais nos comandos de pelotões em operações ofensivas, com o emprego de armas automáticas, em ação de guerra simulada.

O acampamento foi às margens do Riacho Santo Antônio, a 15 quilômetros da Capital do Estado, na segunda quinzena do mês de julho, do ano acima referido, com duração de quatro dias. Estacionada fora do quartel, a tropa teve comportamento que excedeu a expectativa, pelo alto grau de subordinação e disciplina.

A falta de barracas, os abrigos improvisados, pequenas tendas cobertas com folhas de coqueiros e capim, cobriam a tropa durante a noite. Também, os serviços de subsistência, rancho e cozinha organizaram os seus abrigos. O ponto alto de uma série de exercícios realizados foi a manobra, coroando a fase final do acampamento, assistida por autoridades civis, militares e famílias, a convite do Comandante.

O exercício teve início às 9 horas, com o deslocamento da tropa para o local das operações militares que tinham por tema: "A conquista da crista de um morro", ocupada e defendida poderosamente pelo inimigo, figurado por um grupo de combate, reforçado por uma metralhadora pesada hotchkiss. Para o cumprimento dessa missão, a tropa ofensiva dispunha de 3 Pelotões armados com fuzis metralhadoras e comuns, bombas de fabricação caseira, figurando granada de mão. A evolução tática da tropa atacante no terreno processou-se mediante a progressão dos pelotões pelos flancos da elevação, com a formação

em triângulo: um pelotão à direita, outro à esquerda, e o terceiro na base, servindo de apoio.

O desenvolvimento da manobra levou cerca de duas horas aproximadas, e a luta terminou com a posse da posição inimiga, depois das 12 horas, com muitos elogios à tropa, por todos os que assistiram à manobra até o final.

Fomos cumprimentados pelo governador do Estado, membros do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa e oficiais da 7º CR. Às 13 horas, foi servido aos convidados e famílias um ótimo churrasco. A festa terminou às 17 horas, quando foi levantado o acampamento, e a tropa, recolhida ao quartel.

CORONEL OTAVIANO EXONERA-SE DO COMANDO-GERAL DA PM

O Comandante Otaviano era oficial equilibrado, bom chefe e amigo dos seus comandados. Embora político, partidário das hostes udenistas, contudo, exercia o cargo de Comandante-Geral com absoluta isenção de ânimo e não levava para o quartel questões políticas. Sua discreta conduta não o eximiu de sórdidos mexericos políticos, partidos de alguns deputados, com o fito de atritá-lo com o governador e incompatibilizá-lo com o cargo; sujeira que objetivava sua destituição da função, para beneficiar um Tenente-Coronel da PM, seu gratuito desafeto, cabo eleitoral daqueles deputados.

Certa feita, numa conversa informal, o Coronel Otaviano revelou-me os acontecimentos acima referidos e, com muita mágoa, queixou-se de que o governador Coimbra Bueno acobertava seus gratuitos inimigos, motivo pelo qual ia deixar o Comando-

-Geral, antecipando sua reversão ao Exército, para completar o interstício de promoção ao posto de Tenente-Coronel.

Na segunda quinzena do mês de novembro de 1949, o Coronel Otaviano, numa cerimônia simples, transferiu-me o Comando-Geral da Polícia Militar e, no dia imediato, assumiu a chefia da 7ª Circunscrição do Serviço Militar, nomeado pelo Comandante da 2ª Região Militar.

NO COMANDO-GERAL DA POLÍCIA MILITAR

Assumindo o Comando-Geral da Polícia Militar, em caráter precário, apresentei-me, em função do cargo, ao governador Jerônimo C. Bueno, o qual, no boletim do Gabinete Militar, não definiu a minha situação.

Ao cabo de uns 6 dias, o Dr. Nicanor de Faria, secretário do Interior e Justiça, discretamente, foi ao meu encontro no quartel, para, em nome do governador, saber de que forma eu receberia a nomeação do Tenente-Coronel PM – Arnaldo M. Sarmiento para o Comando-Geral. Disse-lhe: “O cargo é de inteira confiança do governador e não vejo motivo da consulta; mas desde que o governador deseja saber de que forma eu recebo a pretendida nomeação, diga-lhe que a resposta lhe será dada pessoalmente no Palácio, não aqui”.

A consulta governamental alertou-me de que alguma coisa estava para acontecer; aliás, ela confirmava os boatos que corriam no quartel e comentados pelos familiares do Tenente-Coronel Arnaldo de que sua nomeação para o Comando-Geral da Polícia Militar era o cumprimento de uma promessa política do governador Coimbra Bueno, para desagrává-lo da punição desonrosa que sofrera, imposta pelo governo anterior.

Ante isso, antevi que minha destituição do comando da Corporação estava definida, não passando aquela consulta de mera satisfação com que o governador Bueno me diferenciava para justificar o ato decisório da nomeação do seu afeiçoado candidato. Resolvi, por isso, para precaver-me entre duas alternativas, tomar uma decisão: passar imediatamente para a reserva remunerada ou entrar em gozo de licença-prêmio por um ano. Com esse propósito, fui ao governador e defini com franqueza o meu ponto de vista sobre a consulta, dizendo-lhe que não tinha objeção a fazer quanto à nomeação do Tenente-Coronel Arnaldo para o Comando-Geral da Polícia Militar, por ser cargo privativo e de confiança do governo; porém, quanto à pessoa do referido Oficial eu tinha íntimos motivos para recusá-la e não servir jamais, sob seu comando, ocasião em que solicitei licença-prêmio de 12 meses, por 20 anos de serviços ininterruptos prestados à Corporação.

Quando deixei o Palácio do Governo, dois decretos estavam lavrados: o de minha licença-prêmio e o da nomeação do Tenente-Coronel Arnaldo.

ESTRANHO CHAMADO

Decorridos quinze dias, mais ou menos, dos acontecimentos que culminaram com o meu licenciamento, o governador Coimbra Bueno mandou-me um recado para comparecer ao Palácio, pois necessitava falar comigo.

Atento à ordem, apresentei-me a ele, e a conversa girou em torno de um anteprojeto que visava à criação do Corpo de Bombeiros de Goiânia e propôs minha ida à capital paulista com

a finalidade de especializar-me nesse serviço, fazendo um estágio na Corporação de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo.

Achei louvável a iniciativa governamental, mas sugeri ao governador que, preliminarmente, deveria planejar e organizar a Corporação; sua composição, efetivo pessoal, material e aquartelamento, para, depois, tratar da parte técnica, cabendo esse trabalho privativamente a um Oficial de Bombeiros que poderia ser requisitado à Polícia Militar de São Paulo, por meio de convênio com o Comando-Geral daquela Corporação, e esse Oficial, em comissão na Polícia Goiana, chefiaria e instruiria os futuros bombeiros. Essa providência seria mais produtiva do que a ida de um Oficial da nossa polícia para estagiar no Corpo de Bombeiros de São Paulo, em busca de conhecimentos técnicos de uma especialidade, embora de cunho policial militar, mas de natureza diferente e complexa.

Saí desse encontro com a incumbência de elaborar o plano de criação do Corpo de Bombeiros. Para o desempenho dessa tarefa, contei com valiosa colaboração de um Oficial de Bombeiros: Major Cândido Bravo, da Polícia Militar de São Paulo. Ao término de um mês ou pouco mais, levei ao governador Coimbra Bueno o meu trabalho com mais de 20 laudas datilografadas. O projeto continha quatro partes: organização da unidade, efetivo, material e aquartelamento da tropa.

Não tenho em mãos cópia desse trabalho, feito há mais de três décadas, para transcrevê-la neste livreto; contudo, valendo-me da memória, vou tentar reproduzir alguns trechos desse projeto.

A Corporação de Bombeiros seria, inicialmente, constituída de um Pelotão de dois grupos de combate com o efetivo de 30 homens: um tenente comandante; um segundo sargento; dois terceiros sargentos; 4 cabos; e 22 soldados, número suficiente para atender à cidade de Goiânia, ainda em formação.

O projeto não alterava o efetivo da Polícia Militar e, também, não onerava o orçamento do Estado do ano em curso. As alterações, de ordem administrativa, seriam operadas no âmbito do 1º Batalhão de Infantaria, com transferências de graduados e soldados de suas subunidades para o Pelotão de Bombeiros. As únicas despesas sobreviriam da construção de um amplo galpão para aquartelar a tropa e abrigo de material, nas imediações daquele Batalhão, na vila militar e, também, aquisição de 3 carros-pipas com moto-bombas e outros materiais de emprego técnico indispensáveis ao serviço de combate ao fogo. No mencionado projeto, anexei folhetos ilustrativos desses materiais com relação de preços e de firmas fornecedoras na capital paulista.

De posse desse plano, o governador mostrou-se desinteressado. Descontraidamente, folheou as páginas do pequeno caderno, sem se deter em nenhum ponto, como também não leu a exposição de motivos do meu modesto trabalho. Fiquei decepcionado com sua insensibilidade e muito mais quando me interrogou:

– Que farei disso?

Foi preciso que me revestisse de muita calma para não lhe dar uma resposta indisciplinada; apenas disse-lhe:

– Faça disso o que lhe aprouver.

Pedi licença e me retirei.

Desprezando a ideia da criação do Corpo de Bombeiros, em que tanto insistiu, o governador demonstrou não saber o que queria.

Aliás, o costume de planejar e não realizar, no dizer de um de seus categorizados secretários, era característica do seu Governo. O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar foi criado mais tarde, pelo governador José Ludovico de Almeida.

OCORRÊNCIA FUNESTA

Durante minha licença-prêmio de 12 meses, não pisei no quartel. Os meus vencimentos, eu os recebia em casa, pelo meu procurador, Tenente Fidélis P. da Silva.

Tomei essa atitude para protestar contra a infame perseguição que sofreu meu primo, Major Hermílio Celestino Rodrigues, chefe do serviço de intendência da Polícia Militar, vítima de uma intriga forjada com intenções sujas, partidas de oficiais que ambicionavam o seu cargo. O Major Hermílio era honesto e gozava de grande conceito moral na Corporação.

Submetido a um inquérito administrativo adredemente preparado para o aniquilar, não suportou a humilhação: pôs fim à sua preciosa vida, tragédia ocorrida dentro do quartel do Comando-geral, em 1º de dezembro de 1949.

CAPÍTULO 16

PREPARANDO PARA A INATIVIDADE

Habitado ao trabalho quotidiano da caserna desde os tempos em que me alistei nas fileiras do 6º Batalhão de Caçadores, na antiga capital do Estado de Goiás, em 30 de novembro de 1919, e contando com mais de 31 anos de ininterruptos serviços, dos quais 11 anos no Exército e 21 na Polícia Militar, não suportaria passar o período de 12 meses de licença-prêmio completamente inativo.

Com 51 anos de idade, em pleno vigor físico, era necessário procurar uma atividade para não ficar ocioso dentro de casa. Por isso, procurar um trabalho foi o que fiz.

Primeiro, tentei a vida comercial, auxiliando meu concunhado Manoel Bento Costa, caixeiro-viajante, nas suas andanças comerciais, pelo interior do Estado; entretanto, isso foi por pouco tempo. Não tinha queda para o comércio. Agradei a meu concunhado a dadivosa oferta de transferir-me algumas de suas representações e me despedi do trabalho.

Tinha uma profissão: “ourives”. Para exercê-la, eram necessárias algumas ferramentas. Embora de fácil aquisição, não dispunha de capital para adquiri-las. Desisti da ideia. Na oca-

sião, o meu compadre e colega, Major Livertino L. Sobrinho, vendia pequenos lotes, a prestação, no setor Abajá, em Campinas. Em boa hora adquiri duas glebas e organizei pequena chácara. Edifiquei uma casa com cisterna, instalei banheiro, pia com torneira na cozinha; formei pequena horta de diversos legumes e um pomar de variadas frutas.

Todo o serviço braçal, quer capinando ou plantando, era feito por mim, labor cansativo a que aos poucos me fui habituando e me esquecendo da caserna e distanciando-me dos colegas. Não fiquei ligado somente aos afazeres da chácara. O tempo disponível eu preenchia com outra ocupação, fazendo por correspondência um curso radiotécnico, no Instituto Rádio Técnico Monitor S/A, na capital paulista. Esse curso, de 4 meses de duração, abrangia ensinamentos técnicos e práticos, ministrados em lições semanais, extraídas de fascículos contendo a matéria em estudo, organizadas em perguntas, para a aluno respondê-las. As lições e os fascículos, o aluno recebia semanalmente, sendo aquelas devolvidas ao Instituto para apreciação da resposta.

Ao final desse curso, recebi o diploma de radiotécnico, com algumas ferramentas e os instrumentos: voltímetro e ohímetro, aparelhos eletrônicos indispensáveis para medir voltagem e resistência, num circuito elétrico, imprescindíveis numa banca de trabalho. Além desse material, adquiri outros, formando modesta oficina. Para melhorar meus conhecimentos técnicos, tomei assinatura das revistas: *Antena*; *Nacional Radioarte S/A*; *Revista Monitor de Rádio e Televisão* e do boletim informativo intitulado: *Notícias Monitor*. Constituí pequena biblioteca de livros técnicos de circuito de rádios e amplificadores de som.

Não tinha por profissão esse aprendizado, aliás, muito lucrativo para um profissional. As pequenas remunerações que cobrava pelos meus trabalhos, nem sempre compensavam o

esforço despendido e os gastos com aquisição de peças para reposição das peças defeituosas dos velhos aparelhos de rádio que recebia para conserto. Na época, televisão estava na fase embrionária, usada apenas nos grandes centros. Entre nós, muito em uso, sobressaíam as radiolas e eletrolas, com potentes amplificadores de som de alta fidelidade, equipados com ótimos cambiadores (toca-discos) automáticos. Aferrado na pequena oficina, onde muita coisa aprendi, e no serviço braçal da chácara, preparava-me para ingressar na vida civil, após inativado.

Familiarizado com as labutas quotidianas dos novos afazeres que me absorviam o tempo, não senti transcorrer o período de licença-prêmio já no seu último mês. Como não pretendia continuar no serviço ativo, por razão pessoal, e contando com tempo disponível que me permitia passar para a reserva remunerada da Polícia Militar, procurei, em primeiro lugar, assegurar os meus direitos por meio de ato oficial para, no final da licença, requerer minha inatividade. Por isso, na ocasião oportuna, requeri ao governador do Estado a fixação dos adicionais a que fazia jus por quinquênio de tempo de serviço, na conformidade do art. 122 da Constituição Estadual. Dando provimento à minha petição, o governador do Estado baixou o seguinte decreto:

“O Governador do estado de Goiás, de acordo com o disposto no art. 122 da Constituição Estadual e, tendo em vista que consta do processo n.º 253/50 (Gabinete Militar), e considerando que o Tenente-Coronel Lindolpho Emiliano dos Passos conta com mais de 20 anos de efetivo serviço público prestado ao Estado e apurado segundo as normas do Decreto n.º 1.441, de 6 de novembro de 1950, resolve conceder-lhe as gratificações adicionais, na forma que especifica: a) de Cr\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta cruzeiros) mensais, no período de 20 de julho de 1947 a dezembro do mesmo ano, 4 (quatro) quinquênios:

b) de Cr\$ 660,00 (seiscentos e sessenta cruzeiros) mensais no período de 1° de janeiro de 1948 a 31 de dezembro de 1949, quatro quinquênios; e, c) de Cr\$ 720,00 (setecentos e vinte cruzeiros) mensais, 4 quinquênios, a partir de 1° de janeiro de 1950.

Palácio do Governo do estado de Goiás, em Goiânia, 29 de novembro de 1950."

Hosannah Campos Guimarães
Felicíssimo do Espírito Santo Neto
Moacir Pereira Dutra

NOTA: Os adicionais constantes das alíneas *a* e *b*, eu não os recebi; caíram em exercício findo. Os da alínea *c* tiveram, também, a mesma destinação: embora eu os tenha requerido à Secretaria do Estado da Fazenda no prazo legal, no exercício de 1951, eles não me foram pagos.

TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA

Em 4 de janeiro de 1951, requeri ao governador do Estado minha transferência para a reserva remunerada da Polícia Militar. Abaixo, transcrevo, na íntegra, o aludido requerimento.

"Excelentíssimo Senhor Governador do Estado".

Contando 33 anos, 01 mês e 04 dias de serviços públicos prestados à União e ao Estado, inclusive o período de undecênio de licença-prêmio não gozada e serviços de campanha, já incorporados, para efeito de inatividade, requero a V. Exa. que se digne transferir-me para a Reserva Remunerada da Polícia

Militar, invocando, por se tratar de caso omissso no atual Regulamento Geral da Corporação (art. 376), o amparo da letra *b* do artigo 57, do Decreto-Lei Federal n.º 3.940, de 16 de dezembro de 1941 (Lei da Inatividade do Exército Nacional) e do artigo 216, do Código de Vencimentos e Vantagens da mesma Instituição Nacional (Decreto-Lei n.º 2.186, de 13 de maio de 1940), que assegura ao oficial transferido para a reserva remunerada a percepção de tantas trigésimas partes dos vencimentos, quantos forem os anos de serviços, até 30.

Termos em que

P. Deferimento.

Quartel em Goiânia, 04 de janeiro de 1951.

Tenente Cel. Lindolpho Emiliano dos Passos"

No mesmo dia, dei entrada do requerimento no Gabinete Militar, onde fiquei adido por término da licença, aguardando o despacho da petição, por ordem do governador do Estado.

A 15 de janeiro, o boletim do Gabinete Militar publicou o seguinte ato:

"O Governador do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições Legais e tendo em vista o que consta do processo n.º 14-51 (Gabinete Militar) resolve transferir para a reserva remunerada o Tenente-Coronel da Polícia Militar Lindolpho Emiliano dos Passos, com os proventos anuais fixados em cinquenta e um mil oitocentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 51.840,00), inclusive gratificação adicional na conformidade do Decreto de 29 de novembro de 1950.

Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 15 de janeiro de 1951.

Ass. Hosannah Campos Guimarães
Felicíssimo do Espírito Santo Neto

CONVOCAÇÃO PARA O SERVIÇO ATIVO

Para o serviço ativo, fui convocado duas vezes: primeira – para compor a comissão de promoção ao posto de Tenente-Coronel do Major Livertino Leão Sobrinho, Oficial de brilhantes serviços prestados à Corporação.

Transcrevo abaixo o ato de minha convocação.

“O Governador do Estado de Goiás, usando de atribuições que a Lei lhe confere e tendo em vista o que consta do processo número 45-51 (Gabinete Militar) resolve convocar o Tenente-Coronel da reserva remunerada da Polícia Militar Lindolpho Emiliano dos Passos para prestação de serviço ativo, até o dia 31 do corrente mês. Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 26 de janeiro de 1951, 62º da República”.

Hosannah Campos Guimarães
Felicíssimo do Espírito Santo Neto

A segunda convocação foi no governo do senhor José Ludovico de Almeida. Não tenho em meu arquivo o teor dessa convocação, mas lembro-me de que foi para instaurar um inquérito policial militar por um motim encabeçado por alguns sargentos, contra a pessoa do comandante geral da PM, Coronel Demerval de Moraes Brito.

PROMOÇÃO AO POSTO DE CORONEL TRANSCRIÇÃO DO DECRETO

“O governador do Estado de Goiás, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo número 39-59, protocolado no Gabinete Militar, resolve rever a decisão do processo n.º 323-56, para, levando em conta a recentes acórdãos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado decidindo, favoravelmente casos semelhantes, promover o Tenente-Coronel da reserva remunerada da Polícia Militar, Lindolpho Emiliano dos Passos, ao posto de Coronel na mesma reserva nos termos do artigo 584, da Lei n.º 1.193, de 14 de novembro de 1955, reajustando os seus proventos para a quantia anual de cento e vinte mil, novecentos e sessenta cruzeiros (Cr\$ 120.960,00) a partir de 19.05.1956, data da vigência da citada lei, sendo novecentos e sessenta cruzeiros (960,00) de gratificação adicional, já incorporada aos seus proventos, Palácio do Governo do Estado de Goiás, em Goiânia, 19 de janeiro de 1959 – 71º da República.

José Ludovico de Almeida
Assinatura do Secretário – (ilegível)

ESCLARECIMENTO:

A Lei n.º 1.193, de 14 de novembro de 1955, mencionada no Decreto de minha promoção, acima transcrito, era um novo estatuto elaborado no Estado-Maior da Polícia Militar, para substituir o obsoleto Regulamento Geral da Corporação. O artigo 584, dessa Lei, criou o posto de Coronel, como o máximo da hierarquia policial militar, e o Parágrafo único desse artigo, estendeu os benefícios de promoção ao posto imediato aos milita-

res que se transferiram para a reserva remunerada, com direito aos proventos do novo posto.

Essa lei, após promulgada e sancionada pelos Poderes Legislativos e Executivo do Estado, foi revogada, depois de produzir os seus efeitos. Essa, foi, pois, a razão de minha promoção e da de outros, na reserva remunerada, terem se baseados em acórdãos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, julgando favoravelmente os recursos que foram impetrados pelas partes interessadas.

DOAÇÃO DE LIVROS

A pequena coleção de livros que possuía de obras literárias, revistas militares, livros e regulamentos editados na maioria pela Biblioteca Militar do Exército Nacional, doei ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado, em ofício que dirigi ao seu comandante, Tenente-Coronel Hosannah de Araújo Almeida, via do oficial de relações públicas, Capitão Colemar Elias Campos. Foram doadas 65 obras especificadas na relação que segue:

TÍTULOS

Rio Branco

A Balaíada

A Escola Americana de Treinamento e Comando

Recordação do Rio Antigo

Anedotário de Guerra da Tríplice Aliança

Sampaio (patrono da Infantaria)

6º R. I. Expedicionário

11º R. I. na 2ª Guerra Mundial

Aspecto de Direito Público Constitucional

Casernas e escolas

Nacionalização do Vale do Itajaí

História da Aviação Brasileira

A Marcha Vermelha

Noções Militares Fundamentais

De Descartes ao General X

Capítulo da História Militar Brasileira (Colônia reino)

Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira

Estradas e Carros

Rio Doce (Impressões de uma época)

Princípio de Guerra

A Revolução de 93 nos Estados de Sta. Catarina e Paraná (Memórias)

À Sombra do Inferno Verde

Goiás (Uma Nova Fronteira Humana)

História das Fronteiras do Brasil

A Guerra da Polônia

Realidades Brasileiras

Templos Históricos do Rio de Janeiro

Passados e Presentes da Economia Brasileira

Ribeira do São Francisco

Nápoles e Pouco Mais

Vento Leste nos Campos Gerais (A defesa da Lapa)

Libertação do Brasil do Jugo Lusitano

As Repúblicas Hispano-Sul-Americanas

Psicologia Militar

Estudos Sobre a Nova Capital do Brasil

A Estatística e sua Aplicação na Administração

Caxias e seu Governo Civil na Província do Maranhão
Crônicas de Guerra
O livro do Carro de Combate
O Serviço em Campanha na Arma da Cavalaria
Exercício de Combate de Campanha (fuzileiro ou metralhadora)
Emprego Tático do Batalhão de Transmissões
Revista Militar Brasileira
Cursos de Infantaria (Escola das Armas – Fascículo I)
Curso de Infantaria (Escola das Armas – Fascículo II)
Curso de Infantaria (Escola das Armas – Fascículo III)
Manual do Atirador
Instrução para Inspeções e Revista e Desfiles (Regulamento)
Escola do Pelotão
Vade Mecum dos Principais Serviços nos Corpos da Tropa
Regulamento para a Instrução das Quadras e da Tropa
Manual de Instrução Pré-Militar
Topografia do Sargento
Instrução de Transmissões
Noções de Topografia em Campanha
Guia do Policial
Combate e Serviço em Campanha
Regulamento de Serviço em Campanha
Regulamento dos Colégios Militares
Regulamento de Tiro das Armas Portáteis
Caderneta do Infante
Tiro e Emprego de Armamento da Infantaria

Foram esses os livros e regulamentos com os quais apresentei aquela Unidade – Escola da Polícia Militar.

CONDECORAÇÃO

Na manhã de 21 de abril de 1979, no pátio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar, em solenidade pública que contou com a presença do Governador do Estado, altas autoridades militares, civis e famílias, fui condecorado com a Medalha Tiradentes, insígnia criada na Corporação pela Lei n.º 170, de 28 de julho de 1972, para premiar militares por relevantes serviços prestados à Polícia Militar e ao Estado de Goiás.

Transcrevo na íntegra o Decreto que me concedeu a insigne comenda.

“O Governador do Estado de Goiás, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n.º 170, de 28.07.72, resolve, em decreto de 21.04.79, conceder a Medalha Tiradentes ao Cel. P. M. Lindolpho Emiliano dos Passos, por relevantes serviços prestados à Polícia Militar do Estado de Goiás.

Goiânia, 21 de abril de 1979, 157º da Independência e 90º da República.

Ary Ribeiro Valadão”

CONCLUSÃO

Não poderia terminar este despretensioso trabalho, sem reverenciar a memória de minha pranteada companheira Avany, que o destino arrebatou do seio da família, cobrindo-a de luto e consternação. Filha exemplar, esposa e mãe de excelentes virtudes foram os requisitos que marcaram a sua luminosa trajetória terrena.

Por muito que me ajudou ao longo de quatro décadas, sua luzerna veio até mim para inspirar este livro.

SUMÁRIO HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

(De 1858 a 1947)

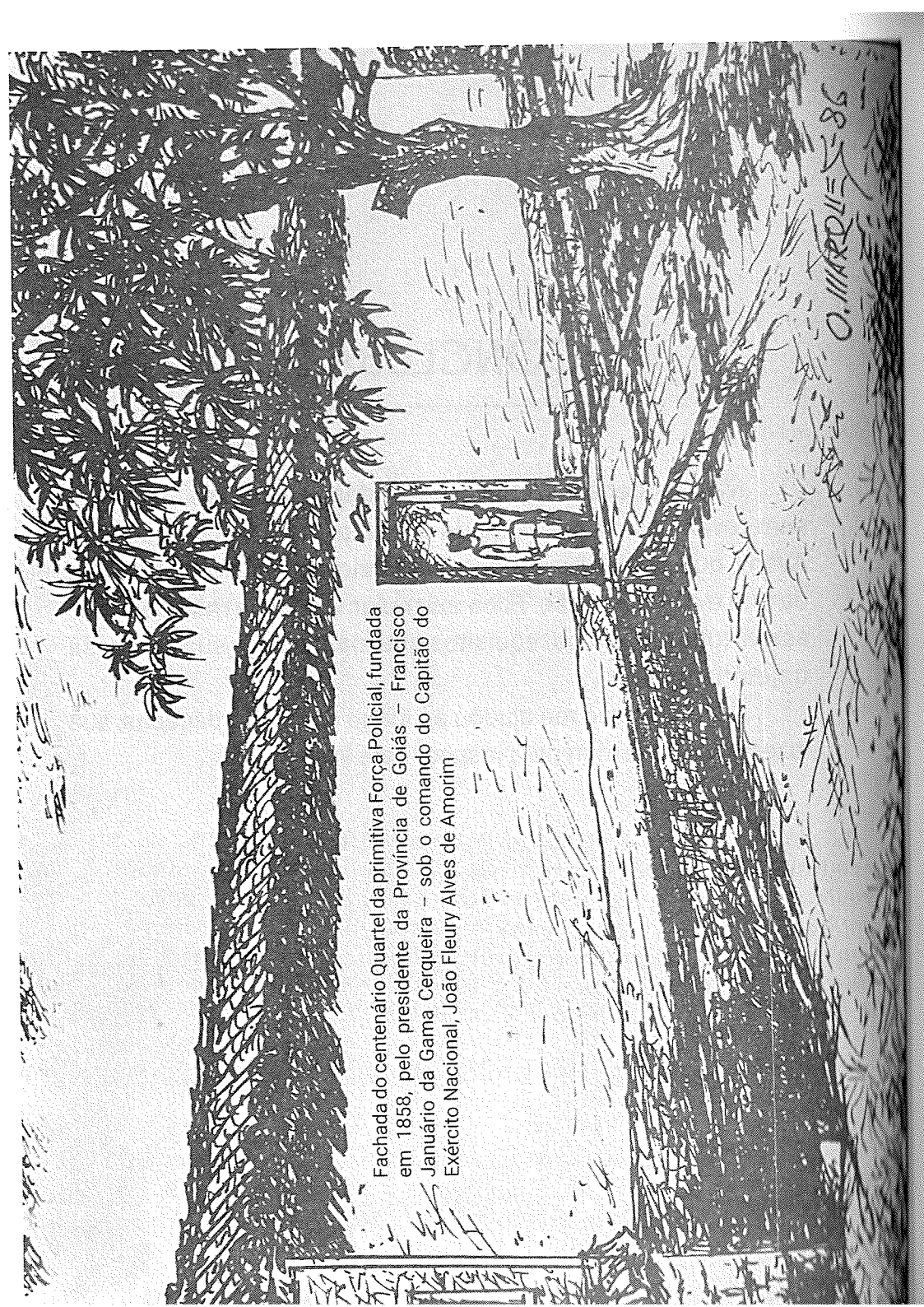
Desconhecemos a origem da Polícia Militar do Estado de Goiás, mas acreditamos que ela surgiu à época colonial, com o nome de Guarda Provincial; nome que conservou até 1858, quando, por resolução n.º 13 de 28 de julho, o presidente da Província de Goiás, Francisco Januário da Gama Cerqueira, fundou a Força Policial, constituída de 1 tenente, 2 alferes, 2 sargentos, 1 furriel e 100 praças, sob o comando do Capitão do Exército Nacional, João Fleury Alves de Amorim.

A 9 de julho de 1875, foi instalada no quartel da Força Policial, uma escola para alfabetização de soldados.

A resolução Provincial, n.º 595, de 30 de outubro de 1878, orçou a Corporação para os exercícios de 1879 e 1880, em 8 oficiais e 88 soldados. Esse efetivo, a resolução n.º 624, conservou para o ano de 1881.

No governo de Augusto Montandon, em 1889, foi criada a banda de música da Força Policial, no comando do Major honorário do Exército, João Maria Berquó.

A Força Policial, no governo do Tenente-Coronel Antônio José Caiado, em 1892, passou a se denominar Corpo de Polícia.



Fachada do centenário Quartel da primitiva Força Policial, fundada em 1858, pelo presidente da Província de Goiás – Francisco Januário da Gama Cerqueira – sob o comando do Capitão do Exército Nacional, João Fleury Alves de Amorim

Seu efetivo, por lei n.º 5, de 12 de julho desse ano, foi orçado em 21 oficiais e 379 praças. Esse número decresceu para 14 oficiais e 196 praças, nos exercícios de 1893 a 1896. Foi comandante o Tenente-Coronel reformado do Exército, Joaquim José Neves.

Em 1898, no governo do Dr. Urbano Coelho de Gouveia, o Corpo de Polícia foi orçado por lei n.º 162, de 8 de julho em 14 oficiais e 216 praças. Nesse ano, foi criada a banda de corneteiros e tambores, no corpo de Polícia, no comando do Major Tomaz Santos Almeida.

Em 1902, a Lei n.º 324, de 16 de julho, autorizou o presidente do Estado, Dr. José Xavier de Almeida a comprar novo instrumental para a banda de música do Corpo de Polícia; no comando do Capitão Antônio José Pereira Júnior. Em 1909, no governo do Coronel Miguel da Rocha Lima, a Lei orçamentária n.º 353, de 2 de julho, fixou o efetivo do Corpo de Polícia, em 16 oficiais e 316 praças; no comando do Major Melquíades Ferreira de Azevêdo. Em 1910, no governo do Dr. Urbano Coelho de Gouveia (2º mandato), o Corpo de Polícia passou a se denominar Batalhão de Polícia, sendo o seu estado efetivo constituído, por lei nº 364, de 2 de julho, de 3 Companhias de Infantaria, Estado-Maior e Menor, com 20 oficiais e 299 praças, comandado pelo major reformado do Exército, Tertuliano José de Azevêdo.

Em 1918, no governo do Desembargador João Alves de Castro, o Batalhão de Polícia, foi orçado por lei nº 264, de 31 de janeiro, em 27 oficiais e 514 praças, com 4 Companhias de Infantaria e Estado-Maior, no comando do Major Joaquim D'Albuquerque.

Em 1925, no Governo do Dr. Brasil Ramos Caiado, o efetivo do Batalhão de Polícia, foi, por Lei orçamentaria nº 787, de 31 de janeiro fixado em 38 oficiais e 650 praças, com 4 Companhias de Infantaria; no comando do Major reformado do Exército, Manoel Augusto da Silva Brandão. No comando desse Major, a tropa foi

acrescida de mais elementos e instituída na unidade nova regulamentação para os serviços internos. Em 1929, o presidente do Estado, Dr. Alfredo Lopes de Moraes, fixou, por lei orçamentária n.º 860, de 24 de julho, do Batalhão de Polícia, em 5 Companhias de Infantaria, 1 piquete de capturas e 1 pelotão extranumerário, com o total de 39 oficiais e 700 praças; no comando do Tenente-Coronel do Exército Antônio Bastos Paes Lemes.

A revolução de 24 de outubro de 1930, alterou as Instituições jurídicas e Políticas do País. Vitoriosa a sublevação, o Governo Revolucionário destituiu todos os presidentes dos Estados e os substituiu por interventores federais, de livre escolha. Para o Estado de Goiás, foi nomeado interventor o Dr. Pedro Ludovico Teixeira que, empossado dissolveu, parcialmente o Batalhão de Polícia e instituiu, por Decreto n.º 325, de 19 de novembro, a Força Pública e comissionou no posto de Tenente-Coronel o 1º Tenente do Exército Anfrísio da Rocha Lima e no de Major o 2º Tenente Elpídio da Mota Pedreira, ambos do 6º Batalhão de Caçadores que assumiram o comando e subcomando da nova unidade.

A força Pública foi organizada com 4 Companhias de fuzileiros, um pelotão extranumerário, bandas de música e de tambores corneteiros com o efetivo de 41 oficiais e 429 praças.

A 3 de agosto de 1931, por Decreto dessa data, foram exonerados, a pedido, o comandante Anfrísio Rocha Lima o subcomandante Elpídio da M. Pedreira, substituídos por Tenente-Coronel Salomão Clementino de Faria e Major Benedito Quirino de Souza, ambos da Força Pública.

Em julho de 1932, um contingente da Força Pública, constituído de 10 oficiais e 120 praças, sob o comando do Major Benedito Quirino de Souza, incorporou-se às forças do Exército Nacional, concentrados na cidade de Uberaba, comandados pelo General Manoel Rabelo, para combater os revolucionários

da intentona paulista de 9 de julho de 1932. Dessa cidade, o contingente rumou para o Sul de Mato Grosso e com tropas do Exército Nacional, combateu os rebeldes paulistas da cidade de Santana do Paranaíba a de Três Lagoas, palmilhando mais de 300 quilômetros em regiões outrora percorridas pelos heróis da célebre Retirada de Laguna, na guerra do Paraguai.

A 3 de agosto de 1933, foi fundada a Caixa Beneficente da Força Pública.

Por Decreto lei, n.º 339, de 1º de janeiro de 1935, a Força Pública teve nova denominação: Polícia Militar; e, por Lei Federal, de 14 de janeiro do mesmo ano, foi considerada – “Força Auxiliar do Exército Nacional”.

Em julho de 1936, a Polícia Militar, transferiu-se para a cidade de Campinas; e nela acantonou-se enquanto se construía o quartel em Goiânia, para onde se transferiu em outubro de 1937.

A criação do Comando-Geral da Polícia Militar, foi, sem dúvida o roteiro do desenvolvimento da Corporação. Esse transcendental acontecimento que a despertou de longa letargia, teve, por suporte, o Decreto-Lei da Interventoria do Estado, n.º 208, de 17 de janeiro de 1938.

A instituição desse departamento administrativo, como órgão máximo da Polícia Militar, contribuiu para a instituição de dois Batalhões de Infantaria e uma Companhia Isolada. O Comando-Geral foi instalado precariamente numa sala do Tribunal Regional Eleitoral, sob o comando interino do Tenente-Coronel Arnaldo de Moraes Sarmiento.

Os batalhões: primeiro e segundo, foram comandados pelos majores Agenor Francisco Santiago e Benedito de Albuquerque Melo e Cunha.

O primeiro Batalhão aquartelou-se na capital do Estado; constituído de 3 companhias e um pelotão extranumerário, bandas de música e de tambores corneteiros com 23 oficiais, 3 as-

pirantes a oficial e 344 praças; o segundo batalhão (de efetivo incompleto) sediado na cidade de Rio Verde, com 2 companhias, 13 Oficiais, 2 aspirantes a Oficial e 172 praças; a Companhia Isolada aquartelada na cidade de Pedro Afonso, sob o comando do Capitão Walfredo de Campos Maia, composta de 8 oficiais, 1 aspirante a Oficial e 89 praças.

A 11 de janeiro de 1940, foi criado por decreto n.º 3.287, o Departamento de Instrução da Polícia Militar. Preliminarmente, o Departamento criou dois cursos de emergência, para oficiais e sargentos. Visavam esses cursos a atualizar os conhecimentos profissionais dos que atingiram o oficialato, mediante simples concurso.

Posteriormente, foram instituídos os cursos de Formação de Oficiais, com o período letivo de três anos; de sargentos, um ano; cabos e soldados, seis meses.

Por decreto Lei n.º 3.035, de março de 1940, a Polícia Militar voltou à denominação de Força Policial, nome que conservou até 1947 quando a Lei Constitucional do Estado deu-lhe o nome de Polícia Militar do Estado de Goiás.

COMENTÁRIO: Diante do minucioso histórico, evidencia-se que a Força Policial, de sua criação em 1858, teve as seguintes denominações:

Força Policial.....	1858
Corpo de Polícia.....	1892
Batalhão de Polícia..	1910
Força Pública.....	1930
Polícia Militar.....	1935
Força Policial.....	1940
Polícia Militar.....	1947

SOBRE O AUTOR

LINDOLPHO EMILIANO DOS PASSOS nasceu na Cidade de Goiás no dia 18 de fevereiro de 1900, filho de Antonio Emliano dos Passos e Cândida Milameixas Passos. Foram avós paternos: João Sabino de Passos Bárbara de Almeida Passos e avós maternos: o Major Antônio Martins Milameixas, Veterano da Guerra do Paraguai e Ana Joaquina Milameixas.

Casou-se com Avany de Camargo Passos com quem teve dois filhos: Norton de Camargo Passos e Leonor de Camargo Passos.

Iniciou seus estudos aos 07 anos de idade no colégio das irmãs dominicanas na cidade de Goiás e, aos 12 anos foi internado com mais dois irmãos no Seminário de Santa Cruz, no arraial de Ouro Fino.

Alistou-se, voluntariamente, em 1919, nas fileiras do 6º Batalhão de Caçadores, com sede provisória na capital do Estado.

Em julho de 1920, foi graduado a Cabo de Esquadra por habilitação em concurso e, em novembro do mesmo ano, promovido a Terceiro Sargento por habilitação.

Em setembro de 1926, foi convocado para combater os rebeldes da Revolução Paulista de 1924.

Em março de 1927, foi promovido a Primeiro Sargento por relevantes serviços prestados na defesa da ordem pública.

Em novembro de 1930, foi nomeado capitão da Polícia Militar (antiga Força Pública) por Decreto da Junta Governativa do Estado.

Participou, ativamente, da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista, eclodida em São Paulo no ano de 1932.

Em março de 1934, assumiu a Delegacia de Polícia de Campinas, com jurisdição na nova capital, participando efusivamente da transferência da capital do Estado.

Em 1937, assumiu interinamente a Chefia do Gabinete Militar do interventor do Estado.

Em 1940, concluiu o curso de Emergência de Oficial de Polícia Militar,

Foi Delegado em Rio Verde e Jataí e, posteriormente, já de volta à tropa serviu em Pedro Afonso e Porto Nacional.

Assumiu, ainda, como capitão, a chefia do Estado-Maior, função que exerceu interinamente em outros momentos.

Em 1944, foi promovido ao posto de Major pelo critério de antiguidade.

Em 1944, foi nomeado diretor da Caixa Beneficente cumulativamente com as funções que exercia.

Em 1946, foi promovido ao posto de Tenente-Coronel, assumindo, no mesmo ano, a Diretoria do Departamento de Instrução, hoje, Comando de Ensino da Polícia Militar.

Contribuiu de maneira ímpar com a criação do Clube dos Oficiais, hoje Associação dos oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, sendo o seu primeiro Diretor.

Respondeu por vários períodos, pelo Comando da PM.

No ano de 1951, Contando com 11 anos servidos ao Exército Brasileiro e 21 anos na Polícia Militar, aos 51 anos de idade, transfere-se para a inatividade.

Por força de Lei, no ano de 1955, foi promovido, na reserva, ao posto de Coronel.

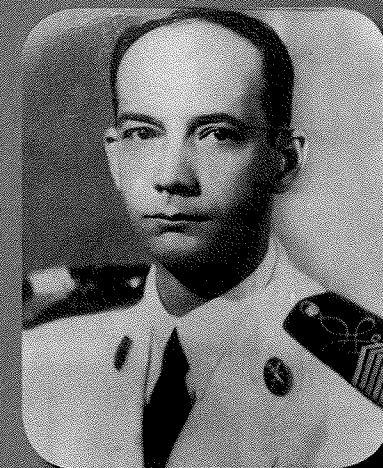
Faleceu em Goiânia, no ano de 1988, pouco tempo depois de ter publicado o livro: *GOIÁS DE ONTEM – memórias militares e políticas*.



Em apoio à sustentabilidade e à preservação ambiental, a EDITORA KELPS declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso oficina da EDITORA Kelps, no papel: Polen Soft 80g/m², composto nas fontes: Roboto Regular, 12; Caviar Dreams, 12, 15; Gabo Drive, 50; e ReclineW05-SemiBold, 18.

Outubro, 2025



LINDOLPHO EMILIANO DOS PASSOS nasceu na Cidade de Goiás no dia 18 de fevereiro de 1900. Filho de Antonio Emliano dos Passos e Cândida Milameixas Passos. Foram avós paternos: João Sabino de Passos Bárbara de Almeida Passos e avós maternos: o Major Antônio Martins Milameixas, Veterano da Guerra do Paraguai e Ana Joaquina Milameixas. Casou-se com Avany de Camargo Passos com quem teve dois filhos: Norton de Camargo Passos e Leonor de Camargo Passos. Respondeu por vários períodos, pelo comando da Polícia Militar do Estado de Goiás. No ano de 1951, contando com 11 anos servidos ao Exército Brasileiro e 21 anos na Polícia Militar, aos 51 anos de idade, transfere-se para a inatividade. Por força de Lei, no ano de 1955, foi promovido na reserva ao Posto de Coronel. Faleceu em Goiânia, no ano de 1988 pouco tempo depois de ter publicado o livro: **GOLÁS DE ONTEM – memórias militares e políticas**.

Nota: Biografia completa no final do livro